



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E CULTURAS

CINTYA CHAVES

**A ELITE POLÍTICA E O PODER LOCAL CEARENSE EM QUESTÃO:
ESTRATÉGIAS E DISCURSOS PARA NOVOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO (1934-
1974)**

FORTALEZA – CEARÁ, 2014

CINTYA CHAVES

**A ELITE POLÍTICA E O PODER LOCAL CEARENSE EM QUESTÃO:
ESTRATÉGIAS E DISCURSOS PARA NOVOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO (1934-
1974)**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em História – MAHIS, área de concentração em História e Culturas, do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará - UECE como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. William James Mello.

FORTALEZA – CEARÁ, 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Chaves, Cintya.

A elite política e o poder local cearense em questão: estratégias e discursos para novos espaços de atuação (1934-1974) [recurso eletrônico] / Cintya Chaves. - 2014.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 172 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2014.

Área de concentração: História e Culturas.

Orientação: Prof. Dr. William James Mello.

1. Elite Política. 2. Cultura Política. 3. Meios de Poder. I. Título.



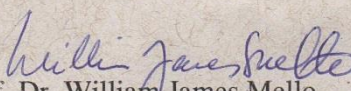
Universidade Estadual do Ceará -UECE
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA
Criado pela resolução N° 520 do CONSU - UECE de 31 de maio de 2005

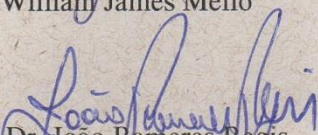


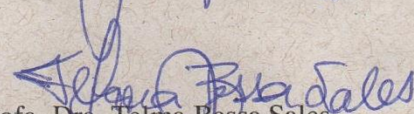
ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA CINTYA CHAVES

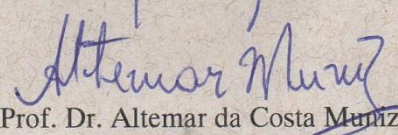
Às 09h00min do dia 23 (vinte e três) de maio de 2014 (dois mil e quatorze), no Curso de Mestrado Acadêmico em História da Universidade Estadual do Ceará, a Comissão Examinadora da dissertação, para obtenção de grau de Mestre apresentada pela aluna **Cintya Chaves**, intitulada “**A ELITE POLÍTICA E O PODER LOCAL CEARENSE EM QUESTÃO: ESTRATÉGIAS E DISCURSOS PARA NOVOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO (1934-1974)**”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito “APROVADO” em resultado à atribuição dos conceitos dos(as) professores(as) doutores(as): William James Mello (Orientador - UECE), João Rameres Regis (FAFIDAM/UECE) e Telma Bessa Sales (UVA). Assinam também a presente ata, o Coordenador Prof. Dr. Altemar da Costa Muniz e o secretário Adauto Rufino de Lima Neto, para devidos efeitos legais.

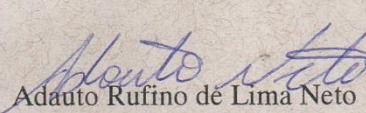
Fortaleza, 23 de maio de 2014.


Prof. Dr. William James Mello


Prof. Dr. João Rameres Regis


Profa. Dra. Telma Bessa Sales


Prof. Dr. Altemar da Costa Muniz


Adauto Rufino de Lima Neto

Dedico este trabalho ao meu pai,
Altamiro Chaves Lima [*In memoriam*], a
minha mãe, Maria Benilde Lima Chaves [*In
memoriam*] e ao meu esposo Rafael Chaves
Lima que mais me ensinaram com ações, do
que com meras palavras.

AGRADECIMENTOS

As palavras aqui escritas não traduzirão o real significado deste sentimento tão inefável que é gratidão. Ela remete a uma das belezas da humanidade, a socialização, e traz, inerente, o reconhecimento que sozinho tudo é mais difícil e, que inclusive, dificilmente, se consegue alcançar o que se almeja. Este trabalho só foi possível devido às colaborações tanto de pessoas como de instituições, bem como de ocasiões acadêmicas ou até mesmo de situações que a primeiro momento em nada poderiam acrescentar as reflexões, mas, que de alguma forma, inspiraram olhares e interpretações locadas neste texto dissertativo.

Desta forma, as primícias da minha gratidão dedico a Deus. Ele, que desde o processo seletivo até a última página aqui escrita me abençoou. Ele, que foi o meu baluarte, e em meio às muitas lágrimas de saudades pelas perdas que tive nos últimos anos, foi o meu consolo e força. Que em meio a tanta dor, me surpreendeu com lindos presentes, a exemplo da aprovação neste mestrado e o meu casamento. Ele, que é tão sublime, estando acima de compreensões e enquadramentos científicos e religiosos. Posso declarar que sem a sua graça e o seu amor eu não teria conseguido.

Grata sou a Rafael Chaves Lima, meu amor, meu sorriso, meu amigo e principal incentivador no prosseguimento a profissão. *Obrigada amor por tudo, à experiência de compartilhar minha vida com você é imensurável.*

A Livia Lima Chaves, meu agradecimento mais que especial. Minha amiga, minha irmã, joia das mais raras que podem existir, e flor mais bela de qualquer jardim. Poder contar com você é um privilégio. *Obrigada, por sua presença e sua disposição em me ajudar no que for preciso, obrigada por poder contar contigo! Obrigada por ser amiga!*

Aos meus pais, Altamiro Chaves Lima e Maria Benilde Lima Chaves. Eu os agradeço por toda afeição com que me educaram, por terem me ensinado mais com os seus exemplos de vidas do que com as palavras. Essas linhas são poucas e por isso não comportam a magnitude do que é ter sido filha de vocês. Em minha vida vocês serão inesquecíveis, *te amo pai, te amo mãezinha, para sempre.*

A toda minha família, em especial às minhas tias Kilma Chaves e Sandra Chaves, ao meu tio Orlandy Rabello, a minha prima Raquel Lima Maia, ao meu segundo pai e mãe de coração Ladislau Chaves e Conceição Martins, e a minha irmã e sobrinho de afeição Eduarda

Chaves e Yuri Moreira . Vocês são presentes de Deus para mim, são os meus encantos, os meus amores sem fim.

A minha querida amiga Luciana Régis colaboradora de reflexões, companheira de trajetória, uma dádiva proporcionada do gosto pela História.

A Onélia Costa Guerreiro e a Mila Lopes, amigas ternas, fraternas e sinceras, torcedoras pelo meu sucesso, coparticipantes desta vitória.

A amada família Costa, Cristina, Karina e Rodrigo, que como irmãos me receberam em seu lar com muito carinho, doçura, paciência e hospitalidade, o meu muito obrigada.

Aos meus colegas de Mestrado da turma 2012 do Mahis, Ana Cecília Farias de Alencar, Carlos Rochester Ferreira de Lima, Cícero da Silva Oliveira, Francisca Eudesia Nobre Bezerra, Frederico de Andrade Pontes, Gabriela Ferreira Barbosa, Maria Eliene Magalhães Santos, Rok Sônia Naiária de Oliveira e Tiago Cavalcante Porto, o meu agradecimento carinhoso, tanto pelas trocas de experiências como pelas boas risadas. Vocês serão inesquecíveis, não somente pela contribuição acadêmica que deram ao meu trabalho, a minha trajetória profissional como um todo, ou por terem feito parte de dois anos maravilhosos, mas pelas qualidades únicas que cada um possui.

Aos professores do Mestrado Acadêmico em História da Universidade Estadual do Ceará – UECE, por proporcionarem debates tão fecundos tanto no âmbito da área de concentração como das linhas de pesquisa e da produção do conhecimento em geral. Em especial ao meu orientador, Dr. William James Mello, pelas reflexões que com muita competência elaborou acerca deste estudo. Sua extraordinária capacidade de análise me incentivou, desafiando-me a fugir da armadilha de um trabalho ensimesmado. Agradeço a ele pela assiduidade nas leituras do meu texto, pelas indicações de leituras teóricas, historiográficas, que em muito contribuíram não somente para este texto, mas para minha formação profissional. Ainda sou grata, por sua generosidade, paciência, e pela autonomia e confiança que me concedeu para compor estes escritos. Obrigada, professor, sua ética e responsabilidade são exemplos não somente para o âmbito profissional, mas para a vida.

Aos membros da banca de qualificação, Prof. Dr. João Rameres Régis e o Prof. Dr. Francisco José Pinheiro pelas valiosas considerações acerca deste trabalho.

Ao inesquecível corpo docente da Graduação em História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, Limoeiro do Norte, Ceará. Em especial, destaco o Prof. Dr.

João Rameres Régis, inestimável amigo, grande colaborador desta pesquisa, cedendo suas valiosas bibliografias para consulta, além de suas preciosas considerações. A capacidade que ele possui de refletir historicamente é belíssima. A ele, que me ensinou os primeiros passos da pesquisa histórica, o meu reconhecimento e admiração pelo brilhante historiador que ele é. *Muito obrigada, querido amigo!*

Aos meus queridos, Adauto Neto e Rosilda Martins, secretários do mestrado, por sua atenção, colaboração e amizade. Vocês foram partes vitais neste processo.

Aos narradores desta pesquisa que disponibilizaram o seu valioso tempo e me receberam com tanta hospitalidade, compartilhando suas vivências, os seus olhares sendo fundamentais para a construção das questões cernes deste trabalho.

A Jorge Aragão, profissional do Tribunal Regional do Ceará, não só por sua colaboração, mas por sua solicitude.

A Ana Maria Remígio, que com meticulosidade, zelo e carinho realizou a correção ortográfica e a normatização deste trabalho.

Ao grupo de estudo e pesquisa, Oralidade, Cultura e Sociedade, coordenado pelos Professores, Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá e Dra. Zilda Maria Menezes Lima, vinculado ao Mestrado Acadêmico em História, por suas contribuições teóricas e metodológicas, principalmente relacionado a temática da memória, importante categoria para esta pesquisa.

Encerro agradecendo ao Mestrado Acadêmico em História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará (MAHIS), pelos aprendizados oportunizados e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento desta pesquisa, oportunizando uma dedicação exclusiva e serena a temática proposta. Á todos os meus sinceros agradecimentos.

Bom, política é uma arte admirável, né? Arte de governar os povos. Agora infelizmente muita gente confunde a política com a politicagem e, então, a atividade do indivíduo quando descamba para a politicagem é perniciosa.

Franklin Chaves, Entrevista cedida ao Núcleo de Documentação Cultural/ NUDOC – UFC.
21 de março de 1984.

RESUMO

Este trabalho tem como proposta discutir as ações e os discursos que legitimaram e deram ordem e significado a um processo político desempenhado pelas elites políticas locais de Limoeiro do Norte - CE, de 1934 a 1974, através da ascensão de uma família de sobrenome Chaves, em prol de consolidar os espaços já conquistados no período Imperial que possibilitavam oportunidades singulares em relação aos outros sujeitos. O mesmo ainda vislumbra as estratégias que esta família articulou para ampliar estes espaços, com o objetivo de cada vez mais serem detentores do poder político, não só municipal, mas também estadual. Para isto, foram utilizados como fontes: cartas pastorais, bem como outros documentos de caráter eclesiásticos, livros memorialísticos, acervos orais, Anais de 1945 a 1974 da Assembleia Legislativa, resultados Oficiais das Eleições dos períodos delimitados e entrevistas, onde a metodologia da história oral se constituiu um importante suporte para a análise. Nesse sentido, predominantemente aplicou-se a utilização dos dados biográficos dos indivíduos do grupo como forma de perceber as relações. Ou seja, analisou-se o vínculo de parentesco dos sujeitos que ocupavam o cargo de prefeito, bem como das lideranças dos partidos ou das principais instituições municipais e estaduais.

Palavras- Chave: Elite Política, Cultura Política, Meios de Poder.

ABSTRACT

This dissertation examines the practices and discourses that legitimized, ordered and gave meaning to the political process engendered by local political elites in Limoeiro do Norte, Ceara, Brazil, from 1934 to 1974. Specifically I focus on the rise of the Chaves family to political prominence and the way in which local political power was consolidated. Early on Imperial governors provided unique opportunities to expand their political influence in the region. The strategies developed by the Chaves family were articulated with the objective of expanding their influence into the local and regional political institutions of power. My research draws on many sources, such as: pastoral letters, ecclesiastic documents, memoirs, oral interviews and the proceedings of the State Assembly of Ceara. Oral history methodology constitutes an important tool for my analysis. Likewise I use biographical data of group members as a means of highlighting the intersession of individual relations within the broader political process. In this way family relationships are the cornerstone for emerging power by individuals either by holding political office or in leadership of state institutions and or the political party apparatus.

Keywords: Elites, Political Culture, Power.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	13
LISTA DE TABELAS	14
LISTA DE FIGURAS	15
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1: RASTROS IMPRESSOS: CONHECENDO OS PERSONAGENS ENTRE AS MATRIZES E MATIZES DE PODER ARTICULADOS NA DÉCADA DE 1930.....	29
1.1 Desde a ancestralidade, ascendências ao poder público: conhecendo os Chaves sob as configurações das relações de poder estatal–local, no período Imperial e da Primeira República.	29
1.2 Década de 1930: de momentos de abalo a um retorno dos que não foram.....	49
CAPÍTULO 2: ELITES POLÍTICAS LIMOEIRENSES: ENTRE PODERES, PARTIDOS E POLITIZAÇÕES DA FÉ.	72
2.1 O Nacional no plano local e o triunfo da empreitada das Elites Políticas: Imaginário e Discurso Estado Novista na chegada do primeiro bispo de Limoeiro do Norte.....	72
2.2 A abertura dos partidos políticos: o “velho” sob os moldes do “novo”, o “novo” perpassado pelo “velho”	91
CAPÍTULO 3: O PROCESSO ELEITORAL EM QUESTÃO: A ELITE POLÍTICA E SUAS “ARTIMANHAS” PARA A MANUTENÇÃO DE SEU “STATUS, PRESTÍGIO E PODER”.	112
3.1 As campanhas eleitorais, eleições e reeleições: Processos e dinâmicas na conquista de votos.....	112
3.2 Da perda do poder local ao “Partido da Revolução”: O ápice da trajetória da elite política no estado do Ceará.	140
FONTES	163
Documentos Eclesiásticos.....	164
Fontes Orais	164
Acervo Oral.....	165
Livros Memorialísticos	165
Memória Institucional.....	166
BIBLIOGRAFIA	166

LISTA DE ABREVIATURAS

ACB- Ação Católica Brasileira

LEC- Liga Eleitoral Católica

AIB- Ação Integralista Brasileira

PSD- Partido Social Democrático

UDN – União Democrática Brasileira

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

LISTA DE TABELAS

TABELA 01. Casamentos entre membros da elite política, no caso os Chaves, e os sujeitos sociais que integravam sua família política, no dizer de Serge Berstein.....	45
TABELA 02. Votos obtidos durante a carreira política tanto da elite como do seu maior opositor	119
TABELA 03. Eleições em alguns municípios do Vale do Jaguaribe, Ceará.....	143

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Árvore genealógica dos principais atores da família Chaves envolvidos no processo político.....	38
--	----

INTRODUÇÃO

O “encontro” do pesquisador com o seu mote de estudo perpassa subjetividades e ocorridos inusitados que acabam sendo um tanto imensuráveis. Não obstante, estas palavras iniciais, pretendem narrar um pouco da trajetória desta pesquisa, que objetiva estudar o protagonismo das elites políticas limoeirenses traduzido, em especial, na atuação da família Chaves, entre 1934 a 1974.

No tocante a esta seleção espacial, em primeiro momento expressa a curiosidade que o pesquisador possui ante seu lugar de convivência. Ou seja, ilustra as inquietações ante a naturalização dos processos e discursos que atuam no hodierno do “investigador”. Como lembram Benedetto Croci e Marc Bloch, a História não é simplesmente uma ciência do passado, pois tais dimensões – presente, passado e futuro – são complexamente interligadas.

No que diz respeito à escolha por esta família, deu-se por ter se percebido, em investigações anteriores, o quanto a mesma é emblemática para se pensar o poder local e as relações do interior com a capital em seu aspecto político, no período. O que a tornou objeto deste estudo foi o fato de sua articulação bem sucedida para se manter tantos anos no poder, relacionando-se em diferentes períodos, tão próximos com os agentes do Estado.

O município de Limoeiro do Norte, situado na região do Baixo Jaguaribe, estado do Ceará, foi objeto de interesse também, porque conseguiu certa proeminência em relação a alguns outros municípios do interior do Ceará, em especial do Vale do Jaguaribe. Lógico, também, que tal percepção, por vezes exagerada e enaltecida, faz parte de uma homilia limoeirense, mas que possui, em uma medida ajustada, procedência. Nesse sentido, até mesmo entender os processos que dão margem a estes discursos e a participação dos atores locais nela, por si só já seria instigante.

Portanto, a relevância deste trabalho para a História do Ceará situa-se no âmbito de entender quais as principais estratégias utilizadas pela elite política interiorana para conseguir se consolidar tantos anos no poder, chegando, inclusive, a içar cargos estatais, produzindo, portanto, ecos de suas ações, de suas crenças, de sua política para o Estado inteiro, não só mais para o seu interior.

Esta temporalidade foi elencada em especial pelo fato deste trabalho compreender que, apesar da família Chaves ter sido detentora do poder desde o Império (no caso, o poder burocrático, através dos cartórios), com o advento da chamada Revolução de 1930, o mesmo

foi abalado, sendo que, somente a partir da liderança da Liga Eleitoral Católica (LEC) conseguida por Judite Chaves por volta de 1934, este grupo conseguiu articular-se e estabelecer-se na política local.

Nesse sentido, esta pesquisa compreendeu as ações, as estratégias e os discursos utilizados pelas elites políticas locais de Limoeiro do Norte - CE, através da ascensão da família Chaves ao poder, bem como a sua atuação nos espaços da administração pública e noutros espaços, como forma de manterem-se no poder, tentando perceber como as ações desempenhadas nas diferentes esferas do social constituíram espaços de consolidação e de preferência nos processos políticos, inclusive eleitorais.

Vale destacar ainda, que a escolha por este período, 1934, deu-se devido ao maior número de fontes catalogadas; são elas: livros de memória (memória escrita), a entrevista do Sr. Franklin Gondim Chaves produzida e pertencente ao acervo do Núcleo de Documentação Cultural - NUDOC/UFC e as narrativas dos sujeitos (fonte oral), bem como os Anais da Assembleia Legislativa, incluindo as listas do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará a respeito das eleições.

No que diz respeito à data limite de 1974, esta se trata do último ano em que Franklin Chaves, um dos “principais” atores políticos desta família, eleito deputado estadual por sete vezes consecutivas, exerceu seu mandato.

A empatia com esse tema brotou no final da graduação, ao concluir a monografia intitulada *DE DEUS AOS HOMENS: Ação Católica e Elite em Processos Consolidativos, no Município de Limoeiro do Norte, de 1930-1954*. Tendo a princípio como objeto central a Ação Católica limoeirense, as fontes foram fornecendo pistas a respeito de como a família Chaves, utilizou como meio de poder os movimentos de Ação Católica para ratificar-se no cenário político limoeirense e cearense, visto já ser uma “família tradicional”, mas com o poder um pouco abalado pela Revolução de 1930. (RÉGIS, 2002).

Quanto mais o estudo se aprofundava acerca dos movimentos da Ação Católica, mais estes agentes apareciam. O contato, em especial com os livros de memória, embora o objeto de pesquisa fosse outro, foi fundamental para o processo de encantamento pela temática, tanto que, ao término do texto da pesquisa, a participação desses agentes e a relação deles com a Igreja Católica era tão emblemática que, de tema transversal, eles ganharam espaço no título da pesquisa monográfica.

Portanto, ao pensar em outro trabalho, as inquietações quanto às principais ações, estratégias e discursos utilizados por essa família limoeirense para ascender ao poder político, bem como a atuação dela nas instâncias da administração pública e as prováveis ações

desempenhadas nas diversas dimensões sociais, com o intuito de garantir a consolidação e a permanência no poder, quer ocupando os espaços institucionais ou criando espaços para a sua atuação, instigavam uma pesquisadora iniciante e fomentava uma problemática pertinente, devido ao contato prévio com as fontes, da pesquisa anterior.

Nesse sentido, mesmo sabendo dos questionamentos em torno do estudo das elites, acreditou-se na proeminência deste trabalho. Dessa forma, pode-se afirmar que uma das contribuições desse estudo será propiciar um entendimento quanto às diversas formas de adaptação das elites locais, em detrimento das análises das grandes conjunturas políticas, proporcionando debates acerca dessa relação, permitindo, mesmo sabendo das implicações do fazer historiográfico, das lacunas, das seleções dos fatos, do dito e do não dito, da escrita acerca do objeto, colaborar para a historiografia cearense a respeito do estudo das elites locais e da proficiência desse conceito como chave de leitura para o historiador.

Destarte, para a concretização deste estudo, dialogou-se com historiadores, sociólogos e cientistas políticos. Da Sociologia, procurou-se revistar clássicos inspiradores, tidos, inclusive, como os pais da “teoria das elites”. Assim, a “elite dirigente” de Vilfredo Pareto (1966), bem como a “classe dirigente”, de Gaetano Mosca (1968), apesar das críticas por não terem conseguido, principalmente, articular de maneira concisa a formação destas elites, são contribuições irrefutáveis, para quem almeja trabalhar com esta categoria de análise social. As reflexões de Grynspan (1996), Miliband (1972) e Bottomore (1968) também foram importantes para este trabalho, colaborando no processo de entendimento da construção histórica deste conceito, juntamente com as obras já referidas.

Vale salientar que, mesmo com diferenças no que concerne ao *métier* de ambas as disciplinas, a interdisciplinaridade, e por que não dizer a transdisciplinaridade, é fundamental para a compreensão mais ampla das “realidades humanas”, afinal, como afirma Morin (1989, p.35), *Tudo o que é humano é, ao mesmo tempo, psíquico, sociológico, econômico, histórico, demográfico [...]*.

Ainda do ponto de vista do Estudo das Elites, o trabalho de Eva Etzioni Halevy (1982), *Manipulação Política e poder administrativo: um estudo comparativo*, contribuiu para essa pesquisa por refletir a respeito da instituição de códigos constituídos pelas elites com o propósito de “dominação”, em especial sobre a população, e os aspectos sutis, como, por exemplo, tratamentos privilegiados aos votantes, anteriores às eleições. Assim, a elite “gerencia” essas relações para que, nos processos eleitorais, os cidadãos sintam ou que seja seu interesse ou uma espécie de obrigação moral votar no partido doador. (HALEVY, 1982, p. 11).

Nesta perspectiva o trabalho de C. Wright Mills, *A Elite do Poder*, não obstante as críticas tecidas por Bottomore, também configurou referência importante devido à discussão que o autor fomenta a respeito do papel das instituições para efetivação e a sustentação da elite:

Ser célebre, ser rico, ter poder, **exige o acesso às principais instituições, pois as posições institucionais determinam em grande parte as oportunidades de ter e conservar essas experiências a que atribui que se atribui tanto valor.** (MILLS, 1968, p. 19 – grifo meu)

Nesse sentido, pôde-se perceber o quanto o ingresso a determinados “departamentos” institucionais, como por exemplo, a ascensão de Franklin Chaves ao cargo de deputado estadual, consolidou e ratificou a família Chaves no universo político devido à ampliação de poderes que, dentre as muitas possibilidades, proporciona aos indivíduos novos contatos político, como já mencionado.

Quanto à historiografia brasileira, as obras *a Construção da ordem* (2007) e *O teatro de sombras*, ambas de José Murilo de Carvalho, produzidas nas décadas de 1970 e 1980, abordam a “influência” que a elite política do Rio de Janeiro, não exclusivamente, teve no modelo de Estado pós-independência. Ao pensar questões políticas e sociais elegendo como chave de leitura o estudo das elites, o autor está aludindo aos debates que ocorrem no interior da historiografia brasileira, no sentido de oposição aos estudos das elites políticas, *Se é verdade que a historiografia tende a magnificar esse papel [das elites], seria ingênuo achar que se pode resolver o problema reformando a historiografia.* (CARVALHO, 2007)

Entretanto, apesar desses debates acerca da proficuidade dos estudos das elites, a historiografia brasileira tem produzido obras, como, por exemplo, *Por outra história das elites*, organizada por Flávio Heinz (2006), que tem se tornado referência por sua contribuição na dimensão do debate teórico-metodológico. Outra obra, também organizada por Heinz, *História Social de elites* (2011), constituiu-se como uma importante leitura por reunir diversas perspectivas e abordagens em torno da temática das elites.

A tese de doutoramento do cientista político Adriano Nervo Codato, *Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo* (2008), também foi uma válida contribuição por discutir, nas palavras do próprio autor, *a relação entre elites políticas estaduais e instituições de governo durante o regime do Estado Novo no Brasil*, período abordado por esta pesquisa e importante para se compreender as relações políticas das elites que se desencadearam, tanto nele como posterior a ele.

A dissertação de Mestrado intitulada *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868 – 1889)* (2007), de Jonas Moreira Vargas, dialoga com essa pesquisa no que concerne à abordagem metodológica, isto é, como “perspectiva” de análise o autor também elegeu focalizar as relações sociais, familiares, como forma de entendimento da atuação da elite do Rio Grande do Sul.

Outras obras importantes, principalmente para pensar a relação Igreja Católica, Estado e Política foram as de Lenharo (1986), Dutra (1997), Coutrot (2003) e Romano (1979).

Na historiografia cearense destacam-se, pela afinidade temática, tanto a dissertação de mestrado, *"Galinhas-Verdes": Memórias e histórias da Ação Integralista Brasileira, Limoeiro - Ceará (1934-1937)* (2002), como a tese de doutorado, *Integralismo e Coronelismo: interfaces da dinâmica política no interior do Ceará (1932-1937)* (2008), de João Rameres Regis. A primeira possibilita um fecundo diálogo a respeito da dinâmica dos integrantes da família Chaves, em especial Franklin Chaves, líder integralista, permitindo a este trabalho compreender os pontos de intersecções usados por esse sujeito histórico, ou seja, as vantagens e os possíveis meios de poder que esse título lhe conferiu para alcançar cargos estaduais. Enquanto na segunda, o autor esclarece as práticas políticas da Ação Integralista Brasileira, destacando, em seu quarto capítulo, a trajetória política de Franklin Chaves, ajudando este estudo a estabelecer inferências, bem como propiciando uma percepção da atuação desse agente e suas relações com as elites de outros municípios.

Quanto ao direcionamento dessa pesquisa, será, predominantemente, para as concepções teóricas e metodológicas da *Nova História Política*, de tal modo que influirão na maneira de selecionar e perceber os mais variados eventos ofertados nas fontes já aludidas. Apesar de bastante retratada, considera-se pertinente tecer algumas considerações acerca da chamada Nova História Política.

É interessante ressaltar que “dentro” da História Política havia campos antagônicos – Velha História Política (História Política Tradicional) e a Nova História Política.

A história política tradicional do século XIX detinha uma visão centralizada e institucionalizada de poder. Sua preocupação baseava-se na política dos grandes Estados, onde os sujeitos eram os “grandes homens”. Apesar de este trabalho destacar os privilégios que o poder institucional proporciona aos indivíduos, ele não os percebe como os grandes atores sociais, como diz Falcon (1997, p.62):

A promoção do Estado à condição de objeto por excelência da produção histórica significou a hegemonia da História Política. Daí porque, no século XIX, poder é sempre poder do Estado - instituições, aparelhos, dirigentes; os acontecimentos são

sempre eventos políticos, pois são estes os temas nobres e dignos da atenção dos historiadores.

Além de Falcon, René Rémond (2003) evidencia o quanto as fontes escritas regularmente constituídas e classificadas seduziam o historiador. Segundo Falcon (1997), da “história prestígio” passa-se a uma história reacionária, pois, nos fins da década de 1920, ocorreu a primeira publicação da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, sob a direção de Marc Bloch e Lucien Febvre, que propuseram a história como o estudo do homem no tempo e uma redefinição de conceitos fundamentais como: documento, fato histórico e tempo. Entretanto, buscou-se também uma história total, a ideia de ir ao fundo das coisas, e a História Política foi sendo substituída pelo estudo das estruturas, devido ao avanço do estruturalismo marxista, da segunda geração dos Annales, dos estudos quantitativos, da cliometria. Não se deve esquecer que o advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário e a difusão do socialismo dirigiam o olhar para as massas.

Todavia, a partir da década 1970 a dimensão política dos fatos sociais foi ganhando novos espaços. Os principais fatores a que isto se deve são as crises liberais e a intervenção do Estado, a ampliação das políticas públicas, a luta por direitos, pressão da sociedade, bem como as críticas aos modelos historiográficos, além do contato com outras disciplinas. O diálogo com a Ciência Política abriu espaço para o tema da participação política e dos novos atores.

Os temas processo eleitoral, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública, mídia, relações internacionais, movimentos sociais trouxeram os estudos sobre as sociabilidades, análise do discurso, história da cultura, imaginário político, representações políticas, mitos políticos, cultura política, diversidade, ritos, símbolos etc.

A década de 1980 trouxe a consolidação de uma *Nova História Política* que se interessa pelo “poder” nas suas outras modalidades, que incluem também os micros poderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, entre outros (BARROS, 2004, p. 107). Em suas análises, as grandes massas anônimas, o “indivíduo comum”, ganha atenção, ou seja, os seus objetos não são mais as grandes figuras políticas. Na verdade, o que induz associar um trabalho historiográfico dentro do campo da história política, segundo Falcon (1997), é o enfoque dado pelo historiador nessa categoria, que é o “poder”.

Não obstante as definições de poder, que serão exploradas, principalmente no terceiro capítulo, essa pesquisa compreende que o poder não é monolítico, não é único. O mesmo também não é ilimitado, principalmente na disputa pelo poder político, pois, para um

indivíduo adquirir poder, outro tem que perder. Uma das questões desse trabalho será definir como o poder se expressa.

Assim, se observará as reflexões de Antonio Gramsci, que usa o termo hegemonia para definir estas relações, *a classe dominante não governava pela força (ou de qualquer modo não só pela força), mas pela persuasão. A persuasão era indireta: as classes subordinadas aprendiam a enxergar a sociedade pelos olhos dos governantes graças [...] a sua posição no sistema.* (BURKE, 2002, p. 122)

Além do conceito de poder, os conceitos de Elite, cultura política e memória foram basilares nas aclarações quanto às problematizações, inspirando e conduzindo esse estudo, até por caminhos inusitados ante a possibilidade de novas leituras, visto que a teoria e a prática da pesquisa não se separaram e possuem uma relação de cumplicidade.

Portanto, é importante salientar como este trabalho entende o termo elite. Segundo Busino (2006):

O termo elite corresponde a “minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.)”. O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto aos indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual se manifesta sua preeminência plural, a palavra “élites” qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade [...]. (BUSINO *apud*, HEINZ, 2006)

Assim, não se compreende o termo elite de maneira limitada, isto é, restrita somente a um compartimento da sociedade. Não obstante, elencaram-se, para este estudo, as elites políticas. Dentro dessa perspectiva, a categoria cultura política contribuirá para que se possa perceber as ações das elites limoeirenses, focando na atuação e nos códigos articulados pela família Chaves. Esse conceito, como lembra Rodrigo Patto Sá Motta (2009), esmera-se em condições de longa duração. Assim, salienta-se que o mesmo perpassa todo este trabalho para além dos quarenta anos delimitados, permeando as reflexões, portanto, que trilham outras temporalidades em busca da compreensão das dinâmicas históricas que se “fazem conhecer” através de sua dimensão processual. Deste modo, segundo também Karina Kuschnir e Leandro Piquet (1999), esse conceito assume a seguinte definição:

Cultura política é um conceito multidisciplinar. A expressão foi criada na década de 60 por Almond e Verba a partir combinação das perspectivas sociológica, antropológica e psicológica no estudo dos fenômenos políticos. O objetivo era incorporar nas análises da política da sociedade de massas contemporânea uma abordagem comportamental, que levasse em conta os aspectos subjetivos das orientações políticas, tanto do ponto de vista das elites quanto do público dessa sociedade. No nosso entender, a noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores. (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 227).

Por último, é importante perceber a categoria memória como uma construção social, uma construção processual, *ou seja, como algo que os homens produzem a partir de suas relações e de seus valores* (GONDAR, 2005, p.18), pois tanto as lembranças como o modo de lembrá-las emergem sempre referenciadas ao lugar que os indivíduos ocupam nas relações sociais. Essa questão fica bem explícita na maneira pela qual os escritores do livro memorialístico de Judite, *Centenário de Nascimento (1906 – 2006)* (FREITAS; OLIVEIRA, 2006), lidam com as múltiplas faces da memória (BONAFÉ, 2007), uma vez que constroem, em sua retórica, uma heroína abnegada que a todos ajudava em Limoeiro, isenta de quaisquer tipos de interesses.

Deve-se compreender tal postura dos escritores do livro como uma tentativa de enquadrar a memória - “memória enquadrada”, expressão empregada por Henry Roussu, citado por Pollak (1989), onde o primeiro destaca que o fato de múltiplos atores se empenharem em construir narrativas em um determinado momento, corresponde a uma pluralidade de olhares em disputa, configurando batalhas intermináveis da memória. E, como acrescentou Pollak (1989) na nota 21: *O trabalho político é sem dúvida a expressão mais visível desse trabalho de enquadramento da memória.*

Semelhante a Bonafé entende-se o termo enquadramento como *o olhar que venceu, ou seja, que sobreviveu e se perpetuou (sem nunca se ter tornado estático, até porque isso não seria possível) e que hoje nos faz associar quase automaticamente a imagem do sujeito ou um grupo, a uma determinada postura, posição ou instância na qual ele se envolveu dentre suas múltiplas atividades.*

É ainda imprescindível destacar o caráter seletivo da memória. Nela só permanecem os fatos aos quais os indivíduos atribuem significados, perpassados por disputas e confluências de tempos. Por isso, deve-se também atentar que a memória não se reduz somente à representação:

As representações não surgem subitamente no campo social, mas resultam de jogos de força bastante complexos, envolvendo combinações e enfrentamentos que a todo

tempo se alteram. Se reduzirmos a memória a um campo de representações, desprezamos as condições processuais de sua produção. (GONDAR, 2005, 23.)

Dessa forma, os detentores de determinadas memórias não possuem um discurso mais verdadeiro, mas sim homílias perpassadas por disputas.

Outro conceito que foi usado nesse estudo é o de estratégia, compreendido aqui, segundo Michel de Certeau, como aquela que seria articulada pelos produtores, um sujeito de querer e poder, e que se apoia no lugar, [...] *as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição.* (CERTEAU, 1994, 47).

No âmbito de Limoeiro, os Chaves eram estes sujeitos do querer e do poder, respaldados pelos cargos institucionais. Este lugar (da instituição) possibilitou acessos outros e experiências tidas como socialmente importantes, que a maioria dos demais limoeirenses não teve oportunidade de desfrutar.

No que se refere às metodologias, predominantemente aplicou-se a constituição dos dados biográficos dos indivíduos como forma de perceber as relações. Ou seja, analisou-se o vínculo de parentesco dos sujeitos que ocupavam o cargo da prefeitura, bem como das lideranças dos partidos ou das principais instituições municipais. Vale salientar que a alternância dos cargos, em sua maioria, se dava pelos parentes consanguíneos e agregados, como, por exemplo, genros. Também se percebeu que a alternância das lideranças em cargos institucionais ocorria por correligionários, mas não por qualquer correligionário. Estes faziam parte das alianças políticas do grupo, compondo o que Serge Bernstein denomina de *família política*, que, como reflete o autor, *vão muito além da noção reducionista de partido político.* (BERSTEIN, 2009, p. 31-32).

Apesar de, em muitos sentidos, esta pesquisa ter como “saída metodológica” elementos de caráter prosopográficos, metodologia muito utilizada pelos estudiosos contemporâneos das elites em geral, em especial das elites políticas, ela não obedeceu meticulosamente aos critérios da prosopografia entendida como,

Nas palavras de Lawrence Stone, naquela que se tornou uma definição canônica do termo: “A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado consiste em definir um universo a ser estudado e então a ele formular um conjunto de questões padronizadas – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, local de residência, educação, e fonte de riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência profissional e assim por diante (...). O propósito da prosopografia é dar sentido a ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultura, identificar a realidade social, descrever e

analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu interior. (HEINZ, 2006, p.09)

Portanto, entende-se que apesar de não se ter incorporado a prosopografia em todas as suas propostas, destaca-se a importância dessa metodologia como fonte de inspiração, inclusive para trilhar outros caminhos metodológicos, afinal, todo objeto de pesquisa também traz, em sua inerência, o desafio para o pesquisador de perceber suas próprias especificidades no processo de análise das fontes.

Deve-se destacar ainda que malgrado identificar-se que a centralidade do poder da família Chaves recaia principalmente na ação de Judite e de Franklin Chaves, tanto ao assumirem postos importantes como na elaboração de estratégias políticas para a permanência do seu grupo no poder, não se elegeu fazer uma biografia modal (LEVI, 1996), em especial de Judite Chaves, identificada como esta provável pessoa que concentrasse as características do grupo. Preferiu-se, neste estudo, tratar essa dimensão do grupo, em todas as suas possíveis heterogeneidades, por conceber que este procedimento possibilitaria maior riqueza para a compreensão das ações e das “artimanhas” articuladas por eles, para continuarem no poder.

A esse respeito, quando se fala de grupo pode-se pensar também a família na dimensão política, do parentesco que se estabelece para além da consanguinidade. Há códigos que são partilhados pelo grupo, *isto é, uma cultura política que foi portadora de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas, e que vão muito além da noção reducionista de partido político* (BERSTEIN, 2009, p. 31-32), como já mencionado.

Também se recorreu à metodologia da oralidade, ambicionando compreender o enquadramento da memória (BONAFÉ, 2007), ou seja, a memória que venceu acerca deste grupo:

A História Oral, como todas as outras metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho -, funcionando como ponte entre teoria e prática. (FERREIRA; AMADO, 1998, p.16)

A fonte oral também permite perceber a disciplinarização das memórias dos indivíduos, pois este estudo concorda que a trama obtida excede o estreito apanhado de dados e informes escritos (JUCÁ, 2011, p. 76). A este respeito, é fato que as fontes desse estudo

mereciam um capítulo à parte. A oralidade, neste processo, atuou como uma das fontes mais inspiradoras para as reflexões. As entrevistas foram ricas, pois, no processo de ressignificação das lembranças, alguns narradores pareciam vivenciar outra vez aquilo que lembravam de uma forma tão intensa, que as análises “surgiam” da experiência sublime de ouvi-los em suas simplicidades, mas fluentes narrativas, e a naturalidade com a qual expunham a forma como concebiam o processo político. Da simplicidade da narração, surgiram complexas questões.

As possibilidades de análise que os Anais utilizados neste estudo também oportunizam são múltiplas, permitindo ao historiador entender como os sujeitos sociais de determinados períodos compreendiam as mais variadas conjunturas, seja de seu Estado, ou de seu país e até do mundo. Vale salientar que as iniciativas em torno da produção da memória tanto da Justiça Eleitoral como dos sujeitos sociais envolvidos nos processos desencadeados na Assembleia Legislativa Cearense em muito contribuíram para o fazer historiográfico, constituindo-se como um material impar, possibilitando, no intercruzamento de fontes, análises de caráter tanto quantitativo como qualitativo, de uma maneira bem mais prática e hábil.

A respeito dos livros de memória, categoria entendida aqui como aquele que apresenta os fatos almejando uma uniformização dos mesmos, uma estabilidade e ou personificação destes em relação ao passado, buscando disciplinar de forma singular e homogênea a pluralidade de interpretações possíveis, tanto dos olhares do presente como do devir, é importante dizer que eles foram elegidos sob alguns critérios, podendo ser classificados em: a memória afetiva familiar, a memória dos correligionários, a memória da oposição e a memória da Igreja Católica, por ter sido, em todos os planos, legitimadora dos processos políticos nos mais variados períodos em que a elite política esteve na liderança.

O município de Limoeiro do Norte possui outros livros de memória, que não foram selecionados devido a estes critérios. Ao primeiro bloco pertencem as obras FREITAS, Maria das Dores Vidal; OLIVEIRA, Maria Lenira (orgs.). *Judite: centenário de nascimento (1906 – 2006)*. Fortaleza: Premius, 2006; Chaves, MAIA, Eunides Maria. *Centenário do Nascimento de Franklin Gondim Chaves (10/02/1908 - 10/02/2008)*. Fortaleza: do autor, 2008 e FREITAS, Maria Das Dores Vidal; OLIVEIRA, Maria Lenira de (orgs.). *Limoeiro em Fotos e Fatos*. Fortaleza: do autor, 1997. Ao segundo bloco pertencem NUNES, Antonio Pergentino. *Minha Vida... Minha Luta...* Fortaleza: Edições do Autor, 1997. Ao terceiro bloco se enquadra o de LIMA, Lauro de Oliveira. *Na ribeira do rio das onças*. Fortaleza: Assis Almeida, 1997. E ao quarto bloco, BRANCO, João Olímpio Castelo. *O Limoeiro da Igreja. A história de Limoeiro a partir dos seus párocos*. Fortaleza: Minerva, 1997.

A noção de cultura escrita como chave de análise metodológica dos livros de memória foi central para perceber as relações da disputa pela memória e a relação memória “viva”, oralidade e memória escrita. Sobre a historicidade desta relação, Regina Zilberman (2010, p. 37) reflete:

A memória muda de lugar: deixa de se situar na subjetividade do locutor, para se colocar na objetividade do texto, a que, portanto, cabia conservar. A autoridade do texto suplanta a de seu produtor, e este fica, de um lado, obscurecido enquanto identidade, de outro, idealizado enquanto criador. A escrita toma lugar da voz, e consolida-se o objeto onde ela repousa – o livro, sacralizado enquanto depósito do texto. Esse, acima daquele, por se tratar de entidade que transita entre diferentes leitores, desde que os últimos não intervenham no processo, depois de que seus antepassados especializados fixaram sua natureza e conteúdo.

Assim, essa definição foi importante para esse estudo por ajudar a entender a própria fabricação desta fonte, os livros de memória, ou seja, os motivos, os processos históricos que conduzem os atores a registrar a suposta trajetória de suas vidas.

Dessa forma, a noção de cultura escrita situa-se na esfera do medo de ser esquecido. O temor do esquecimento move os grupos a narrarem-se. A produção de livros de memória se configura no âmbito em que este narrar toma forma através da escrita que, segundo Michel de Certeau, constitui uma prática moderna e ocidental dos indivíduos dos últimos quatro séculos. Estes anseiam fazer a sua história, fazer história, e a escrita traria a ideia de um rompimento com um mundo mágico, com o mítico, constituir-se-ia, portanto, como uma produção mais sistematizada, enunciando um caráter “mais verdadeiro”.

Certeau define o ato de escrever como uma atividade concreta, que consiste em um espaço próprio, a página, na qual se construiria um texto que tem poder sobre a exterioridade. A escrita seria uma intervenção parcial e controlável, onde o sujeito não seria “possuído pelas vozes do mundo”, exercendo deste modo, uma série de racionalidades, isto é, gestuais e mentais, *traçando na página trajetórias que desenhavam palavras, frases, um sistema* (CERTEAU, 1994, p. 224). Escrever, portanto, explica o autor, constitui-se em um teatro da vida no qual que estariam representadas, formalmente, as práticas sociais, tendo como intento, uma eficácia social, atuando sobre a sua exterioridade.

Os livros memorialísticos podem ser associados a essas representações formais, de que fala Certeau. Um dos primeiros pontos que motiva a quem escreve, é o querer da imortalidade:

Cada indivíduo sabe que, uma vez que a profundidade de sua própria memória não vai além de duas ou três gerações, ele mesmo será totalmente esquecido algum tempo após sua morte. [...] a transmissão que todo genealogista procura é, antes de tudo, a de si mesmo: salvaguardando a memória de seus ancestrais, ele protege também sua. (CANDAU, 2011, p. 139)

Com a família Chaves não é diferente. É interessante para o grupo, para a família, posicionar-se como a progenitora dos grandes projetos que “tencionaram a ascensão” Limoeirense. Os autores de livros de cunho de memórias políticas almejam atuar sobre uma exterioridade no sentido de fabricar discursos que comunicam que determinado, município, estado ou país, em seus aspectos positivos só é o que é “hoje”, porque os agentes que foram os líderes políticos de tal período tiveram uma liderança política atuante, foram proativos, dedicados e íntegros durante suas administrações.

A fabricação das memórias está almejando ainda estabelecer relações de identidade¹, no que diz respeito não a uma identidade interna, subjetiva, intrafamiliar, mas sim a uma identidade de caráter sócio-político, buscando organizar a memória para que seja implantada a *ficção da permanência e do sentimento de uma cultura comum* (CANDAU, 2011, p. 147). Nesse sentido, os sujeitos descendentes relacionam-se com o presente, almejando um reconhecimento de seus conterrâneos, um olhar diferenciado, de respeito e admiração por aquela sociedade em questão.

Além disso, há vários trechos do livro que são expressivos, no que diz respeito a transmitir indiretamente o ideal político de que eles, os descendentes dos Chaves, os Chaves do presente, são habilitados para atuar politicamente, devido ao sangue, à carreira política-partidária, ou para opinar a respeito de tal assunto. Os livros memorialísticos seriam um instrumento de “oficialização” e de tornar acessível as memórias que prestigiam o grupo. Escrever, portanto seria registrar e registrar é lembrar, é fazer conhecer, assumindo assim o registro, uma função pedagógica diante da sociedade limoeirense.

Para Joel Candau, a manipulação do passado permite construir passados alternativos, o que, em geral, é mais útil e conveniente, gerenciando, portanto a maneira social de conceber o transcorrido: [...] *uma relação elíptica, eletiva ou esquiva com o passado é com frequência uma maneira hábil de jogar com as memórias ou fragmentá-las* (CANDAU, 2011, p.168).

¹ Elencou-se o conceito de Identidade enquanto “Representação social” proposto por (PESAVENTO, 2008, p. 89-90), onde se concorda que *a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e se estabelece à diferença [...] é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade. Frente ao eu ou, ao nós do pertencimento se coloca a estranheza do outro.*

Por último, enfatiza-se que essa dissertação está organizada em três capítulos. O critério para ordenar os capítulos partiu do pressuposto que essa disposição instigará o leitor em sua compreensão acerca das questões discutidas.

O primeiro capítulo, intitulado **Rastros impressos: conhecendo os personagens entre as matrizes e matizes de poder articulados na década de 1930**, busca traçar uma trajetória acerca do grupo, bem como discutir os principais meios de poder utilizados por eles, desde o período Imperial até os anos de 1940. Nesse sentido, esse capítulo discute os momentos de abalo e instabilidade política do grupo, diante de supostas mudanças conjunturais e, como eles se articulavam para a retomada do poder.

O segundo capítulo, **Elites Políticas Limoeirense: entre poderes, partidos e politizações da fé**, discorre a respeito do papel da Igreja Católica na legitimação do processo político do Estado Novo em suas dimensões locais, bem como destaca a trajetória de Franklin Chaves, a partir da década de 1930, salientando como o seu ingresso no PSD, pós 1945, foi vital para a continuidade de mandatos, analisando-se, portanto, o papel dos partidos políticos para ascendência na carreira política dos atores sociais. Neste capítulo foi introduzida a noção de como, no âmbito do político, os sujeitos sociais se organizavam, explicitando a existência de “estratificações sociais” formadas pela elite política, correligionários e oposição.

O terceiro capítulo, que tem por título **O Processo Eleitoral em Questão: a Elite Política e suas “artimanhas” para a manutenção de seu “status, prestígio e poder”**, reflete sobre a conquista de Franklin Chaves do cargo de deputado estadual e os significados dessa ascensão para o grupo, trazendo explicações acerca da manutenção e das consecutivas reeleições de Franklin Chaves, mesmo diante das grandes mudanças conjunturais, bem como discutindo como o poder dessa elite política se expressava.

CAPÍTULO 1: RASTROS IMPRESSOS: CONHECENDO OS PERSONAGENS ENTRE AS MATRIZES E MATIZES DE PODER ARTICULADOS NA DÉCADA DE 1930

1.1 Desde a ancestralidade, ascendências ao poder público: conhecendo os Chaves sob as configurações das relações de poder estatal–local, no período Imperial e da Primeira República.

Os Chaves, (Sindulfo e Leonel) foram **sempre** Aciolistas [...]

Lauro de Oliveira Lima²

À frente do Município, o Prefeito [...] (1904/1912), administrando-o conforme o costume: “cumprindo as ordens vindas da capital”

Maria Das Dores Vidal & Maria Lenira de Oliveira³

Em janeiro de 1912, ocorreu a deposição do “governador do Ceará” Antônio Pinto Nogueira Accioly.⁴ O mesmo, juntamente com o seu grupo oligárquico, por cerca de 20 anos monopolizou “o poder local”. A “tipologia” de política articulada pelos governadores, a chamada “política dos governadores”, manifestava-se por meio de alianças, pactos, em que as oligarquias estaduais e os seus chefes locais acordavam uma espécie de apoio recíproco com o Presidente da República, Governo Federal, com o propósito de evitar que qualquer “desavença” pudesse causar engodos para a administração do país.

No quadriênio de Floriano Peixoto, a partir de 1892, atribui-se uma maior relevância para se estabelecer uma política constante, isto é, estável. Na maioria dos Estados, foi comum o mesmo grupo ocupar os cargos de poder por mais de 20 anos. No Ceará, neste período, os Accioly foi o grupo de mando, *pois o Governo Federal, através de mecanismos evitava que os oposicionistas se elegessem para quaisquer cargos. Nos diversos Estados, os “coronéis” realizavam um pacto de apoio mútuo com o chefe oligarca.* (SILVA, Maria, 1982, p. 236)

² Lembrado por ser um educador limoeirense, bem sucedido. LIMA, 1997. p. 337 (Grifos meus).

³ Descendentes da família Chaves, não por laços consanguíneos, mas por afinidade, como as próprias autoras se intitulam, em outra obra de suas autorias. FREITAS; OLIVEIRA, 1997. p.45 (Grifos meus).

⁴ O “chefe” Accioly mesmo exerceu três mandatos, 1886 a 1900, 1904 a 1908 a 1912, ano de sua deposição. É importante ressaltar que, não obstante este período ser profundamente conhecido pelos historiadores cearenses, elegeu-se aqui trazê-lo outra vez, em um debate mais detalhado, em virtude do fato de, possivelmente, historiadores de outros Estados não conhecerem tal período da historiografia do Ceará, mas principalmente, como forma de situar os atores sociais, objetos desta pesquisa, no cenário das relações políticas e sociais do Estado, focalizando ainda, e, em especial, esta interação do interior com a capital.

Em Limoeiro do Norte, os chefes dos Accioly eram a família Chaves, como trata a primeira epígrafe deste capítulo. Assim como estes últimos, as matrizes de poder do grupo aciolino vinham desde o Império, tendo os primeiros nascido sob a herança da descendência, ou seja, sob um princípio de continuar o legado dos antepassados, configurando-se em uma política por (ou de) hereditariedade. Por volta de 1860-70, o senador Tomás Pompeu dirigiu o Partido Liberal. Contudo, devido o mesmo ter sido acometido por uma enfermidade, anos mais tarde recomendou, em âmbito nacional, como legatários, seu único genro, no caso, Antonio Pinto Nogueira Accioly e um dos seus filhos. A partir desse momento, os Pompeu - Accioly dominaram o partido, aquinhoando a direção com os Paula Pessoa Rodrigues, seus adversários.

Não obstante, com o advento da República, os Accioly e os grupos oligárquicos foram “retirados” do governo estadual, pois os sujeitos defensores da república cearense eram, segundo Virgínia Silva, *médios proprietários e funcionários graduados, inclusive militares, que conseguiram tomar o poder estadual e nele se manter* (SILVA, Maria, 1982, p 237-238). Entretanto, narra a autora:

As próprias divergências dos republicanos nacionais acabaram enfraquecendo os republicanos cearenses, que possuíam já grandes dificuldades em disputar sua manutenção no poder com as antigas oligarquias. Quase dois anos depois da Proclamação (1891) os republicanos cearenses dividiram-se em “**cafinfins**” e “**maloqueiros**”. Mais tarde (1892) os “cafinfins”, adeptos do florianismo, aliaram aos Accioly e a outros oligarcas. Os “maloqueiros”, por sua vez, juntaram-se àqueles antigos oligarcas que (ao exemplo dos Paula Rodrigues) se identificaram com a política centralizadora de Deodoro. Entre 1890 e 1892, Nogueira Accioly, autodenominou-se “adesista” tinha levado a empenho arregimentar seus correligionários, do período imperial, numa frente que se chamou “União Republicana”. (SILVA, Maria, 1982, p. 238 – grifos meus)

No plano de Limoeiro do Norte, quem liderava os cafinfins eram os Chaves, e quem liderava os maloqueiros eram os Oliveira Lima. Estar ao lado de Accioly era a garantia de continuar ocupando certos cargos públicos, funções de mando, que só pessoas de estrita confiança deste, que no caso em Limoeiro, eram a família Chaves e também os Nunes, como coloca Lauro de Oliveira Lima (1997, p. 337), [...] *foi Accioly amigo dos Chaves (ou dos Nunes?), quem elevou a vila à categoria de cidade (1897) [...]*? Ou seja, pelo trecho, especificamente a data, percebe-se que, nesta empreitada, apelidada “União Republicana”,

Nogueira Accioly prosperou pois, em 1897, estava operacionalizando suas relações correligionárias, através de ações como elevar a vila à categoria de cidade.⁵

Relacionado a esta vitória de Accioly, Virgínea Tavares esclarece que, com o golpe de Floriano Peixoto e a sua ordem de demissão dos governadores, Clarindo de Queiróz, que era governador do Ceará, foi deposto em 1892. Tanto a Escola Militar, como outros grupos, como, por exemplo, o de Nogueira Accioly, eram a favor desta destituição, enquanto os Paula Rodrigues e os Távora, estes últimos em especial, são tratados pelos Chaves como seus opositores, como será entendido no porvir, defendiam Clarindo de Queiróz. O desfecho de tal exoneração foi a “admissão”, a partir de fevereiro de 1892 de Nogueira Accioly como *chefe estadual*. (SILVA, Maria, 1982, p. 238)

Com a chefia de 1892, Nogueira Accioly e o seu grupo empregaram e aproveitaram uma série de mecanismos para manter-se no poder. Dentre eles, Virgínea Tavares destacou a sujeição total ao Presidente da República, expresso em um tipo de acordo que vedava categoricamente a eleição dos eventuais candidatos da oposição, tanto em níveis estaduais como em níveis locais, a exemplo dos municípios em que os “*coronéis*” *tratavam de coordenar o comportamento político de todos os que estavam envolvidos na teia oligárquica*. (SILVA, Maria, 1982, p.238) O mesmo também estabeleceu alianças com grupos econômicos de grande relevância para o período, como os Boris, além de que, para conseguir o máximo de coesão de seu grupo oligárquico, evitavam-se nomeações em cargos administrativos de indivíduos estranhos ao rol familiar, sendo estes ocupados *somente por parentes, contraparentes e amigos de estrita confiança [...]. Tal interferência ocorria a propósito dos cargos federais, através dos políticos nacionais*. (SILVA, Maria, 1982, p.239)

Além disto, a repressão era um importante instrumento da soberania política do período, pois, ao se “revoltar” contra o governo, o indivíduo estava exposto a agressões físicas, como também a perder o emprego, caso ocupasse um cargo público, ficando impossibilitado de preencher outra função.

As características da política praticada pelos Chaves, em especial neste período, pode ser vista como um exemplo do que ocorria no plano municipal⁶, não somente no interior do

⁵ Neste trecho não está também se afirmando que Limoeiro do Norte não estivesse sob os possíveis “padrões” para se elevar uma vila à cidade, pois apesar de ser uma questão interessante a ser investigada, não foram encontradas fontes que “enunciassem”, de alguma forma, tal pressuposto, devido também este não ser o foco deste estudo. Entretanto, o que está se enfatizando são os estreitamentos das relações de uma liderança de âmbito estadual com os seus líderes correligionários municipais, ou seja, as possíveis relações de troca, de benefícios mútuos.

⁶ Para entender a respeito da política municipal, ver LEAL, 1976.

Estado do Ceará, mas como nos municípios do próprio Brasil.⁷ Ou seja, as configurações das bases de sustentação para ações efetivas de manutenção dos grupos possuem um ponto de intersecção que advinha da própria dinâmica Estadual e Federal. Assim, esta aliança Federal-Estadual –Local, bem nítida na Primeira República, mas de forma nenhuma inexistente, no período pós 1930, pode ser entendida, quanto às suas articulações e acordos, como um grupo social, isto é, [...] *Um grupo organizado, onde os indivíduos componentes formam um todo social mais abrangente, tendo objetivos comuns, papéis interdependentes e uma subcultura peculiar* (VENÂNCIO, 2009, 239-240), como já ilustrado em especial na aliança Chaves e Accioly.

No entanto, é importante salientar também que, caso os objetivos políticos comuns sejam afetados, ou ocorra a queda de um aliado, hierarquicamente, em termos administrativos de cargo maior, ameaçando o domínio de um poder, no caso público, tal grupo social pode se dissolver, aderindo a interesses de outros grupos sociais, a exemplo do que aconteceu na relação Chaves e Accioly.

Apesar de tal aliança ter perdurado, na deposição de Accioly em 1912, quando Francisco Celestino Chaves era prefeito, continuou desempenhando o papel de corromper as eleições através do *bico de pena*, para que só ocupassem o poder agentes interessantes para a família e para o grupo que ela integrava; os Chaves, inteligentemente, ao perceberem que o governo de Accioly encontrava-se em declínio, passaram a apoiar Franco Rabelo:

Os Chaves (Sindulfo e Leonel) foram sempre aciologistas. Ocorre que, por motivos que não conseguimos descobrir, estavam, na oposição, por ocasião da deposição de Nogueira Accioly (1912), concorrendo para colocar Franco Rabelo como governador. (LIMA, 1997, p. 337)

Este estudo interpreta este ocorrido, como uma postura desenvolvida por esta família de estar próxima de quem está ou de quem possui maior possibilidade, de fato, de ocupar o cargo mais alto na esfera estadual. Como a família já havia conseguido ocupar cargos de repercussão estadual (a exemplo, no período Imperial, quando Leonel Chaves foi deputado estadual, como será abordado *a posteriori*), não queria perder os vínculos que possibilitavam uma possível ascensão, nem o respaldo e a projeção já trilhada.

⁷ Longe de se pretender reificar generalizações e homogeneizações dos processos, a proposta desta pesquisa ao levantar tal questão se situa no âmbito de que possivelmente há fatores comuns entrelaçados por uma cultura política, entendida neste sentido como códigos partilhados por um mesmo grupo, que perpassam as lógicas de inteligibilidade e aceitação social para o exercício do poder político-partidário.

Segundo Francisco Régis Lopes Ramos, historiador cearense, a vitória no pleito de Franco Rabello foi intercedida por um acordo com Accioly (RAMOS, 2004, p. 359). Em 1912, Franco Rabelo ganhou as eleições para governador do Ceará, apoiado pela “Política das Salvações”, que consistiu em um movimento político de cunho nacional, aderido por alguns setores da “*classe média*” de Fortaleza, “*das oligarquias dissidentes*” e da *Associação Comercial Cearense* (RAMOS, 2004, p. 359). A mesma, por volta de 1911 a 1914, foi organizada por um grupo de civis e militares que, em 1911, governo de Hermes da Fonseca, desfrutou de parcial acesso ao poder no Governo Federal. Assim, tal mobilização pode ser compreendida como uma expressão de instabilidade da política dos governadores no período (SILVA, 1982, p. 237).

Contudo, ao alçarem o poder público, aqueles que não só almejavam, mas conseguiram depor as oligarquias estaduais, alegando que os mesmos “atrasavam” a gerência e o desenvolvimento da nação, transformaram-se também em oligarquias, mostrando-se não serem *tão anti-oligárquicos* (SILVA, 1982, p. 237) como aspiravam.

No Ceará, o alvo dos salvacionistas era a deposição do já abordado Nogueira Accioly. Todavia, a ascensão de Franco Rabelo não significou um rompimento com as práticas características da política oligárquica, como pode ser ilustrado através das ações do sujeito Francisco Celestino Chaves, prefeito de Limoeiro do Norte, lembrado por sua prática de burlar as eleições a bico de pena (BRANCO, 1995, p. 115), no período do governo de Franco. Houve apenas uma mudança de grupos políticos no poder estatal, pois no poder local, pelo menos em Limoeiro do Norte, a liderança política continuou concentrada na família Chaves, que já desfrutava de poder desde o Império, conseguindo mantê-lo devido à artimanha de saber o momento certo de mudar de lado, escolhendo aqueles que tinham mais chances de ocupar o poder máximo na esfera estadual. Nesse sentido, conforme Francisco Régis Lopes Ramos (2004, p. 360):

Vale lembrar que Franco Rabelo assumiu a presidência do Estado mediante um acordo político com Nogueira Accioly. Em 1912, Franco Rabelo foi eleito com grande quantidade de votos. Mas, na legislação em vigor, isso não era suficiente. Para ser empossado, necessitava da aprovação de 16 dos 30 deputados da Assembleia Legislativa, que estava dominada por homens ligados a Nogueira Accioly. Para ter nas mãos o número suficiente de votantes, decidiu negociar com o velho oligarca. Receberia, na votação, o apoio de 16 deputados e, em troca, daria alguns cargos públicos aos “acciolyistas”. Entretanto, o acordo foi cumprido de modo parcial. Apenas 12 deputados votaram a favor de Franco Rabelo [...] Mesmo ferindo a legalidade, Rabelo foi empossado.

O pacto entre Accioly e Franco não persistiu, e o primeiro organizou um forte movimento de caráter opositor. Em contrapartida, Franco Rabelo agiu de forma retaliativa, tentando desmontar o “acciolyismo” no Cariri, região do sul do Ceará, tida pelos historiadores⁸ como a principal base política do governo de Accioly. Assim, a mando de Franco Rabelo, o prefeito do Crato, cidade da referida região, Antônio Luiz Alves Pequeno, que era primo de Accioly, foi preso e substituído por José André, “rabelista”, sob a alegação de ser em nome da ordem e da “batalha” contra a bandidagem.

Tal ação teve consequências para Franco Rabelo, pois no plano das coligações nacionais, ele se colocava contrário ao pretendente a ser herdeiro de Hermes da Fonseca, Pinheiro Machado, rompendo assim com as forças federais que o tinham instituído em 1912, que, em certo grau, foi de encontro à soberania de Accioly.

O desfecho dessas relações culminou na “perseguição” de Hermes da Fonseca ao antigo aliado. Em Juazeiro do Norte, cidade vizinha ao Crato, no Ceará, a oposição de Franco Rabelo, liderada por Floro Bartolomeu, que chegou a ser deputado estadual e também federal apoiado pela Presidência, planejava desvalidar o processo, que era irregular, da eleição do governador Franco Rabelo.

Os Chaves, que inicialmente apoiavam Franco Rabelo, neste cenário já integravam as bancadas da oposição, pois não era interessante ficar em conflito com as forças políticas que detinham a máquina do Estado, de um âmbito nacional, e que aparentemente a continuariam gerenciando. Segundo Lauro de Oliveira Lima, os Chaves se coligaram *ao Pe. Cícero, para depor Franco Rabelo, comparecendo Sindulfo, pai de Franklin Chaves e de Judite Chaves, à reunião da Câmara de Juazeiro, no Cariri, onde se preparava a rebelião.* (LIMA, 1997, p. 337).

Percebe-se que os Chaves foram agentes que se apresentavam. Isto é, procuravam ser vistos, participativos, buscando manifestar claramente de que lado estavam. Portanto, demonstravam para aqueles que, em certa instância, eram os seus superiores, no sentido de amplitude de poderes, o quanto eles eram leais ao governo federal vigente, o quanto eram fiéis ao Presidente da República e a quem eles escolhessem para ser seu sucessor. De tal modo, mostravam-se como opções fidedignas para continuar ocupando as funções públicas, que lhes oportunizavam “glória” e poder. Nesse sentido, sabe-se que o acesso a instituições conferiam ao indivíduo não só o poder, mas contatos que possibilitariam a ampliação deste, bem como ascensão social para os que os “residiam”.

⁸ Ver RAMOS, 2004 e SILVA, 1982.

É interessante o quanto, Franklin Chaves⁹, ao recordar, na década de 1980, de Nogueira Pinto Accioly, ainda resguarda a imagem deste:

O velho José Nogueira Pinto Accioly, o comendador Nogueira Accioly, eu era muito criança, mas olhando assim já hoje mais de longe, eu tenho a impressão que era um homem muito correto, à altura do cargo, era um homem extraordinário, mais passou muitos anos, como governador, aquilo foi cansando a opinião pública, naturalmente, alguns defeitos, algum deslize que todo governo pode ter. A família dele, uma família grande, muito rica e a oposição teve um trabalho muito grande para derrubá-lo, foi derrubado pela armas né? Agora Franco Rabelo que era um coronel, que veio de lá, não sei, eu ainda era muito pequeno [...] Esse, quando chegou, foi uma decepção, tinha nem condições de governar o Estado, aqueles amigos que criaram uma situação para que ele vinhesse, depois tirou o corpo fora todo, aquele grupo que lutou contra ele.¹⁰

Isto permite perceber como os laços destas relações mediadas pela política, especificamente as alianças políticas estabelecidas no Império e na República, eram fortes, no que diz respeito à confiança, admiração e proteção. Pode-se pensar que o chefe do Estado era um espelho para seus correligionários mandantes, no exercer a política- partidária. Mesmo em meio a essa contradição de sua família ter mudado o seu apoio, tantos anos depois, Franklin Chaves provavelmente detinha essa imagem de Accioly, também perpassada pelas conversas familiares a respeito do mesmo, ratificando-se a ideia, levantada por esta pesquisa, de que apoiar Franco Rabelo nada mais foi do que estar ao lado do mais provável vencedor, para que o poder local não pudesse ser ameaçado.

Nesse sentido, “as práticas políticas” não se diferenciariam demasiadamente das já exercidas, mesmo porque, como se sabe, o governo de Franco Rabelo não se afastou do que aparentemente repudiava antes de se eleger. Entretanto, devido às decisões de Franco Rabelo de ir de encontro ao governo que tinha lhe colocado no poder e, de certa forma, por em suspeita todos aqueles, em especial os prefeitos e coligações interioranas que o tinham apoiado, é lembrado por Franklin Chaves como uma vergonha.

Por fim, em 14 de março de 1914, foi determinada intervenção federal no Ceará. Logo depois, Hermes da Fonseca destituiu Franco Rabelo e nomeia o general Setembrino de Carvalho como Interventor do Estado. Os Chaves, bem relacionados, com a deposição de Franco Rabelo recebem a intendência da Porangaba:

⁹ Um Chaves, que atuou a partir da década de 1930, aderindo ao Integralismo, sendo vereador e, na década de 1940 chegando a izar o cargo de deputado estadual, sendo portanto, um indivíduo central para se entender as novas investidas em relação ao poder, diante das mudanças de discursos conjunturais no âmbito da política dita nacional por este grupo.

¹⁰ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984. Fita, Nº: 01. p.09.

Prepararam lá os jagunços e vieram pra depor o Franco Rabelo. Por que Franco Rabelo assumiu e foi um desastre, né? Então eles tiveram que depor o Franco Rabelo. Veio então o Pe. Cícero de lá e tal. Papai que era um político de muita evidência **foi nomeado intendente** [...], foi Prefeito de Porangaba-1914/1915 [...] ¹¹

Os pais de Franklin Chaves moravam no Sítio Bom Futuro, atualmente Bairro Damas, na cidade de Fortaleza, que neste período, pertencia ao distrito da Parangaba, “demonstrando” o quanto eles buscavam se articular dentro da política do Estado do Ceará.

Nesse sentido, é importante esclarecer afinal quem foram os Chaves e o lugar social ocupado por estes, bem como quais as estratégias traçadas para a manutenção de seu poder, para que se possa entender como se estruturaram os grupos de *elite política* ¹², no interior do Ceará. Ou seja, para se compreender quais os processos que desencadearam para que esses indivíduos se tornassem “os dirigentes”, dispondo de poderes, de influência e regalias inacessíveis ao conjunto de seus contemporâneos, ocupando uma posição-chave em seu município (HEINZ, 2006, p. 9); conseguindo por várias vezes, em tempos cronológicos e históricos diferentes, o seu projeto ambicionado de alcançar cargos estaduais, mediante as configurações sócio- políticas da sociedade cearense, mesmo em momentos de uma parcial mudança no republicanismo do país, do Ceará, como por exemplo a chamada Revolução de 1930.

Franklin Chaves, uma das figuras emblemáticas desta família, pois conseguiu ocupar o cargo de deputado estadual, como mencionado anteriormente, quando interrogado a respeito de sua família ter algum tipo de atuação política, declara:

¹¹ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984. Fita, Nº: 01. p. 03-04. Grifado por este estudo.

¹² [...] O termo elite aqui empregado, corresponde a “minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.)”. O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual se manifesta sua preeminência plural, a palavra “elites” qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade [...]. BUSINO, Giovanni. *Elites et élitism*, citado por HEINZ, 2006. p.07. Contudo, vale salientar que, apesar da eleição desta definição, discorda-se do autor, quando o mesmo sugere uma maleabilidade e abrangência desta categoria. Portanto, compreende-se aqui que nem todos podem ser da elite. Por exemplo, dependendo da família em que se nasce, e das condições históricas, é que se alcança esta posição. Em Limoeiro do Norte, qualquer um não pôde ser elite, isto é, não conseguiu aproveitar de experiências que perpassam pelo privilégio. Mesmo famílias que detinham de certa riqueza não se dispuseram das mesmas vantagens dos Chaves, pois o poder institucional os legitimava socialmente e lhe proporcionavam relações com indivíduos de esferas maiores, a exemplo do Estado, que ampliavam cada vez mais suas conquistas e áreas de atuação. Nesse sentido, este estudo buscou delimitar esta abrangência do conceito de elite de Busino, focalizando semelhante a Wright Mills a elite em termos de sua posição institucional. Deste modo, a discussão de por que uns “são” ou estão como elites e outros não, está interligada a discussão de poder, isto é, como o poder funciona e como ele é estruturado.

Se tem algum tipo? Desde o meu avô, tanto por parte de pai como por parte de mãe, mais por parte de pai, meu avô era chefe político no interior, em Limoeiro, foi chefe político muitos anos. [...] ¹³

O avô a que Franklin Chaves se refere é Serafim Tolentino Freire Chaves, que nascera em 10 de Setembro de 1839, tendo por pais Antonio Rodrigues Chaves e Anna Thereza Chaves, *no lugar Caiçara de Areia, termo de Aracati*.¹⁴ Ao reconhecer o poder político que seu avô tinha, graças aos cargos que ocupava, de tabelião e Comandante da Guarda, podem-se pensar as dinâmicas das relações políticas no período e os reflexos destas admissões para os seus descendentes. Para a memória oposicionista:

Com a instalação da vila (1873), intensifica-se a liderança dos Chaves, (São João), com a nomeação de Serafim Tolentino Freire Chaves, tabelião e, posteriormente, comandante da Guarda Nacional. Por algum tempo, permanece a liderança do Pe. Francisco Ribeiro Bessa, que fora nomeado vigário, em 1864, elegendo-se deputado várias vezes depois da criação da vila. Com a transferência do Pe. Bessa para Beberibe, a liderança de Tolentino acentua-se, concentrando o poder cartorial (Tabelionato), militar (Guarda Nacional) e político (prestígio junto ao presidente da província) Permaneceu como líder até 1914, quando faleceu. [...] O controle do poder, na comunidade, oscilava sempre entre os detentores da burocracia (sobretudo os cartórios) e os mercadores enriquecidos. (LIMA, 1997, p. 318)

O trecho acima, corrobora com memória familiar destacando os cargos ocupados por Serafim Tolentino Chaves, que pode ser considerado do ponto de vista memorativo como o patriarca dos Chaves¹⁵, devido o fato deste ter sido o primeiro tabelião do público, do judicial e notas de Limoeiro, cargo que os fizeram conquistar prominenças peculiares diante de seus contemporâneos. Observem o organograma¹⁶ da família Chaves abaixo:

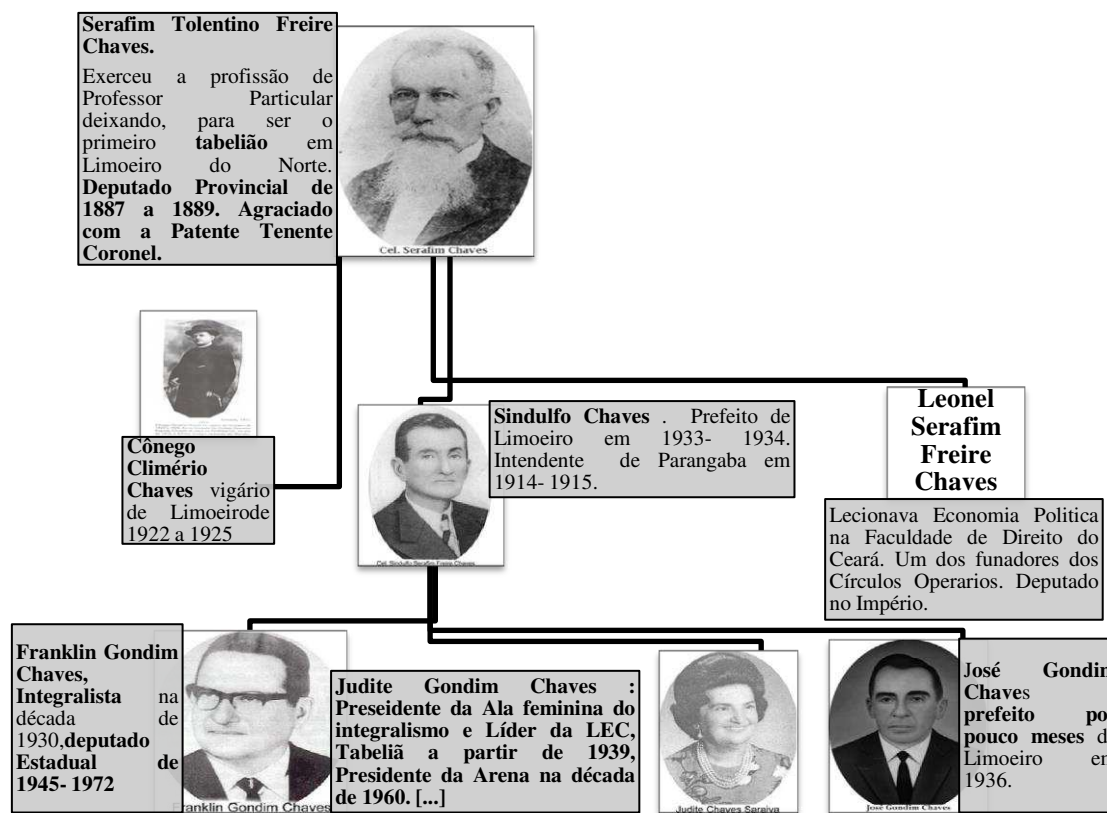
¹³ Entrevista Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984. Fita, Nº: 01. p.03.

¹⁴ Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense - Barão de Studart. Disponível em <http://www.ceara.pro.br/cearenses/listapornomedetalhe.php?pid=34033> Acessado em 27/11/12, às 14:58 h.

¹⁵ É importante ressaltar que este São João, que há na citação, provavelmente refere-se ao atual São João do Jaguaribe, que na época não havia se emancipado, sendo território integrante de Limoeiro do Norte. Mas, como já foi mencionado Tolentino era de Aracati, e os Chaves, sobre os quais se falará nesta pesquisa, migram de um sítio próximo de Fortaleza, como já referido, para Limoeiro, devido aos ascendentes e sua carreira política, apesar do discurso deles ser outro. Provavelmente, a menção ao atual município de São João do Jaguaribe ocorre devido, segundo o Pe. João Olímpio, Serafim descender dos Freire Chaves dessa atual cidade, considerada por ele como uma das primeiras povoações do Vale do Jaguaribe, que *ombreava em antiguidades com Aracati e Russas*. (BRANCO, p. 133)

¹⁶ É importante salientar que este organograma não contempla todos os membros dessa família, mas somente a aqueles que são os sujeitos centrais para esta pesquisa.

Figura 01. Árvore genealógica dos principais atores da família Chaves envolvidos no processo político.



Segundo o Dicionário Biobibliográfico Cearense - Barão de Studart, Tolentino deixa de ser professor particular para ocupar tal cargo. Como se deu tal processo parece obscuro, mas um ponto intrigante é: quem teria nomeado Serafim Chaves? É interessante pensar que o cargo de tabelionato era um cargo de confiança, onde o tabelião tinha como função servir, facilitar as ações dos proprietários rurais, sendo, portanto, somente ocupado por alguém de confiança das elites do Estado.

Ainda conforme este mesmo “glossário”, o mesmo teria sido deputado provincial de 1887 a 1890, demonstrando que, no plano das relações de poder, Serafim Tolentino conseguiu estabelecer vínculos que possivelmente possibilitaram a ocupação de tais cargos.

Não obstante, a grande questão é quando Franklin se referiu ao fato de seu avô ser chefe político – pode-se pensar sobre as implicações dos títulos adquiridos, em especial o de Comandante da Guarda Nacional. Criada em 1831, época da Regência, para substituir as milícias do “período colonial”, pertencer a esta esfera oferecia ao indivíduo um poder hierárquico, em que a patente de coronel expressava um comando municipal ou regional. Contudo, para adquirir tal “título”, o sujeito tinha que ter um prestígio social, econômico que,

segundo Barbosa Lima Sobrinho, dificilmente fugia das figuras dos proprietários rurais. (SOBRINHO, s/d, p. 13-14) Estes “títulos”, posteriormente passaram a ser concedidos,

[...] a quem se dispusesse a pagar o preço exigido ou estipulado pelo poder público [...] recebidos de graça, como condecoração, acompanhada de ônus efetivos ou adquiridos por força de donativos ajustados, as patentes traduziam um prestígio real, intercaladas numa estrutura social profundamente hierarquizada . (SOBRINHO, s/d, p. 14)

No caso de Tolentino, tal título atuou mais como uma condecoração, pois, conforme o Dicionário Biobibliográfico Cearense - Barão de Studart, o mesmo *Fora agraciado com a patente de Tenente-Coronel da Guarda Nacional*, expressando assim tanto o patamar em termos “financeiros” deste sujeito social como a legitimidade que o Estado dava àquele indivíduo, distinguindo-o, conferindo-lhe uma posição que oferecia poder, hierarquia, prestígio diante da comunidade Limoeirense.

Assim, o que vale destacar são os sentidos sociais que obter tal título imprimiam nas relações entre os sujeitos e as oportunidades pessoais das implicações do lugar, do respaldo da instituição, que influiriam também para os seus descendentes, não somente no âmbito do discurso político, em que eles, os Chaves, seriam os mais preparados para reger o interesse de uma coletividade, devido à tradição familiar de “liderança”, mas efetivamente, no que diz respeito ao que se é considerado socialmente como argentário, e que, muitas vezes, transcende os anos, sendo ainda considerado como sinônimo de opulência. Como, por exemplo, as propriedades de terra que a família Chaves, no caso, possuía, como declara Franklin Chaves em sua entrevista¹⁷ à Universidade Federal. Ou a concessão do Estado, como no caso do cartório, em que a posse passava de pai para filho, sendo um importante meio de poder na composição dos aparatos para se vencer as eleições, aos moldes *bico de pena*, sendo utilizados por eles tanto na Primeira República, como no pós 1930, como será discutido mais detalhadamente.

Nesse sentido, pode-se concluir que, apesar dos indivíduos não serem elite, no sentido ontológico da nomenclatura, e sim estarem como elite, admitindo-se que esta possui um caráter eminentemente posicional, tanto de poder, quanto de status (BORGES, 2011), muitas vezes, já se nasce elite, como é o exemplo desses personagens, os Chaves da década de 1930, no caso os filhos e netos de Serafim, que tiveram efetivamente privilégios por terem nascido em uma família que detinha do poder burocrático e político, além de utilizarem essa premissa

¹⁷ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984. Fita, Nº: 01. p.02. Acervo do Núcleo de Documentação Cultural - NUDOC/UFC.

de “tradição familiar” para compor o seu discurso político. Não obstante, é importante enfatizar, a dimensão interacional de se nascer ou de estar como elite. Ou seja, os sujeitos sociais que são elite em um determinado espaço, ao migrarem deste, por exemplo, podem perder sua posição, admitindo-se assim a noção relacional do termo.

É fato também que Serafim Tolentino Chaves já fazia parte de um grupo seletivo, sabendo pelo menos ler e escrever, algo que, no Império, não era tão comum, sendo, pode-se dizer, um requisito não só para ocupar seu cargo de tabelião, mas também para adentrar o espaço que ele ingressou na política. Malgrado tal competência o separar da maioria, ela não garantia o ingresso nas elites, mas constituía um fator importante nesta “conjuntura”, tanto que o mesmo investiu em seus filhos, para que estes alcançassem a formação superior, como foi o caso de Leonel, que chegou a ser deputado, mas também exercia a docência na Faculdade de Direito em Fortaleza, como se verá a seguir.¹⁸

Outro aspecto importante a ser considerado é a relação Chaves e Igreja Católica, onde uma nutria a autenticidade social da outra e vice-versa. Tanto no período Imperial, como também na Primeira República, a Igreja e a relação com os párocos se configuraram como importante suporte para consolidação do poder da família. Contudo, quando algum pároco entrava em desacordo com eles, os mesmos tomavam algumas iniciativas:

Um irmão de **Sindulfo** e do Pe. Climério, Leonel Chaves, que morreu em 1919, tornou-se deputado, dando cobertura estadual, em Fortaleza, ao domínio dos Chaves, em Limoeiro. [...] Além da dominação cartorial, os Chaves controlavam, muitas vezes, através dos vigários da paróquia, o poder eclesiástico. Quando um vigário sem ligações sanguíneas com os Chaves tentava enfrentar seu poderio, abriam contra ele guerra de morte, como fizeram com o Pe. Acelino Arraes, que terminou sendo suspenso de ordem, substituído, por pressão dos Chaves, pelo cônego Climério, tio de Franklin Chaves e de Judith. Outro padre perseguido pelos Chaves foi o Pe. Godofredo, que teve de sair de Limoeiro quase às carreiras. [...] (LIMA, 1997, p. 322-323 – grifo meu)

A parte inicial deste fragmento permite perceber que os filhos de Serafim Tolentino traçaram um percurso que lhes ofereceu legitimidade social. A respeito de Sindulfo, sabe-se que na década de 1930 foi prefeito, levando, portanto, “a assinatura da família” mais uma vez para os lugares de poder. O fato de Climério ter se tornado padre o incluía em um grupo de letrados, além de facilitar possíveis relações com a Igreja, o que era importante, para os projetos de uma elite política, no período. Neste interim, a trajetória de Leonel, que morreu quatro anos depois de seu pai, se destaca, pelo o fato de ter trilhado os passos do mesmo,

¹⁸ Para ver a importância da educação para as elites cf. CARVALHO, 2011. p.65–92.

obedecendo a uma espécie de hereditariedade política, que no porvir, como já mencionado, Sindulfo também trilharia.

Segundo o Portal da História do Ceará¹⁹, Leonel Serafim Freire Chaves, teria nascido em 12 de junho de 1873, justamente quando Serafim Tolentino migrara para assumir seu posto de tabelião, sendo, portanto, natural de Limoeiro do Norte. O que é interessante é que o mesmo lecionava Economia Política na Faculdade de Direito do Ceará e foi destacado como um dos fundadores do Círculo Católico de Fortaleza, demonstrando a articulação destes indivíduos no cenário que se configurava mais amplo, permitindo ratificar a importância que Tolentino assumiu no Império, e o quanto a família investiu para continuar no poder, demarcando presença em instâncias que pudessem cada vez lhe oportunizar um maior renome.

No que diz respeito a estes ocorridos destacado na citação acima e escrito por Oliveira Lima, descendente dos Oliveiras, oposicionistas da elite política, sobre a relação Chaves e Igreja, tais fatos são contados também por outros autores, que explicitam com mais detalhes essas disputas. Escolheu-se aqui narrar o episódio que ocorreu com o Pe. Acelino Arrais em detrimento do episódio com o Pe. Godofredo Cândido, em especial devido às fontes, pois o evento com este último padre não é detalhado. Ainda vale ressaltar que tal episódio é esclarecedor para se pensar a relação que os Chaves tinham com o Arcebispo, líder maior da Igreja Católica no Estado e o respaldo desses diante da sociedade, haja vista por em descrédito um vigário diante de Dom Manoel.

Segundo os escritos de Dom Pompeu Bessa, os correligionários da família Chaves, detentora do poder local também no período da primeira República, destacando-se o “Coronel”²⁰ José Nunes Guerreiro, que a primeiro momento fazia parte deste grupo de desafetos políticos, ocorrendo, até supostos tiroteios entre a casa deste “coronel” e o *solar* do Pe. Acelino, se relacionavam buscando intimidar os seus opositores. Isto é expressivo nas

¹⁹Disponível em <http://www.ceara.pro.br/Pesquisas/ListaFATOSHISTORICOS.php?verbete=Leonel+Chaves&verbete2=&pesquisa=pesquisa+hist%F3rica>. Acesso em 28/11/12.

²⁰ O termo coronel está entre aspas por ser uma denominação dada por Dom Pompeu Bessa. Nesse sentido, é oportuno salientar que José Murilo de Carvalho critica o uso mal empregado do termo Coronelismo. Deste modo, inspirado nas reflexões de Victor Leal Nunes, Carvalho declara: *o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. O coronelismo, além disso, é datado historicamente. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo e à derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos.* (CARVALHO, s/d) Contudo, este termo até hoje tem sobrevivido para descrever as relações políticas do interior do Ceará, devido à semelhança de algumas práticas políticas desenvolvidas pelos prefeitos com a dos “coronéis”, para conquistar a vitória nos pleitos como, por exemplo, oferecer vantagens em cargos públicos a votantes, ou prejudicar, de alguma forma, pessoas que já fazem parte da esfera pública, transferindo-as para localidades do município mais distante, devido as mesmas não terem aderido a sua candidatura.

desavenças político-partidárias entre os Chaves e o Pe. Acelino, tendo alcançado o seu auge quando o referido padre agrediu e foi agredido fisicamente por Getúlio Chaves²¹, no pátio da Igreja.

Sobre esse assunto, Franklin Chaves declarou²² que este padre se entusiasmou tanto pela política, que se esqueceu da sua missão católica, tendo por consequência, reclamações da população. Segundo o mesmo, quem recebia e transmitia para Dom Manuel, arcebispo do período, as reclamações para substituir o Pe. Acelino por outro vigário era ele mesmo. Não obstante, Franklin relata que Dom Manoel pedira um ano, pois tinha medo de perder um padre, no caso, o Acelino. Após este ano, seu pai, Sindulfo Freire Chaves, teria ido conversar com Dom Manuel, declarando que seu prazo acabara e o arcebispo teria sugerido o nome do Pe. Climério, tio de Franklin, para assumir tal posto.

Na narrativa de Franklin, soam estranhos alguns pontos, como, por exemplo, ele ter ouvido e transmitido às reclamações, pois o mesmo só migrou de Fortaleza para Limoeiro em 1923, quando toda esta trama já estava chegando ao fim. Além disso, ele era muito novo, com idade, no período, por volta de uns 15 anos, para se reportar como representante de sua família a um bispo, percebido como uma autoridade.

Provavelmente, Dom Manoel foi abordado por algum dos membros da família Chaves, o prefeito da época era Felipe Santiago de Lima, russano, que governou de 1919 a 1927. Sabe-se que o arcebispo tinha forte ligação com os Saraiva de Menezes, tanto Pedro Saraiva de Menezes, que era casado com Maria Chaves, como Custódio Saraiva, que casou com Judite Chaves, em 1924. Poderia ter sido por influência deles, tendo em vista as relações constituídas, mas também não deve ser ignorado que Dom Manuel visitara a cidade, por aquele período, segundo a memória do Pe. João Olímpio (1995, p. 118), em 1917, Dom Manuel pode não ter gostado do que via: *Por que Dom Manuel da Silva Gomes não lavrou a Ata costumeira da Visita Pastoral em 1917? Esquecimento ou omissão, por preconceito ou prevenção, face às atitudes independentes, desabridas e suspeitas do Pároco, do ponto de vista administrativo, moral ou político?*

Entretanto, após essa visita, a deposição do Pe. Acelino ocorreu no transcorrido de cinco anos, pois o Cônego Climério Chaves foi provisionado pároco de Limoeiro em 20 de Dezembro de 1922, sendo empossado no dia 27 do mesmo mês.

²¹ Primo de Franklin Chaves, um dos personagens de grande expressão da família, a partir da década de 1930.

²² Entrevista Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984. Fita, Nº: 01. p.15 – 16.

A memória atribuiu a um Chaves, que possivelmente já havia falecido, a decisão do epíscopo em depor o padre Acelino: *Neste “affaire “político-partidário, o Arcebispo, Dom Manuel da Silva Gomes, parece ter dado mais ouvidos à Família Chaves (Dr. Leonel, Sindulfo Chaves) que ao Pe.”“.* Acelino. [...] (DOM POMPEU BESSA *apud* BRANCO, 1995, 9. 115). O Chaves possivelmente é Leonel, falecido em 31 de outubro de 1919²³.

Ao cruzar os discursos de Franklin Chaves e o de Dom Pompeu, percebendo-os como uma “representação”²⁴ e reapresentação do real, considerando as distorções das transmissões destes discursos em torno desse episódio, tudo leva a crer, em especial este suposto prazo dado a Dom Manuel, como mais expressivamente o ano da “exoneração” mesmo, que o processo de ações mais efetivas de destituição do Pe. Acelino ocorreram por volta do início da década de 1920, ficando de certa forma em suspeita se o mérito teria sido da família, por causa de sua credibilidade junto a Dom Manuel. Não se nega aqui a possibilidade de intervenções de Leonel, anteriores a 1919.

Não obstante, sabe-se que as confluências de tempo perpassam os processos mnemônicos²⁵, não significando, por conseguinte, que aconteceu ou não aconteceu, se é verdade ou mentira o que se recorda. Esta não é a questão. O que importa é que, em “termos concretos”, eles foram beneficiados, porquanto conseguiram não somente destituir o seu adversário político, mas ganhar um vigário aliado, apesar deste só ter ocupado o posto de 1922 a 1925, devido sua morte súbita.

Assim, é interessante também perceber que, além do resultado “imediato”, os Chaves também causaram a impressão de quão forte era seu controle político devido à memória ter tratado de gerir tal ocorrido. Logo, como foi construída esta memória em que eles, os Chaves, teriam pressionado o arcebispo e o mesmo teria cedido aos seus apelos, os ressentimentos a respeito deste episódio passaram ecoar nas ruas de Limoeiro do Norte.

Na opinião de Dom Pompeu Bessa (*apud* BRANCO, 1995, p. 115), o Pe. Acelino era [...] *político “besta”, que sempre perdia, [...] e o partido dos Chaves, mestre em eleição a bico de pena!* A menção na questão do bico de pena, ilustra o poder que o cartório

²³Portal da História do Ceará. Disponível em <http://www.ceara.pro.br/Pesquisas/ListaFATOSHISTORICOS.php?verbete=Leonel+Chaves&verbete2=&pesquisa=pesquisa+hist%F3rica>. Acesso em 29/11/12, às 18:44 h.

²⁴ Termo empregado neste texto assumindo o significado de que não se apreende a realidade como tal, como realmente aconteceu, mas se representa, considerando uma série de fatores, dentre os quais se menciona os cognitivos e os psicossociais que gerenciam de maneira inerentes, pois o sujeito não se atenta que estes atuam em sua percepção. Assim, após representar, codificar, interpretar a situação em questão, o indivíduo que a vivenciou ou aquele que foi seu expectador a reapresenta.

²⁵ A respeito da construção dos sujeitos, tendo como referência os processos memorativos, isto é, as implicações da memória e do ato de lembrar, serão mais exploradas no terceiro capítulo deste estudo.

possibilitava aos Chaves, no processo político-partidário, em que eles eram diretamente beneficiados.

Corroborando o que Dom Pompeu alude, José Chaves da Cunha (*apud* BRANCO, 1995, p. 134), neto materno de Francisco Celestino Chaves, casado com Leôncia Celestino Chaves (Sinhá), filha de Serafim Tolentino Chaves, e que exerceu o mandato de prefeito de Limoeiro de 1912 a 1914, sendo titular do Cartório do 1º Ofício dos Chaves, na década de 1920, escreveu sobre o seu citado avô: *Nunca perdeu uma eleição e, no tempo em que não havia controle eleitoral da Justiça, era exímio preparador de eleições a bico de pena.*²⁶

A prática de burlar as eleições pela “técnica” bico de pena, compôs o rol de “propriedades” da política, desenvolvidas, primordialmente, durante a Primeira República. Ao interrogarem Franklin Chaves, na década de 1980, acerca das mudanças que a Revolução de 1930 trouxe para o Ceará, o mesmo afirma:

Trouxe muitas. [...] trouxeram o voto secreto, né? [...] a última eleição que houve, foi uma vergonha [...] não havia hipótese de você se eleger contra o governo. [...] não tinha nem graça. Apuravam tudo, as eleições eram feitas, a bico de pena, eu vou contar um fato. O meu tio, esse meu tio, era um homem bondoso e tal, mas tabelião lá do sertão dos chefes. Fazia aqui, então os livros para eleição, ele era o tabelião e era o encarregado do cartório e os livros iam para ele. Então as eleições eram feitas a bico de pena. Quer dizer, a quinze dias antes da eleição meu tio começava a chamar, “fulano”, assina aqui e o sujeito assinava quatro, cinco nomes de eleitor, modificando a letra, eu mesmo tinha que fazer isso [...] a eleição foi feita bem com quinze dias de antecedência. [...]

Em Limoeiro do Norte, segundo trata a memória, tal maneira também respigou “no jeito de fazer” política dos Chaves dos anos vindouros, o que será discutido *a posteriori*. No que concerne a Francisco Celestino Chaves, o mesmo exprime as características dos integrantes da política cearense, como também se pode dizer que nacional, pois ele, como indivíduo, anuncia a dinâmica dos códigos e preceitos presentes em uma sociedade, que deram sentidos aos processos vivenciados pelos sujeitos de uma época.

Nesse sentido, é importante salientar que o período em que este ator social esteve prefeito, 1912 a 1914, foi emblemático para o Ceará, pois em 1912 sucedeu a *crise do sistema oligárquico cearense*, como já debatido no início deste capítulo.

Em Limoeiro, o prefeito de 1914 a 1918 foi Eduardo de Sousa, lembrado como o prefeito que enfrentou a seca de 1915, tendo que lidar com a sequidão *do maior rio seco do mundo, o Jaguaribe* (FREITAS; OLIVEIRA, 1997, p. 45) – um discurso perpassado pela

²⁶ Trecho da Carta endereçada a Lauro de Oliveira Lima, em 21/11/1988.

²⁷ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984. Fita nº 01. p. 12.

ideia de quão privilegiado é Limoeiro por ter a presença do rio, como se em outras localidades não tivesse a presença do rio também, ratificando uma memória “bairrista”. Quanto às relações de Eduardo Sousa com os Chaves, ainda são obscuras, sabendo-se que após ele, foi eleito, por dezenove meses, João Maria Filho.

O sucessor de João Maria Filho foi Felipe Santiago, que governou de 1919 a 1927, este tinha fortes relações com os Chaves, devido ser casado com uma integrante da família. Felipe Santiago ainda se relacionava bem com os Saraiva de Menezes, aos quais os Chaves também possivelmente eram ligados, intensificando-se as relações em 1924, pois “passaram” a ser de uma mesma família, devido ao casamento de Custódio Saraiva com Judite Chaves. Nesse sentido, surge outra questão: Será que a união matrimonial se dava somente por critérios amorosos, ou questões políticas também tinham peso na relação, para se estabelecer alianças no sentido plural e ambíguo que o termo pode carregar? Os opositores políticos eram uma opção aceitável pelo núcleo familiar, em especial da família Chaves?

Nesse sentido, observou-se que as relações familiares tinham um papel vital para estruturar o poder local. Concorde-se com Wright Mills (1968, p. 20) quando o mesmo afirma que a elite pode ser considerada parte de uma esfera social elevada em que seus membros se conhecem e se vêem socialmente não somente nas tomadas de decisão, separando-se dos demais, isto é, distinguindo quem é da elite ou não. Portanto, existiriam “critérios qualitativos e não apenas quantitativos” para se frequentar os mesmos espaços e para integrar este grupo. Assim, as elites *aceitam-se, compreendem-se, casam-se* [...] (MILLS, 1968, p. 20).

Alguns indícios apontam que os casamentos também significavam uma união política. Através das núpcias, buscava-se monopolizar o poder gerindo mais opções, alternâncias para ocupar os cargos públicos, em especial o de prefeito. Observem o quadro abaixo:

TABELA 01. Casamentos entre membros da elite política, no caso os Chaves, e os sujeitos sociais que integravam sua família política, no dizer de Serge Berstein.

Francisco Celestino, prefeito de 1912 a 1914.	Casado com	Leôncia Chaves, Sinhá (filha de Serafim Tolentino Chaves – o primeiro tabelião de Limoeiro
Felipe Santiago, prefeito	Casado com	Com a irmã de Maria

de 1919 a 1927.		Chaves
Pedro Saraiva de Menezes, prefeito de 1927 a 1930	Casado com	Maria Chaves (conhecida como Neném Saraiva)
Custódio Saraiva (parente de Pedro Saraiva), prefeito em 1935 a 1936/ primeiro mandato e de 1937 a 1945/ segundo mandato.	Casado com	Judite Chaves (filha de Sindulfo, que foi prefeito em 1933 a 1934), sendo neta de Serafim Tolentino Chaves

Indignado com a monopolização do poder político dos Chaves, a memória oposicionista de Lauro de Oliveira Lima (1997, p. 323) declara, *Os Chaves ampliaram o controle político de Limoeiro, também, através de casamentos. Duas irmãs da família Chaves de São João foram esposas de prefeitos de Limoeiro: uma de Felipe Santiago de Lima (1919-1927), russano, outra de Pedro Saraiva de Menezes (1927- 1930)*. Pode-se afirmar que ao se analisar as relações e os possíveis benefícios das mesmas, o olhar oposicionista não deixou de mencionar uma questão importante.

Nesse sentido, é interessante atentar que os casamentos era uma relação que beneficiavam ambos os envolvidos. No caso, de Francisco Celestino Chaves, já mencionado, foi favorecido não somente com o cargo de prefeito, mas se tornou, em 1925, escrivão titular do Cartório de 1º Ofício dos Chaves, cargo de prestígio, em especial para época, conferindo a ele mais poder.

Assim, resta saber se eram somente uma estratégia dos Chaves os casamentos, pois o indivíduo que casava com uma filha de Serafim Tolentino Chaves, também se favorecia, como já refletido, pois participava do mundo de privilégios que eles detinham, isto é, de cargos públicos, possíveis ascensões políticas e, acima de tudo, seria um membro da família, estreitando as relações, passando a ser alguém de confiança, pois, como já discutido em especial, na Primeira República essas relações de fidelidade atuavam como princípios básicos para a participação política-partidária e o estabelecimento de vínculos empregatícios.

Todavia, também deve ser lembrado que, para se tornar genro de Serafim Tolentino Chaves, não se poderia ser qualquer um. Devia, no mínimo, inspirar respeito, e ser, de certa forma, já conhecido dentre as relações que se estabeleciam entre as famílias.

O próprio célebre e romântico enlace matrimonial, pois é desta forma que a memória foi construída, de Judite Chaves e Custódio Saraiva parece estar bem “emoldurado” nesse perfil de relações. A narrativa perpassada como algo inusitado, romântico e divinamente puro quer gerenciar e obscurecer a memória, unificando as formas de lembrar os agentes do presente em relação a esse passado:

Aconteceu em uma dessas famosas férias, a de 1922, numa quermesse do Menino Deus: Judite conheceu um “coroa” comerciante, Custódio Saraiva de Menezes, onze anos mais velho, então sócio da Firma Saraiva Irmãos. Foi amor à primeira vista! Começou assim, a primeira página desse belo e longo romance Chaves Saraiva. (FREITAS; OLIVEIRA, 2006, p. 25-26)

É importante ressaltar que Custódio Saraiva de Menezes não era qualquer um. Em 1919, já circulava nos espaços de sociabilidades das grandes figuras limoeirenses (FREITAS; OLIVEIRA, 1997, p. 48), além de, durante o governo de Felipe Santiago, 1919 a 1927, como já aludido, atuar como juiz da paz municipal, chegando em 1927, já casado com Judite, a ocupar o cargo de prefeito por alguns dias, devido um provisório afastamento de Felipe Santiago. Sua ascendência familiar também deve ser considerada como um possível critério para ser o esposo de Judite, “um rapaz de boa família”, respeitabilidade social, já que descendia de Manuel Saraiva de Menezes sobrinho de um padre, o chamado Joaquim Rodrigues de Menezes. No mínimo, ele já se apresentava como alguém promissor, para casar com uma menina de dezoito anos e, possivelmente, representar a família nos cargos de mando.

Os casamentos articulados pela família Chaves podem ser percebidos também como uma forma de ter mais opções de confiança para desempenhar um papel na administração pública, com o intuito de defender interesses privados e, principalmente, controlar o poder, pois, como eles também são lembrados quando os seus preferidos não eram eleitos, recorriam à fraude, ao bico de pena e ao poder que eles já detinham, o dos cartórios.

Deixa-se claro aqui, que a proposta deste trabalho não é discutir se Custódio e Judite se amavam ou não, bem como os outros casais, mas ilustrar, como a historiografia em vários momentos já o fez, que em Limoeiro, neste caso, não era muito diferente de algumas regiões

do Brasil, principalmente em famílias que se interessavam pela política-partidária, pois não era somente por amor que se davam as relações matrimônias, como a memória quer fincar.

Nesse sentido, a ligação dessas famílias políticas vai além dos laços de consanguinidade, bem como da noção simplista de partido político. Os Chaves se uniam com os Saraiva, ou com outras famílias, por partilharem de representações imbuídas das mesmas normas e valores que *constituíam suas identidades* (BERSTEIN, 2009, p. 31).

Assim, antes mesmo de se oficializarem através do casamento, o que exprimia uma responsabilidade mais tensa e perene, as relações dos Chaves com estes agentes que os apoiavam, como, por exemplo, os Saraiva, já os vinculava do ponto de vista da família política, pois ocorria uma proteção mútua e, por mais que houvesse divergências internas, eles se apresentavam como um grupo conexo, porquanto sabiam que a queda de um implicava na possível perda de poder do outro.

Alguns destes mecanismos são típicos até mesmo da política acciolina, pois, pela entrevista de Franklin, percebe-se que Accioly talvez tenha sido um dos grandes mestres, o exemplo que os Chaves seguiram, mesmo que inerentemente devido à proximidade das relações. Estas últimas, foram utilizados pelos Chaves contemporâneos à Primeira República e pelos os seus descendentes políticos-familiares, perpassando este período de 1889-1930, eclodindo ainda no “jeito” de fazer política partidária do pós 1930.

Além da descendência consanguínea, a progênie política marcou as articulações dos agentes de 1930, que também “conviveram” de certa forma, com este emaranhado de ações políticas da Primeira República. Contudo, apesar de pontos de intersecção na política dos Chaves, de 1930, com os dos seus antepassados da Primeira República, não se pode dizer que eles apenas transportaram tal e qual os moldes do referido período.

É certo que, em alguns aspectos, eles incorporaram o legado político quase que inexoravelmente, a rigor dos seus antecessores, como, por exemplo, as eleições a bico de pena, bem como o controle de quantos iam votar nos seus candidatos preferidos, como é o caso de Judite Chaves, que sabia com quantos votos seus vereadores e prefeitos seriam contemplados. Contudo, em outros aspectos, eles reinventaram, tendo que ressignificar suas ações, haja vista o advento de 1930 trazer outro discurso e, de certa forma, outros meios de execução política, como o voto secreto, que não era tão secreto assim, como já ilustrado pelo o controle que Judite Chaves detinha do número de eleitores votantes de seus candidatos. Todavia, esta conjuntura também exigiu novos meios para manutenção do poder, outros suportes, alianças e mudanças, portanto mudou-se, mas para se permanecer no poder.

1.2 Década de 1930: de momentos de abalo a um retorno dos que não foram

Os anos que antecederam a chamada “Revolução” de 1930, especificamente de 1927 a 1930, os Chaves estiveram no poder através de Pedro Saraiva de Menezes, que era casado com Maria Chaves - alianças políticas oficializadas pelo matrimônio, como já mencionado. Entretanto, na Revolução de 1930 os Chaves perderam o poder, com a deposição de seu correligionário, sendo a prefeitura governada pelos Oliveiras, família comerciante da época, opositora da política partidária dos Chaves e, de certa forma, também do poder, no sentido do “status” e dinheiro que o comércio propunha a eles.

É certo que, enquanto a maioria dos integrantes da família Chaves estava apoiando as oligarquias da Primeira República, os Oliveira apoiavam os tavoristas, porque no Ceará o grupo tenentista, aliado de Getúlio Vargas, era liderado por Fernandes Távora, que assumiu o Governo Provisório do Ceará, e Juarez Távora, que liderava o movimento no Nordeste.

Enfim, desde a Primeira República, juntamente com os Paula Rodrigues, os Távora se empenhavam em depor aqueles que vinham por anos como “donos do poder”. Contudo, havia um tio dos Chaves, Arsênio Ferreira Maia, que era tavorista, inclusive abrigando Manuel do Nascimento, médico e pai do futuro governador Virgílio Távora. A este respeito, conta Franklin Chaves:

Mas antes de ser preso ele já andava sendo perseguido e ele foi se esconder na casa desse meu tio, que era proprietário de uma fazenda aí na chapada do Apodí. E como José Chaves era prefeito, nós é que tínhamos toda a situação política. Tio Arsênio, uma noite lá e disse: Olhe o dr. Távora quer vim passar uns dias lá em casa e eu não gostaria que ele fosse preso lá em casa. José Chaves disse: Não, pode dizer a ele que venha [...] é nosso adversário e eu lhe respeito. E o Távora veio de Baturité lá pra Chapada escondido. Passou vários dias. Um dia nós mandamos umas laranjas para ele.²⁸

Com uma memória organizada sob marcos de temporalidade irregular, intencionalmente, ou não, Franklin Chaves almejou construir sua família neste trecho como aquela que nunca perdeu o controle do poder político. Como, provavelmente, tal episódio ocorreu no fim da década de 1920, o prefeito não era seu irmão José Gondim, pois este somente governou a partir de 1936, contudo, o poder ainda estava nas mãos deles através de Pedro Saraiva de Menezes.

²⁸ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984. Fita nº 01. p.14.

A questão é que os primeiros anos de 1930 foram de instabilidade político-partidária para os Chaves, mesmo com Arsênio Maia estando no poder na maior parte do dito Governo Provisório, pois, em termos partidários, o mesmo era divergente dos outros membros da família. É interessante ressaltar que Arsênio era tio de Franklin porque era casado com Acelina, irmã de sua mãe, Dulcinéia, não integrando, portanto, a família política dos Chaves, já que este sobrenome vem por parte de pai, corroborando, assim, a ideia de que a família política iria para além de laços consanguíneos.

A elite política ainda ensejou uma retomada do poder em 1933, pois Sindulfo Serafim Freire Chaves, pai de Franklin Chaves, ficou na prefeitura até 1934, mas o próprio período de transição da política nacional não oportunizava estabilidade, principalmente para aqueles que tinham se comportado como adversários ante o novo governo.

Não obstante, a crise em relação ao poder político-partidário, o engajamento dos Chaves em movimentos cuja repercussão social era bem vista, em especial, pelo menos inicialmente em alguns casos, pelo governo Vargas, podem ter influído numa reorganização dos Chaves, como é o caso da participação de Franklin Chaves no Círculo Operário São José, posteriormente denominado, Círculo Operário Católico: [...] *eu era circulista [...] eu não sei se fui fundador do círculo em Limoeiro mais eu atuei muito no círculo, muito antes do integralismo [...]*²⁹ Segundo o Pe. Pitombeira, a proposta do Círculo Operário Católico consistia em barrar o comunismo em Limoeiro:

[...] Bem [...] os círculos operários... a organização deles... esses círculos se deveram ao Cônego Misael, primeiro diretor aí da faculdade. E... tinha exatamente por objetivo não fazer fácil a penetração de comunista. **Só que aqui em Limoeiro não tinha influência comunista, né? Não tinha. Nesse tempo não tinha influência comunista.** Mas é... eles se organizavam com este objetivo de unir os operários para um trabalho deles, de... organização mesmo, ter força para influir na sociedade, na comunidade, mas detalhes sobre a ação deles eu não tenho. [...] ³⁰

Tantos os entrevistados como as fontes escritas elencadas por esta pesquisa não afirmam a presença de indivíduos adeptos do comunismo em Limoeiro do Norte. Esta ideia de conspiração e ameaça comunista parece ter funcionado como um dos adornos que compôs a alocação político-cristã, autenticando ações e integrando o dia a dia dos limoeirenses. O que tinha medo de acontecer, integrava a homilia da Igreja como se já estivesse acontecendo,

²⁹ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984. Fita, Nº: 01. p.15

³⁰ Entrevista realizada com Francisco de Assis Pitombeira, 82 anos em 02/05/11.

rondando o imaginário³¹ não somente da população, mas, principalmente, de uma camada de leigos católicos, que tinham privilégios, ou já tiveram, seja por causa da política, como os Chaves, ou do comércio, como os Oliveira, como afirma Eliana Dutra: *É fato que a revolução, comunista, é o grande tema mobilizador dos desejos, das aspirações, das energias e também dos temores e dos rancores que envolvem as vivências da sociedade brasileira na passagem para a segunda metade dos anos 30.* (DUTRA, 1997, p. 36)

Vale esclarecer que esse movimento, Círculos Operários, fez parte de um projeto maior, a Ação Católica Brasileira, articulado pela Igreja Católica. O contexto de laicização do Estado, proveniente da modernidade e do liberalismo, percebidos pelo Vaticano como uma propagação do mal em virtude da perda de privilégios, tais como o reconhecimento com a religião do Estado e a perda de fiéis, já que, juntamente com o liberalismo, o protestantismo vinha ascendendo consideravelmente, desencadeou uma movimentação por parte da Igreja para se estabelecer no social. Esta ação foi denominada de Ação Católica e almejava alcançar em especial o operariado. A Igreja pensou esta medida por medo que os operários se tornassem adeptos dos ideais comunistas, devido às desigualdades e às lutas que este grupo enfrentava (CHAVES, 2011, p.39).

Assim, desde 1891, com a encíclica de Leão XIII³², a Igreja já começou a investir em seus fiéis da categoria do operariado, não na organização dos Círculos, mas tecendo um discurso contrário à modernidade, por atribuir ao advento da mesma a defasagem do *sentimento religioso*, colocando-se como indispensável na mediação dessas relações sociais: *os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, [...] os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, [...], entregues à mercê de senhores desumanos [...]*³³.

A Ação Católica, organização de apostolado leigo, foi formalizada em 23 de dezembro de 1922, na primeira encíclica do papa Pio XI, *Ubi Arcano Dei*, em que a Igreja era apresentada como *a única força capaz de curar a chaga do materialismo onipresente e de restabelecer as consciências na harmonia e na paz.* (KORNIS, 2001, p. 23)

Pio XI aludia à instalação de um movimento de caráter mundial, ramificando-se por vários países, denominado Ação Católica. A tarefa dessa entidade religiosa seria evangelizar

³¹ É importante salientar que o conceito de imaginário nesta perspectiva deve ser entendido como um conjunto de imagens guardadas no inconsciente coletivo de uma sociedade ou de um grupo social; é o disposto de imagens de memória e imaginação, sendo que essas imagens não são iconográficas, mas sim figuras de memória, imagens mentais que representam as coisas que se tem no cotidiano. (SILVA, 2006, 213-214).

³² **Encíclica Papal Rerum Novarum.** (Papa Leão XIII). www.papalencyclicals.net/.../P11ARCAN.HTM. Acessado em 28 de abril de 2010.

³³ Idem.

as nações como uma “extensão do braço da hierarquia eclesiástica” e se estabelecer entre lugares e segmentos sociais antes não alcançados, como, por exemplo, em meio ao operariado que, para a visão da Igreja, constituía-se no principal alvo da atividade comunista.

Tal projeto seria desenvolvido por católicos leigos, porquanto, na condição de primeiro Programa Nacional, a Ação Católica Brasileira (ACB) almejava estabelecer a participação do laicato católico no apostolado da Igreja “para difundir e promover a atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social”. Além disso, seu papel também consistia em coordenar todas as associações e obras católicas já situadas no país, submetendo-as a uma orientação una. (KORNIS, 2001, p. 23)

No Ceará, o primeiro Círculo Católico foi organizado em Fortaleza, em 1913, sob a direção do terceiro bispo, D. Manuel da Silva Gomes, o mesmo que trouxe a boa nova para a região jaguaribana no que diz a respeito à instalação da Diocese em uma das localidades do vale, como será debatido. Nesse sentido, de acordo com Jovelina Silva Santos (2007, p. 57):

[...] Sem descurar da questão social, organiza o Círculo de Trabalhadores Católicos de São José, visando arregimentar os trabalhadores de diferentes categorias sócio-profissionais e oferecer-lhes assistência material e espiritual, fundamentado no princípio da caridade e ideal cristão de harmonia social. [...]

A ideia dos Círculos, que também se aplicou a Limoeiro, era de envolver os leigos de acordo com os princípios da Igreja. Isto é, ao retornar ao depoimento do Pe. Pitombeira e dialogar com a citação acima, percebe-se que a intenção da Igreja era aglomerar o maior número de agentes de determinados segmentos sociais para instruir, segundo os preceitos Católicos, para influir com firmeza na sociedade.

Entretanto, ainda segundo Silva Santos, a consolidação do Círculo no Ceará se concretizou em 1915, os primeiros anos do episcopado de Dom Manuel que, juntamente com o Pe. Guilherme Waessen, teria instituído o fenômeno em Fortaleza. Uma questão muito interessante formulada pela autora é a hipótese de que o circulismo no Ceará poderia ter sido fonte de inspiração para a criação dos Círculos na região Sul do país, tendo em vista a historiografia circulista considerar o Círculo Operário de Pelotas como o primeiro Círculo Operário do Brasil (SANTOS, 2007, p. 58-59).

Em Limoeiro do Norte, o ano de fundação do Círculo Operário São José foi 1928. Sua atuação social pode ser percebida através do seguinte trecho: *A seca de 1932 deixara suas marcas na região [...] Associações existentes, como [...] Círculo de Operários Católicos [...] aliviaram, com suas beneficências, o sofrimento de centenas de pessoas.* (FREITAS;

OLIVEIRA, 1997, p. 90 – grifo meu). Percebe-se que o Círculo em Limoeiro do Norte estava bem alinhado aos parâmetros ideológicos pensados pelo Arcebispo Cearense e pela Igreja Católica Brasileira. Ou seja, o pedestal que retratava a proposta do Círculo era apoiado tanto em uma vertente espiritual, como na material. No trecho memorialístico, o Círculo é citado como uma organização que oferecia alento aos dilacerados pela seca. É importante ressaltar que, apesar de a Igreja Católica ter pensado os Círculos Operários como mais uma maneira de contenção dos princípios comunistas, o mesmo também serviu de *interlocução entre Igreja e Estado, especialmente, mas não exclusivamente, no pós-30, durante o governo de Getúlio Vargas* (SANTOS, 2007, p. 18), algo que se percebeu fortemente na atmosfera limoeirense.

Segundo a entrevista de Franklin Chaves à Universidade Federal do Ceará, ele foi um destes leigos católicos que atuou em prol da fortificação da Igreja Católica em Limoeiro. O que se sabe é que seu tio, Francisco Celestino da Costa, foi o primeiro presidente desta agremiação.

Essa artimanha de ir mapeando e tornando-se líderes de instituições que possuíam um respaldo social, fortaleceu cada vez mais a elite política e, mesmo em momentos de instabilidade político-partidária, eles se apresentavam socialmente detendo um poder que poderia beneficiar uma maioria, personificando a seu favor as instituições ou os cargos por eles ocupados.

A relação elite política e Igreja Católica desde o Império era bem edificada, havia proximidade com o Arcebispo Dom Manuel da Silva Gomes. O fato da família Chaves, em Limoeiro, ocupar os cargos públicos, proporcionava à mesma uma melhor comodidade para hospedar o bispo, como foi o caso do ano de 1929, por exemplo, quando o Arcebispo foi recebido na casa de Pedro Saraiva, que na época era prefeito.

Ainda se pode inferir que a participação ativa nestas associações podem ter conferido prestígio e ampliado as relações para que, outra vez, os Chaves pudessem estabelecer contato junto às esferas da política do Estado e mesmo ante os limoeirenses. Engajar-se em algo articulado por Dom Manuel era cada vez mais estreitar as relações com ele, pois o mesmo detinha um título que possibilitava estabelecer muitos contatos, sendo, portanto, canal para que os Chaves pudessem estabelecer vínculos com pessoas proeminentes do ponto de vista político-ecclesial.

Na memória oposicionista (LIMA, p. 1997, p. 323), o retorno dos Chaves ao poder político-partidário ocorreu através de amizades que estes conquistaram e que eram também bem quistas pelos tenentes revolucionários:

De 1931 a 1934, foi interventor do Estado, Cap. Roberto Carneiro de Mendonça, e de 1934 a 1935, o Cel. Felipe Moreira Lima. Ambos se tornaram amigos de Franklin Antunes Gondim, amigo dos Tenentes revolucionários Landu Sales e Juraci Magalhães. Por este intermédio os Chaves retornaram ao poder em Limoeiro.

O elo de amizade ao qual Lauro de Oliveira Lima, descendente dos oposicionistas dos Chaves, se refere é Franklin Antunes Gondim que, na entrevista de Franklin Chaves, aparece como Franklin Monteiro Gondim e era primo *legítimo* de Franklin Chaves.

Nesta mesma entrevista, Franklin Monteiro Gondim aparece como auxiliar de Carneiro de Mendonça, tendo sido delegado da capital e, posteriormente, nomeado Secretário da Segurança, continuando a exercer suas funções mesmo com a substituição de seu líder, Carneiro de Mendonça, por Moreira Lima. Ainda segundo Franklin Chaves, na metade da década de 1930, Franklin Gondim foi quem *presidiu a eleição entre os partidos que culminou na vitória do Menezes Pimentel* ³⁴.

É importante ressaltar que os Chaves, nesta eleição, estavam em processo de recuperação do poder político, tendo feito campanha partidária a favor de Menezes Pimentel, para que, efetivamente, junto ao Estado, eles voltassem a ter um maior acesso, viabilizando sua estabilidade política outra vez.

Assim, por volta da metade da década de 1930, a elite política, conseguiu, em especial devido à ligação bem sedimentada com a Igreja Católica – a liderança da Liga Eleitoral Católica:

No caso de Limoeiro do Norte, que tinha como vigário da paróquia o zeloso Sacerdote Manoel Caminha Freire de Andrade, conseguiu que a LEC fosse liderada por dona Judite, dama reconhecidamente católica praticante. [...] A LEC tornou-se tão forte no Ceará que chegou a eleger um governador, no caso, o Dr. Menezes Pimentel. **A partir daquela fase política cearense, dona Judite revelou-se a liderança política mais forte da cidade de Limoeiro do Norte, conseguindo eleger vários prefeitos municipais, dentre eles, o seu irmão José Gondim Chaves. [...] as eleições de dois de Dezembro de 1945, [...] nesta ocasião que Franklin Chaves, irmão de Dona Judite, começou a sua brilhante participação na política do Ceará, elegendo-se deputado estadual por sete legislaturas seguidas (1947/ 1972).** (NUNES, 2006, p. 39-40 – Grifos meus)³⁵

A Liga Eleitoral Católica pode ser compreendida como a principal matriz de poder³⁶ dessa elite política, na década de 1930. Apesar do Integralismo³⁷, liderado por Franklin

³⁴ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984. Fita nº: 0, p.07-08.

³⁵ Antônio Pergentino Nunes, integrante político do grupo Chaves, escritor memorialista de Limoeiro do Norte.

³⁶ É necessário compreender que o conceito de Elite é variável; o que se entende ser elite na contemporaneidade não se relaciona da mesma forma com o que foi entendido no passado. O termo matriz de poder está relacionado

Chaves, ter sido o início desta reorganização da família ante o governo de Vargas, do qual eles não eram a favor a princípio, foi somente a partir da LEC que o grupo conseguiu retornar ao poder e se estabelecer, no âmbito da prefeitura de Limoeiro do Norte, por mais vinte anos. Assim, essa família estabeleceu um novo começo, pautado, mais uma vez, nas estreitas relações com a Igreja Católica, instituição que possibilitou tanto um respaldo social, como também lideranças que conferiam um poder político-partidário relevante para o momento de instabilidade.

Além disso, eles conseguiram articular novos significados para suas ações, ajustados na transmissão de uma ideia de família perfeita, em especial centrado no casal Judite e Custódio:

Na década de trinta, mudou-se para a casa onde morou cinquenta e cinco anos, [...] Nela Judite e Custódio comemoraram as Bodas de Prata, as Bodas de Ouro; [...] Muitos outros eventos pôde-se registrar, tais como: festas religiosas, natais, [...], recepções e comemorações políticas. (FEIJÓ, 2006, p. 28)

Escrito por Lirete Saraiva, filha de Judite, em homenagem ao centenário de sua mãe, esse trecho torna-se revelador no que diz respeito ao dia-a-dia do ambiente mais “íntimo” constituído por esses agentes. Ou seja, nota-se que a casa de Judite configurava-se como um espaço aglutinador da elite, em que os eventos da margem política, como festejos, recepções, realizavam-se em sua casa. Assim, nessa passagem pode-se pensar que a casa foi instrumentalizada e instituída como um lugar da “prática política” dos Chaves, onde o público e o privado, em uma relação de entrelaçamento, mutuamente serviam para nutrição da força de ambas as dimensões.

Outra filha de Judite, Lenira Saraiva (2006, 31-32), declara:

[...] Em nossa casa, os mais humildes se sentiam amados e respeitados por ela e, os mais abastados, inclusive as lideranças políticas sentiam-se à vontade no meio de tamanha disponibilidade de dona Judite. Confesso que, quando era adolescente, me cansava e até reclamava de ter que ser simpática para toda aquela gente. Nossa casa assemelhava-se a um lugar público, onde tudo era de todos. [...]

ao termo, meios de poder, que possuem uma proporção dinâmica, ou seja, os meios de poder utilizados por uma elite no Império, na maioria das vezes não são os mesmos utilizados pela Elite, da ou na República. No caso, da família Chaves, o comando do cartório tornou-se meio “transcendental” aos anos, sendo, portanto um meio de poder para se estabelecer e se consolidar nas diversas esferas sociais, em especial na área da política, em meio às supostas “rupturas”, na perspectiva do macro, como por exemplo, a Revolução de 1930. A respeito do valor instrumental dos cartórios será discutido nos capítulos do porvir.

³⁷ A participação efetiva de Franklin Chaves no Integralismo será discutida no segundo capítulo desta pesquisa. Para um aprofundamento sobre a temática em Limoeiro e no Ceará ver, respectivamente, RÉGIS, 2002, e RÉGIS, 2008.

Em sua narrativa, permeada por afetividade devido aos laços de parentesco, Lenira Saraiva, “representa” a casa como um recinto em que a população se sentia à vontade para se achegar com os seus anseios. Ainda faz conhecer como tão bem Judite fazia seu papel de primeira dama e articulava esse espaço, concebendo-o como ponto de intersecção para os diferentes grupos sociais. É de suma importância perceber a força simbólica desse gesto, tanto de congregar os mais humildes, como os da mais alta renda em seu lar, convivendo com os diferentes grupos necessários para a manutenção e fortalecimento do poder da sua “família política”.

Usando a imaginação histórica, tem-se a impressão de que nessa época todas as ações, assim como as idealizações políticas, perpassavam a atmosfera da casa³⁸ do prefeito Custódio Saraiva de Menezes.³⁹ Deve-se refletir ainda que tal ação era uma estratégia política que visava estabelecer laços de confiança, tanto com os “dominantes” como com os “dominados”, pois a elite instituiu certos códigos para que assim pudesse estabelecer o seu domínio, em especial sobre a população. (HALEVY, 1982. p. 11)

Esse proceder de Judite Chaves tornava consistentes os atos sociais e políticos, atribuindo, portanto, sentidos e significados aos processos políticos, isto é, essa relação próxima, em especial com o povo, tornava bem mais fácil a concretização de seus interesses e do seu cônjuge, Custódio Saraiva, como do seu grupo em si. Assim, a conduta dessa “família política” tinha como consequência o êxito dos seus candidatos eleitos:

Os votos que ela conquistava eram mais dela do que do próprio candidato. Tratavam-se de votos de amizade, conquistados carinhosamente ao longo do tempo, entre ela e o eleitor. Um pedido de dona Judite aos seus amigos e compadres era mais do que uma ordem. Mamãe, no meu modo de ver, foi a pessoa mais querida e conhecida na região jaguaribana, na época em que viveu. Também pudera, em nossa residência, costumava receber todos com muito carinho e atenção, oferecendo um cafezinho, uma merenda, um sorriso, um assento, um almoço, uma palavra amiga, um conselho, uma dica, enfim, tudo aquilo que a pessoa desejasse. É preciso notar que, estas boas ações, ela as realizava em todas as épocas, independentemente do período de eleição. (CASTRO, 2006, p. 31)

É interessante compreender como neste cenário político empreendido pela família Chaves, a figura de Judite Chaves tornou-se proeminente e idônea, pois, devido ao fato dela

³⁸ Ainda pode-se hipoteticamente até pensar que talvez essa casa fosse usada mesmo quando a prefeitura não estava nas mãos dos Chaves.

³⁹ Custódio Saraiva de Menezes retornou à prefeitura em 1935, o mesmo já tinha sido prefeito por alguns dias no mandato de Felipe Santiago, na década de 1920. A partir desta fase, até 1955, os Chaves comandam a prefeitura através de seus parentes consanguíneos ou de seus correligionários.

não querer ser candidata efetivamente, passava-se a ideia para a população de que ela não gostava do poder e que apenas acreditava que sua família era o melhor para Limoeiro do Norte. Nesse sentido, é importante entender que um dos aspectos “sutis” das estratégias utilizadas pela elite política, consistia na troca de vantagens por votos. Esses benefícios não correspondiam somente aos bens materiais, como dar empregos ou até mesmo moradias, mas também em aspectos imateriais, como tratamento privilegiado pelas autoridades, seja bem “antes” da eleição, como no próprio período, intuindo que os eleitores se sentiriam *na obrigação moral (ou achariam que era de seu interesse) votar nos doadores – ou até de trabalhar em favor do partido doador*. (HALEVY, 1982, p. 20-21)

A este respeito, vale enfatizar os vínculos que se estabeleciam. Eles integram uma cultura política e uma moldura cultural na qual os diferentes atores sociais se movimentavam e estavam inseridos. Esses vínculos, provavelmente, eram mais permanentes, duradouros, e extrapolavam o período eleitoral que era mais fugaz, embora essas estratégias visassem sempre a vitória nos pleitos.

A fidelidade dos indivíduos também se compunha importante para as disputas sociais, seja com os adversários nos mais diversos temas, desde a possibilidade de adquirir um lugar em órgão público para um correligionário, ou até mesmo o controle das organizações sociais que se criavam no município. O fato é que, nessa relação de um pedido de Judite aos seus amigos e compadres ser mais que uma ordem, perpassou noções e sentidos que foram inteligíveis aos que atuavam nesse processo. A esse respeito, Kuschnir e Carneiro (1999, p. 227) afirmam: *No nosso entender, a noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores [...]*.

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta ainda acrescenta que estas crenças e mitos que explicam essas ações políticas são um fenômeno estruturado e reproduzido ao longo do tempo, exigindo uma duração, a exemplo do republicanismo, do liberalismo e do socialismo. Nesse sentido, esse estudo identificou que certos comportamentos políticos dos Chaves, que atuaram na cena política a partir de 1930, foram “influenciados” por subsídios enraizados na cultura de seu grupo, que exercia o poder político na Primeira República. Ou seja, fica muito claro que a cultura política dos Chaves em suas normas, valores e práticas expressavam características muito fortes do “fazer política” dos seus antepassados da Primeira República.

Destarte, a cultura política não pode ser pensada, associada ao efêmero, sendo importante perceber esta dimensão processual da própria construção da cultura política de um grupo, como ainda sugere o pesquisador Rodrigo Patto (2009, p. 21)

Uma definição adequada para cultura política, [...] poderia ser: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas **partilhado** por determinado grupo humano, que expressa **uma identidade coletiva** e fornece **leituras comuns do passado**, assim como **fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro**.⁴⁰

Nesse sentido, a adesão dos Nunes aos Chaves pode ser um exemplo desta assertiva, em especial dessa última parte da citação. Conforme a memória oposicionista de Lauro de Oliveira Lima, a família Nunes, na Primeira República, inicialmente era opositora dos Chaves. Em algum momento, as duas fizeram uma aliança política, refletindo na percepção tanto nos descendentes dos Chaves como dos Nunes, em relação ao passado. Em seu livro *Minha vida, minha luta*, Antonio Pergentino Nunes (1999, p. 33-34), descendente da família Nunes declara:

[Sem sombra de dúvida, a liderança do meu avô transferiu-se para papai [...] Essas qualidades de meu pai, não tardaram a serem vistas pelos políticos da cidade e logo engajaram-se nas lides políticas. Formou-se ao lado da família Chaves uma agremiação partidária que veio depois a ser o PSD (Partido Social Democrático), que no estado do Ceará era liderado pelos saudosos homens públicos: Dr. Menezes Pimentel e Dr. José Martins Rodrigues. Um tio de minha mãe, José Nunes Guerreiro, havia sido chefe político em Limoeiro, e ao falecer, a família Chaves ascendeu na política do município com as lideranças de D. Judite Chaves, Franklin Gondim Chaves e José Gondim Chaves, que chegou a ser prefeito na cidade. Essas três personagens, eram filhos de Sindulfo Serafim Freire Chaves, que também havia sido político na cidade.

Nesse trecho, Antonio Pergentino, que exerceu quatro mandatos como vereador e um como vice-prefeito, sendo fiel correligionário da família Chaves pós 1930, em especial de Judite Chaves, buscou fazer uma ligação e uma legitimação destes indivíduos e suas ações, bem como do reencontro das famílias na política; deixando subtendida a ideia de tradição familiar, ou seja, eles já descendiam de uma família apta a governar Limoeiro. É interessante

⁴⁰ Grifos meus. É importante ainda destacar que o autor esclarece que o conceito de representação está sendo empregado segundo Falcon (2000, p. 46), ou seja, no sentido *de (re) apresentar uma presença (sensorial, perceptiva) ou fazer presente alguma coisa ausente, isto é, re-apresentar como presente algo que não é diretamente dado aos sentidos*. Assim, para o autor, representações configurariam *um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizariam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinemas, fotografia, bandeiras, etc)*.

observar também que este fragmento está perpassado por confluências de tempo, pois não foram estes Chaves que monopolizaram o poder, mas sim seus antepassados. Contudo, como o mesmo e seu pai participaram efetivamente do governo destes três, a memória articulou-se, selecionando aquilo a que se atribuiu maior significado:

Quem estivesse com dona Judite ao seu lado não estava só. Deixo de expor alguns casos que comprovam minha afirmação, por conveniência pessoal, ou seja, para não ferir a susceptibilidade de alguns. Durante toda a minha participação na política limoeirense, não pertenci a outro grupo político, senão o dela. Tinha uma atenção toda especial a minha pessoa e, mesmo eu pertencendo incondicionalmente, à sua liderança, nunca interferiu nas minhas decisões de vereador e vice- prefeito. Costumava dizer que tinha absolutamente confiança em mim, pois sabia que minhas decisões políticas eram pautadas no equilíbrio e na sabedoria. Mesmo com toda liberdade de ação, eu estava sempre em contato com ela, dando conhecimento dos trabalhos do legislativo local. Em alguns casos, moldei acordos políticos com outros grupos, levando a proposta para ela referendar. Considerava-me o filho político dela que ela não tinha, pois só tinha filhas. (NUNES, 2006, p. 44)

Este trecho tão apaixonado e revelador, tanto do ponto de vista da cultura política, como das relações de poder entre os membros do grupo, corrobora com a ideia de Serge Bernstein quanto à existência de “transmissores” sociais responsáveis pela reprodução de uma cultura política. A este respeito, tanto família, como instituições educacionais, partidos, sindicatos, corporações militares, Igreja e veículos impressos seriam espaços de socialização que influiriam nas escolhas políticas dos sujeitos, sendo determinadas por filiações a grupos ou tradições. Não obstante, no caso de famílias e Igreja serem esses fatores, como é caso de Pergentino, em que se percebe que o pai foi a principal base de sua escolha, tal dimensão não seria somente política, pois envolveria grupos sociais mais abrangentes, interferindo em sua formação para além do âmbito político. Assim, a adesão política a um grupo, *nesses casos, decorre ao menos em parte da identificação aos valores defendidos pelo grupo* ao qual posteriormente o indivíduo aderirá, traduzindo-se nas escolhas políticas, lealdade aos pais ou a religião. (MOTTA, 2009, p. 23)

Outra questão interessante no trecho escrito por Pergentino é quanto às relações internas de poder do grupo. Observa-se que uma das estratégias de Judite Chaves era a conquista, usando a atenção, construindo relações pessoais afetuosas como ponto de partida, onde o pessoal e o político, o público, se entrelaçavam de uma forma que os sujeitos sociais não queriam perder sua amizade, nem chateá-la, e isso valia também para os eleitores. Deixando seus correligionários aparentemente livres para exercer algumas decisões de mando,

os prendia cada vez mais, por passar a impressão que apoiando os Chaves, eles mesmos também usufruiriam do respaldo social que o poder político impõe diante de uma sociedade.

Também se pode ler esta suposta autonomia que ela cedia a Pergentino como uma negociação das relações. Ou seja, Judite Chaves sabia que o seu poder não era ilimitado, havendo limites em suas relações e que, para sua família operar no poder, necessitavam de aliados, isto é, estar bem com todos, saber a quem, o que, e quando pedir determinadas coisas. Não obstante, da mesma forma os aliados políticos dos Chaves sabiam que havia limites também para seus benefícios e que não seria em tudo atendidos.

Logo, existiu uma relação bem demarcada entre os agentes envolvidos na tessitura política deste período, em Limoeiro do Norte, interior do Ceará. No que se refere a essa obediência dos amigos a Judite, é bem típica da política mandonista que, para José Murilo de Carvalho:

Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional.⁴¹ (CARVALHO, s/d)

Esses amigos eram “privilegiados”, como afilhados, obtendo a proteção de Judite. Nessa peça, cada um possuía o seu papel bem definido, pois a lógica da gratidão em relação aos favores recebidos e à proteção, elementos de uma relação duradoura e de vínculos instituídos na tradição política, que os mesmos se beneficiavam, era o fato de ceder o seu voto para os candidatos apoiados pela mesma, rememorada pela oposição (LIMA, 1997, p. 333-334) como “mulher de cabelo na venta”:

É preciso destacar um personagem que atuou na vida política de Limoeiro, de forma contundente: dona Judith Chaves, mulher de “cabelo na venta”, esposa de Custódio Saraiva. Era chamada de “Coronel de Saia”. [...] Dona Judith era o cacique que se misturava com seus cabras como Maria Moura do romance de Rachel de Queiroz. Querida por seus correligionários, odiada pelos adversários, pairava acima da maledicência municipal.

⁴¹ Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>. Acessado em 04/07/11.

Judite foi descrita como quem exercia o poder político, usando essas relações de dependências, esses mecanismos de aquisição e de reprodução do poder político, características de uma política, entendida como tradicional, que burlou os anos.

É importante destacar que a centralidade do poder da família Chaves, a partir da década de 1930, recaía principalmente na ação de Judite e, posteriormente, também em seu irmão, Franklin Chaves, tanto ao assumirem postos importantes, como na elaboração de estratégias políticas para a permanência do seu grupo no poder. Vale salientar que, quando se fala de grupo, pode-se pensar também a família na dimensão política, do parentesco que se estabelece para além da consanguinidade. Há códigos que são partilhados pelo grupo, daí deve ser considerada também a dimensão simbólica do poder.

Outro fator que corroborou na articulação do poder político foi o fato de pertencer a uma família em que muitos membros já tinham alcançado cargos públicos, isso não somente no sentido das relações para um empreendimento quanto aos novos espaços de atuação, mas também no que diz respeito à cultura política, pois era uma forma desses atores legitimarem suas ações ao utilizarem referências históricas, bem como as ações onde seus antepassados são enfatizados somente pela perspectiva unificadora do lado glorioso, dos bem feitos, do lado bom das coisas.

Concomitante à eleição de seus favorecidos, como já enunciado na primeira página deste enredo, a liderança da Liga Eleitoral Católica permitiu aos Chaves ações e ganhos que foram utilizados como elemento discursivo na consolidação do seu prestígio, como foi o episódio acerca da disputa pela Diocese Jaguaribana:

Ahhhh eu lembro sim, [risos] eu tinha sete anos, coisa assim quando ele chegou aqui, também eu não sei o ano, ano eu não sei de jeito nenhum de nada, mas eu me lembro muito da, assim da chegada, do hino, [...] e aí foi muita festa, **foi muita, rivalidade também porque Russas queria nera o bispado, Russas queria, Aracati queria** aí nesse tempo **os políticos tinham muita influência certo, os políticos se juntavam e brigavam**, [risos] não brigavam, mas **tinham todo um interesse** e queriam muito e lutavam, certo. Hoje em dia ninguém sabe nem quem é o prefeito, quanto mais assim ter é,..., é, uma, uma, equipe como tinha antigamente, **Franklin Chaves, Manoel de Castro, Manfredo de Oliveira, Mário de Oliveira, Alonso**, era o pai de Madri [...] aí tinha muitos nera? que influenciaram muito **e então o bispo ficou pra cá... [...] lutaram e pelejaram e faziam reuniões e sessões** e tudo, essas coisas né, e então é, **para o bispado ficar aqui**, lutaram, não sei nem se chegaram a brigar [risos] **até que enfim conseguiu.**⁴²

⁴² Entrevista realizada em 17/03/11 com a Sra. Elisiomar Chaves, 79 anos, sobrinha do casal Judite Saraiva e Custódio Saraiva.

Em 1936, Dom Manoel da Silva Gomes, Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, visitou a zona jaguaribana, mais especificamente Russas e Aracati, e anunciou a pretensão de estabelecer uma nova Diocese no vale do Jaguaribe, pois até então só havia a Arquidiocese de Fortaleza e as Dioceses *sufragâneas* de Crato e Sobral. Alguns pré-requisitos foram ressaltados na campanha pró-bispado, ou seja, quem apresentasse primeiramente a soma de duzentos contos de réis, que na época se constituía consideravelmente uma grande quantia, seria a escolhida e teria o privilégio de abrigar a Diocese. Tal divulgação agitaria a dinâmica política e social da região, motivando até os segmentos sociais daquelas localidades, que não eram tão bem cotadas para sediar o bispado, no caso, Limoeiro, que participou “competindo de maneira igualitária” com esses outros lugares. Segundo Castelo Branco (1995, p. 178):

O Arcebispo estivera, imediatamente antes, em visita ao Limoeiro, onde nenhuma referência fez à iniciativa da Santa Sé [...]. Chegada da vizinha, Russas, a notícia, os limoeirenses, mais que depressa, se reuniram a propósito e se organizaram em Comissão especial [...] ao encontro do Arcebispo [...] para negociar com ele em pé de igualdade de direitos e deveres com Russas e Aracati, que eram as preferidas por Dom Manoel da Silva Gomes. Parece que o Arcebispo se inclinava por Aracati, detentora de todas as credenciais para sediar o Bispado. Aconteceu, porém, que teria havido resistência da Maçonaria local. [...] Limoeiro daquele tempo era quase nada comparada com Aracati e Russas.

O diálogo entre a comissão limoeirense, integrada por Hercílio da Costa Silva, Gaudêncio Ferreira de Freitas, Custódio Saraiva Menezes e Odilon Odílio Silva, e o Arcebispo foi bem sucedida. Contudo, de acordo com o Pe. João Olímpio, este acordo foi impelido pelo constrangimento da “emboscada” tramada pelos atores de Limoeiro. Não se deve esquecer que há uma disputa pela memória e que reger o discurso dessa forma é uma maneira também de legitimar e exaltar os feitos do “comitê” limoeirense.

No relato do Sr. Cristóvão Pitombeira (73 anos), encontrado no trabalho de Márcia Rita Santos (1997,) entende-se a preferência do Arcebispo por Aracati. O Sr. Pitombeira informou que Aracati detinha das melhores condições, no sentido econômico, *bom comércio industrial* e Russas também estava enquadrada neste quesito.

Entretanto, como exprime o fragmento acima, Limoeiro, não estava inserida nesta mesma realidade social. Ao se dialogar com as reminiscências do seu Cristóvão não é interessante analisá-las como a realidade em si, pois o seu relato compõe um dos pontos de vista acerca do real, esse real que foi e é perpassado pela disputa memorativa que envolveu as elites dessas três localidades: Russas, Limoeiro e Aracati.

Conseguido o alvará para a entrada de Limoeiro na disputa pela Diocese, os agentes limoeirenses, provavelmente liderados por essa comissão, prosseguiram rumo ao seu alvo, suscitando uma inquietação no tocante a contribuições por toda extensão de Limoeiro. Segundo a narrativa de Castelo Branco (1995, p. 178 – grifos meus):

Em tempo extraordinariamente exíguo, à força da união suprapartidária **de todos**, com finco, persistência e esperança, sem distinção de cor, de partido ou situação sócio- econômico, o povo de Limoeiro pôde atender antes de Russas, a concorrente histórica, às exigências patrimoniais feitas pelo Arcebispo. Em menos de um mês, a Comissão pró-Bispado no Limoeiro apresentou-se a Dom Manoel, com os cem contos de réis (100.000\$000), uma fortuna amealhada a duras penas, **até pelas pobres cafezeiras e os pobres verdureiros do Mercado [...]**

O fragmento descreve os indivíduos que estavam à frente e envolvidos na comissão limoeirense como heróis. Eles são apresentados como líderes mobilizadores que “abriram mão” de suas divergências para que o “melhor” para Limoeiro acontecesse. No discurso memorialista, eles conseguiram que até os menos abastados fossem contagiados a contribuir. Quando se é referido acerca desta união suprapartidária, pode-se pensar que possíveis, apesar de provisórias alianças, possam ter se estabelecido na relação Chaves e Oliveira, opositores, mas que, provavelmente, comungavam que, do ponto de vista da estrutura e da economia, seria interessante para eles, haja vista a possibilidade de um crescimento do comércio, o que favoreceria em especial os Oliveira, bem como político, pois se colocaria em xeque a competência dos políticos, ou seja de Custódio Saraiva, que no período era prefeito.

Não obstante a vitória no desafio, ao entregar a quantia ao Arcebispo, a comitiva de Limoeiro foi informada que o valor que concretizaria o triunfo de Limoeiro em detrimento as outras localidades era de duzentos contos de Réis. Apesar da tristeza, os chefes dessa “expedição”, segundo Castelo Branco, não se abateram, pois *A Comissão conseguiu, de pronto, do Interventor Francisco Menezes Pimentel, os outros cem contos de réis em apólices do Estado, mercê do prestígio político de seus integrantes. [...]* (BRANCO, 1995, p. 178-179).

Como medida de segurança, o Pe. João Olímpio informou que o Comitê de Limoeiro ainda apresentou um projeto de construção do futuro Palácio Episcopal como cartada final. Finalmente, Dom Manuel cedeu aos argumentos, que ultrapassaram a retórica, e concedeu a Limoeiro a nova Diocese, a quarta que foi designada ao Ceará (BRANCO, 1995, p. 179), e a terceira ao interior do estado (LIMA, 1997, p. 371). Dois anos após o desafio de Dom Manuel, ou seja, em 29 de Setembro de 1938, ano em que Limoeiro estava sob a

administração do pároco Mons. Otávio de Alencar, a Diocese foi juridicamente instalada (BRANCO, 1995, p. 197-198).

Como reagiram os segmentos sociais dos outros municípios envolvidos na disputa? Esta é uma questão importante, para se entender a participação do Estado nesta disputa, haja vista um dos municípios alegar que um dos motivos de Limoeiro ter vencido, foi a relação de seus líderes com a política do Estado.

Nesse sentido, a respeito de Aracati não há indícios que indiquem tantos murmúrios, todavia em Russas, que desde o século XVIII detinha vasto território do Ceará e estabeleceu-se como núcleo religioso (LIMA, 1997, p. 365), através da voz e dos escritos do Pe. Pedro Alcântara, encontram-se fortes “evidências” da manifestação de indignação ante o veredicto do Arcebispo. Segundo Oliveira Lima (1997, p. 366):

[...] O cônego Pedro Alcântara Araújo acha que houve “ladinice eclesiástica” do Pe. Caminha, vigário de Limoeiro e “bairrismo político”. Os limoeirenses teriam conseguido que o interventor federal do Ceará Menezes Pimentel doasse cem contos, em ações do Estado, para o patrimônio da nova diocese, “em troca de ser convidado para paraninfo da sagração do primeiro bispo [...].

Na percepção do Pe. Pedro Alcântara, Limoeiro “trapaceou” não somente no quesito que foi citado acima, mas também nas campanhas de arrecadação do Pe. Manuel Caminha Freire de Andrade que, juntamente com um conterrâneo, Odílio Odilon e Silva, visitou Pereiro, obtendo sucesso ao coletar fundos que pudessem contribuir com a cota decretada.

As denúncias continuam por parte do padre russano, pois o mesmo acusou aqueles que estavam na empreitada em prol de Limoeiro de terem se beneficiado ao usufruir de um dinheiro que estava alocado para a edificação da Igreja de Alto Santo. Contudo, o que torna essa acusação mais comprometedora é o fato de Pe. Alcântara afirmar que tal dinheiro não foi convertido, [...] *em patrimônio da Diocese, que pelo direito canônico, não pode ser criada sem patrimônio de renda vitalícia, o que é grave acusação ao arcebispo de Fortaleza, D. Manuel da Silva Gomes, a quem foi entregue a importância.* [...] (LIMA, 1997, p. 366). É significativo pensar que essa forma de lidar com a memória do evento do Pe. Alcântara perpassa a lógica de estratégia da elite russana. A disputa pela memória também se expressa nos discursos de detratção das inter-elites.

No que diz respeito aos interesses desses agentes, e em especial dessa comissão, vale pensar o que significava para aquela época sediar uma Diocese, para essa elite se empenhar em tal projeto, já tendo em seu poder a LEC e a prefeitura?

A Diocese foi um grande empreendimento das elites políticas locais, foi um “ganho”. Pode-se inferir que era um sonho da elite transformar a localidade em uma cidade grande, [...] *Limoeiro daquele tempo era quase nada comparada com Aracati e Russas*. (BRANCO, 1995, p. 178). Os componentes que integravam a comissão sabiam que, com a presença da Diocese, despontaria uma série de empreendimentos urbanos e de vantagens para Limoeiro:

Mostrei as vantagens de um bispado. No meu argumento mais decisivo, eu digo, olha, corre todos os meses uma bandejinha daqueles em todas as Igrejas que são para sede do bispado. Se nós criarmos um bispado aqui, para o resto da vida de Russas, Aracati, Morada Nova, todo ano fica correndo uma bandejinha pra cá; é um negócio e são muitas as vantagens. Então o pessoal se animou [...].⁴³

Em primeiro momento, é importante lembrar que Franklin Chaves manifestou-se desta forma anos depois. Assim, ao analisar esse argumento aparentemente cínico, mas revelador das estratégias políticas do grupo, fica a ideia de um engodo, de uma ladinice, como afirmou Pe. Pedro Alcântara. Esse, talvez conhecesse tais argumentos e se sentia ferido por ter que enviar as tais “bandejinhas” para Limoeiro, já que era pároco de Russas.

A conquista da Diocese significava, para aqueles atores, também mais uma expressão do seu poder político, pois validava seus discursos e ampliava os lugares de atuação, atraindo olhares para Limoeiro e, conseqüentemente, para seus administradores políticos, demonstrando competência e articulação por parte deles, produzindo essa sensação tanto para a população limoeirense como para as concorrentes Aracati e Russas, e até outras localidades vizinhas.

Outra questão que pode ser enunciada é o fato de que, a elite ter conquistado a Diocese a legitimou em muitos de seus empreendimentos. Como condenar alguém que militou a favor do crescimento da Igreja e que recebe frequentemente os anunciadores da palavra de Deus em seu lar?

Não faltavam cadeiras na calçada, à tardinha, para momentos de entretenimento com umas partidas de gamão ou dama; e à noite para os frequentadores assíduos, como Getúlio Chaves, Luiz Mano, [...], **Padre Misael e até Dom Aureliano** Matos chegou a participar desses encontros. Ali, discutiam-se todos os assuntos, mormente os de guerra e políticos, os preferidos. As notícias correntes de nascimentos, mortes, festejos, negócios, chegadas, saídas eram sempre atualizadas nesse ambiente participativo. (FEIJÓ, 2006, p. 28 – grifos nossos)

⁴³ Entrevista de Franklin Chaves concedida a Universidade Federal do Ceará em 21/03/84; fita, nº 2 p.06.

O fato da casa dos Chaves ser um ponto de encontro, tanto para as figuras políticas, como para as eclesiásticas, onde a presença destes últimos produzia a noção social, numa cidade primordialmente católica, dessa elite como pessoas de bem, contribuía para a permanência dessa mesma elite no poder.

Como já foi aludida, a casa era o espaço onde se firmavam as relações dessa elite com os seus aliados, constituindo-se um lugar aconchegante para conversas, lazer, onde se estreitavam afinidades, inclusive com o novo bispo. Ela era o lugar de estratégia política dessa elite, onde se efetivava a “conquista” de seus aliados.

Não se pode ignorar também que para o novo frequentador⁴⁴ a casa era um lugar informal, de se construir amizades, e conseguir mais facilmente, através das boas relações, alguns de seus planos em que necessitava o apoio dos que tem o poder. Dom Aureliano Matos mesmo, o primeiro bispo, sabia que o sucesso de seus empreendimentos seria bem mais fácil com o apoio dos que estavam no poder político do município.

Assim, a casa era um ambiente de troca, isto é, em uma conversa ou outra, os donos da casa vão transmitindo seus valores, conquistando a confiança de seus convidados, persuadindo-os para aderirem aos seus projetos. Não obstante, os convidados também vão transmitindo os seus interesses e buscando o sufrágio dos dirigentes, configurando-se, desse modo, uma das faces das relações correligionárias desta elite.

Nesse sentido, o fato de passar a se reunir constantemente e espontaneamente na casa do prefeito, configurando-se esta como um ponto de encontro, um espaço de sociabilidade, corresponde justamente à noção de família política de Serge Bernstein, pois havia algo incomum entre estes atores sociais, isto é, uma cultura política que foi *portadora de normas e valores, que constituíram a identidade* destes sujeitos, refletindo-se em afinidades *que vão muito além da noção reducionista de partido político*.

Não se pode olvidar que a conquista da Diocese conceberia outro status aos sujeitos envolvidos na comissão, pois qual o significado da disputa da diocese partindo da ideia de aliança das políticas locais? O que isso “representava”? Que jogo de compromisso havia entre os mesmos? O bispo que chegara, não obstante ser neófito na localidade, sabia que em torno de si havia toda uma expectativa que fora gerada, assim o mesmo se preparara para responder a todo um movimento que a região, em especial essa elite, havia preparado. Ou seja, a elite havia construído todo um equipamento para receber a Diocese e esse acordo foi planejado.

⁴⁴ O termo, “frequentador”, empregado neste parágrafo, não se refere a qualquer ator social, mas somente a aqueles que, por algum motivo, seja por um lugar que ocupa na sociedade como no caso o bispo, seja por dinheiro ou os mais variados fatores, a elite quer conquistar como correligionários.

Será que um bispo que chegara já não trouxera consigo todas as referências das famílias que atuavam nesse palco político, que agiram em prol da instalação da Diocese?

Não se pode esquecer que esse acordo extrapolou os limites da municipalidade e da luta pela Diocese. Essa relação de Pimentel com os Chaves não poderia ter feito o pêndulo inclinar-se para Limoeiro, em vez dos outros municípios concorrentes? O fato de Menezes Pimentel ter entrado com 100.000,00 contos em títulos, não teria sido um sinal para o Arcebispo, no que concerne ao *prestígio político* (BRANCO, 1995, p. 178-179) dos Chaves. Mas de onde vinha tanto prestígio?

Segundo uma lista elaborada por Lauro de Oliveira Lima (1997, p. 388) a respeito dos governadores do Estado, a partir da República, o nome Francisco Menezes Pimentel aparece como governador nos anos de 1935 a 1937 perdurando sua prevalência no poder, mesmo no Golpe de Estado efetivado por Getúlio Vargas. No entanto, tendo em vista que, no regime do Estado Novo, todos os partidos foram fechados, fixando-se uma política de interventores, o mesmo permanece neste período em seu cargo, por ter aderido a Getúlio Vargas. Entretanto, brotam algumas questões no limiar destes dados: “Qual partido elegeu Menezes Pimentel?” “Porque Vargas não o depôs?” Segundo Francisco Moreira Ribeiro (1989, p. 45):

Em maio de 1935 tomava posse na governança do Estado o candidato da LEC, Francisco Menezes Pimentel que, no seu discurso de posse, afirmava que, sendo ele o primeiro chefe de governo elevado ao poder pela força organizada da Igreja, através da LEC, jamais sofreria o povo cearense coação, restrição ou injustiças; [...]

A Liga Eleitoral Católica, LEC, estabeleceu-se como um movimento de grande relevância para o Ceará. Criada em 16 de dezembro de 1932 (RIBEIRO, 1989, p. 39), era mais uma das estratégias encontradas pela Igreja de se restabelecer na sociedade aconfessional e garantir a não extinção dos princípios cristãos, como também abalizar sua presença como instituição:

Conforme João Rameres Régis (2002, p. 43-44 – grifos nossos):

Através da adoção de postulados bem definidos e de uma organização simples, centralizada por uma Junta Nacional sediada no Rio de Janeiro e espalhada pelo Brasil, através das Juntas Estaduais e Municipais, **tinha como tarefa principal despertar os católicos da indiferença em que viviam e obter dos partidos políticos compromissos formais de votarem com a doutrina social da Igreja.** [...] No estado do Ceará, a Liga Eleitoral Católica constituiu-se em partido político com registro, tendo eleito 06 Deputados Constituintes contra 04 eleitos pelo PSD, mostrando, assim, a força do projeto social da Igreja Católica. Essa opção por registrar-se como partido político

conferiu à Igreja no Ceará o papel de liderança frente aos mais variados grupos políticos de matiz conservadora.

O prestígio da Comissão pró-conquista da Diocese explica-se justamente devido aos vínculos políticos dessa com o Interventor, pois em 1935 foi organizada a Liga Eleitoral Católica em Limoeiro (FREITAS; OLIVEIRA, 1997, p. 90).

No caso de Limoeiro do Norte, que tinha como vigário da paróquia o zeloso Sacerdote Manoel Caminha Freire de Andrade, conseguiu que a LEC fosse liderada por dona Judite, dama reconhecidamente católica praticante. A LEC tornou-se tão forte no Ceará que chegou a eleger um governador, no caso o Dr. Menezes Pimentel. (NUNES, 2006, p. 39-40)

A forte liderança exercida por Judite Chaves, esposa do integrante da Comissão pró-bispado, Custódio Saraiva, contribuiu para os votos de Menezes Pimentel em Limoeiro, estabelecendo vínculos cada vez mais próximos e bem definidos. Nesse sentido, o depoimento de Antônio Pergentino Nunes é esclarecedor e ratifica ainda mais o desempenho de Judite em busca de eleger seus candidatos:

A ela fazia, ela fazia, andava, nesse tempo os distritos eram todos, Tabuleiro, Alto Santo, São João eram distrito de Limoeiro ela andava em tudim, fazendo campanha, conversando com o povo, ela era forte, comandou o grupo político dela até morrer, 40 ou 50 anos. Eu participei desse grupo, enquanto fui político participando desse grupo [...] Pois é, a LEC, o que eu sei, foi isso porque foi de curta duração, mas de forte atuação.⁴⁵

Tomando como referência o trecho acima, pode-se afirmar que os eleitores de Limoeiro, que na época agregava muitos distritos como foi relatado pelo entrevistado, tiveram, possivelmente, grande relevância para a vitória do candidato Francisco Menezes Pimentel, já que é bem provável que não somente Judite, como seu irmão Franklin Chaves, tenha elaborado uma campanha nesses moldes para eleger o candidato da LEC: *Eu fui da LEC antes de ser Integralista. O meu primeiro voto, como cidadão eleitor, dei-o ao Doutor Menezes Pimentel, e continuei votando sempre nele.*⁴⁶

Por isso, a Comissão conseguiu de *pronto* (BRANCO, 1995, p. 178-179) os outros cem contos de réis solicitados ao Interventor, como já está convencionado na memória limoeirense.

⁴⁵ Entrevista realizada com Antônio Pergentino Nunes, 81 anos em 22/04/2011. Como o próprio entrevistado em sua narrativa elucida, ele era uma pessoa muito próxima de Judite Chaves integrando o seu grupo e permanecendo fiel aos acordos fincados.

⁴⁶ Entrevista de Franklin Chaves concedida a Universidade Federal do Ceará em 23/03/86; fita nº 3, p. 07.

O fato de Menezes Pimentel ter cedido a Limoeiro, não obstante na disputa pela Diocese existirem outros dois municípios do vale do Jaguaribe, pode possibilitar estabelecer a hipótese de que a Liga Eleitoral Católica em Limoeiro destacou-se, em detrimento a essas outras localidades.

Percebe-se que a Liga Eleitoral Católica “alinhou-se”, de maneira sólida, em Limoeiro. Independentemente de sua curta duração, de 1935 a 1937, devido ao Estado Novo, ela se configurou como instrumento mediador, e, cada vez mais consolidou os lugares no cenário político daqueles que já estavam estabelecidos:

[...] tinha um grupo de vereadores, nesse tempo, papai participava desse grupo. Eu peguei uma vez um regimento interno da câmara naquele tempo tinha papai, Francisco Pergentino Mendes Guerreiro, tinha **Franklin Gondim Chaves** que depois foi deputado e chegou a ser governador, [13: 13] tinha [...] Holanda do Castanhão, era vereador também, tinha Joaquim Evaristo Gadelha, era vereador, Raimundo Remígio foi vereador, quer dizer, [...], naturalmente foram eleitos pela LEC, né, porque **o prefeito foi eleito pela LEC**, mas aí veio o Golpe de estado de 37 e aí anulou todo o processo político, né [...]⁴⁷

A entrevista torna claro o que já se havia salientado: a Liga Eleitoral Católica, liderada por Judite Chaves, elegeu um dos seus irmãos como prefeito e o outro como vereador, fortalecendo ainda mais a soberania política da família Chaves. Percebe-se, portanto, que a LEC foi um novo meio de poder, um novo espaço de atuação, permitindo novas ações políticas desta família que agora, não somente utilizava os cartórios para fortalecer e centralizar o seu poder, mas também gerenciava, em outra dimensão, a política limoeirense.

O fato de, em especial, Judite Chaves se vincular à Igreja Católica e ser caracterizada como uma católica fervorosa, pelo menos é o que os memorialistas têm reproduzido e é fato, haja vista a mesma ter se tornado líder da LEC, permitiu-lhe oportunidades ímpares e concedeu-lhe um prestígio que se instrumentalizou para a manutenção do poder de sua família.

O conceito de poderoso, para Wright Mills (1968) perpassa aos sujeitos que possuem acesso às grandes instituições, sendo essas seus meios de poder por lhes proporcionarem oportunidades que os conduziram a experiências restritas e transcendentais aos da massa. A este respeito, Mills (1968, p. 18) ainda acrescenta que nem todo poder está conectado e é praticado por meio das instituições, *mas somente dentro delas e através delas o poder será mais ou menos contínuo e importante.*

⁴⁷ Entrevista realizada com Antônio Pergentino Nunes, 81 anos em 22/04/2011.

No caso de Limoeiro, primeiro teve acesso à prefeitura municipal, tendo como meio de poder os cartórios e a liderança de um partido vinculado à Igreja Católica, a LEC, depois, durante anos, a compartimentos que ampliariam a noção de poder, como, por exemplo, cargos estaduais.⁴⁸ *Ser célebre, ser rico, ter poder, exige o acesso às principais instituições, pois as posições institucionais determinam em grande parte as oportunidades de ter e conservar essas experiências a que se atribui tanto valor.* (MILLS, 1968, p. 19)

Entretanto, não se pode esquecer que tudo isso foi respaldado e sedimentado pela Igreja Católica. Assim, ao se analisar a LEC como um meio de poder, deve-se entender que, mais que o fortalecimento dos agentes que a lideravam localmente ou regionalmente, ela proporcionou a supremacia, a proeminência dessa instituição novamente, no parâmetro nacional: [...] *Sei que alguns sabem que [...] havia uma influência muito grande da Igreja nessa Liga Eleitoral.*⁴⁹

O aparato discursivo da Igreja, através da LEC, era estabelecer uma movimentação política que se centrava basicamente em defender o Brasil, o Ceará, Limoeiro do mal advindo do Comunismo: *Não, aqui em Limoeiro não se sabe não [...] A LEC era uma frente política-religiosa que se opunha a expansão do comunismo, né?*⁵⁰ Assim, a Igreja era beneficiada devido aos interesses desta elite e vice-versa.

O fato do primeiro voto de Franklin, supostamente, ter sido em Menezes Pimentel, mostra os liames políticos, ou seja, as relações estabelecidas e como estes integravam a mesma aliança política. O fato de Menezes Pimentel, também eleito pela LEC, ter cedido a Limoeiro, não obstante a disputa pela Diocese incluir outros dois municípios do vale do Jaguaribe, possibilita estabelecer a hipótese de que a Liga Eleitoral Católica em Limoeiro se destacou em detrimento a essas outras localidades.

Estas relações políticas eram expressas além de quantias em dinheiro, como foi no caso da disputa pela diocese, ela se ratificava quanto à ocupação dos cargos públicos:

Então, Pimentel que era governador eleito e aí ficou como interventor porque aderiu ao Getúlio, nomeou meu cunhado, porque ele sabia que a nossa família era de mais projeção e foi apenas meu irmão renunciar ele chamou um cunhado meu, chamou papai e vamos acomodar tudo isso.⁵¹

⁴⁸ Após a redemocratização do país, em 1945, Franklin Chaves, irmão de Judite Chaves, foi eleito Deputado Federal sete vezes (1947/1974), assumindo o governo do Estado do Ceará (1966) durante 30 dias, quando presidente da Assembleia Legislativa.

⁴⁹ Entrevista realizada com Francisco de Assis Pitombeira, 82 anos em 02/05/11.

⁵⁰ Entrevista realizada com Antônio Pergentino Nunes, 81 anos em 22/04/2011. Essa resposta foi à seguinte pergunta: “Mas tinha Comunista aqui em Limoeiro?”

⁵¹ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984. Fita nº: 01, p.07.

Este mecanismo discursivo de se construir como a família de maior projeção, nada mais é do que a construção de uma memória que “monumentaliza” sua família como a mais apta, a ideia de que vem do sangue, a mais esclarecida, para governar os limoeirenses. Entretanto, é uma fala que permite perceber como os Chaves procuraram sempre se apresentar a aquele que governava o Estado e articular alianças bem demarcadas, demonstrando-se também como correligionários relevantes, do ponto de vista da conquista dos eleitores de Limoeiro, que na época também congregava os votantes dos atuais municípios que não haviam ainda se emancipado como São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte e Alto Santo.

A conquista da Diocese foi mediada, fundamentalmente, pelas relações políticas já empreendidas pelo grupo, sendo, portanto, utilizada por estes como uma maneira de mostrar para a sociedade limoeirense a eficácia dos seus líderes, em especial de Custódio, que integrava a comissão. Assim, no âmbito do discurso, foi muito bom para esta elite; foi uma vitória política, pois, em cima disto, dentre outras ações, como já o controle da prefeitura, eles efetivaram sua estabilização no pós 1930.

Efetivamente, os acessos e oportunidades da família na esfera política foram expandidos e, mesmo com o fechamento da LEC, o poder político se mantém na família. Não obstante o término da ditadura, eles retornam como partido, sob as vestes do PSD. Assim, esta família vai se metamorfoseando até certo ponto, pois conserva em sua política um tradicionalismo exacerbado, e consegue atuar por vários anos na política limoeirense, chegando a içar cargos políticos até de âmbito estatal.

CAPÍTULO 2: ELITES POLÍTICAS LIMOEIRENSES: ENTRE PODERES, PARTIDOS E POLITIZAÇÕES DA FÉ.

2.1 O Nacional no plano local e o triunfo da empreitada das Elites Políticas: Imaginário e Discurso Estado Novista na chegada do primeiro bispo de Limoeiro do Norte

Entender as elites políticas locais do Ceará, em especial a de Limoeiro do Norte, representada aqui pela família Chaves, é compreender sua “íntima” ligação com a Igreja Católica, pois tanto essa instituição lhes forneceu poder político, ampliando, portanto, espaços de atuação, como foi o caso da Liga Eleitoral Católica, como os fundamentou, produzindo sentidos para as ações do grupo, fornecendo-lhes, portanto, um poder “ideológico”.

Assim, inicialmente se demonstrará os ares do período do Estado Novo em Limoeiro do Norte, interior do Ceará, em que os Chaves, a elite política, tinham total soberania governamental. Falar desses anos em Limoeiro do Norte é trazer a atmosfera que tanto os eleitores como a própria elite política vivenciaram, pois a chegada do primeiro bispo trouxe um impacto que ainda é invocado na atualidade, bem como também a reprodução muito mais forte das compreensões do Estado Novo.

Assim, procurou-se primeiramente mostrar quem eram esses agentes, em suas concepções, e o discurso de Dom Aureliano Matos expressa de uma maneira emblemática as percepções que foram disseminadas e fizeram parte tanto da elite, como do católico mais apartidário, se é que havia este na cidade. Além disso, achou-se importante demonstrar como o Estado Novo estava presente na dimensão local. Nesse sentido, vale salientar que, em Limoeiro do Norte, a Igreja Católica foi a principal instituição disseminadora dos ideais do Estado.

Portanto, a disputa pela Diocese, tratada no primeiro capítulo desse estudo, entre os municípios do Vale Jaguaribe, e o ápice da vitória das elites políticas expressou-se pela chegada do primeiro bispo:

[...] Efetivamente em 1940, o então Pe. Aureliano Matos foi eleito bispo de Limoeiro [...]. Passaram-se alguns meses, quando chegou o dia aprazado para sua ordenação Episcopal. **Limoeiro do Norte preparou-se condignamente para esta grande festa [...].**⁵²

⁵² **Arquivo Episcopal de Limoeiro do Norte-CE.** Documento de autor anônimo. Índícios apontam ser do Pe. Misael Alves De Sousa, contudo não se pode afirmar a autoria. Sabe-se, no entanto que o documento possui um

A numerosa população católica de quase 300 mil fiéis,⁵³ mas principalmente as elites do município de Limoeiro do Norte, aguardaram a chegada de seu primeiro bispo ansiosamente. Pela bula ZAD DOMINICUM, assinada em 30 de janeiro e expedida em 5 de fevereiro de 1940, apesar de ter sido divulgada pelo jornal *O Nordeste* com data de 15 de junho de 1940, o até então Pe. Aureliano Matos, vindo de Itapipoca, foi eleito bispo da pequena cidade jaguaribana.

Para esta pesquisa, é interessante ressaltar como era e quem era essa Limoeiro do Norte, que se preparou condignamente para esta festa da sagração do bispo Dom Aureliano Matos. Ao chegar à sede da Diocese, o referido, logo no primeiro momento, no dia 28 de setembro, dirigiu-se à Catedral do município, onde foi celebrado um cerimonial litúrgico, tendo sido saudado por Franklin Chaves.

Após a passagem pela Catedral de Limoeiro do Norte, a elite política conduziu o bispo aos lugares que considerava importantes que ele de imediato conhecesse, sendo previamente preparadas as homenagens ao primeiro bispo nestes espaços. Assim, a programação desse dia 28 seguiu com uma apresentação, às 19 horas, de um festival realizado pela Sociedade Pró Rural, entidade criada por Franklin e Judite Chaves, ao lado de comerciantes e coronéis da cera de Carnaúba.

Atualmente, a mesma é conhecida como Escola Normal Rural de Limoeiro. Nesse sentido, é interessante pensar como esses espaços, criados pela família, foram bem aproveitados por eles, em especial em momentos solenes, com a finalidade de instaurar, sobremodo, personificações de si mesmos.

Nada mais conveniente que a recepção do bispo acontecesse na escola que foi apresentada como um projeto inovador pelos “abastados da época”, de Limoeiro do Norte. Afinal, a escola era contemporânea à instalação da Diocese na cidade, em 1938, e era importante, nesses momentos, ratificar que tais conquistas eram fruto da pro atividade dos bem sucedidos do município, isto é, das elites do comércio e, em especial, da administração dos políticos, a elite política, demonstrando-se, assim, que valeria a pena continuar votando, quando fosse necessário, já que encontravam-se no Estado Novo.

caráter memorativo, por possuir o título *Vinte Anos Passados*, sendo escrito, portanto, na década de 1960. Grifado por este estudo.

⁵³ **Arquivo Episcopal de Limoeiro do Norte-CE.** Agradecimento do Pe. Misael Alves de Sousa à população pelo empenho na obra das vocações sacerdotais, em dezembro de 1960. Quanto a este número de fiéis, é provável que seja do Vale do Jaguaribe como um todo, e não somente de Limoeiro com seus distritos, à época.

Destarte, eram nestas comemorações “nobilíssimas”, que traziam também pessoas “ilustríssimas”⁵⁴, como Francisco Menezes Pimentel, interventor do estado, bem como os secretários do estado, entre outros, como já citado, posto que estes indivíduos se autopromoviam, demonstrando, pois, que eles eram a *elite* e a melhor opção para que Limoeiro continuasse se desenvolvendo.

Esta tentativa de associar o “progresso” de Limoeiro à família é uma retórica bem constante de Franklin Chaves que, neste período, atuava como vereador:

O ambiente de Limoeiro do ponto de vista cultural era muito atrasado [...] Então eu soube eu ouvi falar que tinha sido fundada em Juazeiro uma escola Normal Rural. Com os meus contatos com a Ação Integralista eu me dei muito bem com o Padre Helder [...] Conversa vai e conversa vem, falamos da semana ruralista. Padre Helder foi convidado pelo Pimentel para ser diretor da instrução [...] Então ele disse: homem você não quer ir ver essa semana ruralista lá em Juazeiro e tal. Eu disse: vou. Mas eu não tinha nada com esse negócio de educação. Era comerciante. Quando cheguei aqui em Fortaleza, o governador era o Pimentel [...] Então eu falei pro Felipe: Eu fui ao Juazeiro [...] nós podíamos fundar uma escola dessa em Limoeiro [...] gostaria que você falasse com o Dr. Pimentel, você diz para ele nos ajudar. Felipe foi falar com ele e tal. Voltou. – Não, não se meta nisso não [...] Sabe de uma coisa Felipe, eu vou fazer escola com Pimentel ou sem Pimentel [...] Aí cheguei em Limoeiro, **convidei o pessoal da cidade toda; tanto correligionários como adversários** e pus a situação toda que eu tinha visto em Juazeiro. [...] Antes, depois dessa coisa do Pimentel eu voltei ao Helder e fui ao Helder dizer isso; que o Pimentel não tinha concordado.- Não é possível, - mas eu vou fazer Padre Helder [...] ele disse: Bom se depender de mim [...] Então nós metemos a cara e quando o Pimentel soube do negócio ficou assim meio chateado e tal e demitiu o Helder [...]⁵⁵

A princípio, é interessante destacar que os adversários, aos quais Franklin Chaves se refere, têm sua maior expressão na participação da família Oliveira, em especial, Manfredo de Oliveira Lima e Mário de Oliveira Lima, na sociedade da Escola. Isso fica claro da forma heroificada com a qual um descendente dos Oliveira, ao escrever a respeito das escolas de Limoeiro do Norte, trata a Escola Normal Rural: [...] *avultava a necessidade de uma escola de nível, secundário para instrução da juventude masculina, uma escola que correspondesse à brilhante iniciativa da criação da Escola Normal.* [...] (LIMA, 2002, p. 90 – grifo meu).

Se tal escola não tivesse a participação dos Oliveira, o prezado autor não a teria abordado de forma tão apologética, pois os escritos de Lauro de Oliveira Lima possuem um

⁵⁴ Na sagração de Dom Aureliano Matos encontravam-se o arcebispo metropolitano de Fortaleza, Dom Manuel da Silva Gomes, bispo sagrante; os consagrantes, Dom Francisco de Assis, bispo do Crato, e Dom José Tupinambá da Frota, bispo de Sobral. Os paraninfos de Dom Aureliano Matos foram Francisco de Assis Menezes Pimentel, interventor do Estado do Ceará, e Custódio Saraiva de Menezes, prefeito de Limoeiro. Ainda estavam presentes na cerimônia os bispos de Mossoró e Cajazeiras. Tais informações foram retiradas de documentos encontrados no **Arquivo Episcopal de Limoeiro do Norte-CE**.

⁵⁵ Entrevista do Sr. Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984. Fita, nº 01 . p. 17-18, e fita, nº 02. p. 01- 02. Grifo meu.

tom de denúncia em relação à administração política dos Chaves, como foi demonstrado no primeiro capítulo deste estudo. Ainda nesses escritos, consta uma passagem ilustrativa do ponto de vista das diferenças entre Chaves e Oliveiras:

No discurso de paraninfo supra-citado, Franklin proclama: “Esta escola nasceu de um sonho permanente de grandezas, de inspiração indefinida da minha alma, do ardente pulsar de meu coração, no desejo incontido de realizar o bem...” Esqueceu contudo de citar o grupo de limoeirenses que encampou o projeto e tornou a instituição possível, sobretudo Manfredo de Oliveira Lima, o presidente que requereu e obteve a equiparação (a Juazeiro) da Escola Normal Rural (Decreto nº 485, de 23 de janeiro de 1939, assinado por José Martins Rodrigues e Francisco Menezes Pimentel). Só Manfredo de Oliveira Lima conseguiria que os donos de carnaubais, seus amigos, comprassem as ações da Sociedade Pró – Educação Rural de Limoeiro... (LIMA, 2002, p. 131-132)

Neste trecho, Lauro de Oliveira Lima salienta o quanto foi definidora a participação de seu tio para a realização desse projeto, reivindicando para sua família também a consumação deste. Ele coloca em xeque as relações de Franklin Chaves, desqualificando o prestígio deste com aqueles que detinham certa proeminência social, devido à atividade com cera de carnaúba, importante para a economia da época. Assim, o autor resolve, através de seu livro, pendências com os Chaves, disputando memórias, em busca de administrar as sensibilidades dos leitores em relação ao passado. A esse respeito, o escritor narra o quanto foi surpreendente a união de Chaves e Oliveiras, já que:

Franklin Chaves, comandando um aguerrido movimento fascista que ameaçava a liberal democracia, ter conseguido a união dos próceres de LIMOEIRO para uma empreitada coletiva que forçava íntimo e permanente convívio de acirrados inimigos políticos. Franklin e Manfredo chefiavam cada um uma facção que se hostilizavam permanentemente, como os integralistas de Franklin e os liderados por Manfredo de Oliveira Lima. (LIMA, 2002, p. 131)

É fato que, criada em 1935, mas somente inaugurada em 1938, a Sociedade Pró-Educação Rural de Limoeiro foi um projeto das elites em “geral” de Limoeiro do Norte. Através do regime de sociedade, eles contribuíram financeiramente para a fundação da referida escola, tornando-se os fundadores, algo muito importante dentro de algumas sociedades, em especial na limoeirense. Observou-se que a experiência da fundação de projetos com esse caráter imprimiu nas relações sociais olhares diferenciados por parte dos demais, ratificando-se a força do poder dos abastados de Limoeiro do Norte.

Assim, o fato de ser fundador foi um importante diferenciador social em Limoeiro do Norte, sendo instrumentalizado em discursos políticos, bem como nas relações sociais como

um todo. A ideia do mito fundador, nessa perspectiva, explica, por exemplo, a atração que essa elite teve por se inscrever nas edificações da cidade, misturando e distorcendo as noções de público e privado.

Nesse sentido, pode-se dizer que um aspecto relevante das elites políticas, em especial dos Chaves, é que eles se achavam os esclarecidos da sociedade. Percebiam-se como os donos da visão empreendedora. Assim, a estrutura, as construções, se não feitas somente por eles, tinham o apoio deles, ou o discurso que eles estavam empreendendo, pois, para eles, as edificações eram muito válidas, além do que, era algo concreto que “representava o trabalho deles como administradores”.

Portanto, os projetos arquitetônicos ou os postos que eles ocupavam no interior da sociedade, como o fato de Judite Chaves ter sido presidente de uma maternidade, que foi empreendida pelo primeiro bispo, a escola planejada por Franklin Chaves, antes mesmo dele vir a ser deputado estadual, configuraram-se como outros espaços de atuação desses atores, constituindo-se, deste modo, como lugares que lhes trouxeram força política dentro daquela sociedade. Estes espaços eram os outros locais de atuação que adquiriam uma repercussão social, pois tais criações não somente legitimavam o governo da família, em especial nos processos eleitorais, mas “materializavam”, em certa medida, o poder que eles detinham, e os faziam os preferidos, pois se entendia que ser eleitor deles, implicava ajudar nessas instituições, quando necessário.

Essa elite tinha um projeto de fazer de Limoeiro uma grande cidade. E este anseio foi um princípio básico que fez com que eles se identificassem com o primeiro bispo, Dom Aureliano Matos, no sentido das afinidades, das opiniões, das rodas de conversa na calçada da casa de Judite e Custódio. Logicamente, os valores católicos os uniam, pois, como já mencionado, os principais vetores sociais responsáveis pela reprodução da cultura política destes Chaves, que atuaram efetivamente na cena política como prefeito, intendente, e líder de partido, em especial a partir da década de 1930, foi a Igreja e sua família, na figura de seus antepassados.

Apesar de a elite política saber que a diocese traria uma reorganização de empreendimentos para Limoeiro, eles não poderiam ter a certeza que o bispo era militante neste sentido. Contudo, o fato do bispo Dom Aureliano Matos partilhar de projetos políticos para um futuro de Limoeiro no sentido de um “desenvolvimento físico, arquitetônico⁵⁶” foi

⁵⁶ A começar pelo Palácio Episcopal para o bispo, a fundação do Ginásio Diocesano em 1942, a construção de uma casa de Saúde e Maternidade, a fundação do Patronato Santo Antonio dos Pobres e do Seminário Diocesano, em 1947, uma Comarca em 1946, o Liceu de Artes e Ofícios, iniciada a construção na década de

crucial para a boa relação dos Chaves com o primeiro prelado. Outro ponto, que também propiciou essa boa relação, foi o título de bispo, ou seja, não seria tão fácil destituir um sacerdote dessa “patente”. Seria mais interessante, conquistá-lo, pois entre eles também se instaurava uma relação de poder que era indizível, já que o bispo também “representava” a voz de Deus. Mas ratifica-se que a identificação foi vital, afinal, quando eles não se identificavam com o sacerdote, providenciavam para que o mesmo fosse substituído.

É interessante lembrar ainda que no dia da sagração mesmo, também foi oferecido um banquete ao bispo e aos seus convidados no Educandário Pe. Anchieta. Quais foram os organizadores? Judite Chaves e seus irmãos: *J. Chaves & Irmãos assumiram o banquete e trouxeram de Fortaleza uma cozinha completa do Clube Náutico Atlético Cearense (pratos, talheres, cozinheiros etc). As alunas da Escola Normal ajudaram a servir o banquete* (FREITAS & OLIVEIRA, 1997, p. 148). O tom dessa memória transmite o ar de *glamour* do banquete e o empenho da tão “grandiosa” Judite, para o sucesso dessa programação.

Assim, ao proporem uma comemoração no espaço da Escola Normal, bem como ao se colocarem como organizadores de um banquete em outros espaços, “demonstra” como esses sujeitos foram se construindo dentro dessa sociedade, e uma de suas maiores estratégias era serem vistos, ou seja, demarcarem sua presença em momentos auspiciosos para a sociedade limoeirense, na qual eles tornavam-se os “principais organizadores”, atribuindo tais acontecimentos as suas figuras.

Mas, a sagração de Dom Aureliano Matos ocorreu, de fato, no dia seguinte, 29 de setembro de 1940, um domingo. Às sete horas desse dia, houve a recepção dos eclesiásticos que iriam compor a cerimônia. Não se pode esquecer que tanto a primeira recepção como os lugares de destaque, como no caso de Custódio Saraiva, paraninfo, simbolizavam mais que um desejo de boas vindas desses atores: ela “representava” a elite limoeirense assumindo, solenemente, sua vitória em detrimento dos grupos de outros municípios. Esse festejo era uma amostra da comprovação, da materialização de seu fortalecimento, mediante a vitória da disputa pela diocese, bem como suas boas relações com instâncias mais altas da política, no caso, o Interventor Menezes Pimentel, discutida no capítulo anterior, apesar da suposta desavença deles com Pimentel, quando se tratou do plano de edificação da Escola Normal.

Não se pode esquecer que tanto a primeira recepção como os lugares de destaque, como no caso de Custódio Saraiva, paraninfo, simbolizavam mais que um desejo de boas

1950, a Rádio Vale, inaugurada em 1955, a Rádio Educadora e a ponte sobre o Rio Jaguaribe, na década de 1960 e a Faculdade de Educação, finalizada em 1968. (MACHADO, 2008, p. 110)

vindas desses atores: ela “representava” a elite limoeirense assumindo, solenemente, sua vitória em detrimento dos grupos dos outros municípios. Esse festejo era uma amostra da comprovação, da materialização de seu fortalecimento mediante a vitória da disputa pela diocese, bem como suas boas relações com instâncias mais altas da política, no caso, o Interventor Menezes Pimentel, discutida no capítulo anterior, apesar da suposta desavença deles com Pimentel, quando se tratou do plano de edificação da Escola Normal.

É provável que, dos fiéis envolvidos, aqueles que eram menos engajados nas questões políticas e sociais e que apenas reclamavam por cuidados espirituais, possivelmente encantados com as celebrações de recepção ao novo bispo, não possuíssem dimensão das proporções do jogo político que permeava aquele “contexto”. Contudo, é possível ainda que os mesmos entendessem o papel que ocupavam. Ficam as duas possíveis posições da população em suspense.

Às oito horas, iniciou-se a sagração do Bispo. Nesse episódio, Dom Aureliano Matos apoderou-se da palavra e o momento esperado foi concretizado, perpassado de discursos de como Limoeiro do Norte deveria ser. É importante pensar que estes discursos⁵⁷ proferidos pelo bispo também interpenetraram o coração dessa elite, e eles, que já desempenhavam uma “política sacra”, tiveram seus atos muito reafirmados pelo pronunciamento político-religioso do bispo, bem aos moldes Estado Novistas.

A princípio, Dom Aureliano Matos não omitiu elogios ao Arcebispo Dom Manoel, ressaltando a sua importância em nível pessoal e de Ceará, evidenciando suas obras como líder cearense. Aos limoeirenses, de início, falou do sacrifício que era o exercício do paroquiato. Não obstante, os espinhos dessa tarefa eram amenizados quando desempenhada “entre um povo simples, obediente e amigo”, destacou (MATOS, 1940).

É importante salientar o caráter político deste discurso teológico. A política, como bem lembra René Rémond (2003, p. 35), *não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social*. E, como trata inúmeras obras, a exemplo de a Sacralização da Política, do pesquisador Alcir Lenharo, e o Ardil Totalitário, de Eliana Dutra, ela, ao longo dos anos, tem encontrado subsídios e possuído íntima ligação com o “campo” religioso.

⁵⁷ O termo **discurso** empregado neste trabalho é compreendido em conformidade a conceituação de Durval Muniz, que declara que esta noção é polissêmica, e pode ser entendida como *uma peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público [...] podendo ser escrita previamente ou dita de improviso*. Da mesma forma, a categoria **pronunciamento** será abordada aqui segundo este mesmo autor, sendo, portanto refletida *como ato ou efeito de publicamente expressar uma opinião, manifestar-se em defesa de dadas teses ou posições políticas, morais, religiosas, filosóficas, éticas, econômicas, jurídicas, estéticas etc.* (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 223- 225)

Numa sociedade onde os conflitos não eram bem vindos, abordar a obediência e incentivá-la servia perfeitamente aos intuítos de um Estado que pretendia ter o controle do social por inteiro. Logicamente, este pronunciamento foi pastoral no sentido de convidar aos fiéis a se comportarem de forma ordenada, como mandavam os princípios do catolicismo. Ou seja, ele foi uma tentativa, antes de qualquer demonstração de rebeldia dos novos seguidores, de conquistá-los, revelando o bom relacionamento que detinha com o rebanho antigo de Itapipoca (MATOS, 1940). E foi isso que fez a política do Estado Novo relacionar-se tão bem com o cristianismo católico, pois, em suas mais profundas concepções, a Igreja pregava aquilo que o Estado queria que fosse enraizado no coração dos brasileiros, neste caso, dos limoeirenses, isto é, a obediência por amor.

Em conformidade com esta questão, Aline Coutrot (2003, p. 334), destaca:

[...] A crença religiosa se manifesta em Igrejas que são corpos sociais dotados de uma organização que possui mais de um traço em comum com a sociedade política. Como corpos sociais, as Igrejas cristãs difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem. Toda a vida elas pregaram uma moral individual e coletiva a ser aplicada *hic et nunc*; toda a vida elas proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando-se um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles. [...]

Tal assertiva corrobora a visão que o bispo Dom Aureliano Matos tinha acerca do seu ministério, pois, para ele, [...] *o estado moral, cultural e religioso de um povo, outra não podia ser a missão do Bispo* [...] (MATOS, 1940). Assim, tal papel de “vistoriar” os fiéis influi na maneira destes de perceber e se relacionar com o mundo, produzindo ecos nas suas escolhas políticas do que é certo do que é inaceitável, do ponto de vista da fé, como, por exemplo, aconteceu com o comunismo, bem como na própria maneira de vivenciar a experiência das doutrinas do Estado Novo.

A locução do bispo prossegue, evidenciando para os seguidores católicos que, apesar de possuir nada, deixou tudo. Prontamente, identificou que esse tudo, ou seja, os bens que ficaram para trás, consistiria no bem moral, isto é, a boa convivência com os amigos, que mais vale do que a prata e o ouro (MATOS, 1940). Logo em seu primeiro momento, o sacerdote já estava exercendo o seu papel de doutrinar seus fiéis, mostrando que não há nenhum bem material que se possa conquistar que se compare aos princípios da moral. Observa-se que o recém-ordenado bispo apelava para a dimensão do imaterial, das “representações” sociais correntes àquela sociedade.

Essa referência a moral também pode ser vista como mais um elemento do discurso religioso que entroniza a dimensão política, pois a pregação religiosa conduz a uma prática, que se desenvolve nos mais variados setores sociais, inclusive nas escolhas de partidos, nas eleições, na forma de comportar-se ante ao governo, pois, como bem lembra Chartier (2002) representação e prática não se separam .

Destarte, a Igreja Católica, como toda instituição, não sendo neutra, possui *sua eficácia própria, e suas consequências desequilibram e tumultuam as relações de forças*. [...] *tem efeitos poderosos sobre a estruturação da opinião e os sistemas partidários*. (RÉMOND, 2003, p. 25). Nesse caso, ela pode ser vista como uma importante disseminadora dos princípios do governo do Estado Novo, em que se construiu uma relação de dupla troca, pois a própria ideia de moral cristã foi legitimada pelo Estado, por condizer e servir em parte com o discurso que validava as medidas de controle empregadas pelo mesmo e, em especial, por ambos, unidos por terem um inimigo em comum, o comunismo.

Vale salientar, que esse período é um momento quando a Igreja, ao mesmo tempo em que convalida o Estado, fortalece-se como instituição e, como remete Mainwaring (1989, p. 16):

O Objetivo principal de qualquer Igreja é propagar sua mensagem religiosa. Todavia, dependendo da percepção que tenha dessa mensagem, pode vir a se preocupar com a defesa de interesses tais como sua unidade, posição: em relação às outras religiões, influência na sociedade e no Estado, o número de seus adeptos e sua situação financeira. Quase toda instituição se preocupa com a própria preservação; muitas tratam de expandir. Essas preocupações facilmente levam à adoção de métodos que são inconsistentes quanto aos objetivos iniciais [...]

Dessa forma, essa aliança com o Estado, que se estabeleceu principalmente a partir da década de 1930 no Brasil e, em especial, na política do Estado Novo, reconfiguraram questões que se tornaram um entrave para Igreja na transição do Império para a República. E em Limoeiro não era diferente. A Igreja, através de seu líder principal, Dom Aureliano Matos, corroborou o autoritarismo político e as estratégias de manter a ordem e conter a desordem, propagado pelo governo Vargas e seus representantes no município – no caso, os Chaves (SANTOS, 1997).

A esse respeito, vale salientar que, no plano das alianças no cenário político local, Igreja e política municipal, apesar de se relacionarem intimamente nesse período, buscavam transparecer que eram distantes, já que o bispo Dom Aureliano Matos procurava, segundo Pe. João Olímpio, assumir uma postura “suprapartidária”:

Dom Aureliano diga-se de verdade **ele nunca se envolveu político-partidariamente, ele mantinha distância, tinha um bom relacionamento com os políticos-partidários ninguém nunca pode dizer que ele era de tal partido, [...]**⁵⁸

Será que essa suposta distância também não corrobora, ou seja, não reforça a política de um grupo que já está no poder? Como já citado no primeiro capítulo, Dom Aureliano Matos, em suas noites, era um dos integrantes que compunham a calçada dos Chaves. Portanto, será que essa aproximação não dizia, indiretamente, aos fiéis católicos em quem se deveria votar? Isto é quem não era comunista, por exemplo? A companhia do bispo na calçada validava extremamente o governo dos Chaves. Não se deve esquecer ainda que esse grupo foi o principal mentor para a conquista da Diocese, o que, de fato, foi um dos muitos elementos que produziu afinações a esta relação, Chaves e primeiro bispo.

Ainda compondo o primeiro pronunciamento aos discípulos limoeirenses, o bispo foi explícito em sua posição contrária aos ideais da modernidade e do cientificismo:

Com menos conhecimentos científicos e sem o conforto trazido pelas descobertas e invenções modernas, muito mais felizes viviam, no entanto, os primeiros cristãos. É que melhormente conheciam Jesus Cristo. Nele tinham a fortaleza sem armas, a riqueza sem o ouro, a sabedoria sem a ciência, a alegria sem o mundo. [...] (MATOS, 1940)

Similarmente ao Papa Leão XIII em sua encíclica *Rerum Novarum*, o bispo apreende as questões relativas à modernidade como prejudiciais à essência cristã, desenvolvendo, portanto, uma crítica ao capitalismo liberal. Assim, Dom Aureliano articulou um discurso pela retomada dos valores instituídos antes desse capitalismo liberal, como uma estratégia também para manter o controle social.

Vê-se, plenamente, a oposição entre fé e razão ao falar para seus fiéis. Enquanto os ensinamentos se direcionavam contrários a um acúmulo de bens, na prática, para a diocese vir para Limoeiro, como já foi anteriormente mencionado, foi necessário reunir duzentos contos de réis, muito dinheiro para época. Além do que, foi desenvolvida uma pareceria, não somente com os Chaves, mas com outras famílias que apresentavam uma renda considerável para se concretizar os projetos da Igreja, a exemplo do seminário.⁵⁹

⁵⁸ Entrevista realizada com o Padre João Olímpio Castelo Branco, 72 anos, em 14/04/11. Grifo meu.

⁵⁹ Ideia transcrita da monografia de graduação de Márcia Rita de Araújo, baseada na entrevista que a mesma transcreveu de Livro Tombo X, pp. 07-09, do Arquivo da Casa Paroquial de Russas-CE.

Fazendo jus ao mote do período, principalmente do início da década de 30, *Deus, Pátria e Família*, lema de Plínio Salgado⁶⁰, líder da Ação Integralista Brasileira, Dom Aureliano orientou seu novo rebanho, destacando que a família é a base da sociedade e o instruiu no que diz respeito aos lugares ocupados pelos cônjuges:

[...] Vem a civilização moderna e a família sofre as consequências mais tristes. Esfacela-se o lar. A esposa e mãe deixa o lar onde tem o seu trono de rainha e passa para as avenidas, para as fábricas, os empregos, acompanhadas, talvez, das filhas que já não encontram, em casa, atrativos nos trabalhos domésticos. Atitudes estas, a que geralmente são levadas [...], mas também têm a sua explicação, nas exigências de uma sociedade paganizada, a quem a todo custo querem servir. [...] (MATOS, 1940)

O novo pastor guiou suas ovelhas, identificando as consequências que a modernidade inseriu no ambiente familiar que, como uma doença hereditária, passou de geração em geração, *filhas que já não encontram, em casa, atrativos nos trabalhos domésticos*. Em nenhum momento o bispo foi discreto ao expressar seu “antiliberalismo”. Este, ao continuar fazendo uma explanação sobre a família, destacou a importância de as crianças serem educadas em um colégio que, não somente cuidasse do corpo, mas também da alma:

Educando-a, são preferidos nos colégios em que mais se cuida do bem-estar do corpo que do da alma; e a instrução religiosa, a única que leva o homem a plena expressão de sua personalidade, é relegada para um plano inferior e secundário [...]. (MATOS, 1940)

Em outras palavras, Dom Aureliano estava dizendo que, apesar da laicização da educação, resultado das percepções de mundo da modernidade e do liberalismo no Brasil, em especial da República, seriam os ensinamentos da fé que completariam as lacunas do interior do ser dos indivíduos, proporcionando-lhe uma moral, formando, assim, um cidadão pleno.⁶¹

Para ele, ainda era a religião que fazia o homem melhor. Essa dissociação entre a moral e a religião, implicação do moderno, era ilegítimo. Malgrado o ensino cristão ter sido

⁶⁰ Vale salientar que em 1937 havia a ausência de qualquer partido, até a AIB fora fechada. Contudo, percebe-se o lema vivo no discurso do bispo, ratificando-se a dimensão processual de como os sujeitos sociais lidaram com as ações tomadas pelo o Estado Novo e como, mesmo que inconsciente, resistiram às ações autoritárias do Estado.

⁶¹ Apesar de Igreja e Estado nesse período estabelecerem um diálogo próximo quanto à articulação discursiva, não se deve esquecer que, com a proclamação da República, o ensino passou a ser de responsabilidade do Estado e não mais da Igreja Católica. Assim, este trecho expressa o ressentimento e os elementos de uma disputa com esse Estado Laico.

colocado a um plano inferior, ele ainda se constituía, obviamente fundamental, na percepção do primeiro bispo.

Traduzindo a voz do Estado, na verdade, mais uma vez este tema – Deus, Pátria e Família – é um dos pontos de intersecção entre Igreja e especialmente o Integralismo, o que demonstra a composição processual das instâncias que atuam na dinâmica social, pois, apesar do fechamento da AIB, Dom Aureliano Matos falava a seus fiéis de uma maneira “teológica”, mas ao mesmo tempo entoava *o fulcro teórico de uma dada concepção persuasiva* [...]. (LENHARO, 1986, p. 46).

Nesse sentido, para Wilhelm Reich (*apud* LENHARO, 1986, p. 45), a família constituía o microcosmos do Estado autoritário porque possibilitava introjeções no que concerne às medidas de controle social, como esforço, trabalho e a submissão à autoridade. A figura do pai representaria o líder do Estado. A este caberia cuidar, pois saberia o que era melhor para a “nação”, no caso, a população, como aos bons filhos caberia à obediência.

A esta perspectiva enquadra-se também a Igreja como importante instituição social que disseminou as concepções de controle do Estado em seu aspecto muito mais persuasivo que repressor, integrando, assim, o discurso do Estado no cotidiano dos indivíduos, instaurando percepções e modos de sentir. A Igreja alimentou o caráter conservador e autoritário, bem quisto pela elite local e pelo governo brasileiro.

A este respeito, as palavras do bispo direcionadas aos jovens ilustra bem o que foi retratado no parágrafo anterior. Dentre as verbalizações, esse trabalho enfatizou as que se compreendem como mais relevantes, por considerá-las mais promulgadoras quanto à atuação no social, como, por exemplo, o amor ao trabalho e o amor à Pátria.

Ao falar do amor ao trabalho para os jovens, Dom Aureliano foi claro ao declarar que:

Quando os livros chamarem para o estudo, as oficinas para o trabalho, o campo para o seu cultivo, volte-se o moço para Cristo e no seu exemplo, em Nazaré, calejando as mãos, na tenda de seu pai, encontrará o estímulo para preencher seus dias de um trabalho honrado, de que jamais se envergonhará. (MATOS, 1940)

É interessante pensar as transformações das visões de trabalho, que até a época Moderna possuíam uma dimensão de fardo, associadas a um extremo estado de pobreza. Não obstante, o século XVI demarcou a exaltação ao trabalho, quando Locke o admitiu como fonte de toda propriedade e Adam Smith o considerou fonte de toda riqueza. (DE DECCA, 1995, p. 12)

É significativo salientar que essa lógica do trabalho interligado com a ordem instituiu-se no governo de Getúlio Vargas com veemência. As leis trabalhistas foram o foco do regime, a figura do malandro não condizia com a doutrina do Estado Novo. A música, por exemplo, passou a transmitir uma nova imagem, o sambista, em especial, anteriormente associado à boemia e à malandragem, assumiu um caráter de trabalhador dedicado, o homem útil, que cantava na roda de samba após sua saída da fábrica (VELLOSO, 2003, p. 165). Apesar de serem projetos diferentes, com objetivos díspares, Dom Aureliano convalidou e testificou os princípios disseminados pelo líder do Brasil.

Outra questão abordada por Dom Aureliano que ilustra a harmonia com a política vigente do Estado Novo é a questão do patriotismo. O amor à pátria e a glorificação aos valores nacionais compuseram as narrativas do período de 1937, e o bispo professou:

Um dos mais belos sentimentos que empolgam a alma do moço é o amor da Pátria. Com sangue quente que lhe ferve nas veias lavará, se preciso for, a mancha com que o inimigo maculou o solo pátrio. [...] na juventude está a esperança da Pátria. (MATOS, 1940)

O sentimento patriótico foi vinculado à ideia de não permitir a expansão comunista no país. É importante destacar que a emergência da Pátria, em especial na década de 1930, esteve associada ao projeto de reordenamento da sociedade aos moldes corporativistas – apoiando-se inteiramente na imagem orgânica do corpo humano, na tentativa de neutralizar possíveis focos de conflitos. Para Marilena Chauí (*apud* LENHARO, 1986, p. 19-20), na década de 1930 o Estado surge como sujeito histórico por excelência no jogo do poder. A mesma destaca ainda que a imagem propagada pelo Estado Novo foi anunciadora da construção de uma identidade. O sentimento nacionalista incorporado ao discurso “teológico do poder”⁶² é fruto desse momento, pois:

Vem do Estado a única voz que fala em nome de todos os brasileiros. O homem comum, o cavalheiro dos salões, o operário, o comerciante, são descaracterizados socialmente para serem recuperados na perspectiva de uma identidade [...]. O poder apresenta, pois a nação como sua obra acabada, a dimensão orgânica de uma sociedade que supera as suas disparidades. (LENHARO, 1986, p. 34-35)

⁶² Este termo teológico não se refere ao discurso da teologia como campo de estudo, mas sim a figura do indivíduo que na sociedade limoeirense e do Vale do Jaguaribe possuiu o ato da enunciação em nome de um Deus.

Os referenciais sociais elucubrados pelo o Estado permeavam o discurso religioso, e era interessante para o mesmo este aspecto homogeneizador, que o Cristianismo católico evocava, afinal, todas as pessoas eram iguais perante a Deus. Assim, nas entrelinhas, esse sentido uniformizador pregado pela a Igreja respondia à ideia de nação do Estado, uma vez que o *poder apresenta pois a nação como a sua obra acabada, a dimensão orgânica de uma sociedade que supera suas disparidades* (LENHARO, 1986, p. 35). Mas o bispo, voz da Igreja Católica, concebia que essa nação teria que ser Católica Apostólica Romana:

Mas, onde a juventude hodierna força para manter bem viva esta chama do patriotismo, quando na escola dos cinemas impúdicos, dos teatros imorais, dos livros desmoralizadores dos jornais ímpios, das revistas pornográficas, só encontra o micróbio da corrupção da raça, depauperando-a e corrompendo-a! [...] Só na escola de Cristo poderá ele aprender amar a Pátria, porque só nela este sentimento é puro e nobre. (MATOS, 1940)

A identificação com as concepções do regime também podem ser explicadas devido ao repúdio que a Igreja teve com relação à modernidade, embora o Estado não comungasse completamente nesse aspecto, e ao liberalismo que, como mostra Velloso (2003, p. 154), foi objeto de justificação quanto aos “males” que sobrevinham ao país: [...] *a partir da prática liberal que os doutrinadores do regime explicam todos os males que se abateram sobre o país.*

O bispo claramente está dizendo que o governo só conseguiria alcançar seus objetivos se Cristo fosse o guia para esta sociedade. E quem é que detinha os ensinamentos de Cristo, senão a Igreja? É ela que, à luz da palavra do Cristo, podia orientar e instigar o genuíno patriotismo nos jovens cidadãos, por exemplo.

Para o bispo, a cisão que essa nova sociedade moderna liberal trouxe consigo, entre Estado e Igreja, não condizia com a realidade político-social, pois o primeiro carecia da ajuda da Igreja para que seus projetos pudessem ser bem sucedidos. Assim, ele queria conduzir todos aqueles que, por ventura ou não, estavam escutando, ou escutariam, o seu sermão, a pensar a Igreja como uma instituição atemporal, ultrapassando circunstâncias contextuais, fazendo-se necessária em todas as épocas, mostrando que para cada realidade ela tinha sua posição e era um agente imprescindível ao bem da dinâmica social. Para o episcopal, a resposta para todas as degradações provocadas pela modernidade na sociedade estava na Ação Católica, abordada no capítulo anterior, por isso, segundo ele:

A temperatura que se desencadeou, vem, como vimos, solapando todas as camadas sociais. Em todos os setores encontra-se o gérmen da dissolução, com mais ou menos desenvolvimento. A defesa deve ser na altura do ataque; o remédio na proporção do mal. Eis porque os Santos Padres, particularmente os Padres Pio XI e o atual Pio XII, com uma visão nítida e perfeita do momento que o mundo atravessa e, medindo a gravidade do mal que se alastra, procuraram organizar uma defesa eficiente, ou melhor, uma ofensiva eficaz. Apela não só para seu clero – soldados sempre em postos avançados, mas para todas as reservas católicas; para todas as camadas sociais, desde a criança nos bancos escolares, até a velhice no reatamento que a idade lhe impõe; desde a mulher no verdor dos anos, até a mulher com a responsabilidade de um lar, para numa afirmação de fé, com uma organização completa trabalharem na defesa da Fé e da moral, conservando os frutos abençoados que nos legou o sangue de Jesus Cristo; numa palavra, organizaram a Ação Católica, que desejamos ver, dentro em breve, fundada e difundida nesta Diocese, garantindo assim a sua grandeza e prosperidade religiosas. (MATOS, 1940)

Este é um dos trechos mais emblemáticos acerca do emprego discursivo de imagens, como sistema de auto-representação que, como lembra Alcir Lenharo, nem sempre é apreendido pelos leitores e aqui se acrescenta também pelos ouvintes da homilia, que possui teor de caráter sagrado.

Imbuído de caricaturas que tendem a querer traduzir as dimensões socioculturais e políticas e influir diretamente na percepção dos fiéis, o trecho acima exprime a interpretação do bispo, pautada pela luz da Igreja Católica, sobre a conjuntura da época. O que vem solapando todas as camadas sociais? O que ou quem é este gérmen da dissolução? O que ou quem é este mal contra o qual a Igreja deve atuar como remédio?

Dom Aureliano, assim como toda a Igreja Católica, também teceu um discurso anticomunista, sendo importante aliado do Estado Novo. Contudo, vale salientar, por motivações distintas. O comício do dia 5 de julho de 1935, organizado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), em que Prestes lia seu manifesto revolucionário (sendo, contudo, capciosamente impedido pelo governo), gerou um clima de tensão manipulado, em especial, pelos poderes vigentes. Como problematiza Dutra, *Esse clima foi fortemente manipulado por segmentos do poder ligados às hostes governistas, e a opinião pública se viu defrontada com o fantasma do comunismo que se tornaria real de fato em novembro desse mesmo ano.* (DUTRA, 1997, p. 36)

A autora ainda fala dos sentimentos contrastantes em relação ao comunismo da sociedade brasileira da segunda metade de 30: *É fato que a revolução, comunista, é o grande tema mobilizador dos desejos, das aspirações, das energias e também dos temores e dos rancores que envolvem as vivências da sociedade brasileira na passagem para a segunda metade dos anos 30.* Em meio a essas contradições, é interessante atentar para a seguinte

questão: a necessidade de falar do outro para falar de si mesmo, *Nessa tentativa de construção de uma identidade coletiva, a visão do “outro” é tão fundamental quanto a de si mesmo, seja do amigo ou inimigo, do rival ou do aliado* (DUTRA, 1997, p. 34-35).

O fragmento acima, discursado por Dom Aureliano, deixa isso bastante evidenciado. Primeiramente, o bispo apresenta a seus fiéis o “inimigo perigoso”, referindo-se ao comunismo como gérmen, como mal, traçando imagens para figurá-lo, para depois apresentar a Igreja como o remédio, a solução: *A figura do inimigo é, assim, essencial. Ela serve para fornecer ao povo a consciência de sua unidade e, ao poder que conduz o combate, a legitimidade* (DUTRA, 1997, 41).

Outra questão bastante pertinente diz respeito à conexão feita do inimigo com o mal interpretado como doença: *A defesa deve ser na altura do ataque; o remédio na proporção do mal [...] do momento que o mundo atravessa e, medindo a gravidade do mal que se alastra* (MATOS, 1940 – grifos meus). Eliana de Freitas Dutra ainda continua contribuindo com suas reflexões ao esclarecer que Vargas pensava o comunismo como uma doença, tendo em vista a ideia do intelectual católico Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) de “diagnóstico”, compondo assim, o discurso anticomunista:

[...] a imagem do vírus fortalece a imagem do agressor externo e, por isso, se compõe numa combinação bem-sucedida, com a imagem da infiltração. [...] Essas imagens se sucedem não de forma isolada, ao contrário, elas se ajustam dentro de uma mesma percepção de vida política e social. [...] (DUTRA, 1997, p. 43)

As imagens do comunismo, contudo, não foram associadas apenas ao plano biológico e físico; partiram também para imagens de praga, flagelo e peste, coligadas às efígies religiosas:

Isso porque as imagens de peste e flagelo aparecem fortemente ligadas, em particular na tradição judaico-cristã, à ideia de pecado, e esta, por sua vez, à imagem do demônio que amplia enormemente as representações acerca do mal e do perigo comunista, acrescentando-lhes uma nova faceta: a diabólica. É nesse imaginário religioso, que os católicos souberam aproveitar tão bem, que o repertório de imagens anticomunistas irá se abastecer [...]. (DUTRA, 1997, p. 47)

O comunismo foi visto como uma doença e um mal externo, ou seja, foi um agente estranho, pois não era do país, ia de encontro ao nacionalismo que se buscava gerar nos corações dos brasileiros. Dom Aureliano, como sujeito discursivo construído e construindo o

“contexto”, está em plena harmonia, como já foi mencionado, com esse nacionalismo propagado por Getúlio. O comunismo era a enfermidade e a Igreja, logicamente, era o remédio, pois somente em Cristo poderia haver um coração genuíno, um amor autêntico pela pátria e se obteria vitória, consequentemente, sobre o mal.

Como cristão, sobretudo, o bispo apresentou o comunismo ao rebanho limoeirense como agente antagônico ao cristão fidedigno, “gérmen da dissolução”, isto é, o comunismo era o micróbio que pervertia os costumes, era desregulador, licencioso, negava e afastava os verdadeiros cristãos dos princípios do “Altíssimo”. Para uma sociedade como Limoeiro do Norte, qualquer coisa que pudesse perverter os costumes era motivo para temer e manter a maior distância possível.

É interessante perceber a uniformidade dos discursos implantados na sociedade do fim década de 1930 e primeiros anos de 40, que repercutiu para outras décadas. Ao comparar as passagens da retórica de Dom Aureliano Matos e os trechos selecionados do trabalho de Dutra, destacou-se a harmonia dos discursos com os quais a sociedade desse período foi envolvida.

Destarte, este último fragmento de Dom Aureliano Matos, selecionado por este estudo corrobora a ideia de que a utilização discursiva de imagens era própria da Igreja Católica que, em sua alocução religiosa, atendia a finalidades políticas. Assim, o comunismo existiu nesse interior do Ceará, senão em presença física de adeptos, mas em intenso medo de tornar-se um comunista: ele estava presente no imaginário⁶³ da população. Assim, o comunismo foi o grande agente fomentador de supostas nacionalidades, pelos interiores do Brasil, já que a retórica materializava, por vezes, a ausência deste. Essa eficácia da eloquência, em especial a emitida pelas instituições, motivava e mobilizava os indivíduos a se sentirem como parte desse todo, que era o Brasil, e promoveu acentuado sentimento anticomunista, com a ideia de ameaça, ou seja, essa sociedade respirava a suspeita do inimigo, respondia ao pretendido pelo Estado Novo, fortalecendo a noção corporativista-nacionalista da qual o Estado e a Igreja eram os principais protetores. Deste modo, o combate ao comunismo, que era uma proposta da LEC, dirigida pela elite política no caso de Limoeiro do Norte, atingiu seu ápice na retórica de Dom Aureliano Matos, o primeiro bispo. Nesse sentido, o Estado Novo, em Limoeiro, teve, na Igreja Católica, uma forte aliada, como em nenhuma outra instituição.

⁶³ Ver nota de rodapé número 30.

É interessante lembrar também que o “bairrismo” – esta tentativa de fazer de Limoeiro do Norte uma grande cidade – perpassa a dimensão do amor à terra da qual faz parte. A política do Estado Novo buscou cultivar o culto pela nação e a nação era um corpo:

A nação, por exemplo, é associada a uma totalidade orgânica, à imagem do corpo uno, indivisível e harmonioso; o Estado também acompanha essa descrição; suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado; **o território nacional, por sua vez, é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece;** as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homogeneamente, sem conflitos; o governante, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em conflituação entre a cabeça e resto do corpo, imagem da sociedade. (LENHARO, 1986, p. 16-17 – grifo meu)

Assim, pode-se pensar que Limoeiro é visto por suas elites como membro que faz parte deste corpo que cresce, dessa nação que está em um novo ritmo no que concerne ao desenvolvimento. Desse modo, a própria atmosfera do país era fonte de inspiração para as elites, em especial a política, alimentando, desse modo, cada vez mais, o projeto de fazer de Limoeiro uma grande cidade.

Não se pode deixar mensurar que esta elite estava atenta ao discurso do primeiro bispo, sendo também entusiasmada por esta homilia, vivenciando, complexamente, esse momento tão significativo para ela. Nessa perspectiva, deve-se considerar o poder legitimador dos discursos, dotado de intenções para uma dada plateia. Esses possuem a proposta de intervir no mundo social, almejando produzir uma eficácia nas relações e percepções dos sujeitos, no propósito de alcançar o convencimento. A alocação de Dom Aureliano Matos é um exemplo nítido de que *um discurso tem uma relação de coexistência de outros discursos* (ALBURQUEQUE JÚNIOR, 2009, p. 235)

Além do que, a elite política possuía um profundo sentimento religioso, sendo a Igreja um vetor social que atuava no cotidiano, no presente deles, e não apenas uma transmissora de concepções de experiências do passado, igual aos seus familiares antepassados. Nesse tópico, o discurso de Dom Aureliano Matos foi abordado com o objetivo de deixar explícita a dinâmica da atmosfera local, bem como a relação local/nacional, micro/macro. Além disso, buscou mostrar a importância da Igreja Católica para a ratificação de uma Cultura Política dessa elite que atuava desde a Primeira República, e que também entronizou novos elementos constituidores do universo sociocultural e político destes indivíduos, influenciando, mesmo indiretamente, nas atuações e no modo de ver e interpretar o mundo e nas próprias ações políticas.

Isso posto, deve-se refletir que o momento da sagração do bispo, em suas festividades e em seus discursos, expressou a sacralidade na qual se ancorava a política municipal em seu desenvolvimento, no que concerne a sua legitimação e à produção de sentidos em que se estabeleciam as relações. Além do discurso religioso do primeiro bispo trazer traços políticos indiretos, a tensão das disputas políticas que estavam presentes nessa cerimônia foram todas mascaradas pela celebração do novo pastor, sem atenuar o caráter incontestado apregoado pelos Chaves dos grandes propiciadores daquela celebração. Ou seja, desde o primeiro momento daquela “solenidade”, um Chaves já se apresenta e ganha um lugar de destaque na cena. No dia 29 de setembro de 1940, dia de fato da sagração, o primeiro bispo tem como um dos paraninfos Custódio Saraiva de Menezes, prefeito dos Chaves, esposo de Judite Chaves, portanto, cunhado de Franklin Chaves, e como outro paraninfo, o interventor do Ceará, Francisco de Assis Menezes Pimentel.

Logo, mais que uma festa sagrada, os dias em que ocorreram a consagração do bispo foram dias de confraternização política do poder local e estadual, isto é, de uma festa política transvestida de sacralidade, em que se deu a consolidação dos Chaves. Não se deve esquecer que na década de 1930, a princípio, este grupo encontrava-se apoiando as oligarquias tradicionais, no entanto, na proporção em que os tenentes foram afastados, taticamente os Chaves aliaram-se ao Governo de Getúlio e à política do Estado Novo, tendo em Custódio a garantia do poder na posse da prefeitura durante esse período.

Nesse sentido, a sagração de Dom Aureliano Matos significou a consolidação de uma elite que iniciou a década de 1930 de maneira instável e a concluiu dando início a de 1940 de forma triunfante. A sagração permitiu a esse grupo a organização de uma memória em torno de si mesmos. Ou seja, a partir dessa solenidade, essa elite conseguiu construir uma visão sobre o passado desse município em que eles, os Chaves, figuraram como personagens principais.

Os lugares de destaque, isto é, o fato de o bispo ter sido recepcionado por Franklin Chaves e um de seus paraninfos ser Custódio Saraiva, proporcionou uma amplitude e um reforço dos feitos dos organizadores da Comissão, incrementando e fundamentando essa elite diante da sociedade limoeirense, bem como diante das elites adversárias de Aracati e, em especial, de Russas. Portanto, tendo como referência esse campo de observação e a atuação desses atores sociais, fica nítida a relação que diz que *de todas as correlações consideradas e observadas, a mais estável continua sendo entre opiniões políticas e crenças religiosas* (REMÓND, 2003, p. 43)

2.2 A abertura dos partidos políticos: o “velho” sob os moldes do “novo”, o “novo” perpassado pelo “velho”

PSD e LEC. A UDN era o PSD e o PSD era a LEC. Depois veio o golpe do Estado Novo que acabou com os partidos e quando eles voltaram, a LEC passou a ser PSD... A LEC não, o pessoal da LEC passou a ser o PSD e o pessoal do PSD passou a ser UDN – União Democrática Nacional.⁶⁴

O fragmento acima é uma resposta que Franklin Chaves profere ao ser perguntado acerca da formação do Partido Social Democrático, PSD, partido no qual ingressaria e pelo qual seria eleito, por sete vezes consecutivas (1947, 1951, 1955, 1959, 1963, 1967 e 1971), deputado estadual. A segunda metade da década de 1940 foi marcada pela vitória tanto dos Chaves como de seus opositores, os Oliveira, no que diz respeito à empreitada de ter conseguido eleger os seus candidatos como deputados do Estado do Ceará, tendo sido representante destes últimos, Manoel de Castro Filho, eleito oito vezes consecutivas (1947, 1951, 1955, 1959, 1963, 1967, 1971 e 1975), natural de Morada Nova, mas vindo morar em Limoeiro do Norte em 1939⁶⁵.

As memórias dos descendentes de ambas as famílias, tanto dos Chaves como dos Oliveira, registradas através de suas obras escritas⁶⁶, aludem a esse período como de intensa disputa local, disputa essa que também se estendia para o Brasil inteiro, entre os dois partidos, PSD e UDN.

No trecho acima, Franklin Chaves aponta, em certa medida, o porquê de sua família ter acedido ao PSD. A principal questão que deve ser pensada para essa adesão coloca-se no âmbito do exercício do poder, expressa na dimensão de não querer perdê-lo. Ou seja, o fato de o Partido Social Democrata ser o partido que Getúlio Vargas apoiava constituiu-se como um importante elemento para essa família aderir, pois tudo leva a crer que a elite política, isto é, a família Chaves, acreditava que seria o partido de Vargas que apresentaria maior força política para vencer no âmbito nacional, implicando, portanto, em melhores relações para eles, haja

⁶⁴ Entrevista Franklin Chaves, realizada em 23/03/1986. Fita, nº 03, p.15.

⁶⁵ Tais informações foram retiradas do Memorial Pontes Neto, da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. *Deputados Estaduais: 14ª legislatura 1955-1958/ Assembleia Legislativa do Estado do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: INESP, 2006. p. 118. Disponível em <www.al.ce.gov.br/index.php/malce-publicacoes?download=301>. Acesso em 04/10/2013, às 14:04.

⁶⁶ Essas obras são: *Limoeiro em Fotos e Fatos*, produzida pelos descendentes, por afinidade, da família Chaves, e *Na Ribeira do Rio das Onças*, de Lauro de Oliveira Lima, descende dos Oliveira.

vista no período Vargas (a partir de 1935) o poder ter permanecido com eles, até o fim da ditadura.

Ainda não se deve esquecer que, no domínio das relações do Estado, Menezes Pimentel, o governador com o qual eles se relacionaram por cerca de dez anos, foi o organizador do partido, já que o PSD foi difundido pelos os interventores estaduais, nomeados por Vargas durante o Estado Novo.⁶⁷ Outra dimensão que não se deve desconsiderar é o fato de a família, no período em questão, ter se identificado com o governo de Vargas, malgrado no início da década de 1930 ter sido “antigetulista”: [...] *O Presidente Vargas foi um grande Presidente, acho que ninguém antes foi maior do que ele.*⁶⁸ Esta fala de Franklin Chaves permite pensar que algumas noções da política Vargas possam ter “influído” no imaginário político da família, podendo também ser um dos fatores para o ingresso naquele partido.

Em síntese, o que fica claro é que a família política⁶⁹, que integrava à LEC, reuniu-se, talvez no sentido literal do termo, e compreendeu que a melhor escolha seria o PSD, já que eles já estavam no poder no governo de Getúlio Vargas e desejavam a continuidade de mandatos.

Ainda a respeito do ingresso, agora em especial de Franklin Chaves, no PSD, o mesmo declara:

Não queria saber de política. Quando regressei a Limoeiro, já tinham fundado ali, o PSD. Convidaram-me a integrá-lo e eu disse: - Eu não me meto em política. Depois os **Ex-Integralistas** movimentaram-se para fundar o PRP – Partido de Representação Popular. [...] A minha resposta foi: Não me meto de jeito nenhum [...] Quando vieram as eleições o meu cunhado Custódio Saraiva era prefeito de Limoeiro e a minha irmã Judite Chaves, a escrivã eleitoral, ambos do PSD. O cartório dela por rodízio era o cartório eleitoral. Então, o doutor Manoel de Castro, esse que foi Governador, era de Morada Nova, mas casado com uma moça de Limoeiro, e era muito amigo de Judite. Mas o doutor Manoel filiou-se ao partido do sogro a UDN e a nossa família, sempre conservadora, integrou o PSD – Partido Social Democrático. O pleito em Limoeiro foi recebido. A situação ia muito equilibrada quando denunciaram contra **o cartório da minha irmã** e o Senhor Juiz com qualquer sindicância transferiu o cartório eleitoral para o 2º Cartório e o localizou no escritório do Doutor Manoel de Castro. Aí então, eles ganharam as eleições. Foi para toda nossa família uma grande decepção. Nesse interim eu disse a Judite [...] eu entrarei na luta política ao seu lado [...] Foi assim que eu sem querer ingressei no PSD. A perseguição dos adversários contra minha irmã me fez voltar a política. Mas eu tinha que ser a favor dela!⁷⁰

⁶⁷Disponível em

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos3745/QuedaDeVargas/PartidosPoliticos>.

⁶⁸ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 23/03/1986. Fita nº 03, p.09-10.

⁶⁹ Termo empregado na perspectiva de Serge Bernstein, já utilizado no primeiro capítulo deste estudo.

⁷⁰Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 28/03/1984. Fita nº 06, p.04. Grifos meus.

Nesse primeiro momento, após essa rica narrativa de Franklin Chaves, é interessante esclarecer o porquê dele se colocar como alguém que nada queria com a política, apesar de expressar uma militância política junto à família, bem como se construir desta forma, também em ocasiões públicas, a exemplo da sagração do primeiro bispo. Mediar a sua imagem como alguém que não queria nada mais com a política foi um recurso que Franklin usou, inconscientemente ou propositadamente, para demonstrar o quanto se decepcionou com o Integralismo, haja vista o mesmo ter sido percebido, posteriormente, dentro da própria política, de maneira negativa, com caráter fascista.

Líder integralista juntamente com Judite, sua irmã, que liderava a ala feminina na década de 1930, Franklin Chaves narra que aderiu ao movimento através do jornal *O Nordeste*, que chegava a Limoeiro do Norte. Ao ler os artigos de Plínio Salgado, Franklin declara que começou a gostar e se entusiasmar, pois o Integralismo atendia ao que ele pensava e sentia, chegando até a transcrever os escritos de Plínio Salgado. Ele ainda afirma que conterrâneos também gostavam do que liam.⁷¹

Percebe-se, deste modo, o papel fundamental do impresso, do jornal, como veículo que comunicou ideias, compreensões, como um disseminador de valores e crenças, que eram, neste caso, defendidas pela Igreja Católica, pois o jornal *O Nordeste* era a voz da Igreja e, como o próprio Franklin afirma, o *Jornal da Arquidiocese*. Assim, os heróis, os inimigos desses heróis, bem como os mitos, símbolos, os valores morais e religiosos da Ação Integralista Brasileira estavam impressos nessas páginas, sendo ainda legitimada pela importante instituição que atuou como portadora social de uma cultura política compartilhada pelos Chaves. *Nessas publicações muitas pessoas encontram motivações para identificar-se e aderir.* (MOTTA, 2009, p.24).

Além disso, pode-se pensar que ao ler a respeito de tais heróis, tem-se vontades de alcançar aquele patamar, principalmente para Franklin Chaves, que vivenciou a experiência de fazer parte de uma família que estava no rol dos reconhecidos socialmente, ou seja, de uma minoria que desfrutava de privilégios que o poder institucional proporcionava. Assim, estes “grandes heróis” serviam de inspiração tanto para possíveis adesões como para maneira de agir sobre o político.

Não se pode esquecer que essa sociedade de 1930 é marcada pela produção de sentidos, sendo que estão perpassados por uma efervescência de um sentimento nacionalista.

⁷¹Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984 e 23/03/86. Fitas nº 01 e 03, p. 15 e 03, respectivamente.

Diz-se isto porque na sala que sediava a reunião integralista havia os seguintes escritos em um cartaz: *O integralismo declara verdadeiros heróis da Pátria os chefes de família zelosos e honestos, os mestres, os humildes de todos os lares* (FREITAS; OLIVEIRA, 1997, p. 111). Para além de uma concepção da moral católica, observa-se que as ações pessoais, particulares, eram entendidas pelos adeptos do integralismo como patriótica, sendo pois um dever com o seu país ser um bom chefe, palavra que merece destaque, pois traduz a dimensão política, bem como a instrumentalização da família no que concerne “as medidas de controle sociais”, produzindo significados de submissão na forma dos indivíduos terem interagido com o Estado, como já mencionado no tópico anterior.

Não se pode negar que a fabricação de significados específicos para as mais variadas ações, movimentos sociais, ideais políticos, partidos, teve como consequência um encantamento populacional: aprender o hino nacional, reunir-se, celebrar com músicas, transportar bandeiras e desfilar, algo muito presente nas vivências integralistas no ano de 1935⁷², em Limoeiro do Norte, instigava os indivíduos devido o aspecto dinâmico participativo.

Isto é, este tipo de movimento proporcionava espaços de socialização, onde havia a sensação de que, ao ser integralista, estava servindo aos conterrâneos, já que cooperar com as autoridades constituía uma das premissas do movimento. De tal modo que, ao se apresentarem, por exemplo, para toda a região, estava-se contribuindo inefavelmente para o Brasil e para o Vale do Jaguaribe. Assim, a população participante do Integralismo sentia-se membro constitutivo do corpo da nação:

Posso dizer-lhe que o integralismo teve sempre em marcha ascensional de que foi iniciado até ser quebrado pelo governo Vargas [...] Ensinei-lhes a Ordem Unida, a cantar o Hino Nacional, a desfilar. Então, o povo achava aquilo bonito, nunca tinham visto coisa igual! [...] Então fui mostrando a eles a necessidades do povo cooperar com as autoridades, a auxiliar a manter a ordem. Os Integralistas faziam ronda de noite na cidade e com isto desapareceram os ladrões de lá – Prestamos este grande serviço ao povo. [...] A polícia local aplaudia a nossa cooperação.⁷³

Esse entusiasmo que a população manifestou com o Integralismo fez parte das reflexões do historiador cearense João Rameres Régis, que procurou apreender, em sua dissertação de mestrado, os significados do Movimento Integralista, procurando não incorporar os discursos desqualificadores que a historiografia teceu acerca do movimento, tampouco desvincular o movimento de seu âmbito nacional, já que alguns de seus

⁷² Segundo João Rameres Régis (2002, p. 84), o início do Integralismo em Limoeiro data, provavelmente, de 1934.

⁷³ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 23/03/86. Fita nº 03, p. 08.

entrevistados negavam sua experiência local como tendo sido fascista. Nesse sentido, o autor percebeu que:

O Integralismo foi, portanto, um produto do seu tempo, mas que deixou marcas para a posteridade, haja vista, muitos dos entrevistados para esse trabalho ainda se reportar a ele, com o entusiasmo que sentiram no calor dos acontecimentos. Isso me leva a deduzir que o movimento integralista significou uma utopia para essas pessoas. (RÉGIS, 2002, p.167)

Não obstante a fala de Franklin Chaves querer turvar o aspecto político partidário que caracterizou o movimento, querendo ressaltar que foi somente por achar bonito que a população simpatizou com este, concorda-se ainda como João Rameres Régis que o jogo político partidário influenciou para que famílias inteiras⁷⁴, não somente os homens, mas também as mulheres e as crianças, aderissem ao Integralismo. A figura de Franklin Chaves remetia a sua família, assim os correligionários, bem como a população camponesa votante, poderiam entender que seria interessante uma participação ativa no movimento, já que daria proximidade a um membro da família que estava no poder, desde o Império.

Ainda não se deve deixar de lado que o início da década de 1930 foi um momento de instabilidade para a família Chaves, podendo a adesão do próprio Franklin ao Integralismo ser entendida como uma forma de se ambientar neste novo governo vigente:

De modo que quando [...] começou a organizar o Integralismo no Sul, aqui no Ceará o Coronel Severino Sombra, o Padre Hélder e outros, começaram também a estrutura-lo. Então, naturalmente, eles procuraram interiorizar o movimento. Não sei bem como se deu essa minha “entrosagem” [...]. Recordo-me que vindo a Fortaleza, hospedava-me com parentes que habitavam a casa de nossa família no Sítio Bom Futuro [...] João Monteiro da Silva [...] filiado ao Círculo Operário e sempre me falava a respeito do Severino Sombra e da Legião Cearense do Trabalho e foi ele que numa ocasião, me apresentou ao Coronel Severino Sombra.⁷⁵

Assim, ao aderir ao Integralismo, Franklin, nesse momento, estaria tanto mais próximo das lideranças estaduais como da população, estreitando laços, portanto, ambientando-se e à sua família nesse novo cenário. De tal modo, ele se inscreveu no cenário político local de forma mais personificada, apresentou-se para a população como um Chaves que estava em ascensão. A adesão integralista pode ter sido uma tentativa, que deu muito certo, de

⁷⁴ São elas: as famílias Guerreiro, Pitombeira, Fidélis. Houve também participações individuais relevantes, já que a memória da família Chaves faz questão de ressaltar. Assim, Franklin teve como colaboradores principalmente sua irmã Judite Chaves, João Nogueira Sobrinho, Luiz Mano, Mestre Zé Sombra e Napoleão Nunes Maia, todos tidos como amigos de Franklin. (FREITAS; OLIVEIRA, 1997, p.89).

⁷⁵ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 23/03/86. Fita nº 03, p. 03 e 04.

empreender um movimento em que ele seria o chefe, e não um dos membros mais antigos de sua família, buscando demonstrar que ele era capaz de ser líder político. Contudo, ao lembrar do Integralismo, Franklin quer deixar claro que sua participação foi somente cultural, desvinculando-a de qualquer teor político:

Aí eu participei da Ação Integralista, nesse tempo era um movimento mais cultural, não era o integralismo [...] A minha atuação integralista foi cultural [...] recordo do que papai me dizia. Ele prefeito de Limoeiro, e eu, chefiando o movimento integralista local. Eu, muito jovem, muito inexperiente, muito entusiasmado com o Integralismo, que me parecia a vir a ser a salvação para o Brasil. Ele cheio de experiência, um dia me disse: Meu filho, deixe isso, esse integralismo não tem futuro, não vai. Quem já viu agremiação qualquer chefiada por Padre ou por Soldado ir para frente? [...] Depois, já com o exemplo do que ocorreu na Alemanha e na Itália, eu me convenci de que o Integralismo seria também um Estado Totalitário [...] se viesse assumir o poder. Já era este o meu estado de espírito quando o Presidente Getúlio mandou fechar a Ação Integralista. Então dei graças a Deus. Livre da política dediquei-me mais aos negócios da nossa firma [...] ⁷⁶

A narrativa da negação de qualquer teor político do movimento integralista explica-se devido ao fato de o movimento ter sido comparado ao Fascismo. Assim, Franklin, ao ratificar que a sua atuação foi apenas cultural, tem como objetivo desvincular sua imagem deste caráter do movimento, pois tal dimensão não foi gloriosa, principalmente tantos anos depois, como na década de 1980, período da entrevista. Assim, a recordação dele como líder integralista é até bem quista pelo próprio, se for direcionada para um movimento despolitizado, sem pretensões, apesar de indiretamente, no próprio trecho, ele destacar o caráter político do movimento, de maneira geral, quando deixa entender que este pretendia ter um representante na presidência.

A própria experiência do fechamento da AIB não foi tão tranquila, como ele desejou transmitir, pois, em outro trecho, declarou: *O Jeová foi retirado daqui e o Padre Helder escardinado [sic] para o Rio de Janeiro.*⁷⁷ Franklin conviveu com o processo de rejeição da Igreja Católica (que antes apoiava a doutrina integralista), algo que deve ser entendido como um caráter muito forte para alguém que teve na Igreja inspirações de como se relacionar com determinadas instâncias.

Deste modo, a instituição que legitimou o movimento integralista, anos depois, segundo Franklin Chaves, proibiu padres de ministrar conferências acerca do Integralismo, como foi o caso de Dom Hélder Câmara, que supostamente desistiu, de última hora, de

⁷⁶ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 21/03/84 e 23/03/86. Fitas nº 01, 03, p. 15, 05, 08, 09, respectivamente.

⁷⁷ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 23/03/86. Fita nº 03, p. 05.

ministrar uma conferência no teatro José de Alencar, em obediência ao bispo que o sagrou, Dom Manuel.⁷⁸ Franklin, ao relatar o episódio, não fala do período, só expressou ser uma data simbólica do movimento. Acredita-se que esse episódio deva ter acontecido não no início da década de 1940, já que o discurso de Dom Aureliano Matos estava impregnado pelo “sigma integralista”, naquele período, como discutido. O que se quer destacar é que Franklin admitiu ter achado *extraordinária* a obediência do Padre Hélder, fato que ilustra a força que a Igreja Católica tinha sobre esta elite e sua maneira de lidar com aquilo que não era visto como de bom tom pela Igreja.

Portanto, o fato de a Igreja Católica posicionar-se contra o Integralismo formulou marcos de memórias em que este passou a ser caracterizado como um erro, talvez dele próprio, produzindo, assim, ressignificações do movimento, bem como de própria participação. Assim sendo, Franklin teve dois marcos fortes: a mudança da Igreja e o suposto contragosto do pai, e não se pode esquecer que essas duas dimensões sempre produziram sentidos para a prática política dos Chaves como grupo político.

Por isso, ao falar de seu ingresso no PSD, evocou a dimensão da decepção que ele teve com a experiência integralista, tanto para dissociar sua imagem da figura conservadora e autoritária que o fascismo aludia, como para deixar claro que não tinha interesse na vida pública e que não comungava da pretensão de seguir a carreira política, tentando tornar mais despropositado o seu ingresso, algo que se sabe que não passar de jogo retórico, com o qual ele configurou sua família como perseguida, precisando com urgência de sua defesa.

É interessante ressaltar ainda que na memória oposicionista dos Oliveira, o Integralismo foi um importante instrumento político, possibilitando aos Chaves vitória nos pleitos, somente com os votos daqueles que participavam do movimento: *José Gondim Chaves, irmão de Franklin, foi eleito, praticamente pelos integralistas* (LIMA, 1997, p. 359).

Pelos escritos de Lauro de Oliveira Lima percebe-se que a força do movimento integralista em Limoeiro incomodou bastante os oposicionistas, no caso, os Oliveira, acirrando os conflitos entre os grupos. Procurando salientar o caráter fascista do movimento, ele reafirma o discurso de Franklin de que os camponeses eram empolgados com as cerimônias e não tinham a noção da real doutrina. Como forma de afirmar tal empolgação, Lauro de Oliveira Lima (1997, p. 360) escreve:

Diz Waldy Sombra, neto de um dos líderes do movimento, o mestre José Sombra, que em Gangorra, quando ele era menino [...] instalou-se um pelotão integralista que

⁷⁸ Idem, p. 05-06.

funcionava a noite, depois da jornada de trabalho. As instruções eram ministradas à luz da “petromax” (farol), na sala da escola. A “ordem unida” era feita no terreno da fazenda, [...] aos gritos alternados de “um-dois, um-dois”... “meia volta, volver”! Pedro Xavier, um velho simplório, era fanático do movimento e, até o fim da vida, conservou, no fundo da “bruaca”, sua gloriosa camisa verde (é impressionante a fidelidade dos integralistas ao movimento).

Na tentativa de depreciar o movimento, bem como os sujeitos que o aderiram em sua simplicidade de vida, Lauro de Oliveira, ao colocar uma entrevista e ao mesmo tempo incluir a sua fala, suas lembranças juntamente com as do depoente, trazendo marcas de sua oralidade para seus escritos, comuns a livros de memória, trouxe para este estudo elementos relevantes para uma compreensão mais plural do movimento integralista. Logo, é impossível resumir o movimento integralista apenas ao jogo político-partidário, ou apenas olhar para aqueles que a ele aderiram como pessoas que fizeram tal escolha somente porque “achavam legal”. Um indivíduo que guarda um expressivo símbolo de seu partido, como a camisa, não aderiu a este somente por “achá-lo bonito” ou somente por disputas político-partidárias, pois esta compreensão se esvai mais facilmente se não for passado por forte teor ideológico, entendido aqui como *um sistema de crenças compartilhado por todos os que dizem pertencer ao partido, sejam eles militantes, membros ou simplesmente eleitores* (BERSTEIN, 2003, p. 86).

Apesar de produções acerca do Integralismo⁷⁹ que caminharam para uma análise depreciativa do mesmo, este também foi entendido como emblemático para se pensar a relação de partidos políticos no âmbito do nacional, já que foi o primeiro a conseguir o status de nacional, devido ao grande número de adesões (TRINDADE, 1979, p. 01). Assim, o Integralismo, como partido⁸⁰, deve ser entendido como um instrumento de socialização produzida não somente localmente, mas em escala nacional, que neste caso atuou como catalizador, em especial das aspirações da população (BERSTEIN, 2003 p. 70-92). Isso pode ser expresso não somente pelo o senhor Pedro, mas por outros membros do movimento, como já salientado.

Assim, a figura de Franklin Chaves, com certeza, congregou adesões ao Integralismo, mas ser o líder dos Anauês também foi importante para a família, podendo ser visto como mais um dos espaços que ampliaram as relações, não somente com os líderes integralistas do Estado do Ceará, já que Franklin afirma ter tido bastante contato com estes, mas em especial com a população votante. O fato de Franklin ter sido o líder deste movimento, desenhou contornos acerca de sua imagem, circulando toda uma admiração em torno de sua figura e

⁷⁹ Ver FERNADES, 1979, p. 11 e VASCONCELOS, 1979, p. 17.

⁸⁰ Foi somente em 1937 que o Integralismo conseguiu seu registro como Partido Político.

liderança. Neste sentido, Régis (2002, p.92) afirma: *Não é por acaso que a maioria dos entrevistados vão sempre se referir a Franklin como um homem jovem, de grande capacidade de organização e de bom discurso, capaz de empolgar os que o ouviam.*

Franklin Chaves se tornou mais conhecido e tinha no sobrenome a estirpe tradicional, sem, contudo, as máculas devido a sua jovialidade sendo, portanto, o candidato Chaves perfeito para compor as bancadas do Estado como deputado. Assim, o Integralismo também foi um importante elemento que ratificou nele as referências necessárias para ocupar os cargos, além de seu sobrenome, pela ideia que povoou a população de capacidade de governar de Franklin, haja vista a liderança no movimento.

Portanto, a adesão integralista por parte dos membros da elite, em especial de Franklin e Judite, deve ser vista como mais um dos componentes que integraram o conjunto de mecanismos de elo rumo ao poder. Este movimento facilitou o acesso às posições dominantes devido ao que já foi colocado, tendo sido, pois, importantíssimo na trajetória de Franklin Chaves para içar o cargo de deputado estadual.

Ainda a respeito do ingresso de Franklin à candidatura de deputado estadual ele afirma:

[...] Depois, vieram às eleições para a reconstitucionalização do país e o meu pai, que já tinha deixado a Prefeitura, e tinha vindo residir em Fortaleza, foi à minha casa, em Limoeiro, com uns amigos para eu me candidatar a um lugar de Deputado na chapa do PSD, como representante de Limoeiro.⁸¹

Aderir ao PSD, antes de tudo, foi uma estratégia política, para continuar ocupando os cargos institucionais que, desde o início, oportunizaram privilégios singulares à família Chaves. Sindulfo, pai de Franklin, bem relacionado, procurou apoio de amigos, que provavelmente já integravam o partido, como uma forma de fortalecer o nome de seu filho como um dos candidatos que o representariam no estado. Assim, Sindulfo viu a oportunidade de ampliar a atuação de sua família em um momento de transição, já que tinha como forte aliada a trajetória do próprio filho, que exerceu tanto a liderança integralista, como foi vereador, tendo sido também prefeito interino quando seu irmão, José Chaves, assumiu o cargo, por volta dos anos de 1936-1937⁸².

⁸¹ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 23/03/86. Fita nº 03, p. 11.

⁸² Esta afirmação está na memória oposicionista do descendente Lauro de Oliveira Lima, que realizou entrevistas, consultou o arquivo público, concentrou pesquisas na Câmara de vereadores da prefeitura local e dos distritos, entre outros, objetivando “reunir provas” para compor o seu discurso de caráter denunciativo da política dos Chaves e apologetico da sua família, os Oliveira. Ver Lima, 1997, p.359.

Deve-se ressaltar que de forma alguma os Chaves abririam mão do poder já conquistado; assim eles viram o quanto era importante se fortalecer dentro desta nova - velha dinâmica política, os partidos, um lugar por excelência *onde se opera a mediação política* (BERSTEIN, 2003, p. 60) .

Nesse sentido, criado para responder a um determinado momento histórico, para Berstein (1997, p. 67) os partidos, “nascem” ancorados nas crises e/ou nas rupturas intensas, buscando responder a questões de uma massa e formular uma concepção que perdure em detrimento do tempo:

Um partido não nasce fortuitamente, da decisão de seus criadores, e só tem chance de sobreviver se responder de uma maneira ou de outra a um problema fundamental colocado para a sociedade contemporânea, e que faz com que haja adequação entre a imagem que ele transmite de si mesmo e as aspirações mais profundas de uma parte importante da população que aceita, como solução para os problemas que ela percebe, a mediação política que lhe propõe. (BERSTEIN, 1997, p. 67-68)

De um ponto de vista do quadro político nacional, o nascimento de um partido se dá por estas questões enunciadas por Serge Berstein. A começar pelas siglas dos principais partidos, PSD e UDN, pós Estado Novo, que traduziam a grande aspiração social, aludindo a uma noção de democracia, em detrimento da política vigente, de caráter ditatorial. Assim, em um contexto como este, em que se processou uma crise da forma de governar anterior, é necessário que, pelo menos no nome, os partidos apresentem uma proposta que possa conquistar a população.

Deste modo, devido à dimensão discursiva da política, os partidos, através de suas propostas, passam do domínio concreto para o âmbito do discurso, que é perpassado por ideias e por linguagens codificadas que lhes são próprias, conseguindo, assim, articular *as aspirações mais ou menos confusas das populações* (BERSTEIN, 2003, p.61).

Contudo, é importante ressaltar que, no plano político local de Limoeiro do Norte, em especial dos Chaves e da política que eles traduziam, ou seja, das formas com as quais eles se relacionavam com os eleitores, talvez essa dimensão tão ideológica para adesão da população ao PSD, se esvaísse em meio a uma dimensão de uma adesão por laços pessoais. Segundo Franklin Chaves, esta dimensão pessoal era, inclusive, um elemento importante para fazer parte do PSD: *Agora a supremacia da bancada do PSD, talvez se possa explicar por que os partidos [...] procuraram atrair em todo o Estado pessoas capazes de congregar mais*

*votos e também de maior expressão pessoal*⁸³ Essa afirmação que Franklin faz em relação à *maior expressão pessoal* deve ser percebida em suas múltiplas possibilidades de significados, em uma proposta polissêmica, pois ilustra as subjetividades pertencentes às relações políticas que se imprimiam pelo território cearense.

Assim, isto ressaltado por Franklin, ficou claro nas entrevistas realizadas com descendentes dos correligionários e os opositores de São João do Jaguaribe da família Chaves. Em uma das narrativas, uma entrevistada chamada Maria Nilza Silva Chaves, de 83 anos, afirmou: *Justamente pelas pessoas que tinha aqui... papai muito amigo de Celso Chaves ele votou e nós continuamos a votar*⁸⁴. Celso Chaves, a quem Nilza se refere, era parente da família Chaves de Limoeiro do Norte, que residia em São João do Jaguaribe, na época distrito de Limoeiro, sendo correligionário da família, um dos cabos eleitorais no distrito, ou seja, aquele que se encarregava de pedir o voto. Percebe-se que é a relação familiar que intervém e conduz estas pessoas ao partido e não o contrário, isto é, não foi o partido que propiciou uma ligação destes indivíduos, em suas propostas. Da mesma forma, era com a UDN:

UDN. Partidos opostos politicamente, mas amizade era (se referindo a Franklin) nunca nós faltamos com a nossa obrigação, né... podia-se alguém da UDN voltar em Franklin, como alguém votou, eu não voltei, porque desde que eu entrei na política, foi com Manoel de Castro, me dava muito bem com ele, ele me considerava muito, olha aí o retrato dele ali, dele e de Virgílio Távora. E eu só não voto mais com ele, por que ele morreu mais se mandasse um recadinho para mim eu ia votar no candidato dele viu!⁸⁵

Esta é resposta que o senhor José Aauto Chaves, 86 anos, dá quando perguntado de que partido ele era. Percebe-se que são as figuras de Franklin Chaves ou de Manoel de Castro que farão os grupos se reorganizarem em torno dos partidos. Melhor dizendo, os correligionários dos distritos de Limoeiro do Norte ficavam esperando para ver com quem seus chefes iriam se filiar. Assim, se a família Chaves se ligasse a um partido, quem era da família política deles também migrava para este partido. Da mesma forma acontecia com os Oliveira. Assim, ocorre uma transfiguração ao pensar o partido em sua extensão localizada, em especial na questão da adesão aos demais, ou seja, da população e de suas aspirações.

⁸³ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 28/03/84. Fita nº 05, p. 05.

⁸⁴ Entrevista realizada em 09/09/2013, com Maria Nilza Silva Chaves, 83 anos – correligionária dos Chaves. Duração: 45 minutos.

⁸⁵ Entrevista realizada em 11/09/2013, com José Aauto Chaves, 86 anos, adversário político dos Chaves. Duração: 01:07 (uma hora e sete minutos).

Considerando as falas dos entrevistados, é oportuno tocar nesta questão da lealdade política como integrante nas relações políticas destes indivíduos. Era uma sociedade marcada por referências culturais em que o fato do sujeito “dar a palavra” era o suficiente para que aquilo que fosse dito, fosse cumprido. Era também uma sociedade da “gratidão”, quer dizer que o fato de seu Adauto ter ingressado na política com Manoel de Castro, era o suficiente para ele votar, não importando o partido, em quem Manoel ordenasse.

Da mesma forma ocorria com os correligionários dos Chaves: as pessoas votavam em quem seus pais votavam e era a relação de amizade que mediava em quem se iria votar, ou seja, o fato de ter uma relação de amizade com um dos principais cabos dos Chaves era definidor para os pleitos eleitorais. Tal atmosfera sociocultural perpassou aquilo que Serge Bernstein já identificara. Assim, concorda-se com o autor quando o mesmo declara:

Na realidade, dirigentes políticos e eleitos, militantes e eleitores simpatizantes vivem num certo clima cultural que faz com que as próprias palavras que empregam sejam uma referência implícita à doutrina sem que seja necessário exprimi-la, pois algumas fórmulas são de modo algum codificadas e têm para aqueles que as ouvem uma ressonância que singularmente seu significado de primeiro grau, remetendo a toda uma tradição alimentada de lembranças, acontecimentos precisos, datas-chaves. (BERSTEIN, 2003, p. 87-88)

Estas doutrinas a que Bernstein se refere têm seu fortalecimento nesse comprometimento pessoal, que era forte devido aos códigos culturais comuns que circunscreviam as relações e remetiam, em especial, à experiências vivenciadas em grupo, produzindo uma proximidade que parecia deixar as discordâncias cada vez mais longe, intensificando a centralização da figura dos líderes, no caso os Chaves e os Oliveira.

É interessante destacar, contudo, que apesar de as pessoas não aderirem ao partido por sua proposta ideológica, ele se configurará como uma noção agregadora em que os sujeitos sociais votavam, primordialmente, nos candidatos que representassem sua sigla:

Naquela época quem era udenista votava no candidato da UDN, quem era Pesedista, votava no candidato do PSD. No Alto Santo, por exemplo, os Machados, a família Machado era do PSD votava com Franklin, vou dizer o nome de cada distrito, São João do Jaguaribe, Celso Chaves que era presidente do PSD votava no Franklin Chaves [...] Tabuleiro do Norte era Manoel Guerreiro Gondim PSD, ai também tinha os da UDN, que votava em Manoel de Castro. Nem Franklin Chaves, nem Manoel de Castro nunca foram derrotados⁸⁶

⁸⁶ Idem.

Observa-se assim, que a dimensão pessoal é o intercessor que desencadeava a adesão partidária. Porém, depois de uma completa adesão, vinha a segunda expressão de fidelidade, que seria ao próprio partido. Este, entendido como *uma reunião de homens em torno de um objetivo comum*, ou seja, referindo-se *aos grupos que se esforçam, por reunir os homens tendo em vista uma ação comum sobre o poder ou organização da sociedade* (BERSTEIN, 2003, p. 71-72), também tinha um papel fundamental para organização política do estado como todo. Pois, pelo fragmento acima, nota-se que depois que os líderes locais decidem a qual partido aderir, os correligionários dos distritos também se reorganizam em torno de suas adesões, sendo fundamental estas para as eleições, não só no âmbito local, do interior, mas dos cargos que possuem o caráter estadual, como deputado e governador, por exemplo. Era importante para estes indivíduos que estavam no poder do Estado ter uma relação tão próxima com os líderes locais, pois estes eram cruciais no desenrolar das eleições e reeleições de seus cargos. Eis aí outra singela explicação para o fato de o interventor Menezes Pimentel ter uma relação tão próxima com os Chaves.

Em contrapartida, ter uma relação tão próxima com o governador do Estado ou com um deputado estadual, fazia com que tanto chefes ou correligionários locais se sentissem importantes, já que tinham a admiração por estes, devido à projeção já trilhada na carreira política. Além disso, essa aproximação produzia sensações de que seria mais fácil o acesso, quando necessário, devido ao fato desta “proximidade”. O fato é que o partido oferecia também coerência na escolha dos candidatos nos quais votar. Assim, seria estranho, dentro daquela família política, se um dos membros votasse em um candidato, no caso para um cargo do setor estadual, que não fosse de seu partido.

Portanto, percebe-se que, em um primeiro momento, os correligionários, tanto dos Chaves como também dos Oliveira, não atentavam para o partido, mas sim para seus líderes, esperando primeiramente a adesão deles. Em um segundo plano, o partido tornava-se vital e “dirigia” todo o decorrer das relações políticas, principalmente no que se refere aos que “representariam” o Estado do Ceará.

Percebe-se que o poder no interior dos partidos se delimitava em torno das elites, tanto os Chaves como os Oliveira. Em seu artigo, que possui o título *Os Partidos*, Serge Bernstein traz a tese de Robert Michels de que o poder, no imo dos partidos políticos, pertencerá à elite dirigente, para afirmar que a mesma é válida e ratificar que *a existência de oligarquias dirigentes é um fato comprovado por todos aqueles que se debruçam sobre a existência de partidos políticos* (BERSTEIN, 2003, p.84). Este trabalho também concorda com este pressuposto levantado por Michels, pois o mesmo pode ser percebido, nitidamente, através da

chefia dos partidos do interior do Ceará, especificamente em Limoeiro do Norte, onde as principais lideranças partidárias estavam sob a égide de uma minoria, que tinha seu poder ratificado, mesmo antes da década de 1930.

Nesse sentido, é importante pensar que realmente os partidos possuem o papel de selecionar as elites políticas e possibilitam a estas trilhar uma carreira, tendo em vista a socialização política que eles operam. Essa socialização, como já referido quando se falou do Integralismo, desenvolve-se pelo aspecto cultural que estes imprimem e dissemina-se nas relações de uma forma quase “inerente”, provocando assim uma estruturação do eleitorado (BERSTEIN, 2003, p.92).

Desse modo, tem-se a primeira explicação para os indivíduos, em tantos anos, alcançarem consecutivas vitórias nos pleitos, a exemplo de Franklin Chaves e Manuel de Castro. O fato é que, em primeira instância, o partido subsidia uma ampliação no que diz respeito aos espaços de atuação e poder e consegue isso devido às coligações que conseguem estabelecer, ao apoio que ele media entre candidatos que as compõem, em prol da vitória da sigla, e aos novos contatos que ele possibilita, não se restringindo uma dimensão localizada.

Portanto, no momento de inconstância nacional e, portanto, local, o PSD era o meio de poder mais propício para que os Chaves conseguissem permanecer nos cargos políticos. Os motivos da adesão deles foram claros, pois era básico integrar o partido do presidente, ou de quem possuía maior possibilidade de ganhar as eleições. Franklin Chaves atesta isso em duas passagens emblemáticas de sua entrevista, para refletir a respeito da escolha da família pelo PSD. Na primeira, ele manifesta como percebia a oposição:

A UDN, era um partido de oposição e em geral as oposições, são compostas de indivíduos mais sensíveis, mais irritados, mais trepidantes por formação. Já os partidos de governo são formados por indivíduos de uma mentalidade mais quieta, mais pacata, mais objetiva e, quem sabe, talvez, mais interesseira [...] eu inicialmente, fui um indivíduo de oposição. Interessei-me pelo integralismo que era um movimento, que estava nascendo e de posição para aquele estado de coisas. Mas, posteriormente, as ligações de família.... Pelo fato da minha família ter sido hostilizada por elementos da UDN, tive que formar no lado do PSD [...]⁸⁷

Franklin Chaves, em um primeiro momento, caracteriza a oposição como aguerrida, construindo imagens dos partidos governamentais como agregadores de pessoas mais centralizadas. É fato que, ao construir a imagem do partido do governo, ele está tecendo discurso sobre a sua própria figura. O interessante é que, em um segundo momento, Franklin,

⁸⁷ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 28/03/84. Fita nº 05, p. 02.

ao que parece, se dá conta que está estereotipando a oposição e faz uso de um recurso retórico para amenizar suas colocações, afirmando que ele teria iniciado sua carreira política como um oposicionista, o que não condiz com a sua participação, até mesmo porque, a princípio, Vargas simpatizava com o movimento, somente depois mandou fechar a Ação Integralista.

Esta passagem, contudo, diz muito a respeito da visão social que se tecia acerca da oposição, do imaginário político criado em torno daqueles que eram contra o governo, não somente em Limoeiro ou no Ceará, mas no Brasil. Ela “revela” as articulações daqueles que detinham a máquina do Estado, no sentido de cultivarem sua permanência no poder público, pois, devido a este, os indivíduos usufruem de inúmeros privilégios.

Em outro trecho, Franklin expressou a insatisfação de ter um presidente da República que não colaborava com o seu partido:

Dutra tinha sido eleito. O PSD tinha triunfado com a vitória do General Dutra, mais [sic] acontece que, no Ceará, em face da colisão feita pelo Presidente, dando à UDN, alguns Ministérios, não sei porque cargas d'água, ele no Ceará apoiou a UDN. Nós, do PSD., ficamos numa situação muito delicada porque o Presidente da República, eleito pelo o nosso partido, e com o nosso concurso tornou-se inteiramente contra nós. [...] Não tínhamos condições para lutar contra o Presidente da República. [...] era o sentimento pessoal do PSD do Ceará pela conduta do governo Federal em relação ao PSD local.⁸⁸

A insatisfação que Franklin Chaves demonstrou ao lembrar-se da postura de Dutra e a maneira como ele se referiu à figura do presidente, demonstra como se davam as relações da federação com os estados. É fato que no governo do general Eurico Dutra, o Partido Social Brasileiro, não alcançou a soberania devido ao lema do presidente, que proclamava ser o “presidente de todos os brasileiros”⁸⁹. Franklin, ao tocar nesses ressentimentos que surgiram no interior do partido devido a essa postura de Dutra, proporciona a este estudo um olhar fecundo sobre como as agremiações locais se sentiram, em especial as do Ceará, em relação à postura do presidente. E para compor isto, ele conta, nessa mesma entrevista, ser a revolta de seus companheiros de partido tão acentuada, que em uma reunião, quando um destes viu a foto do presidente na parede, encheu-se de indignação, chegando a ofendê-lo com adjetivos pejorativos.

⁸⁸ Idem, p. 05.

⁸⁹ Ideia mensurada pelos Dossiês a respeito da Era Vargas pela Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/PartidosPoliticos>>. Acessado às 22:02, em 23/10/2013.

O que é rico ainda neste fragmento é que ele confirma a questão já proposta por esta pesquisa quanto às motivações da família Chaves ter aderido ao PSD. A declaração de Franklin, inclusive feita tantos anos depois, é preciosa por trazer à tona expressões e formas de pensar que acenam “à uma estrutura mental” (BERSTEIN, 2003) que estes atores sociais compartilharam durante anos, concebido como reflexo que se processou anteriormente a década de 1930.

Esta “estrutura mental” também é percebida quando se analisa, meticulosamente, a instalação do PSD, já que se observa uma prevalência de redes políticas, no sentido de Vargas ter nomeado os interventores como difusores do partido e estes foram se comunicando com seus aliados locais, para que se estruturasse, de forma contundente, o partido, em escala nacional.⁹⁰ Assim, estes indivíduos se compreendiam e dialogavam interceptados por uma cultura política, com breves derivações, mas que possuía uma eletiva continuidade da Primeira República, no que diz respeito à forma de organizar-se, para que o opositor não conseguisse o poder da federação.

Portanto, pode-se dizer que a estratégia política dos Chaves de jamais se colocarem contra quem detinha a presidência do Brasil, procurando sempre se estabelecer no partido do indivíduo que teria maior chance de ser eleito presidente da República, perpassou também aspectos culturais. O fato é que essa postura produziu bons resultados, pois, com a sigla do PSD, eles conseguiram permanecer no poder local por mais dez anos, com um grande incremento por um de seus membros atuar como representante na Assembleia Legislativa Cearense. O que é interessante refletir é que a “conjuntura” entendida como nacional por vezes remodela, no plano local, experiências e adesões e produz variantes e explicações que a elite tece para ela própria, para seus correligionários e para a massa de eleitores em geral, operando produção de sentidos.

Ainda deve-se considerar que na pós-ditadura Vargas, com a abertura dos partidos políticos, houve momentos de grande instabilidade que pediram medidas de reorganização mais sistemáticas, principalmente daqueles que estavam no poder e não queriam, de forma alguma, perdê-lo, como os Chaves. Já para a oposição, no caso os Oliveira, momentos como este são de esperança da derrubada dos grupos “estabelecidos”.

Com a abertura dos partidos, Custódio Saraiva, que governava desde 1937, cede o seu mandato ao sogro, Sindulfo Serafim Freire Chaves, pai de Franklin e Judite. Era um momento de instabilidade e reorganização local, tendo ocorrido eleições municipais somente a partir de

⁹⁰ Idem.

1947. O memorialista Antonio Pergentino Nunes (1999, p. 268-269), correligionário da família Chaves, declara:

No plano municipal, com a reordenação institucional do Brasil com a constituinte de 1946, os partidos políticos foram reorganizados e procedeu-se, então, às primeiras eleições depois da redemocratização do país, em data de dezenove de janeiro de dezenove de janeiro de 1947 [...] Cumpre lembrar que Limoeiro naquela época, integrava os atuais municípios de São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte e Alto Santo. Por estratégia política, os partidos, tanto PSD como a UDN, lançavam candidatos a vereador nos distritos, com o objetivo de aquelas lideranças distritais garantirem o suporte político nos mais longínquos recantos da grande área compreendida no município do Limoeiro do Norte [...] A prática política de dividir as lideranças politicamente nos distritos, fazia com que a Câmara de vereadores, localizada no distrito sede, fosse composta tanto do distrito sede como dos demais distritos.

A primeira interrogação que já se coloca é se essa demora não teria sido uma maneira de a família Chaves permanecer no poder por mais tempo, além de estruturar melhor a ação mediante o novo momento político. Outro ponto que deve ser ressaltado é que, pela afirmação de Pergentino, percebe-se que os partidos políticos, PSD e UDN, atuaram como um mediadores de uma teia de relações onde a sociedade, se percebidos pelo recorte político-partidário, se estruturara pelos seguintes setores: a elite, que subdividia-se em elite política, os Chaves, e a elite opositora, os Oliveira; os correligionários, tanto do PSD como da UDN, e o outro montante da população, que seria daqueles pelos quais os partidos disputariam entre si para estabelecer sua supremacia, em busca de vitórias nos pleitos de seus candidatos.

Portanto, percebe-se que, do ponto de vista político partidário, ocorreu uma estratificação social em que havia a elite política no topo, buscando sua estabilidade ante a ameaça em uma eleição, depois de oito anos consecutivos no poder, durante o Estado Novo. Sem mencionar as vitórias que ela conseguiu através da Liga Eleitoral Católica, a partir de 1934, elegendo vereadores e prefeitos. Contudo, essa elite sabia das sombras que, pelo menos inicialmente, uma aparente mudança traria, pois já passara pela “Revolução de 1930”. Essa elite política ansiava pelo poder, por sua continuidade no poder público, mas não em qualquer cargo: ela não aceitaria, de nenhuma forma, perder a prefeitura. Assim, a elite desejava se firmar ante a este novo-velho sistema, que tinha variações e reestabeleceu entraves que a década de 1930 trouxera, como, por exemplo, a Justiça Eleitoral, criada em 1932, tendo sido reinstalada em nove de junho de 1942, pelo Des. Faustino de Albuquerque.

Diante dessa volubilidade, um dos principais meios de poder dos Chaves, os cartórios, “perderam, pelo menos teoricamente, sua autonomia” sendo parceiros⁹¹, mas também “supervisionados” pelo órgão. Não bastava isso: a elite teve que lidar com o novo juiz eleitoral, Manuel da Castro, que era o candidato apoiado pela elite oposicionista, os Oliveira.

Nesta estratificação sociopolítica, estão, abaixo da elite, os correligionários, como peça vital na dinâmica das eleições, para o sucesso da elite política. Os correligionários apoiam essa elite porque, de algum modo, entendem que possuem menos poder que ela e, por isso, têm que apoiar, pois somente assim eles possuiriam uma espécie de “fatia do poder”. Deve ser considerado também que havia uma relação inteligível de fidelidade compartilhada entre estes sujeitos. Estes, até certo ponto, se admiram e se respeitam em uma dimensão muito mais social, que em qualquer outro âmbito. Pode-se dizer que a elite também selecionava os seus correligionários, pois ela investia em quem ela entendia ter a capacidade de agregar o maior número de votantes. É a este respeito social que aqui está se referindo, pois essa elite percebia esses indivíduos como chave para o seu sucesso nos pleitos, vendo neles algo que os distinguia e os ligava ao grupo que, neste caso, acredita-se como elemento da cultura política vivenciada, em um complexo compartilhamento de ideias.

No caso dos Chaves, o fato de ser da própria estirpe ou ser descendente das famílias que tradicionalmente os apoiavam, isto é, que em períodos anteriores respaldaram a família na figura de seus antepassados, constituía-se como um aspecto fundamental para conseguir adentrar no grupo, no sentido de tornar-se um correligionário. Exemplos disso são os correligionários de São João do Jaguaribe: praticamente eram todos parentes da família, como Valdemar Chaves, Celso Chaves, Álvaro, Getúlio⁹² e a família de Antonio Pergentino que, apesar de no Império ter divergências, depois de uma adesão já mencionada, comportava-se com fidelidade aos Chaves, algo que, nos escritos de Antonio Pergentino, ele tem a necessidade de ratificar.

⁹¹ No documento *Zonas Eleitorais do Estado do Ceará aspectos históricos - 1932-2005*, produzido pelo Tribunal Regional Eleitoral Ceará, há um reconhecimento da importância dos cartórios para as zonas eleitorais. Segundo ele: “A par disso, há que se destacar o papel dos cartórios eleitorais. A cada zona eleitoral instituída, um cartório é simultaneamente estruturado, demandando, para seu funcionamento, um quadro de pessoal que tenha a necessária competência e disponibilidade para bem conduzir os pleitos. Para a consecução de seu objetivo primordial, qual seja, proporcionar ao eleitor as necessárias condições para o exercício do voto, é, em grande parte, com o trabalho executado pelos cartórios eleitorais que o Tribunal Regional Eleitoral tem contado ao longo de sua existência.”

⁹² As entrevistas realizadas em 11/09/ 2013, com José Aauto Chaves, 86 anos, adversário político dos Chaves, com duração de 01:07 (uma hora e sete minutos), e com Maria Nilza Silva Chaves, 83 anos, realizada em 09/09/2013, correligionária dos Chaves, com duração de 45 minutos, “revelaram” estes nomes que, em um cruzamento de fontes, obtiveram confirmação.

Coloca-se também a hipótese de que, possivelmente, se alguém do grupo dos Chaves “credenciasse” um indivíduo, demonstrando que era de confiança, este poderia também compor o rol do grupo. Contudo, o que ficou muito claro é que para ser um correligionário, havia uma relação de anos entre a família e este indivíduo, ou com seus antepassados. É fato que alguns destes correligionários tratavam a elite com inteira devoção, percebendo-os como líderes inigualáveis e inatingíveis, como expressa Antonio Pergentino em relação, principalmente, a Judite Chaves.

É importante destacar ainda que, diferente do que o memorialista expressa, a explicação do fato de correligionários ganharem o “status” de vereador não se restringe em apenas uma forma de defender os interesses mais distantes da sede, que no caso era Limoeiro do Norte. Acima de tudo, deve-se compreender que as alianças correligionárias eram uma forma de a elite conseguir recrutar apoio, sedimentar-se nos lugares mais longínquos, como forma de, inclusive, dizer aos votantes desses lugares, que eles não eram esquecidos e que poderiam se reportar a determinada pessoa, quando precisassem de alguma ajuda.

O correligionário aceita esta posição porque dentro de sua comunidade ele passa a ser olhado de maneira diferente e ainda, efetivamente, participa daquilo que este estudo compreendeu como uma “fatia” do poder, como já mencionado. Assim, percebeu-se que, a partir de 1945, a figura do correligionário apareceu com destaque na dinâmica política, pois ele atuava como uma força política, principalmente da agremiação, isto é, da sigla que ele defendia, tornando-se um eco para a popularização de um partido.

Por fim, há a massa de eleitores, os grandes agentes do dia tão esperado nos processos políticos, que é a eleição, traduzindo aquilo que já ficou consagrado, nos estudos políticos, como a opinião pública. Ela possui o papel primordial de legitimação em um regime que discursa ser democrático. Como já demonstrado, em uma primeira instância ela recebia muito mais o indivíduo, a figura pessoal do correligionário ou do próprio candidato do que a sigla que ele carregava. Logo depois, o indivíduo correligionário já passa a ser percebido como indissociável do partido e do candidato que ele “representa”.

Em torno desta questão, há de se destacar o papel dos adereços políticos, ou seja, toda a arte que envolve a cena política. Tanto as músicas, as bandeiras, os discursos, as fotografias, os símbolos, em suas mais variadas formas, envolvem o imaginário político de uma maneira que, por mais jovens que as pessoas fossem, ou desligadas, como se caracterizaram, principalmente, as entrevistadas, emergem lembranças em torno desses signos:

Tive de ver Franklin Chaves, em política eu tive de ver, recorde de nome, retrato, [...] eu tenho lembrança de ouvir hino de Franklin Chaves, [...] cansei de ouvir, cantar, tenho bem lembrança que tinha hino de Franklin Chaves.⁹³

Esta entrevista, com Francisca Martins Lima, conhecida por Salete, de 75 anos, foi a mais rápida de todas as que foram realizadas. Além de a entrevistada repetir indefinidamente que “não recordava de nada”. De fato pouco ela quis falar. Um dos motivos deve-se ao receio de ofender, de dizer o que não devia, pois, em conversas informais, ela se expressava de maneira mais desinibida. O outro motivo é porque a mesma, aparentemente, não se lembrava de aspectos ligados à dinâmica política. Contudo, o mais intrigante é que, ao mencionar o nome de Franklin Chaves, o que lhe remeteu de imediato à memória foi o “arsenal” simbólico, característica que perpassa diferentes culturas políticas, montado pela elite política para que seu candidato se popularizasse.

Não houve como mapear estas fotografias, estas músicas, portanto, não se sabe se tais elementos de comunicação e linguagem imprimiam a cultura política do grupo⁹⁴. Contudo, destaca-se o depoimento de Salete por ser importante para refletir como estas formas de comunicação que são emitidas pelos candidatos, tendo como destinatários os eleitores, constituem um imaginário político, sendo utilizadas como mecanismos pedagógicos. Isto é, alimentou-se introjeções em uma operação concomitante de sentidos – o ver, o ouvir, o falar, melhor dizendo, o cantar – em que estes elementos corroboram para que o indivíduo, nas mais singelas das hipóteses, não seja esquecido, produzindo aprendizados através do caráter dinâmico de fixação que estes meios proporcionam.

Assim, a figura do candidato instaura-se no imaginário⁹⁵ da população de uma maneira constante e interminável. Através, em especial, da música, pode-se pensar que ideias e valores foram lançados, contribuindo para aqueles que ainda não tinha sido conquistados, ou alcançados, além de se ratificar noções presentes que já perpassavam os eleitores de Franklin, no caso. O que fica evidente é que esses mecanismos simbólicos ultrapassam tempos, sendo uma das formas que mais marcaram o eleitor e imprimiram, na memória, a sua presença, mesmo na ausência.

⁹³ Entrevista realizada com Francisca Martins Lima, 75 anos, em 09/09/2013. Escolhida por ter sido contemporânea da época, tendo sido eleitora no período contemporâneo a Franklin Chaves como deputado estadual em busca de suas reeleições.

⁹⁴ Como já ressaltado, muitos confundem imaginário político com cultura política. Ver Motta, 2009, p.25.

⁹⁵ O conceito de imaginário neste capítulo foi concebido como: [...] *uma realidade tão presente quanto aquilo a que poderíamos chamar de vida concreta, uma dimensão tão significativa das sociedades humanas como aquilo que corriqueiramente é encarado como realidade efetiva* [...] *sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais, verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas* (BARROS, 2005, p. 92-94).

Por último, é importante ratificar que este caráter ideológico dos partidos foi colocado em “xeque”, pois a adesão dos sujeitos sociais dava-se muito mais pelas relações já estabelecidas ou criadas, do que com o que era “pregado” pelo partido. Isso não se aplica ao caso do Integralismo, que, essencialmente, difundiu-se como doutrina, conquistando adeptos, traduzindo, sim, as confusas aspirações da população. Ele se tornou organismo vivo e se difundiu como preceito em uma relação mutualística com seu líder limoeirense, Franklin Chaves.

Já com o Partido Social Democrático, PSD, não ocorreu assim. As pessoas votavam no partido devido às relações já mantidas com os Chaves; viveu-se essa dimensão do partido, pois esse era o meio de poder que os Chaves encontraram para se estabelecer diante daquela nova conjuntura. Tudo indica que se eles tivessem aderido à UDN, desde que este partido fosse o do presidente Vargas, eles não teriam perdido seus correligionários, nem os votos conquistados. No entanto, se tivessem optado por uma UDN que, em sua essência, fosse contra Getúlio Vargas, pode-se pensar que haveria conflitos no grupo, por parte dos correligionários.

Todavia, para ir contra o partido do presidente precisava ser outra família com o sobrenome Chaves, pois, acima de tudo, era a cultura política⁹⁶ que perpassava o entendimento de como não perder o poder nesses processos políticos, como o que mediou as decisões desse grupo.

⁹⁶ Este conceito, que possui sua fecundidade se pensado na longa duração, exprime, nesta passagem, a noção de que as ações e certos comportamentos políticos dos Chaves, bem como suas tomadas de decisão eram “determinadas” por crenças, sentimentos que estavam enraizados na cultura do grupo, em especial na ideia de tradição familiar, que tem por referência os “jeitos” de fazer política da Primeira República. Assim, é a cultura vivenciada por eles, devido à convivência com seus pais, no caso Sindulfo, que provavelmente evocava a figura de seu avô, Serafim Tolentino, que mediou a percepção deste grupo nos processos sócio-políticos. Então, apesar de estarem na década de 1940, os elementos que tornaram inteligível o mundo político para os Chaves estão arraigados na Primeira República, a exemplo de nunca ser o opositor ao Presidente da República.

CAPÍTULO 3: O PROCESSO ELEITORAL EM QUESTÃO: A ELITE POLÍTICA E SUAS “ARTIMANHAS” PARA A MANUTENÇÃO DE SEU “STATUS, PRESTÍGIO E PODER”.

3.1 As campanhas eleitorais, eleições e reeleições: processos e dinâmicas na conquista de votos.

Nos dez anos seguintes (1945- 1955), os Chaves exercem o poder através de seus correligionários: a) de 1945 a 1948, foi prefeito correligionário Francisco Remígio; b) de 1948 a 1951, Estêvão Remígio de Freitas (representando os Chaves); c) Francisco Nonato Freitas chamado, vulgarmente, de Mixico. (este foi o último prefeito dos Chaves. (LIMA, 1997, p. 323-324)

Durante todo este estudo, tem se tocado nesta inquietante questão que é a continuidade dos mandatos políticos que a elite política local empreendeu. Em algumas passagens, ensaiaram-se algumas reflexões, na tentativa de explicar como esta elite se manteve tantos anos no poder político. Este tópico, de forma mais pausada, debruçar-se-á sobre este mote, referindo-se às “artimanhas” do grupo para as eleições e reeleições, tanto no plano político local, como estadual, no caso de Franklin Chaves.

Nesse sentido, pretende-se discutir como o poder da elite política se expressava nas relações sociais. Não obstante as mais variadas definições de poder⁹⁷, essa pesquisa compreende que o poder não é monolítico e não é único. O mesmo também não é ilimitado, principalmente na disputa pelo poder político, pois, para um indivíduo adquirir poder, outro tem que perder. Além disso, o poder se “metamorfoseia” em diferentes momentos históricos, como de certa maneira já foi demonstrado ao longo deste estudo, sendo importante entender e identificar quem são os sujeitos ou os indivíduos que o exercem, o que já foi feito nesta pesquisa, mas também como o exercem.

⁹⁷ Alguns teóricos definem poder como uma relação. Para Rousseau, as relações de poder não perdurariam se fossem baseadas na força. Para ele, poder também se caracteriza, além de repressão, pela persuasão e busca de legitimidade através do discurso. Para Max Weber, o poder é uma relação assimétrica entre pelo menos dois atores, quando o primeiro tem a capacidade de forçar o segundo a fazer algo que este não faria voluntariamente e que só o faz conforme as sugestões e determinações do primeiro. O conflito não necessariamente estaria inserido nessa relação, pois poderia haver acordos entre as partes. Nesse sentido, estas relações seriam desiguais tendo expressão ao analisa-las em especial na figura de Judite Chaves, detentora de cargos e de respaldos institucionais importantes, e sua relação com os eleitores, que votavam em quem ela indicava, não somente por uma questão afetiva, mas principalmente devido o poder que ela detinha através destes cargos. Para Michael Foucault, as relações de poder mostram-se em todo lugar, em todo o corpo social. Isto é, existe relação de poder entre pais e filhos, alunos e professores, patrões e empregados, e assim por diante. Porém, essas relações são sutis, móveis, dispersas e de difícil caracterização (SILVA, 2006, p.335).

O fim da ditadura Vargas, constituiu um episódio ameaçador para o poder político da família Chaves, contudo, como destaca o fragmento acima, escrito pelo o descendente da oposição dos Chaves, estes conseguiram a continuidade dos mandatos por mais dez anos, mesmo mediante o retorno das eleições.

Logo, considera-se a seguinte questão: o que fez os candidatos da elite política permanecerem por tantos anos no poder político? Esta é uma pergunta emblemática, principalmente se for considerado que, a partir de 1930, há o que foi considerado como o fim da dita Primeira República, que traria uma ideia de certos rompimentos, em especial com a “prática política”, a exemplo da ideia de coronelismo, no que concerne a continuidade nos cargos políticos, de caráter “representativo”⁹⁸. Contudo, sabe-se das implicações e dos ecos culturais e como eles se estruturam no tempo, não sendo tão facilmente esquecidos e arrastados para fora das vivências dos sujeitos sociais.

Na epígrafe da memória oposicionista que inaugura o primeiro tópico deste capítulo, fica claro como a questão da estratificação sociopolítica – elite política, correligionário e eleitor – é importante para a compreensão deste cenário político, sendo esta relação da elite política com os correligionários um dos mecanismos encontrados para a sucessiva efetivação no poder. Assim, no caso de Limoeiro do Norte, a partir de 1945 a figura do correligionário tornou-se cerne, como deixa muito claro a citação acima, para a continuidade nos mandatos da elite política, que já vinha monopolizando o poder político desde o Império.

Nesse sentido, é preciso destacar que nessa relação de “estratificação social”, do ponto de vista político partidário que se propôs para pensar a esfera do político, haveria uma série de negociações, em especial entre a elite política e os correligionários. Essas negociações ocorreram devido às próprias “demandas” que emanavam da nova conjuntura nacional. Assim, para que “prosseguisse” no poder, a elite alternava de lugar com os seus correligionários, ou seja, os correligionários passavam a ter o poder da prefeitura, mas não se esqueceriam do acordo com a elite, por acreditarem e visualizarem o seu poder, fosse através dos cartórios, da grande propriedade de terra⁹⁹ da família, das ações que obtiveram relativo

⁹⁸ Como bem adverte José Murilo de Carvalho: *O coronelismo [...] morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo e à derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos* (CARVALHO, s/d)

⁹⁹ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 21/03/1984. Fita nº 01, p.02. Acervo do Núcleo de Documentação Cultural - NUDOC/UFC. No trecho, Franklin afirma que, apesar de a família ter possuído uma grande propriedade, esta não rendia nada.

sucesso, como o comércio¹⁰⁰ de Franklin Chaves, por exemplo, como a própria noção de que eles descenderiam de uma família que já carregava no sangue o “dom” para a política.

Portanto, estes “pactos” eram mais acordos que visavam à ininterruptão no poder político e ao fortalecimento interno das relações do próprio grupo, já que não se deve desconsiderar que o correligionário também esperava ocupar o lugar de poder da elite, sendo essa alternância no cargo, uma grande demonstração da elite política no que concerne à confiança que estava sendo posta naquele indivíduo correligionário. Deve-se entender que a escolha de um correligionário para ocupar o “lugar de mando”, isto é, ser o prefeito, demonstrava para todo o grupo a certeza de fidelidade do indivíduo, além de instaurar a ideia, para os outros “aliados”, que chegaria a sua vez.

De certa maneira, estes acordos já existiam na Primeira República, como foi demonstrado no primeiro capítulo, tendo em vista que, para a elite se fixar no poder, eles passaram a se casar com os principais “compadres políticos”. Contudo, a elite política local nunca perdeu a oportunidade de ter um parente de sangue ou um agregado, no caso dos genros, como detentores da prefeitura. A década de 1930 ilustra isto, principalmente a partir de 1935, pois ao conseguiram o poder, apenas um correligionário comandou a prefeitura, isto em questão de meses, no caso Francisco Pergentino Mendes Guerreiro (LIMA, 1997, p.385). Tanto que, juntamente com a queda de Getúlio, Custódio Saraiva tem seu poder como prefeito abalado por ser o candidato da ditadura, mas os Chaves não perdem o poder¹⁰¹ e quem assumiu de imediato foi um Chaves de sangue, Sindulfo, pai de Judite, filho de Serafim Tolentino. Contudo, pode-se pensar que além de outros fatores, a nova conjuntura anunciava que novos personagens precisavam ser visualizados pelos outros, isto é, pela oposição, pela a população e até pelos próprios correligionários da elite, em lugares de destaque.

Nesse novo momento, a elite política saiu de sua dimensão localizada e conseguiu, até a eleição de 1970, eleger “um dos seus”, um Chaves “autêntico”, “de sangue” no âmbito estadual. Nesse sentido, fomentam-se: Quais relações se desencadearam para que Franklin Chaves permanecesse tantos anos no poder? Como ele conseguiu se reeleger por tantas legislaturas seguidas? Quais foram os elementos “determinantes” nesse processo de conquista de votos? Como Franklin conseguiu “cativar” votos e uma espécie de “fidelidade” dos indivíduos por tantos anos? Como se caracterizava esta lealdade? Que dimensões

¹⁰⁰ Atividade desenvolvida por Franklin Chaves anterior ao seu ingresso no Integralismo, sendo também citada por ele, em sua entrevista ao NUDOC/ UFC, como uma forma de negócios dele, principalmente quando não estava atuando na política.

¹⁰¹ Não se deve esquecer que Dutra inicia seu mandato sob a égide da Constituição de 1937, o que lhe conferia o direito de nomear os governadores estaduais e, por meio destes, os prefeitos, podendo assim influir diretamente nas eleições estaduais e municipais (LIMONGI, 2012, p. 63).

socioculturais constituíam o processo de eleição neste período? E o eleitor? Qual o seu papel nesta configuração pós 1945, que trazia a ideia de uma “redemocratização”? Como o seu grupo político local contribuiu para a reeleição como deputado estadual? Como ele mesmo se articulou para suas reeleições?

Tanto para as eleições como para as reeleições há a figura de Judite Chaves, irmã de Franklin, como importante neste processo. Outro elemento é o próprio partido do Presidente, o PSD, que deve ser entendido como “um abrigo, um suporte” para as reeleições daqueles que o integravam já que apresentava grande força política no país, apesar de, em um primeiro momento no governo Dutra, não suprir a própria expectativa dos aderentes por causa da postura do Presidente da República. Mas este partido não deixou de se estabelecer e se fortalecer também por meio de associações políticas:

As eleições presidenciais realizadas em dezembro de 1945 tiveram como vencedor o general Dutra, candidato do PSD. O partido não conquistou, contudo, uma supremacia clara no governo Dutra, que preferia declarar-se “presidente de todos os brasileiros”. Ainda assim, o PSD exerceu ampla hegemonia sobre a política brasileira entre 1945 e 1965: além de eleger dois presidentes da República e um grande número de governadores, manteve sempre a maioria na Câmara dos Deputados e no Senado e foi o partido que mais indicou ministros no período. Durante sua existência, o aliado preferencial do PSD foi o PTB, enquanto seu grande rival foi a UDN.¹⁰²

Estas associações políticas também se configuraram como um importante fator para os processos de reeleições, tendo em vista que estas associações ampliavam não somente aliados no domínio dos pares políticos, mas também incluíam um novo público de eleitores, que passavam também a ser votantes dos partidos coligados. Deve-se observar também que esta sociedade ainda possuía traços de uma cultura política na qual os eleitores se sentiam mais seguros ao votarem por laços pessoais e personificados. Isto é, os eleitores confiavam ainda mais em personagens do que em ideias, principalmente nos anos de 1945 a 1950, como diria Afonso Arinos de Melo Franco¹⁰³ (1980, p. 84). Afirma-se esta questão de uma política

¹⁰² Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/PartidosPoliticos>>, às 09:34, em 21/11/13.

¹⁰³ É importante ressaltar que do trecho ao qual se concordou com esta ideia, trazendo-a inclusive para este trabalho, não se corroborou a noção implícita que o autor deixa acerca da presença de um coronelismo vigente. Vejam a citação completa: *A liberdade legal não corresponde ainda, todavia, à liberdade psicológica da generalidade dos eleitores, a qual depende de fatores outros, principalmente da elevação do nível econômico e cultural, que só vagarosamente poderemos ir atingindo. [...] Sem dúvida, nas últimas eleições, vários chefes locais foram derrotados, coisa que antes não acontecia. Mas a verdade é que foram derrotados não pelo povo organizado, e sim por outros chefes. [...] O povo do interior ainda confia mais na ação dos chefes políticos próximos do que na promessa dos oradores distantes. Esse patriarcalismo eleitoral do interior tem como correspondente, nas cidades, o caudilhismo eleitoral. O fenômeno, no fundo, é o mesmo e provém de causas equivalentes: baixo nível cultural, indiferença por programas, confiança nos indivíduos e não nas ideias. Nas*

movida por laços pessoais. Assim, serão discutidos ponto a ponto esses fatores que se apresentaram como importantes para a compreensão das consecutivas “vitórias da elite política”, que, apesar de serem analisados de forma fragmentada, não podem ser percebidos de forma dissociada.

Para iniciar, será abordada a questão referida no parágrafo anterior, a respeito de uma política ainda movida muito mais por afetividades pessoais do que por abstrações ou propostas bem elaboradas tendo como referência as necessidades do país no período. As entrevistas realizadas forneceram pistas acerca dos códigos que influíam para que se votasse em determinados candidatos:

Olha Franklin Chaves, Franklin Gondim Chaves, demais é nosso parente, nosso parente ainda, Franklin, ajudou muito a São João como deputado [...] aquele grupo Chiquinho Rodrigues foi um projeto de Franklin Chaves [...] Franklin entrou na política ainda naquela época muito novo, mas ele era uma pessoa muito bem quista no Vale do Jaguaribe e levando mais em frente o nome do Limoeiro do Norte que sempre foi o mais respeitável em todos os cantos [...] Ele recebia as pessoas muito bem e prestava favor as pessoas. Ele não tinha adversário político, não, todo mundo para ele era amigo. Era um homem pacato. Às vezes conseguia operações em Fortaleza naquela época que aqui não tinha nem maternidade, salvou vida de muita gente e as pessoas procurava ele. Ele era muito direito, ele sempre procurava dar razão a quem tinha direito, quem não tinha ele isolava, ele era um homem de uma boa conduta [...] ¹⁰⁴

Percebe-se que a primeira referência que o entrevistado traz ao lembrar-se de Franklin Chaves é o parentesco, ressaltando o quão bom ele foi para o atual município, anteriormente distrito de Limoeiro do Norte. A obra de cunho coletivo, no caso um grupo escolar que, segundo seu Adauto Chaves, teria sido um projeto de Franklin, perde-se em meio a uma narrativa que ressaltou os favores pessoais como mediadores de explicação pelo fato de Franklin ser bem quisto. Não foram somente as propostas, nem a obra que atendia a um número maior da população que justificaria o fato da “popularidade”¹⁰⁵ do deputado, mas sim o fato dele receber bem as pessoas, prestando favores particulares, que o teriam credenciado para as sucessivas reeleições.

ciudades, o patriarca, o coronel é o caudilho. Amassa urna é mais confiante em si, menos submissa, por isto supõe-se mais livre. De fato vota, como a rural, fascinada pelo impulso personalista. O coronel das cidades é Prestes, é Getúlio, é Ademar, é Otacílio. (MELO FRANCO, 1980, p. 84)

¹⁰⁴ Entrevista realizada em 11/09/2013, com José Adauto Chaves, 86 anos, adversário político dos Chaves. Duração: 01:07 (uma hora e sete minutos).

¹⁰⁵ Coloca-se o termo entre aspas, pois para o sentido que normalmente ele o é empregado e para este contexto, ele carrega os traços do anacronismo.

Pelo fragmento, percebe-se que o indivíduo que deveria administrar o bem público de uma forma que fornecesse acesso a todos, alimentava relações de dependência do eleitor em relação a sua figura, e o que seria de sua responsabilidade, por não ser feito, passa de responsabilidade a favor. Ao não fornecer condições que possibilitavam uma independência ao eleitor, o candidato garantia-se mais um ano no poder, pela lógica da gratidão ou pelo pressuposto de que ele, estando no poder, teria uma maior acessibilidade. E isto pode ser pensado para toda escala política, do governador do Estado ao presidente, afinal, ainda será por meio dessas relações que os candidatos à presidência conseguirão se eleger. O que vale salientar é que talvez para a época, a questão de “público”, “privado”, o “coletivo”, o “individual”, o “pessoal”, não fosse tão clara, como está sendo posto aqui.

Assim, na aflição por um familiar necessitado, o que o eleitor queria era resolver o problema, ficando, assim, não as incoerências competentes ao Estado, mas sim a figura do deputado que o ajudou, que passava a ser entendido como uma boa pessoa e como alguém a quem poder-se-ia recorrer em caso de necessidade. Primeiramente recorria-se não ao deputado em si, mas aos seus correligionários, que funcionavam como uma espécie de “intercessores”, tanto para conseguir os votos, como para aproximar a população do que possuía maior poder, no caso o deputado estadual. Assim, passava-se a ideia de que seria vantajoso para a população determinado candidato, no caso Franklin Chaves, encontrar-se no poder. Quando perguntado à correligionária Nilza Chaves se o governo de Custódio, Franklin e Judite teria sido bom, a mesma declara:

Bem que eu não tenha achado eu não posso dizer, mas quem sabe isso são os filhos de Celso Chaves, Zeze Chaves ... mas para nós alcançava tudo, se alcançava tudo [...] o poder era bom o povo aqui sempre alcançava o que queria [...] Agora a UDN praticamente ela custou a ficar aqui [...].

Essa política baseava-se na relação pessoal, aparentemente a noção de coletivo fica nebulosa onde a promessa individual, ou seja, o fato de um “tal candidato” estar no poder, significava mais acessos. A cultura política dos “favoritismos”, isto é, dos favores, mediava o processo eleitoral:

Nós estamos numa época que quem não estuda não cresce. Vou lhe explicar por que que não cresce. Porque a pessoa crescia naquele tempo com a maneira dele conversar com as pessoas, dele tratar as pessoas, dele respeitar as pessoas, né? Para poder ser respeitado. [...] Como político ou como qualquer outra pessoa, você fazia de si. Sendo atencioso ao povo, prestando favores, essa coisa. Não se incomodando

com a vida de ninguém aí se tornava uma pessoa boa, aí ia pegando nome, fulano é uma pessoa boa não bole com ninguém [...] É quem dava força agente, mas hoje minha filha quem não estuda não cresce, isso é uma frase muito importante, [...] com favores, dá coisas ao povo, ninguém cresce mais, agora estude [...].

O entrevistado Adauto Chaves expressa o choque que tem com as vicissitudes, pelo menos em parte, que ocorreram na cultura política brasileira que ele vivenciou quando jovem, e depois, efetivamente como político¹⁰⁶. Não que necessariamente, em especial na política municipal e de deputados estaduais os favores tenham ido por completo embora, mas os favores não significam mais votos certos, como nesse período. Eles não são mais geradores de uma gratidão que garantia eleições e reeleições. Pois a noção da palavra, de dar a sua palavra como forma de confirmação de algo que seria realizado, não possui mais os significados anteriores. É a sociedade da escritura, como lembra Certeau (1994): o que está registrado em cartório é o que tem valor. Por isso ele alude ao estudo, pois é um homem sem formação superior. Assim, um favor desencadeava um comprometimento pessoal e legítimo, segundo seu Adauto, por parte de determinado eleitor, garantindo vitória nos pleitos.¹⁰⁷

Os códigos eram outros, o entendimento de coerência da relação candidato, correligionário e eleitor não se dava por propostas¹⁰⁸, que melhor se encaixavam para a necessidade do país, do estado, do município. Não que estas necessidades, por exemplo estruturais, estivessem ausentes do discurso político, mas elas acabavam sendo secundárias para o critério do eleitor no momento da votação. Franklin Chaves também falou a respeito desses favores como um requisito para as reeleições:

Não o que agente observa aqui no Nordeste é seguinte: a população cresce muito e o político não tem condições de acompanhar a atender as solicitações e aos interesses dos seus eleitores, notadamente o político que está no poder e que é muito mais solicitado esta entendendo? Eu quando entrei fui eleito pela primeira vez, com 3 mil e tantos votos, passei para 4, para 5 e já estava em 15 mil. Então não há condições **de arranjar empregos**, cadeiras para professores, açudes, etc, para 15 mil eleitores. – Então, o político se desgasta. Quando se está de baixo não, porque ninguém lhe pede nada; pois, sabe que não há condições de arranjar. Até o próprio adversário, por

¹⁰⁶ *Agora eu fui duas vezes prefeito. Fui no governo de Virgílio Távora e na Ditadura Militar e o governador César Cals de Oliveira e o outro governador, um mandato de um ano e dez meses dividido com dois governadores. Era Aderaldo Castelo e César Cals no segundo mandato. Fui vereador, primeiro vereador daqui foi em 1959. Fui o primeiro presidente da câmara de São João do Jaguaribe e fui o vereador mais votado da primeira eleição [...]* – Entrevista realizada em 11/09/2013, com José Adauto Chaves, 86 anos, adversário político dos Chaves. Duração: 01:07 (uma hora e sete minutos).

¹⁰⁷ Não se deve deixar de observar que um ou outro eleitor poderia enganar o candidato não votando nele, fugindo do compromisso e da lógica da gratidão e da palavra, como forma do cumprimento do acordado, contudo estes são uma minoria nesta sociedade deste período.

¹⁰⁸ Não quer dizer que na contemporaneidade, no Brasil, as relações políticas se delineiem somente por este aspecto.

intermédio de amigos e de parentes, vai pedir a quem está de cima, e quem está de cima não consegue se desgasta. Então, aqui o desgaste é muito grande porque os recursos do Estado são muito poucos, não é? É um negócio difícil a gente equilibrar a votação para a reeleição.¹⁰⁹

Havia todo um sistema político que se desenvolvia por estes níveis de inteligibilidade, ou seja, eram os favores e a confiança em um determinado candidato que motivavam uma série de votações. As fissuras socioculturais e políticas que se encontravam disseminadas pelo regime de representatividade em todas as escalas, principalmente na ordem daqueles que ocupavam o lugar que garantia maior poder, permitiram e estimularam para que se estabelecessem relações dos chamados favoritismos.

A respeito do número de eleitores que, segundo Franklin Chaves, votava nele, podem-se constatar alguns exageros. Logicamente, esse número conclamado por ele foi uma forma de demonstrar ao entrevistador como era aceito pela população, ou seja, de formular como era bem quisto pela “opinião pública”. Nos dados aos quais se conseguiu ter acesso no Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, não consta esse número de votos, pelo menos nos anos consultados, haja vista não ter conseguido acesso aos documentos das eleições de 1962. Nos outros anos, Franklin Chaves não obteve 15mil votos como declara. Observem o quadro dos números de votos das eleições para deputado estadual de Franklin Chaves e seu opositor Manuel de Castro:

TABELA 02. Votos obtidos durante a carreira política tanto da elite como do seu maior opositor

CANDIDATOS	FRANKLIN CHAVES	MANUEL DE CASTRO
	(PSD/ ARENA)	(UDN/ ARENA)
	REPRESENTANTE	REPRESENTANTE
	DA FAMÍLIA CHAVES	DA FAMÍLIA OLIVEIRA
ELEIÇÃO DE 1947/ VOTOS	4127	3041
ELEIÇÃO DE 1951/ VOTOS	6282	6077
ELEIÇÃO DE 1954/	6122	9139

¹⁰⁹ Entrevista de Franklin Chaves concedida ao Acervo do Núcleo de Documentação Cultural - NUDOC/UFC, realizada em 23/03/1984. Fita nº 04, p.17-18. Grifos meus.

VOTOS		
ELEIÇÃO DE 1958/	ELEITO	ELEITO
VOTOS		
ELEIÇÃO DE 1966/	7384	9360
VOTOS		
ELEIÇÃO DE 1970/	9350	10.807
VOTOS		

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral. Resultado das eleições de 1947, 1951, 1954, 1958, 1966, 1970.

Nos anos de 1947, pelo o Partido Social Democrata, Franklin Chaves foi o terceiro deputado estadual mais votado, demonstrando a força da elite política local que ele integrava, enquanto Manuel de Castro Filho ficou, nas votações, em décimo para o cargo. Uma análise destes dados não pode estar desvinculada de uma devida apreciação ao partido dos quais estes indivíduos faziam parte, pois afinal, na maior parte dos anos o PSD esteve à frente em termos de quociente partidário da UDN. Apesar de não ser uma distância tão estrondosa, pois nesta eleição, enquanto o PSD contava com o quociente partidário de dezessete e resto de 675 votos, a UDN esteve com dezesseis, com o resto 3431 votos.¹¹⁰ Nas eleições de 1951, Manuel de Castro Filho tornou-se o primeiro de seu partido, a UDN, e Franklin Chaves tornou-se o segundo mais votado do PSD.¹¹¹

Nas eleições de 1954, Franklin Gondim Chaves foi o nono mais votado de seu partido. Manuel de Castro Filho ficou em segundo em seu partido, demonstrando o quão proeminente foram as trajetórias desses indivíduos e o quanto a força deles, dentro dos respectivos partidos, oscilava de eleição para eleição. Nas eleições de 1958, o documento encontrado não contabilizou numericamente os votos dos deputados, pois primou por um detalhamento das eleições municipais.

No tocante a este ponto, é interessante destacar que, nas eleições de 1958, Limoeiro do Norte contava com o eleitorado de 4.161 pessoas, possuindo, em números absolutos de comparecimento, 4.013, ou seja, 96,44%. Destacam-se esses dados, pois se observou a disputa acirrada dos partidos PSD/ PTB *versus* UDN/PSP, concorrendo ao cargo de senador Francisco Menezes Pimentel (PSD/PTB) e Olavo Oliveira (UDN/PSP), vencendo o primeiro, com a vantagem de 494 em Limoeiro¹¹², demonstrando, desta forma, a força da “tradição

¹¹⁰ Tribunal Regional do Ceará. Relatório dos trabalhos da Comissão Apuradora constituída pelo Tribunal Regional Eleitoral, na sessão de 20/01/1947. Fortaleza, 20 de fevereiro de 1947.

¹¹¹ Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Eleições 1950: Resultado. Fortaleza, 2003.

¹¹² O total de votantes do município de Limoeiro do Norte foi de 4013, sendo 78 votos nulos, 561 em branco, 1934 para Menezes Pimentel e 1440 para Olavo Oliveira.

política” no município da própria elite “Chavista”, pois conseguiram, mais uma vez, promover a vitória para o “velho” aliado político no plano político local, contribuindo assim, para sua vitória no plano nacional, já que Menezes Pimentel venceu estas eleições.

Há de salientar que os Chaves não estavam mais à frente da prefeitura nesse período, pois tinham perdido o poder local por questões que serão discutidas no porvir deste trabalho, mesmo assim, o velho conhecido de Limoeiro do Norte conseguiu sua vitória no município. E foi assim que funcionaram as eleições neste país. O indivíduo que já possuía uma trajetória política de anos, que fazia parte de jogos políticos de outros “regimes” políticos, conseguia sua permanência no poder por ser conhecido e apresentado pelas elites municipais, que patenteavam sua campanha no plano das relações e do benefício próprio, como grandes bem feitores para aquela cidade.

O papel da elite municipal acabava sendo relembrar à população o quanto aquele indivíduo fora importante para sua “história, seu desenvolvimento”, produzindo assim, relações de identificação entre candidatos e votantes, numa mistura de supostas dívidas de gratidão. Não obstante, não se pode negar que, no próprio município de Limoeiro do Norte, a UDN tornava-se, a cada eleição, mais forte, mas foi somente após dez anos que o partido conseguiu a vitória contra elite empossada por tantas décadas. Contudo, o grupo UDN local, de Limoeiro do Norte, ainda não conseguira força o suficiente para derrotá-los em todas as esferas.

As eleições do ano de 1966 simbolizaram o pico do poder da elite política. Foi nela que Franklin Chaves foi o Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa e Manoel de Castro o Primeiro Secretário, demonstrando o quão bem, em especial Franklin Gondim Chaves, articulou-se internamente, obtendo o reconhecimento de seus pares, já que, para integrar a Mesa Diretora, os membros candidatos teriam que lançar uma chapa para ser aprovada pelos outros colegas parlamentares. Na eleição subsequente, de 1970, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa teve como Presidente, Manoel de Castro.

Estes “representantes” das elites locais conseguiram tanta proeminência em suas respectivas carreiras políticas que ambos chegaram a ocupar a liderança do Estado do Ceará como governadores, quando estavam na Presidência da Assembleia. No caso de Franklin Chaves, ele esteve como governador no período de um mês (12/08/1966 a 12/09/1966), em virtude da renúncia do governador na época, Virgílio Távora, e de seu vice, Figueiredo Correia, por almejarem concorrer a outros cargos. Já Manoel de Castro, segundo consta nas fontes oficiais, exerceu o cargo por várias vezes.

Nesse interim, é importante pensar como estes candidatos “conseguiram” os votos e quais eram os códigos que mediavam essas relações políticas. Nesse sentido, percebeu-se que não precisava conhecer o candidato para que os sujeitos participantes desse processo, no caso, os votantes, “cedessem” o seu voto; bastava apenas a indicação de alguém que tivesse crédito na comunidade a qual eles fizessem parte:

[...] eu fui eleito por vários municípios, desde o Aracati até o Icó. Depois eu cheguei a ser votado em 31 municípios. Comigo verificou-se o seguinte: No começo eu me elegi por que, comerciante e industrial, era muito conhecido na região. Depois, eu me afastei do comércio, **mas fui crescendo em conhecimentos e em relações em todo o Estado, em razão da minha atuação parlamentar.** Eu me convenci de que não valia a pena, insistir em profundidade; quero dizer, aumentar meus votos só naqueles municípios – Era mais fácil agir em extensão. Quero dizer, se você tem em um município que lhe dá mil votos, para aumenta-los para mil e cem você tem que dispende muito esforço. Enquanto que para conseguir esses cem votos, noutro município é mais fácil. Então eu fui buscando a expansão em extensão e aos poucos tendo votação em toda parte. Por que... Por exemplo: Valter Farias, um Udenista que **casou com minha sobrinha** e era comerciante do Crato, **e tinha muitas relações, eu pelejei para ele me ajudar com sua votação.** Mas ele nunca pode. Ele sempre foi um rapaz sério e bom. Então, quando acabaram com a UDN e o PSD e formaram a Arena e o MDB ele veio aqui a Fortaleza e me disse: - **Franklin, agora eu vou poder lhe dar uma votação no Crato.** Está ótimo! Ele disse: Tem um amigo meu que é até candidato a vereador, José Horácio, ele brigou com o senhor Filemon Teles. Eles estão brigados, por questão de uma terra e me disse que não vota mais com o Filemon de jeito nenhum. **Ele veio me perguntar com quem é que eu votaria agora e eu disse que ia falar com você. Ele está disposto a votar em seu nome mas quer que você vá lá.** Eu disse: - eu vou. Eu fui lá umas duas ou três vezes. **O José Horácio que não me pediu nada, nada, nada, me deu cerca de quatrocentos votos. E não me deu mais porque a UDN local desencadeou uma luta terrível para tomar os eleitores as minhas chapas.**¹¹³

Essa passagem traz alguns elementos explicativos sobre os artifícios do próprio Franklin Chaves para os seus consecutivos mandatos. É interessante notar que o mesmo alude que sua participação como deputado do estado ajudou para que ficasse conhecido, um fator muito importante para qualquer candidato que almeje a reeleição. Assim, pode-se pensar que quanto maior fosse o acesso dos indivíduos à instituição, em especial a cargos ligados diretamente à máquina do Estado, maior seria a ampliação dos espaços de atuação e poder, pois as próprias condições “inerentes” às posições ocupadas permitiriam subsídios, bem como respaldos sociais para que estes indivíduos investissem em sua constante projeção.

Ainda vale destacar como as relações familiares foram, por vezes, determinantes nos processos eleitorais: um indivíduo do Crato (e vale salientar que não era qualquer pessoa, mas um opositor bem relacionado), ao se casar com uma sobrinha de Franklin, possibilitou ganhos para o deputado limoeirense, que saiu do poder local municipal, para o “poder a nível estatal”.

¹¹³ Idem. Fita nº 04, p.18-19. Grifos meus.

Pode-se perceber que este ganho de eleitores para Franklin Chaves só foi possível devido a uma cultura política em que a confiança pessoal era a base para o exercício “democrático”, ou seja, eram as relações pessoais que intermediavam as conquistas de votos.

Tudo leva a crer que era esse tipo de relação que mediava todo o processo eleitoral, respigando, dessa forma, até nas eleições para Presidente. Portanto, os anos que seguiram após 1945, até a ditadura militar, ainda foram demarcados por essas relações em que tudo começava pelo poder local, municipal, principalmente no que se refere às eleições estaduais no Ceará. Assim, essas relações funcionavam como uma rede política, estabelecidas no plano local, em que os deputados estaduais, federais, senadores foram eleitos pela figura do cabo eleitoral de determinado sujeito que já ocupava o cargo de prefeito, ou mesmo de deputado estadual, ou detinha certo poder e prestígio na localidade. Não se despreza, de forma alguma, a própria empatia que os candidatos conseguiam ter com os eleitores, através dos “meios de comunicação que publicavam sua figura”, fenômeno por vezes subjetivo, difícil de explicar em sua essência. Contudo, ressalta-se que a dimensão pessoal era definidora dos processos eleitorais cearenses.

A esse respeito, vale ratificar que as relações familiares ainda foram de extrema importância para entender a sociedade eleitoral do pós 1945, haja vista a maior parte das fontes consultadas apontarem para elas. Assim, ao tratar da política local, o correligionário dos Chaves, Pergentino Nunes, declara:

Aquela tendência de as famílias pertencerem a determinados partidos políticos [...] fazia com que a Câmara de Vereadores, localizada no distrito sede, fosse composta por representantes tanto do distrito sede como dos demais distritos. No distrito de Tabuleiro do Norte, dois vereadores tinham cadeira cativa no legislativo limoeirense. [...] No distrito de Alto Santo, as lutas políticas eram travadas, de maneira renhida, entre as famílias Machado e Cabó. Chegaram mesmo as lutas corporais, onde foram assinados um membro de cada família, no caso Antônio Cabó e Antônio Machado. Aqueles dois cidadãos engalfinharam-se numa luta corporal, onde ambos perderam a vida. Quando o distrito de Alto Santo ganhou sua autonomia política, a luta entre aquelas famílias continuou, e tanto José Cabó como José Machado ocuparam a prefeitura municipal. (NUNES, 1999, p. 268-269. Grifo meu)

Na entrevista de seu Adatao Chaves, ele também se referiu a esse ponto, declarando que aqueles do PSD, só votavam nos candidatos de sua agremiação, e quem era da UDN, só votava nos candidatos da UDN. Seu Adatao ainda exemplificou essa afirmação ao declarar que havia uma divisão por família, mencionando as emblemáticas divisões familiares por partido. Assim, conclui-se que ainda havia uma ligação pelas famílias. Essas vão se constituir

como critério basilar para a articulação da rede política, onde a ideia de pertencer à determinada estirpe já direcionava predileções para determinado partido.

A entrevistada Nilza Chaves também menciona a questão familiar ao declarar que o fato de seu pai ser amigo de um correligionário dos Chaves, foi importante para que ele se tornasse um eleitor dos candidatos daquela família. Do mesmo modo, eles, como filhos, continuaram votando nos Chaves. Assim, percebe-se que a sociedade eleitoral organizava-se em padrões familiares e pelas divergências, inclusive, entre as famílias. Portanto, o laço familiar foi um requisito forte na conquista de votos, constituindo um construtor de imaginários políticos, tanto em aspectos relativos à positivamente, como em aversões a candidatos.

Portanto, pode-se afirmar que no imaginário dos eleitores, votar nos Chaves, significava ter maior acesso à figura de Franklin. Como os Chaves estavam no poder por tantos anos, entendia-se também que o mais vantajoso era ser eleitor deles. A vitória nos pleitos simbolizava sua força política. Devido a família Chaves transitar por diversos espaços sociais, como a Igreja Católica, serem parcialmente donos da Escola Normal, entre tantos outros, produziram-se impressões nos eleitores do quão conveniente seria votar neles. Desta forma, relação familiar e confiança pessoal mediavam as eleições, assim como os interesses e a ideia que, por meio dessas relações, poder-se-ia conseguir muitos benefícios.

Nesse sentido, é preciso lembrar que o dia do voto era específico, mas ao redor dele construiu-se uma movimentação, as chamadas campanhas eleitorais. Elas foram projetadas de forma intensa e empolgante para que, na chegada do grande dia, a eleição, o sucesso no pleito fosse certo. Por isso, concorda-se com René Rémond quando o mesmo afirma:

A campanha é parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato. Não é apenas a manifestações das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião. Sobretudo, ela modifica a cada dia as intenções e talvez a relação de forças. (RÉMOND, 2003, p. 49)

Na campanha eleitoral, o principal público era o eleitor. Ela foi elaborada para eles, focalizando alcançá-los, conquistá-los. Pela fala dos entrevistados¹¹⁴, pode-se compreender que momentos peculiares na relação política foram os atos das campanhas eleitorais. Os comícios, os “hinos”, além de serem signos que impregnaram o eleitor, como lembra

¹¹⁴ Maria Nilza Silva Chaves, 83 anos; Francisca Martins Lima, 75 anos; Adauto Chaves, 86 anos; Francisca Ita Alexandre, 71 anos.

Francisca Martins Lima, a Salete (que apesar de dizer não recordar de nada, não esqueceu os “hinos” sobre Franklin), permitiram a estes indivíduos experiências únicas, vivenciadas somente naqueles períodos. Ora, nos comícios houve vários momentos que malgrado estar cantando por outro e para outros, o eleitor se sentia como o protagonista, e era isso que tornava o processo político tão envolvente:

Tudo o que eu digo aqui, se não for verdade, é que sempre menina, mulher, mocinha não tá bem por dentro, nós votávamos, **nós gritávamos, nós cantávamos, nós íamos aos comícios era aquela coisa boa, muito bom, [...] era de Franklin Chaves, eu só ia esse, por que minha amizade maior era com os Chaves [...]**¹¹⁵

Essa relação com o adversário tornava o eleitor coparticipante do processo político de uma forma que ele “encarnava” o candidato preferido. Não se pode esquecer que, especialmente nesse trecho, o “lugar social” situa-se no âmbito da relação correligionária, diferentemente de Francisca Martins, que não era correligionária. Assim, pensando os ramos de estratificação social da dimensão política-partidária da sociedade - elite, correligionário e eleitor –, proposto no capítulo anterior, nos eventos de campanhas eleitorais deve ser observado que o correligionário também é um eleitor, contudo com um papel diferente e com um acesso diferenciado, no que diz respeito ao contato com a elite.

Não obstante, nesse período das eleições, melhor dizendo, das campanhas eleitorais, o protagonismo da elite é dividido com os correligionários e os eleitores, todavia em aspectos bastantes diferenciados:

O cabo eleitoral sempre houve porque cada um tem os seus.... O vereador, por exemplo: É um cabo eleitoral natural porque ele vai procurar a eleição dele e de alguém [...] Há dois tipos de relação. Há deputados que não têm voto nenhum, mas tem dinheiro. Estes chegam e dizem: - Eu pago seus votos a razão de tanto por votos apurado [...] Eu nunca comprei voto, nem também nunca vendi. Mas sempre concorri com a minha contribuição para a despesa nos meus maiores colégios. Os demais votos eram sempre de amizade. Este é um voto seguro e por isso é que eu fui eleito sete vezes. Eu nunca deixei de me eleger e podia ainda estar dentro da política, mas eu não quis mais. A gente tem que trabalhar com cuidado e olhar para a frente. O político deve demonstrar ser amigo de todos, e demonstrar ser honesto no que promete. O eleitor gosta do político que quando não pode, diz logo que não pode, não conta conversa, que diz: - eu não posso e acabou-se. Deixe para outra oportunidade. Mas, enganar o eleitor e dizer: Vou arranjar, sem poder! – e o fim.

¹¹⁵ Entrevista realizada em 09/09/2013, com Maria Nilza Silva Chaves, 83 anos – correligionária dos Chaves. Duração: 45 minutos.

Nessa passagem, a narrativa de Franklin Chaves possibilita refletir como se estruturava a “rede política”, ficando clara a correlação das esferas elite, correligionário e eleitor. A ideia desses votos por amizade aparece outra vez, mas Franklin Chaves mais uma vez insere pistas novas de suas “estratégias políticas” para a conquista de votos, trazendo para seu depoimento o quanto ele investia em seus colégios, espaço que era de interesse para os eleitores, contribuindo positivamente para o processo eleitoral.

A fala de Franklin ainda traz para a discussão a figura do cabo eleitoral, e destaca a participação dos vereadores como cabo “natural”. A respeito do cabo eleitoral, figura importante para movimentação anterior ao dia do pleito, sendo central na organização das campanhas políticas, é importante destacar que ele e os correligionários não se encaixariam, necessariamente, no mesmo quadro dos grupos, ou seja, eles não podem ser simplesmente entendidos como sinônimos, como se em todos os grupos eles ocupassem os mesmos lugares, pois nessas relações havia variantes.

A relação correligionária e elite política era mais duradoura, apaixonada, perpassada por uma cultura política, onde esses indivíduos estavam envolvidos por conceberem aspectos socioculturais em comum, enquanto os cabos eleitorais poderiam ser pessoas ligadas aos correligionários, que defendiam a elite política não pelos laços que possuíam com ela, mas devido aos laços que possuíam com os correligionários, ou por interesses próprios, pressupondo as vantagens que tais agentes no poder poderiam ceder a eles.

É importante destacar que todo correligionário era um cabo eleitoral, mas nem todo cabo eleitoral era um correligionário. Uma das diferenças estava impressa na própria relação de ocupar os cargos públicos, já que somente na relação elite e correligionários negociava-se para os exercerem, a exemplo do cargo de prefeito, enquanto o cabo eleitoral que não era o correligionário, não participava destas “transações”. Assim, a relação do cabo eleitoral com a elite política poderia ser mais efêmera.

Envolvida em toda essa trama, a figura de Judite Chaves, sempre recorrente nas fontes, foi articulada pela memória familiar como a pessoa de maior relevância para o sucesso de Franklin Chaves, seu irmão, nos pleitos que disputava o cargo de deputado estadual. Para a memória familiar, Judite Chaves, a irmã de Franklin, era a figura que mais conseguia estes votos por amizade para seu irmão. Até mesmo a memória oposicionista corrobora essa ideia do “poder” de Judite para conseguir votos¹¹⁶, como abordado no primeiro capítulo:

¹¹⁶ Apesar de já ter trazido a figura de Judite Chaves e sua participação na conquista de votos no primeiro capítulo, este trabalho ainda considerou importante discutir mais pausadamente este mote, para que assim

Em todas essas eleições de Franklin Chaves para deputado estadual, dona Judite teve a mais efetiva participação, comandando grande contingente eleitoral para que se efetivasse aquele sucesso. (NUNES, 2006, p. 40)

A contribuição de Judite Chaves para as consecutivas vitórias de seu irmão foi ressaltada pela a maioria dos escritores da obra que a homenageia, incluindo seu sobrinho, Cauby Maia Chaves, que declara:

Em nome e no dos meus irmãos Péricles, Eurípedes, Stênio, Eunides, Peripédias, Luiz e Guaracy, filhos de Franklin Chaves, seu irmão, desejamos expressar neste ensejo, nosso reconhecimento e gratidão pela relevante ajuda de tia Judite nas 7 (sete) eleições para Deputado Estadual do nosso pai, cujo êxito sempre alcançado, contava com a sua efetiva e valiosa participação, seu incansável trabalho, empenho e dedicação **junto ao eleitorado de Limoeiro do Norte e da Zona Jaguaribana**. O nosso pai tinha a maior confiança e admiração por ela. Sempre ressaltava para todos, suas qualidades como pessoa humana. (CHAVES, 2006, p. 51- Grifo meu)

Lembrada como líder “carismática”¹¹⁷, de personalidade forte e como figura central de seu grupo, Judite Chaves é rememorada como a figura que possuía o grande contingente do eleitorado dos Chaves. Ela foi tratada como o ícone do sucesso da família em todos os âmbitos, sendo destaque nas consecutivas vitórias de Franklin como deputado. No depoimento de sua filha, Maria Lenira Saraiva de Castro, fica claro que Judite Chaves não foi primeira dama por causa de Custódio Saraiva, mas sim este foi interventor por causa da família na qual ingressara, demonstrando como, dentro do próprio grupo, a sua figura dela forte, sendo ratificada na produção de uma memória escrita: *Se tantas visitas aconteciam em dias comuns, imaginem no período de eleições. O papai teve que se adaptar aquela [sic] “vida pública”. E até que levou jeito, terminou sendo prefeito de Limoeiro por longos e longos anos, no tempo de Getúlio Vargas.* (CASTRO, 2006, p. 32)

Na memória tanto familiar como oposicionista, Judite foi apresentada como aquela que tinha “um poder sobre os outros”. A diferença é que, na memória familiar, a relação de Judite Chaves com os seus eleitores foi apresentada pelo viés hegemônico, enquanto a

reflexões mais amplas sobre as relações estabelecidas, e até mesmo sobre o regime de representatividade a partir de 1945, possam ser melhor inteligíveis ao leitor.

¹¹⁷ O conceito de carisma de Max Weber foi invocado por intelectuais acadêmicos, com titulação de mestre doutor, que participaram com artigos na obra que homenageia Judite Chaves. Ver Freitas; Oliveira, 2006, p. 19-56. A própria família e os amigos que participaram da obra que comemorou o centenário de nascimento de Judite Chaves também a adjetivam como “carismática”. Esta questão será problematizada nas páginas que se seguirão. Ver Freitas; Oliveira, 2006.

memória oposicionista ressalta os aspectos de coação na relação Judite–eleitorado. Nesse sentido, concorda-se com a reflexão de Huges Portelli (1997, p. 35-36):

Não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação. Não existe realmente, entre a sociedade civil e a política, entre consenso e a força, uma separação orgânica. Um e outro colaboram estreitamente.

A categoria hegemonia¹¹⁸, em seu sentido etimológico, refere-se à ideia de liderança. Mas, com Gramsci o termo adquiriu uma dimensão mais profunda e delimitada, referindo-se a um tipo de dominação específica, já que esta seria admitida. Assim, hegemonia seria a dominação consentida, *especialmente de uma classe social ou nação sobre seus pares*. Para a efetivação desta hegemonia haveria a produção de uma ideologia¹¹⁹, que apresentaria a ordem social vigente como se não perfeita, mas como *a melhor organização social possível. Quanto mais difundida a ideologia, tanto mais sólida a hegemonia e tanto menos necessidade do uso de violência explícita.*¹²⁰

Os Chaves exerceram essa hegemonia? Como Judite Chaves conquistava tantos votos para o seu irmão. Seria o seu “carisma”, no sentido utilizado por Max Weber¹²¹, ou seja, como uma qualidade pessoal extra-cotidiana, em que os que a detêm usufruem de um poder que

¹¹⁸ A respeito dos cuidados quanto a aplicações de categoria como hegemonia, e a própria “crítica” a utilização deste conceito de uma maneira deslocada com a “realidade estudada”, ver Thompson, 1981, p. 57 e 189.

¹¹⁹ *Ideologia no pensamento Marxista (materialismo dialético) é um conjunto de proposições elaborado, na sociedade burguesa, com a finalidade de fazer aparentar os interesses da classe dominante com o interesse coletivo, construindo uma hegemonia daquela classe. Até Gramsci. Althusser foi o primeiro a substituir ‘interesses da classe dominante’ por ‘reprodução [social]’. hegemonia da burguesia ,a reprodução da sociedade [burguesa] ficou identificada com ‘interesses da classe dominante’, ao passo que Althusser devolveu à reprodução social (1971) o status de última instância de análise e interpretação da sociedade, e em particular, do Estado. É só lembrar que a segunda conceituação em última instância, inclui a primeira, visto que ‘interesse da classe dominante’ em última análise, só pode ser a manutenção da ordem estabelecida –vale dizer, reprodução da formação social.* Definição disponível em <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/ideolog-elit/index.html>. Acessado em 05/01/14, às 19:15.

¹²⁰ Disponível em< http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/hegemon/index.html>. Acessado em 05/01/14, às 19:05

¹²¹ Para Weber (1991, p. 161), *Em sua forma genuína, a dominação carismática é de caráter especificamente extracotidiano e representa uma relação social estritamente pessoal, ligada à validade carismática de determinadas qualidades pessoais e à prova destas. Quando esta relação não é puramente efêmera, mas assume o caráter de uma relação permanente — “comunidade” de correligionários, guerreiros ou discípulos, ou associação de partido, ou associação política ou hierocrática — a dominação carismática, que, por assim dizer, somente in statu nascendi existiu em pureza típico-ideal, tem de modificar substancialmente seu caráter: tradicionaliza-se ou racionaliza-se (legaliza-se), ou ambas as coisas, em vários aspectos.* Em outra edição, o conceito de carisma refere-se a: *uma qualidade pessoal considerada extracotidiana e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos, ou então se a toma como pessoa enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como “líder”* (WEBER, 2000, p. 158-159).

conduz a um tipo de dominação, o suficiente para que os outros a escutassem e a respeitassem?

As fontes trazem relatos da forte liderança de Judite Chaves, sendo ela respeitada pelas pessoas de sua comunidade. A memória familiar narra um episódio em que Judite Chaves separa dois homens brigando armados de faca. Segundo sua filha Lirete, enquanto uma multidão somente observava a briga, Judite, por ver que ninguém faria nada:

[...] determinada, avançou, pisou no braço de um dos homens e, segurando sua faca, puxou-a de uma forma que a quebrou. Estupefatos diante daquela mulher, os brigões se levantaram e lhe **obedeceram** quando ela lhes ordenou que parassem coma briga e se ajoelhassem para pedir perdão a Deus. Toda aquela gente ficou estarecida diante da coragem e força moral de Judite, que mesmo se arriscando, dominou os dois homens enfurecidos e ainda os fez ficarem de joelhos e rezarem o Pai Nosso. Terminada a oração, vi lágrimas nos olhos desses homens e mamãe, enlaçando-os, formava com eles um abraço de reconciliação, selando a paz entre esses dois compadres [...] (FEIJÓ, 2006, p. 28-29 – grifo meu)

Remetendo aos recursos narrativos que constroem os heróis, o depoimento da filha de Judite Chaves propõe um enquadramento da memória¹²² em relação a sua mãe como se somente suas “caraterísticas pessoais”¹²³ fossem suficientes para que, supostamente, aqueles homens lhe obedecessem. A dimensão fictícia desse episódio também é algo provável. Nesse sentido, a grande questão é saber qual a razão dessa invenção. Dessa forma, concorda-se com Jô Gondar (2005, p. 23), quando a mesma afirma:

[...] As representações não surgem subitamente no campo social, mas resultam de jogos de força bastante complexos, envolvendo combinações e enfrentamentos que a todo tempo se alteram. Se reduzirmos a memória a um campo de representações, desprezamos as condições processuais de sua produção.

Ao se escrever a “história de um ente querido”, os indivíduos se colocam em um processo de disputas com memórias já existentes, principalmente neste caso, em que já havia

¹²² A expressão “memória enquadra” foi empregada por Henry Roussu, citado por Pollak (1989), onde o primeiro destaca que o fato de múltiplos atores se empenharem em construir narrativas em um determinado momento corresponde a uma pluralidade de olhares em disputa, configurando-se em batalhas intermináveis da memória (BONAFÉ, 2007, p. 334). E, como acrescentou Pollak (1989) na nota 21: *O trabalho político é sem dúvida a expressão mais visível desse trabalho de enquadramento da memória*. Destarte este estudo, semelhante a Bonafé (2007), entende o termo enquadramento como *o olhar que venceu, ou seja, que sobreviveu e se perpetuou (sem nunca se ter tornado estático, até por que isso não seria possível) e que hoje nos faz associar quase automaticamente a imagem do sujeito ou um grupo, a uma determinada postura, posição ou instância que ele se envolveu dentre suas múltiplas atividades*.

¹²³ Ao colocar o termo “características pessoais”, se está querendo focalizar a intenção da autora do trecho, pois se sabe que a própria ideia de moral assim como, o próprio adjetivo corajoso, são categorias sociais, mutáveis, construídas historicamente, sendo remodeladas de acordo com a compreensão de cada sociedade.

outra obra¹²⁴ que, de certa forma, detratava sua mãe, construindo imagens que a comparavam a uma mulher de “cabelo na venta, contendo depoimentos que a descreviam como coronel de saia”. Assim, ela imprime essas imagens de outra forma, tentando ressaltar, o quão carismática, era Judite Chaves, tendo como intuito redirecionar e homogeneizar olhares acerca do passado e fazer prevalecer uma memória da forma mais interessante, para os sujeitos do presente.

Entretanto, admitindo-se que nesta inventividade haja caracteres sobre um ocorrido, contudo sem tantos “enfeites”, se torna interessante pensar como Judite foi se construindo como a mulher cristã católica, em uma sociedade extremamente ligada ao catolicismo, principalmente após chegada de seu bispo. A temporalidade em que este episódio aconteceu à filha de Judite não deixou claro, o que ela deixou claro, era que este dia era de eleição *e os partidos políticos, como de costume, ofereciam almoço para os seus eleitores* (FEIJÓ, 2006, p. 28-29), o que ratifica mais uma vez o quanto a pessoalidade, era um forte princípio desta cultura política que mediava toda a experiência vivenciada por eleitores e candidatos. A questão é que em uma comunidade extremamente católica, o que Judite Chaves realizou a configuraria como exemplo de mulher¹²⁵, de cristã, imprimindo legitimidades aos seus pedidos de votos. O que não se pode esquecer é que era melhor ser amigo de Judite Chaves do que ignorá-la ou ser inimigo:

Toda a minha vida foi marcada pelo forte desejo de mergulhar no mundo do conhecimento. No entanto, o acesso a esse mundo me parecia impossível, dadas a distância do meu local de morada para a escola e as condições sociais e econômicas em que nasci. Os laços familiares e políticos dos meus pais com tia Judite, como

¹²⁴ A obra referida é a de Lauro de Oliveira Lima, *Na ribeira do Rio das Onças*, publicada em 1997. Lauro de Oliveira, como descendente dos oposicionistas da família Chaves, ao se reportar à família, escreve como se os estivesse denunciando.

¹²⁵ A figura de Judite é tão emblemática que fomentaria uma discussão acerca das relações de gênero. Parece ser ela uma exceção pelo fato de ocupar e frequentar espaços “convencionalmente” ocupados pela figura do homem. Ao que parece o fato de Judite Chaves ser “mulher” não a impediu, de se constituir em ambientes predominantemente masculinos. Mas será que o fato de Judite ser mulher e trilhar por estes espaços excluía a relação conflituosa no que concerna aos “conhecidos” papéis sociais do “homem e da mulher”? É interessante ressaltar que apesar de Judite Chaves ter se construído como uma mulher engajada nas ações da Igreja Católica, ela não “obedeceu” os conselhos de seu primeiro bispo Dom Aureliano Matos proferido na sua sagração no que concerne ao papel da mulher estar conectado prioritariamente ao lar. Na época a forte atuação política de Judite, bem como sua movimentação social foram o que mais marcaram a própria memória familiar, já que na memória fica o que significa e esta ressignifica o que fica como lembra (ALBUQUERQUE JR., 2007). Deste modo, para a família a “atuação pública” de Judite Chaves assumiu um caráter de maior relevância, sendo sua atuação como dona de casa algo secundário: *Não obstante a atividade que exercia no Cartório, na política, no social e religioso, ainda se dedicava a fazer guloseimas (biscoitos, doces, rabanadas) para sua família; além das flores e de outros artefatos de decoração que confeccionava para ornar sua casa, a Escola Normal e a Igreja.* (FREITAS, 2006, p. 92). Note que por esta colocação da autora, o “extraordinário” não era as atividades públicas, mas o fato de mesmo exercendo estas atividades ela ainda se dedicar aos afazeres domésticos, tendo-se portanto, uma inversão dos valores Católicos, soando assim esta dimensão como contraditório já que Judite foi descrita como *Católica fervorosa*. (FREITAS, 2006, p. 90)

costumávamos chama-la, fizeram com que ela viesse a me conhecer e, esse fato representou para mim um farol que iluminou minha caminhada. Conhecendo-nos, identificou em mim o desejo de estudar e, sem perda de tempo, fez com que meus pais, permitissem que fosse morar na sua casa, em Limoeiro do Norte, para dar continuidade aos estudos no Colégio Diocesano. (AMARAL, 2006, p.79)

O poder ao qual Judite Chaves exercia não era somente devido ao seu “carisma” no sentido subjetivo ressaltado por Weber, isto é, apenas no âmbito de serem relações sociais mediadas por suas características pessoais como simpatia ou *forte caráter de sua personalidade* (BEZERRA, 2006, p.64) aos quais a memória articulou. Este poder era palpável, pois efetivamente ela era o elo para as oportunidades na comunidade desde a década de 1930:

Remonta da década de 1930, o meu relacionamento com dona Judite. Órfã de pai aos quinze anos (éramos dez irmãos), com necessidades básicas de sobrevivência, aceitei durante dois anos lecionar no sítio Ilha, para uma sala de aula polivalente com sessenta alunos. Quando quiseram me transferir para outra cidade, minha mãe não concordou. Perdi o emprego. Dona Judite tomou conhecimento disso, chamou-me e propôs-me trabalhar com ela na Liga Eleitoral Católica – LEC, instituição com característica política-religiosa, informando-me no entanto, que não havia verba para me pagar. Teria eu a incumbência de fazer com que os eleitores aprendessem a escrita da frase – “ **Recebi o processo**”- até seu domínio completo, sem margem de erro; isto porque, o eleitor deveria no dia da eleição, escrevê-la corretamente. Não poderia ele colocar nenhuma letra errada, pois o voto seria nulo. Em contrapartida, dar-me -ia refeição completa, [...] e, se, fosse ela vitoriosa na eleição, uma vaga no Cartório do 2º Ofício, cujo Tabelião seria seu primo Jayme Leonel Chaves, estaria para mim assegurada. [...] Ganhou a eleição e eu fui indicada para o Cartório [...] (OLIVEIRA, 2006, p.85 – grifo meu)

A partir de 1945, a atuação de Judite Chaves em prol a eleger seus candidatos se intensifica, tendo em vista, o retorno do fenômeno eleitoral, já que eles tiveram o poder local durante oito anos, no regime ditatorial. Ela, juntamente com seu pai e Franklin não queriam que sua família perdesse o poder e “ofereceram” a Limoeiro do Norte bem como a seus distritos a oportunidade de terem um deputado. Os supostos benefícios para o povo de Limoeiro do Norte pode-se inferir que eram constantemente nomeados, já que desde a década de 1930 ela construiu uma política baseada nestes favoritismos.

O respeito que se vai a ter a Judite Chaves não são somente por seus atributos pessoais, por seu carisma, no sentido de um subjetivismo exacerbado das qualidades pessoais exercidas no cotidiano, mas principalmente por seus atributos sociais, por aquilo que ela representava naquela sociedade, pelo o poder que ela detinha. É por isso também, que os homens que estavam brigando pararam, ao serem surpreendidos por sua figura. Pode-se

pensar que a figura de uma “mulher exemplar de cristianismo” integrava a percepção comunitária, no que diz respeito a Judite Chaves.

Portanto, ao pedir a aqueles homens para que parassem a confusão, deve-se entender que esta dimensão do imaterial, da fé, estavam presentes, mas pode-se afirmar que não seria qualquer mulher religiosa, que tivesse uma respeitabilidade social considerável pelo exercício da fé católica no período, que supostamente avançando na tentativa de separar aquela briga não teria sido agredida e, muito menos teria tido seu pedido atendido por aqueles homens. Contudo, esta mulher não era qualquer mulher.

Era Judite Chaves quem mandava no cartório, seja por exercer o cargo de tabeliã¹²⁶ ou pelo fato de o mesmo pertencer a sua família. Assim, não atendê-la poderia dificultar certos favores com ela ou por meio dela, já que também em sua casa se hospedavam grandes figuras políticas e eclesiásticas. É certo que o poder que a família Chaves detinha dentro daquela sociedade intimidava e a maneira de Judite se apresentar, imprimia sujeições. Assim, afirma-se que a ideia de tradição familiar, ou seja, a família a quem Judite pertencia geravam todo um respeito social, isto por que desde Serafim Tolentino esta família era a detentora de cargos institucionais, importantes socialmente.

Deste modo, foram as junções destes atributos sociais emoldurados por uma cultura política que tinha por características o fato da pessoalidade, um comprometimento gerenciado pelas afetividades, estabelecida pela palavra do indivíduo, pela fidelidade, mesclada com a gratidão dos favores que se rearranjaram para a conquista de votos e consequentemente para as reeleições. Assim, através da figura de Judite Chaves, que também remetia associações, a figura de mãe, de serva de Deus, e as suas características pessoais, qualificadas socialmente como positivas, é que ela gerenciava todo este processo em torno das eleições tanto para cargos de âmbito “local”, como “estadual” e “nacional”.

Ao se colocar que a conquista de votos se dava também pelas atribuições sociais de Judite, ou seja, por aquilo que ela e sua família representavam no que concerne ao poder institucional, de cargos públicos, privados, beneficentes, não se está desprezando o elemento subjetivo, e pessoal, até mesmo por que o que se está discutindo aqui é justamente uma política que possui uma cultura política que consistia na afeição pessoal, dos laços de gratidão, todavia estes elementos pessoais não foram os únicos, os exclusivos definidores para este contingente de votos que Judite conquistava:

¹²⁶ A partir de 1939, Judite passou a ser tabeliã, supostamente por um concurso. (FEIJÓ, 2006, p. 29). Contudo sabe-se que o cartório era um cargo hereditário.

Ao longo do tempo, pude testemunhar que ela via uma missão a cumprir, com muito zelo, em todas as formas de participação: como esposa, mãe, avó, irmã, tia, comadre, amiga, política ou no desempenho profissional. Entre outras, destacava-se pelas convicções políticas, impregnada de extrema sensibilidade à dinamização **deste tipo de liderança, formando em torno de si um grupo fidedigno e leal**. Vivenciei no cotidiano a sedução que exercia sobre ela, a política partidária. Nas reuniões de negociações políticas, observava como a tia se mantinha disciplinada, muito atenta, e consciente, como se caracterizava uma boa ouvinte. Posteriormente, mãos – a – obra. **Passava muito tempo catalogando os eleitores dos seus candidatos em muitas e muitas folhas de papel almaço; no dia da eleição, recebiam dela a cópia da chapa para levar a urna**. Era assim com minha mãe, cabo eleitoral do PSD, contrária ao meu pai que fazia igual papel, na UDN. Até essa negociação entre meus pais, opostos nos partidos políticos ela compreendia e falava: “Pode deixar compadre; só não faça oposição a Lucinda, que vai trabalhar para mim”. **Mas, o que me deixava estarecida era que após a apuração do pleito eleitoral, lá estava o número exato de votos que ela previra na sua catalogação para cada urna, para seu irmão Franklin Chaves (deputado), o candidato a Prefeito e até vereadores**. Erigida para ser **líder política (no estilo da época)** estava sempre ligada, mas demonstrava claramente que tudo que realizava com amor; igualmente, comportava-se com **seus afilhados, agregados e / ou comadres**, em toda sua área de ação, atendendo às mensagens de sua percepção. **Polivalente em atitudes, cativava a todos nesse seu afã de servir**. (OLIVEIRA, 2006, p. 111- grifos meus)

A autora, que possui a preocupação de salientar que Judite Chaves era uma líder política ao estilo de sua época, alude ao “controle” que essa tinha sobre os votantes, sabendo o número exato de seus eleitores. Esse “controle” foi estabelecido ao longo dos anos, por meio dos supostos favores à população, sempre lembrando que estes “pagos” também pelos descendentes dos favorecidos aos descendentes dos Chaves. Assim, o que Serafim Tolentino possa ter feito para uma determinada família, também comprometia os votos dos descendentes dela, pela lógica da gratidão, como já enunciado.

Contudo, a queda da ditadura Vargas poderia implicar também na queda de seus representantes no âmbito local, já que eles ficariam associados a este regime. Deste modo, a partir de 1945 haveria uma maior preocupação em manter esse controle, por isso Judite listava todos que se comprometiam a votar em seus candidatos. Pode-se ainda refletir que o fato dessa listagem, ou seja, de ela escrever o nome dos votantes, era uma medida inibidora, pois muitos de seus eleitores tinham conhecimento dessa lista, estabelecendo, portanto, para os envolvidos, um sentimento de seriedade quanto àquele compromisso, devido a inserção dessa dimensão da escrita, algo que, para Limoeiro do Norte, era inacessível para muitos.

E por que, supostamente, não havia traições? Devido às dimensões culturais que produziam sentidos e legitimidades a todo processo eleitoral, que repercutiam em benefícios muito além da época eleitoral. Ainda se pode refletir que uma maioria estaria convencida que o grupo Chaves era o melhor para a localidade. Nesse sentido, a ideia de hegemonia do marxista italiano Antonio Gramsci é importante para a compreensão dessas relações, tendo

em vista que *a classe dominante não governava pela força (ou de qualquer modo não só pela força), mas pela persuasão. A persuasão era indireta: as classes subordinadas aprendiam a enxergar a sociedade pelos olhos dos governantes graças [...] a sua posição no sistema.* (BURKE, 2002, p. 122).

Todavia, ainda se deve pensar que o poder institucional detido pelo grupo Chaves era um elemento de coerção indireto para aqueles que não compartilhavam desse poder, no caso os eleitores. A oposição era uma exceção, porque ela queria esse poder, e não somente migalhas dele. Os eleitores queriam, sim, estar ao lado daqueles que lhes proporcionariam os benefícios e, nesse sentido, os Chaves, devido aos mais variados cargos institucionais, configuravam a melhor opção. Assim, se por um lado havia uma hegemonia em torno principalmente de Judite Chaves, por outro havia uma coerção subtendida, graças às lideranças institucionais que ela e sua família ocupavam. Desse modo, deter o poder institucional pode ser visto como um mecanismo de coerção que favoreceu as vitórias nos pleitos, bem como um fator que motivou os sujeitos sociais a votarem neles e em quem eles apoiavam.

O fato era que tanto Judite e seu grupo, assim como a oposição, tinham atitudes preventivas, buscando fortalecer as estratégias para a permanência e ou conquista ao poder. Assim, a partir de 1945, esse controle, em relação ao número de votantes, era ratificado no período de campanhas eleitorais, por meio de concentrações com os correligionários e comícios com uma maior massa. Ao interrogar seu Aduauto Chaves, correligionário dos Oliveira, acerca da presença de Judite, ou seja, se ela frequentava os comícios, se ela pedia voto para Franklin Chaves, em São João do Jaguaribe, antigo distrito de Limoeiro do Norte, a esposa dele, a senhora Marieta, interfere e declara:

Havia comícios, concentrações, reuniões tinham os comitês dos partidos políticos, naquela época, como ainda existe, né? [...] Vinha, [referindo-se a Judite] os comícios na frente de Celso Chaves, nesse tempo Maria Vitalina, era psdista, Noeme Chaves psdista, um pessoal muito forte psdista. Os Udenista era o povo do São Bento [...] Andava muito, [referindo-se a Judite] o ponto dela era Raimundo Guerreiro, filha de Chico Guerreiro, Chiquinho Rodrigues, Celso Chaves, Valdemar Chaves, que era do PSD, né? Agora eles vinham para a casa do pessoal do PSD. Cada um procurava o seu lado político e isso era em tudo que se fosse fazer naquela época. Se agente fosse fazer um negócio, por exemplo, comprar uma propriedade, agente ia consultar os amigos do partido, se tinha futuro comprar aquela propriedade essa coisa, né, agente tinha realmente muita amizade. [Quando interrogada para quem Judite pedia votos] [...] Para Franklin e para os governadores e para vereadores, por que nós

éramos distritos de limoeiro, ela pedia voto para o partido dela, os candidatos do partido dela [...] Muito, muito popular, era muito simpática dona Judite [...] ¹²⁷

É necessário lembrar que também os Chaves vão adquirir votos por causa de seus correligionários e cabos eleitorais, isto é, Valdemar Chaves, Noeme Chaves e tantos outros citados neste trecho, e que foram também ponte importante, pois Judite Chaves não conseguiria abordar todas as pessoas. Portanto, houve votantes que votaram nos Chaves, não essencialmente por eles, mas pelos correligionário que pediram. Assim, pelo correligionário e por entenderem ser vantajoso, essas pessoas votaram nos Chaves, como foi enunciado no início deste tópico, através da fala da entrevistada Nilza. O último trecho da citação também é importante porque a participação de Judite Chaves, pedindo votos para seus candidatos, para seu partido, ilustra o regime de representatividade do Brasil, no sentido de como é feita a eleição, do prefeito ao Presidente da República, tendo, portanto, na política local e na figura das elites locais e seus correligionários, o motor da política brasileira:

Assim, no plano local, diferentes facções políticas disputam o poder. Segundo a caracterização de Nunes Leal, eleições locais são “renhidas” e mais “verdadeiras” que as estaduais e nacionais: “As eleições municipais constituem peijas tão aguerridas em nosso país, justamente porque é pela comprovação de possuir a maioria do eleitorado no município que qualquer facção local mais se credencia às preferências da situação estadual”. (LIMONGI, 2012, p.48)

O debate em torno da cultura política que envolvia as elites políticas locais e os seus eleitores na pós-ditadura Vargas permite tecer algumas considerações singelas para as discussões acerca do regime democrático após este período. Os anos de 1930, em especial de 1937 a 1945 houve momento peculiar, no sentido das análises e elementos explicativos da e na História Brasileira, acerca desse mote, devido o advento da ditadura Vargasista. Nesse raciocínio, seria plausível inferir que, a partir de 1946, haveria um recomeço na História Política Brasileira, especialmente na cearense? Sob muitas perspectivas, impossíveis até de dar conta, logicamente que sim. E o eleitor? Qual seria o seu papel nessa configuração pós-1945, que trouxe a ideia de uma “experiência democrática”? O que esta pesquisa constatou já foi, de certa maneira, enunciado nas páginas anteriores.

¹²⁷ Entrevista realizada em 11/09/2013, com José Adatao Chaves, 86 anos, adversário político dos Chaves. Duração: 01:07 (uma hora e sete minutos). Essas declarações são de sua esposa, que estava assistindo à televisão, mas em alguns momentos interrompia e intervinha no depoimento de seu esposo. Lembrando que eles eram correligionários da oposição, ou seja, dos Oliveira.

Contudo, para Fernando Limongi, por exemplo, houve uma ruptura em 1945, pois as eleições passaram a possuir um teor de competitividade, podendo o governo *vir a ser derrotado nas urnas* (LIMONGI, 2012, p. 38). Portanto, *a eleição de 1945 funcionaria como divisor de águas, o período em que eleições não eram e o em que se tornaram competitivas* (LIMONGI, 2012, p. 38). Dessa forma, para o autor, 1945 trouxe *uma mudança na natureza do processo eleitoral*, devido ao fato de o governo ter perdido o controle, *que sempre tivera, já que direta ou indiretamente governantes foram eleitos por mais de cem anos, de 1822 até 1930*, sob esse processo. (LIMONGI, 2012, p.37)

Fernando Limongi (2012, p. 63) ainda declarou o seu incômodo no que concerne à tendência dos estudos estabelecerem uma continuidade entre Estado Novo *e a democracia nascente*, negligenciando, portanto, a ruptura “instaurada”. Outros historiadores, como José Murilo de Carvalho (2004), vão declarar o quanto é difícil reconhecer que foi neste período que o Brasil obteve sua primeira experiência democrática. Dentre os argumentos que integram essa abordagem da “continuidade” ao invés da “ruptura”, constam os “fatos” de, no governo Dutra, ainda haver perseguições ao partido comunista e repressões ao movimento operário. Além disso, essa experiência democrática também é posta em questão quando se analisa que os analfabetos não tinham direito de votar, apesar haver *uma ampliação do direito ao voto no Brasil nessa época*. (FERREIRA, 2010)

Sob a ótica cultural, pode-se dizer que não houve uma “mudança vultosa” do pensamento, do sentimento, tanto de eleitores como de candidatos, ou seja, não houve uma mudança considerável na dimensão cultural, na cultura política dos envolvidos, ao se relacionar com o processo eleitoral. É lógico que houve algumas variações neste âmbito, até mesmo porque, ao analisar o lócus cultural de um grupo, de uma sociedade, se perceberá que este não foi estático, mas sim dinâmico, pois cultura é sinônimo de movimento. Não obstante, a presença desses elementos é tão forte, que turva as evidências dessas “rupturas”. Contudo, não se está aqui questionando essa possível “ruptura”, até mesmo porque é um termo que, por vezes, simplifica e esvazia as complexidades dos processos históricos; mas se está enfatizando, principalmente, uma esfera, no caso a político-cultural, que possui como pressuposto, uma delimitação do foco das possíveis compreensões dessas relações.

Não se nega aqui que no período de 1946 a 1964 os brasileiros tenham vivenciado o que inúmeros historiadores denominaram de experiência democrática¹²⁸. Como afirma o Jorge Ferreira (2010):

¹²⁸ Até mesmo porque, como coloca o próprio Jorge Ferreira, [...] *a democracia [...] é conquistada, ampliada e "inventada", no dizer de Claude Lefort. A democracia resulta de demandas da própria sociedade, de seus*

Em dezembro de 1945, o eleitorado brasileiro foi às urnas e, pelo voto secreto e sob a fiscalização do Poder Judiciário, elegeu o presidente da República, deputados federais e senadores. A eleição é considerada a primeira efetivamente democrática ocorrida no Brasil [...] os estudos demonstram que, naquele período, se fortaleceram os vínculos programáticos e ideológicos entre os partidos e o eleitorado.

Como o próprio autor lembra, as eleições de 1933 já tinham estabelecido a Assembleia Nacional Constituinte, sendo, neste litígio, instituído o voto secreto e a Justiça Eleitoral. Além disso, as mulheres conquistaram o direito ao voto. Não obstante, tais ações de caráter democrático foram suprimidas pelo advento do Estado Novo. Assim, o período de 1945 a 1964 é retratado como o primeiro do exercício democrático, dentre outros fatores pelo cunho de competitividade das eleições, como proferido por Limongi, também destacado por Ferreira, bem como pelos “novos moldes” do processo político eleitoral salientado por Ângela de Castro Gomes¹²⁹.

Judite Chaves ao falar sobre o “estilo” de política que ela e seu grupo vivenciaram, declara:

Quem era de um partido, era mesmo, não tinha esse negócio de ser escondido e não tinha esse negócio de compra, não tinha esse negócio de dinheiro no meio. Os amigos chegavam: “Meu nome é fulano, sou do PSD, pode botar aí meu voto”. Era assim naquele tempo [antes do Estado Novo, entre 1932 e 1935]¹³⁰. A gente mandava cartas para aqueles eleitores amigos e cada chefe daqueles – a gente chamava chefe os donos do sítio que tinham operários, que tinham amigos no lugarejo, no distrito [...] era longe, era uma dificuldade ir até lá, então se arregimentava os eleitores. [...] Era só inscrever arregimentava-se a turma e marcava-se o dia das eleições. Não tinha esse negócio de comício. Depois foi que vieram os comícios. Antes eram os compadres que, recebendo as ordens, vinham até a pé. Lembro que ganhamos uma eleição por 16 votos, porque o carro que vinha trazendo os eleitores quebrou e atolou no rio. A eleição foi ganha com os votos desses velhos. E quando o prefeito assumia, todos os funcionários eram demitidos. O prefeito tomava posse num dia, no outro começavam as demissões. Mudavam-se os funcionários da prefeitura, só não mudavam os do cartório, que era um bem de raiz, vinha por herança. (CHAVES, *apud* PINHEIRO, 2006, p.58)¹³¹

Não obstante as confluências de tempo presentes na narração de Judite Chaves, esse trecho é significativo, pois possibilita entender como ocorriam as relações entre ela e seus

conflitos e contradições, inventando e reinventando suas práticas e instituições. O mesmo autor procurou problematizar a própria historicidade desta desqualificação da experiência democrática, desse período, ressaltando que [...] *os ataques ao regime da Carta de 1946 tomaram força com o golpe civil-militar que, em 1964, encerrou aquela experiência democrática* [...]. Tanto Ferreira e Limongi chegam à conclusão que tantas desqualificações desse período se dão por falta, também, de pesquisas mais aprofundadas. Ver Ferreira, 2010 e Limongi, 2012.

¹²⁹ Ver Gomes, 2006.

¹³⁰ Destaque do entrevistador, Daniel Pinheiro.

¹³¹ Essa declaração de Judite Chaves foi dada a Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro, arquiteto, professor e doutor em Sociologia, como forma de entrevista, sendo uma fonte para que ele compusesse seu texto dissertativo.

eleitores. A grande questão é, até que ponto essa relação com os compadres se esvaiu, na pós-ditadura Vargas? Tudo leva a crer, baseado nos depoimentos dos correligionários do atual município de São João do Jaguaribe, que essas relações, nessa modalidade de compadre, sobreviveram revestidas de outras lógicas, mas prevalecendo, sobretudo, esse teor de amizade da elite com os donos de terras.

Contudo, a terra, nesse período, deveria estar em um processo de desvalorização, já que Dom Aureliano Matos, o primeiro bispo, discursa contra a migração que ocorria para o espaço urbano, em especial para fora de Limoeiro do Norte. Na declaração de Judite Chaves, ela fala dos comícios. Estes sim, podem ser pensados como um elemento diferenciador na composição dessa experiência democrática, por ter provável influência em uma ou outra opinião que não estivesse engajada nas rixas familiares, e por acirrar a competitividade, algo que credencia esse período ao caráter de democrático.

O que se observou neste estudo de política local, é que esta ainda estava muito marcada pelas disputas familiares. Houve, sim, uma intensificação do fator competitividade¹³², como salienta Limongi, mas se dava, no caso dos sujeitos estudados, principalmente pelas disputas familiares que já remetiam “aos dias da Primeira República”, quando a oposição dos partidos só foi instrumentalizada para acirrar, e cada vez mais ratificar, as desavenças familiares. Logicamente, para a família que não estava no poder, como os Oliveira, viram no fim da ditadura a chance de que os Chaves, finalmente, perdessem a prefeitura.

Assim, a instalação dos partidos, enquanto simbolizava um possível período de instabilidade, de perda do poder para os Chaves, para os Oliveira “representava” chance de “mudanças”. Contudo, a identificação de partido e eleitorado foi totalmente mediada por estas disputas familiares, onde essas questões ideológicas, como aponta a historiografia em geral, estavam perpassadas muito mais por concepções construídas dentro do próprio grupo familiar, (ou devido aos laços de afetividades que determinados sujeitos construíram com esses grupos), do que uma identificação com as propostas do partido.

Quando Judite Chaves, Adauto Chaves declaram que *quem era de um partido era mesmo*, estavam se referindo a fortes laços de comprometimento pessoal com os líderes dos

¹³² No contexto político, Limoeiro se alinhava às novas formas da redemocratização do país, instalando, em 1945, os partidos: União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrata (PSD). Em 1946, Limoeiro do Norte elegeu dois representantes para a Câmara dos Deputados Estaduais: Franklin Gondim Chaves e Manuel de Castro Filho. [...] Inicia-se em Limoeiro um período de lutas políticas com seus grandes comícios, paródias, versos. (FREITAS; OLIVEIRA, 1997, p. 138 e 161)

partidos, no âmbito local. Eles estavam mencionando aquilo que hoje se entende por uma cultura política que atuou com variações e ressignificações, desde os primeiros anos de República, mas que ligavam fortemente as relações entre os atores sociais. A terra pode não ser mais o elemento fundamental, mas as relações que se envolveram em torno dela formaram redes políticas perpassadas de cumplicidade.

Destarte, o que prevaleceu foram mecanismos de “dominação política”, *Antes eram os compadres que, recebendo as ordens, vinham até a pé*. O que se quer dizer é que foi tomando como referência essas relações de “compadres”, que os sujeitos sociais aderiam, ou não, a determinado partido. O que aqui se está afirmando não é a existência de um coronelismo, de forma alguma. Mas, havia ainda uma política muito marcada pelas fragilidades de uma democracia, que tinha por parâmetros um sistema simbólico que em muito traduzia fidelidade aos chefes locais, devido não somente a seus atributos pessoais, mas também ao poder sociocultural, em especial institucional, que eles exerciam dentro do município:

A política era o seu xodó. Muitos até afirmavam que sua residência era o QG¹³³ do Partido Social Democrático – PSD. Organizados sob seus cuidados, os comício saíam da frente de sua casa. A vibração e o rebuliço tomavam conta dos pessedistas, que entoavam as paródias criadas e ensaiadas na morada dos Chaves Saraiva. Dia de eleição, mal o sol raiava, já estavam todos de pé. Lá fora, caminhões chegavam trazendo os primeiros eleitores, que vinham de vários setores; tudo pronto para recebe-los: mesas na sala de entrada com pessoas encarregadas de orientá-los no bom uso das chapas eleitorais; uma equipe bem instruída assumia a tarefa de levá-los até as seções e voltar com os mesmos para os carros. A essa altura, Marina já tinha feito vários bules de café; Bibia (Maria Roberto de Jesus) no fogão a lenha, apressava-se em cozinhar o farto almoço. Terminada a eleição, depois que as urnas já estavam nos correios, as pessoas faziam uma grande roda na calçada do casarão e, ficavam até tarde a fofocar. Acompanhava ela, passo a passo, a apuração. Se seu partido ganhasse, comemorava; se perdesse, dizia que já estava pronta para próxima. Reconhecia e respeitava toda autoridade constituída, principalmente, alguém eleito pelo voto popular. (FREITAS, 2006, p.91)

O dia de eleição, antes de tudo, era um dia quando a casa de Judite Chaves e Custódio Saraiva tornava-se um espaço de sociabilidade, sobretudo para as camadas mais pobres. Ao trazer os eleitores para dentro da casa, oferecendo almoço, Judite estava procurando estimular a noção de que seus eleitores eram pessoas íntimas, e que eles teriam acesso, no momento que precisassem recorrer ao grupo político. Judite Chaves foi extremamente importante para a vitória de seu grupo, justamente porque era ela que articulava tão bem essa política baseada na ideia de pessoalidade, de confiança, onde a noção para administrar o público estava completamente ligada ao aspecto qualitativo de “ser uma pessoa de bem”, simpática,

¹³³ Esta sigla provavelmente refere-se à expressão Quartel General.

expressiva na comunidade. Eram estes os requisitos que, primordialmente, um candidato que almejasse o poder deveria ter, segundo os entrevistados.

Não é preciso destacar que essas instruções que, citadas no fragmento acima, serviam para que os eleitores que não sabiam ler de forma alguma, não errassem o voto. Aquilo que se entende na contemporaneidade como “boca de urna”, não possui esse aspecto no período. O eleitor se sentirá cuidado e será tratado como alguém muito próximo à família. Lógico que o eleitor não era ingênuo, pois sabia que no dia da eleição ele era tratado de uma forma diferente, tendo um acesso especial ao que, para muitos, seria um “banquete da elite política”, e ainda não seria qualquer banquete, pois este era oferecido especialmente para eles. Assim, os eleitores, também como sujeitos sociais desse processo, procuravam usufruir ao máximo, em todos os aspectos, dos benefícios e “regalias” disponíveis e ofertadas no período eleitoral.

Nesse sentido, pode-se dizer que estes “atributos pessoais” foram instrumentalizados como parâmetro para as decisões sociais relativas às eleições, no que concerne à conquista daqueles que não incorporavam o grupo da elite, nem dos seus correligionários ou de seus eleitores já conquistados. Assim, pode-se inferir que, para este outro público de eleitores, bem como para os eleitores já conquistados, esta senhora respeitável, símbolo de cristã católica no que diz respeito às “boas obras”, simpática, entoando a imagem de mãe, possuía, dentro daquela comunidade, um respaldo social que foi fundamental para a manutenção de sua família no poder. Não obstante, o que se quer ratificar é que se ela não tivesse o sobrenome imbuído de prestígio e poder institucional, não teria, aos olhos de seus contemporâneos, esta imagem sacra. Assim, mais do que estes “atributos pessoais”, foram as “atribuições sociais” os principais definidores do processo político-eleitoral.

3.2 Da perda do poder local ao “Partido da Revolução”: o ápice da trajetória da elite política no estado do Ceará.

Nesta fase da discussão, em que se destacou mais pausadamente como o poder da elite política, em especial traduzido na figura de Judite Chaves, expressava-se, parece até contraditório adentrar na perda do poder local destes atores sociais. Contudo, essa perda aconteceu, mesmo que só por alguns anos, e através dela se estabelecerão mais algumas apreciações acerca dessa cultura política, que era gerenciadora das escolhas dos sujeitos sociais em especial, nos processos políticos eleitorais:

A administração Mixico Nonato sofreu um grande acidente de percurso, marcada pela seca que se abateu sobre a região de 1952. [...] Levas de famintos rondavam a cidade [...]. O prefeito agiu com eficiência junto ao governador Raul Barbosa e ao DNOCS [...] aconteceu o que não se esperava: uma onda de agitadores [...] arrombara e saqueara o armazém onde estava guardada a mercadoria que seria distribuída com os flagelados. [...] Aquele episódio de selvageria, foi muito explorado pelos integrantes locais da UDN, acusando criminosamente o prefeito Mixico de não querer assistir os flagelados da seca. Um outro fator condicionante da perda da hegemonia política do PSD em Limoeiro, foi o lançamento das candidaturas a prefeito municipal. Enquanto a UDN lançou o nome do vereador Sabino Roberto de Freitas, homem popular, **que gozava de grande respeito político e boas amizades** em todo o município, pelas suas virtudes pessoais, o PSD lançou o tabelião Jaime Leonel Chaves, homem culto, de vastos conhecimentos forenses, mas sem nenhuma base popular [...] O resultado do pleito foi a flagorosa [sic] derrota do Partido Social Democrático, até então majoritário no município. [...] Para as eleições de três de outubro de 1954, o PSD ficou dividido. A Ala dirigida pelo ex-prefeito Estevam Remígio de Freitas, fundou o PSP, Partido Social Progressista [...]. O PSP, recém formado em Limoeiro, firmou coligação com a UDN em torno da candidatura Sabino Roberto de Freitas para prefeito municipal. Aquela composição política no âmbito municipal, colaborou em muito para a ascensão da UDN, bem como para a queda do Partido Social Democrático. [...] (NUNES, 1999, p. 276-278)

A narrativa do trecho acima, expressa as explicações dadas pelo correligionário Antonio Pergentino Nunes para a perda de seu partido, o PSD, e consequentemente da elite política limoeirense, os Chaves, em relação ao poder local nas eleições de 1954. O que é interessante observar é que o candidato que venceu a elite política o conseguiu devido a essa noção de ser um indivíduo de boas amizades, ratificando a importância dessa dimensão na política em questão. O não dito também é interessante, pois, sobre a referida eleição, este correligionário, tão devoto à sua “chefe política”, silencia a participação da mesma, consequentemente, na derrota. Contudo, a grande questão é: o que fez a elite política perder?

Pela declaração de Pergentino, pode-se afirmar que, de certa forma, foram as mesmas noções que a faziam ganhar. A elite política teve um adversário que possuía atributos pessoais que eram bem quistos socialmente, como também contava com uma trajetória de quase dez anos, haja visto Sabino Roberto, a partir de 1945, exercer o cargo de vereador. Dessa forma, o candidato da oposição detinha certas “atribuições sociais” que possibilitavam cumprir promessas ao eleitorado. Esse mesmo eleitorado entendia que o cargo de prefeito ampliaria o seu poder. Assim, como já foi dito, os eleitores não votavam somente porque o indivíduo era do agrado deles e somente pela amizade, mas também porque este já contava algum cargo ou recurso, fazendo-os entender que ter aquele indivíduo no poder seria vantajoso.

Ainda deve-se entender que o grupo da elite também estava abalado. Um correligionário havia rompido. Mesmo a elite política tendo apoiado a ascensão de Estevão Remígio ao cargo de prefeito, este traiu a elite e filiou-se a outra agremiação e, pior, através

do mecanismo das coligações, o antigo correligionário passou a ser opositor.¹³⁴ É importante compreender que a perda de um correligionário, em qualquer âmbito da política, seja ela em eleições locais, estaduais ou nacionais, pode ser algo extremamente significativo. O que determina essa significação é a quantia de eleitores que aquele correligionário agregava para o grupo ao qual ele era fiel.

Diferentemente da perda, por exemplo, do cabo eleitoral, que, ao sair do grupo não leva os eleitores consigo, pois ele conquistava votos para a elite, utilizando basicamente o pressuposto do interesse, ou seja, o que o eleitor poderia ganhar se a elite estivesse no poder. Os eleitores que votavam na elite por intermédio dos correligionários, não o faziam somente pelo princípio da vantagem, mas também pela amizade ao correligionário. Assim, quando o correligionário rompia com a elite política, possivelmente levava consigo um número considerável de eleitores.

Outra questão que deve ser considerada é que a administração anterior do correligionário da elite política (na eleição de 1954), não foi tão bem sucedida, tendo se tornado desgastante para os envolvidos, onde a “natureza” atuou como elemento importante para o rumo e o desfecho das questões socioculturais. Portanto, a perda de um correligionário constituiu-se como significativa para a desestruturação do grupo, principalmente, no plano local, devendo ser percebido como um elemento importante para a derrota naquele pleito.

Como debatido, o correligionário era a figura daquele processo político que atingia setores e indivíduos que a elite política não alcançava. Era o correligionário que produzia uma maior dinâmica nos processos eleitorais. Apesar disso, vale salientar que estas questões foram relevantes para o âmbito local, pois Franklin Chaves fora eleito para o cargo de deputado estadual com 6122 votos. Não se conseguiu saber quantos destes votos vinham da 29ª zona, ou seja, da área que concentrava Limoeiro do Norte e seus distritos, mas pode-se inferir, haja vista ser a “terra” da qual o deputado viera, que nessas localidades, o mesmo deveria conseguir expressiva votação.

A elite política, no âmbito de seu poder local, também perdeu as eleições de 1958. Embora o sucesso no plano estadual continuasse, com as reeleições de Franklin Chaves, algumas “mudanças” que vinham ocorrendo no plano local, estavam abalando o poder da elite:

¹³⁴ É importante salientar que a memória parece confusa em relação a quais correligionários estavam à frente desta nova agremiação. Para NUNES (1999), foi o Sr. Estêvão Remígio, como está exposto na primeira citação desse tópico. Já para LIMA (1997, p.324), Francisco Nonato Freire, apelidado de Mixico, teria sido o responsável por levar a família Remígio para a oposição. Não obstante, essas disputas pela memória o ponto que converge e que interessa para essa reflexão são os “impactos” da saída de um correligionário para o poder político da elite política que nele confiava.

Com relação ao processo político, Limoeiro preparou-se para as eleições de três de Outubro de 1958. O Partido Social Democrático lançou as candidaturas dos ex-prefeitos Estevam Remígio de Freitas tendo como vice-prefeito Francisco Nonato Freire. A União Democrática Nacional lançou como [...] candidato Pedro Alves Filho [...] O Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, recém criado, lançou o nome de seu fundador em Limoeiro, Dr. José Simões dos Santos [...] Acredito que a posição tomada pelos deputados Franklin Chaves e Manoel de Castro na defesa da emancipação política dos distritos, tenha inibido um tanto quanto o apoio aos candidatos patrocinados pelos referidos deputados, [...]. O resultado das urnas foi a vitória muito irrisória do candidato do Partido Trabalhista Brasileiro, no caso, o Dr. José Simões dos Santos. A vitória [...] não deixou de ser um fato notório na política de Limoeiro, porquanto levou os partidos com velha atuação política em Limoeiro, à derrota eleitoral. [...] (NUNES, 1999, p.289-290)¹³⁵

Os argumentos do correligionário da elite política não deixam de ter sua procedência. Primeiro porque, quantitativamente, o município perdeu 6002 eleitores. Tudo leva a crer, pelos vários depoimentos, inclusive da própria Judite Chaves, que o maior contingente eleitoral dos Chaves estava situado em seus distritos. Observem os dados mais detalhados, extraídos do documento oficial da Seção de Estatísticas Eleitorais do ano de 1958:

TABELA 03. Eleições de alguns municípios do Vale do Jaguaribe, Ceará

ZONAS	MUNICÍPIO	ELEITORADO	COMPARECIMENTO		ABSTENÇÃO	
			NÚMEROS ABSOLUTOS	%	NÚMEROS ABSOLUTOS	%
29 ^a	Limoeiro do Norte	4.161	4.013	96,44	148	3,56
29 ^a	Alto Santo	1.676	1.501	89,56	175	10,44
29 ^a	São João do Jaguaribe	1.577	1.480	93,85	97	6,15
29 ^a	Tabuleiro do Norte	2.794	2.667	95,45	127	4,55

FONTE: Eleições 1958: Resultado. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza, 2001.

Apesar de as localidades ainda integrarem a mesma zona eleitoral, a partir de 1958 cada município elegeria o próprio prefeito e os vereadores. As querelas em torno da emancipação desses municípios, ocorrida em 1957, foram grandes. Contudo, como já visto

¹³⁵ Note que o correligionário Pergentino cita o nome de Estevão Remígio outra vez como prefeito dos Chaves, mostrando assim os jogos políticos. O correligionário (até as eleições de 1951) passou a ser adversário nas eleições de 1954 e candidato outra vez pela elite política nas eleições de 1958. Nesse sentido, observa-se que os jogos competitivos a estes moldes podem ter sido fruto da própria experiência democrática, a partir 1945 a 1964. Pode-se inferir que é devido à noção de competitividade que Estevão Remígio ascende ao poder outra vez, representando os Chaves, pois, como a elite política anseava o poder, teve em todos os anos estratégia para permanecer neste, com a adesão de mecanismos que possibilitassem a manutenção de sua ascensão, e devem ter estabelecido negociações com a família Remígio, acreditando que estas os colocaria na liderança política no plano local.

através de outras narrações, entendeu-se que esse trabalho oportunizou ao leitor conhecer bem esses personagens, e preferiu-se não se estender sobre este episódio. Não obstante, a emancipação dos municípios e todas as disputas que envolveram essa conjuntura, foram importantes, atuando como um elemento que em muito pode ter influído na opinião pública dos eleitores que continuaram pertencendo à sede, isto é, a Limoeiro do Norte, para a perda do poder político dos Chaves.

Franklin Chaves e Manoel de Castro viram-se encurralados na questão da emancipação, por não quererem perder os 6000 votos, incluindo a lealdade de seus correligionários que estes antigos distritos, juntos, lhes ofertavam, mas sabiam também que, por outro lado, estariam desagradando às vertentes que eram contra a emancipação.

Assim, pode-se dizer que o evento da emancipação dos distritos em muito afetou a opinião dos limoeirenses. Esse acontecimento repercutiu tão fortemente que, no jogo político, a elite política e a oposição saíram perdendo. Os estudos da chamada opinião pública¹³⁶ situam-se justamente no âmbito de problematizar a forma como os eventos operam sobre essa e como a mesma influi sobre os acontecimentos, ou seja, o estudo consistiria em se deter nas reações (atitudes, comportamentos) dos homens frente ao ocorrido. Jean Jacques Becker (2003, p. 185-187) acrescenta que a opinião pública é um fenômeno social que escapa às precisões científicas, sendo um terreno inseguro para o historiador. O autor ainda destaca o problema do próprio termo, tendo em vista este aglomerar realidades muito heterogêneas.

Assim, acredita-se que esse evento, da mesma forma que contribuiu para a derrota dos partidos locais, que eram apoiados pelos deputados Franklin Chaves e Manoel de Castro, também foi importantíssimo para suas reeleições, devido à credibilidade intensificada junto aos seus respectivos correligionários e eleitores dos antigos distritos. Assim, se no plano da política local houve prejuízos, para a política de âmbito estadual pode-se inferir que o fato de tanto Franklin e seu opositor Manuel de Castro terem apoiado a emancipação, constituiu-se uma inteligente jogada.

É importante ressaltar que, enquanto o poder local estava abalado, Franklin Chaves estava construindo uma trajetória sólida como deputado estadual. Nos Anais pesquisados¹³⁷, que vão da segunda metade da década de 1940 à primeira de 1970, percebeu-se diversas intervenções do deputado da elite política local, demonstrando sua participação efetiva nas

¹³⁶ Para se aprofundar acerca da temática, ver Becker, 2003, p.185-211.

¹³⁷ Os Anais são Atas onde constam as reuniões e as intervenções de cada Deputado Estadual. O número de documentos que foi, por esta pesquisa, digitalizado, não corresponde ao número total contido na Assembleia Legislativa. Primeiro privilegiou-se fotografar somente os trechos que continham intervenções do deputado Franklin Gondim Chaves. Segundo, havia Anais que estavam na restauração, portanto, indisponíveis para pesquisa.

tomadas de decisão que repercutiriam nas dinâmicas, principalmente econômicas, mas também políticas, sociais e culturais, do Estado do Ceará. Franklin Gondim Chaves trilhou uma trajetória ascendente dentro da Assembleia Legislativa, ocupando diversos cargos, tendo alcançado o ápice de sua carreira na década de 1960, em especial no ano de 1966:

Eleito na sessão ordinária de 22 de julho da Constituinte de 1947 para as **Comissões de Finanças e Orçamento, e Indústria e Comércio. Presidente da Assembleia Legislativa em 1966, quando assumiu o Governo do Estado.** Primeiro Vice-Presidente da Casa em 1960 e 1967. Presidente da Comissão de Finanças, da primeira Comissão de Divisão Territorial do Estado; [...] **membro efetivo** de várias Comissões Técnicas, do **Conselho Estadual de Economia por indicação da Assembleia**; representante do Governo do Estado junto ao Conselho Deliberativo da SUDENE – Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste; relator da Proposta Orçamentária do Estado em todas as legislaturas em que esteve na Assembleia. **Presidiu, na qualidade de Governador do Estado, a reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, na Ilha de Fernando de Noronha.** Presidente do Seminário de Orós e Banabuiú que tratou da defesa do Vale do Jaguaribe. Membro do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural do Ceará (SUDEC); do Conselho Diretor da Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC); e Conselheiro do Conselho de Contas do Estado. **Membro da Executiva Estadual do PSD – Partido Social Democrático; membro fundador da ARENA – Aliança Renovadora Nacional, e Secretário Geral do Diretório Regional do referido Partido.**¹³⁸

O trecho acima traz um perfil muito geral da trajetória política desse membro da elite, sendo destacado com o propósito de fazer conhecer quem foi Franklin Chaves como deputado estadual, como atuou e como era visto por seus pares. A trajetória expressa, com certeza, a ascensão almejada pela elite política local, no que concerne ao plano estadual. Mas, acima de tudo, esse fragmento foi selecionado para que se reflita que Franklin Chaves só conseguiu tanta proeminência pelo fato de já ter nascido elite¹³⁹ e pelas estratégias bem-sucedidas, devido ao lugar, ou seja, às instituições que sua família ocupava desde o Império.

Franklin era um deputado que prezava pelas instituições, defendendo a noção da falta de recurso do Estado. Muitas vezes, essa defesa tinha como argumento a falta de “autonomia” dos Estados, se comparado ao Governo Federal. Não se deve esquecer que as instituições, e não somente as de caráter diretamente político, foram a base do seu poder e o de sua família, isto é, sedimentaram para que eles se tornassem a elite política. Muitas de suas intervenções

¹³⁸ Ceará. Assembleia Legislativa do Estado. Memorial. Deputado Pontes Neto. *Deputados Estaduais: 14ª legislatura 1955-1958/ Assembleia Legislativa do Estado do Ceará*. – 2. ed. – Fortaleza: INESP, 2006. p.8 5- 86.

¹³⁹ Ver Primeiro Capítulo deste trabalho onde discute a noção posicional e social da categoria elite, concordando com o aspecto de que não se é elite, mas se está como elite, contudo procurando problematizar a própria noção, a partir das vivências dos sujeitos sociais estudados.

ilustram o pensamento elitista, a exemplo da defesa do latifúndio *como solução para o problema da produção brasileira*.¹⁴⁰

Apesar de muitas vezes discursar em nome de uma coletividade, o político, em verdade, propõe questões que traduzem mais suas aspirações ocultas do que as da sociedade. Algo que não se pode esquecer é que, em nome de uma opinião pública, muitas decisões foram justificadas. Ou seja, sobre a ideia fundamentada, que a opinião pública pensa aquilo, pensa isto ou até deseja aquilo, as tomadas de decisões foram e ainda são legitimadas constituindo-se como uma forma de o candidato eleito ocultar as próprias escolhas, sendo *irreal considerar que tenham existido situações em que havia apenas uma única tendência*, da chamada opinião pública, como lembra (BECKER, 2003, p. 190).

Já em outros momentos seus discursos eram declaradamente em defesa daqueles que detinham o poder (prefeitos) e reclamavam de alguns aspectos exigidos pelo Estado, como por exemplo, o excesso burocrático.¹⁴¹ Franklin, que se declarava na Assembleia Legislativa um dos municipalistas da “Casa”, estava tentando viabilizar as ações de sua família no poder local¹⁴², demonstrando assim seu pensamento elitista, sua preocupação com a elite política interiorana.

Um dos exemplos do forte suporte que ele dava à elite local foi uma viagem, com destino a Recife, patrocinada pelo poder público, para as alunas de sua instituição de ensino, Escola Normal Rural, na época administrada por sua irmã, Judite Chaves. Nos anais, a justificativa dada para que o poder público patenteasse a viagem das discentes, consistiu em estabelecer a importância do contato das *mesmas com os monumentos culturais e históricos da importante cidade do Recife*.¹⁴³

São explícitos os motivos pelos quais a família Chaves nunca desistiu dos cargos públicos, pois os acessos que disponibilizavam aos indivíduos são, dentro do tecido social, privilegiados. As vantagens que o poder possibilita àqueles que o detém, na maioria das vezes estimula a continuarem usufruindo dele e de suas regalias, pois eles, no âmbito sócio econômico, são os agentes do querer, do fazer e do poder, em uma paráfrase a Michel de

¹⁴⁰ Ver Anais da Assembleia Legislativa. Ata da 122ª Segunda Sessão Ordinária da Segunda Sessão da 16ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, de 08 de outubro de 1964. p. 155.

¹⁴¹ Ver Anais da Assembleia Legislativa. Ata da Décima Segunda Sessão Ordinária da Primeira Sessão da 14ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, de 30 de março de 1955. p.161.

¹⁴² Não se deve deixar de considerar que, apesar de a elite política consanguínea do deputado Franklin Chaves ter perdido o poder local, o mesmo sabia que eles não perderiam interesse pelo o poder político. É importante salientar algo relatado no livro comemorativo do centenário de Judite Chaves: quando ela perdia um pleito, já começava a se organizar para outro.

¹⁴³ Ver Anais da Assembleia Legislativa. Ata da 122ª Segunda Sessão Ordinária da Segunda Sessão da 16ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, de 08 de outubro de 1964.p. 140.

Certeau (1994). A instituição é um diferenciador social, produtor de elites, ou seja, de minorias que se dotam de benefícios que uma maioria não pôde nem poderá jamais alcançar. Contudo, esses privilégios variarão conforme a instituição a qual o ator social se integra e as relações sociais específicas ao espaço (município, capital etc) ao qual ele pertence.

Outra característica importante a respeito de Franklin Chaves era a preocupação em se construir como um político honesto. Nas reuniões da Assembleia Legislativa, foram recorrentes os episódios em que ele fez questão de salientar esta sua “virtude”. Para que se discuta essa tentativa do próprio ator social no que concerne a homogeneizar os olhares de seus pares e eleitores em torno de sua figura, seleciono dois exemplos emblemáticos. O primeiro refere-se à construção de si, “indireta”, em que Franklin aproveita para se apresentar como “correto” diante da expulsão a qual o PSD submetera um de seus colegas, no caso Danúcio Barroso¹⁴⁴, por motivo de fraude eleitoral:

[...] para prosseguir a análise que vinha fazendo a respeito da conduta do Diretório Regional do PSD ao expulsar de suas fileiras o Deputado Danúcio Barroso. [...] regressando do interior, tomei conhecimento pelos os jornais, dessa atitude enérgica [...]. e eu achava como ainda acho, que o diretório agiu muito bem [...] Na prática do regime democrático do Brasil estamos a verificar, vez por outra, que políticos menos escrupulosos procuram, aqui, ali e além, desvirtuar o regime democrático, implantando na opinião pública a convicção de que o regime político é falho e por isso criando um ambiente propício aos golpistas [...] Sr. Presidente o Deputado Danúcio Barroso a pouco tempo foi acusado de fraude no alistamento e eleição de Itapipoca [...] Danúcio Barroso exercendo atividades políticas contrárias de seu partido [...] Deu com isso o PSD uma prova eloquente do desejo de colaborar no sentido de que a disciplina partidária seja mantida e bem assim seja mantido o fundamento do próprio regime democrático.¹⁴⁵

É interessante perceber que Franklin Chaves pode ter tido uma preocupação muito forte nesse quesito da fraude eleitoral. Sua família, que era a detentora do cartório, segundo ele próprio, na entrevista concedida ao NUDOC/ UFC, também já fora “vítima de calúnias”, quanto ao fato de ter fraudado as eleições, na época em que sua irmã, Judite Chaves, era a tabeliã¹⁴⁶.

Pode-se afirmar que Franklin Chaves, nesse momento, estava se construindo para seus pares, em especial os colegas de partido, como forma de se distanciar dessas questões travosas que constituíam a trajetória de sua família na política. Como forma de se desvincular desse

¹⁴⁴ É importante destacar que Danúcio Barroso ainda continuou sendo eleito, a exemplo da legislatura de 1958, mas pelo Partido Republicano Trabalhista, sendo também deputado suplente do Estado do Ceará, como integrante do partido ARENA, nas eleições de 1966.

¹⁴⁵ Ver Anais da Assembleia Legislativa. Ata da Primeira Sessão Ordinária da 1ª Sessão da 14ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, de 16 de março de 1955.

¹⁴⁶ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 23/03/1986. Fita nº 03. p. 10.

passado, Franklin fez uma apologia ao regime democrático, objetivando sua total adesão ao novo regime, em consequência ao partidarismo, com a finalidade que fosse esquecida sua forte ligação, e a de sua família, com a então recente ditadura do Estado Novo. Ao tecer essa retórica, o ator social estava se relacionando, isto é, tentando ocultar questões contraditórias nas experiências sociais de sua contemporaneidade. Só por este trecho é possível perceber as articulações, os jogos e discursos que também aconteciam no âmbito da Assembleia Legislativa cearense, integrando um conjunto de elementos que visavam somente uma coisa: a reeleição e o apoio partidário para que não se perdesse o poder.

Assim, Franklin fez questão de reprovar o colega e se construir como membro fiel ao partido, o PSD, porque era de seu interesse externar lealdade, devido aos aportes sociais que um partido como o seu oferecia, pois, neste período, o PSD, juntamente com a UDN prevalecia na cena política, sendo considerado como o partido mais importante do país por *possuir o maior número de parlamentares e o maior número de ministros e que controlava a política financeira*. Assim, esse ator social procurava, dentro da Assembleia Legislativa, construir-se como um político fiel as suas adesões, principalmente aos partidos do governo, já que a aliança PSD-PTB era a principal apoiadora dos projetos políticos de Juscelino Kubitschek.¹⁴⁷

Por isso, Franklin Chaves preocupou-se tanto em demonstrar o quanto concordava com as decisões do seu Diretório Estadual, pois ele sabia a importância e o suporte que a sigla do PSD dava a um candidato. Destarte, mais uma vez fica explícita a importância do partido como legitimador das ações dos atores políticos, impulsionador de outros espaços de socialização, ampliando contatos e poderes, sendo importante para estes atores permanecer sob as vestes dele.

Não obstante, pode-se afirmar que a necessidade de estar se afirmando ante aqueles que estão no “poder máximo”, tanto no âmbito do Estadual como Federal, em especial no cargo da Presidência da República, fez parte de uma política desenvolvida pela elite política como um todo. Essa “tática” foi bem sucedida, podendo ser, sim, um princípio que regia a forma de a elite fazer e conceber a política. Apesar de se declararem fiéis ao governo, quando entendiam que o mesmo estava em declínio, estrategicamente mudavam seu apoio local, suas relações políticas.

Mas, diferentemente do que afirmou a memória oposicionista local, de que depois de 1955 os Chaves *nunca mais venceram uma eleição* (LIMA, 1997, p.324) sugerindo, com esta

¹⁴⁷ Ver < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/EquilibrioDelicado>>. Acessado em 18/02/14, às 18:15.

afirmação, a perda total do poder local, a conjuntura dos anos de 1960 possibilitou mais uma vez à elite política uma participação “notável” no cenário social e político também local. Nesse sentido, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade¹⁴⁸ pode ser pensada como um dos primeiros eventos significativos utilizados pela elite política local para a reafirmação de suas figuras, como uma forma de demarcação, na sociedade, de o quanto eles ainda eram importantes, mesmo ante as derrotas locais.

Neste evento, Judite Chaves apresentou-se como a oradora¹⁴⁹, mostrando como, mais uma vez, o grupo procurava aproveitar bem os eventos de cunho social, político e religioso, como discutido durante todo o estudo, para se articular e interagir com o público votante. É interessante observar quantas vezes essa religiosidade de Judite Chaves serviu ao grupo para apresentar-se socialmente como aqueles que estavam cuidando do bem-estar da população, tendo em vista a Marcha expressar o combate *ao inimigo* vermelho:

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” no município de Limoeiro do Norte foi realizada com faixas, expressando o repúdio ao comunismo, fazendo uma caminhada pela cidade de Limoeiro do Norte, conduzindo em mãos ramos de carnaúba, (o verde demonstrando a liberdade), cantando uma música de repúdio ao “perigo comunista” (COSTA, 2010).

Assim, entende-se que a elite política, ao participar diretamente desses eventos que possuíam um cunho religioso, mas, acima de tudo, um teor político institucional, estava mais uma vez reorganizando-se e buscando demonstrar, em especial para seus contemporâneos, que estava atenta aos “males” sociais, sendo, inclusive, os detentores das reflexões a respeito desses “inimigos sociais”. Mas a reorganização em si, pode-se dizer, deu-se com a instauração a partir do golpe militar, haja vista a família ter reconquistado o poder local:

O ano de 1966 foi um ano político. [...] Com a legislação revolucionária, alterou-se completamente toda a estrutura partidária do país. [...] Formaram-se dois grandes partidos: Aliança Renovadora Nacional ARENA, que abrigava todos os políticos adeptos da Revolução [...] e o Movimento Democrático Brasileiro, MDB, que abrigava, nas suas fileiras, os políticos divergentes da filosofia da Revolução. [...]

¹⁴⁸ Movimento surgido em março de 1964 e que consistiu numa série de manifestações, ou “marchas”, organizadas principalmente por setores do clero e por entidades femininas em resposta ao comício realizado no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, durante o qual o presidente João Goulart anunciou seu programa de reformas de base. Congregou segmentos da classe média, temerosos do “perigo comunista” e favoráveis à deposição do presidente da República. Definição transcrita integralmente do artigo intitulado, **A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar - A Marcha da Família com Deus pela Liberdade**, produzido pelo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus>. Acessado em 03/02/ 2014, às 15:12.

¹⁴⁹ Em Limoeiro do Norte, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade ocorreu em 1 de maio de 1964.

No Ceará, [...] havia reunido a quase totalidade dos líderes dois grandes partidos, elegendo o Cel. Virgílio Távora governador. No caso de Limoeiro, que contava com três lideranças políticas na Assembleia Legislativa, formaram juntos a ARENA. Franklin Chaves, pertencente ao PSD, Manoel de Castro, pertencente a UDN, e o Dr. José Simões dos Santos, filiado ao PTB. [...] **mesmo formando em um só partido no âmbito estadual, continuavam divergentes nos municípios** onde exerciam comando político. [...] a legislação eleitoral, criada pela revolução [...] estabeleceu a sublegenda. **Cada partido podia abrigar até três sublegendas no município.** [...] Faltando aproximadamente um mês para as eleições, os três deputados [...] chegaram a cidade, com o objetivo de formarem, o diretório partidário [...] **O deputado Franklin, era o secretário geral da ARENA no Ceará,** e como tal abriu a reunião. [...] **A briga entre Simões e Franklin** era de tal monta, que quando me viam conversando com alguém do grupo Simões fuxicavam para **dona Judite, minha chefe local** [...] **As pazes entre os deputados Franklin e Simões** haviam sido feitas [...] fizemos **uma composição entre as alas Franklin e Simões** [...] Combinada **a coligação entre os grupos Simões e Franklin** [...] O pleito teve lugar no dia 15 de novembro de 1966. **Apurados, os votos, a vitória recaiu sobre o nosso candidato,** [...] (NUNES, 1999, p. 168-173 – Grifos meus)

Ao que parece, estas três sublegendas estiveram em constantes processos de negociação. Apesar de Antonio Pergentino Nunes, correligionário dos Chaves, só ter mencionado as “rixas” entre Franklin e Simões, as desavenças do primeiro com Manuel de Castro eram fortíssimas. Pode-se pensar que o principal motivo era o fato de Manuel ser o candidato dos Oliveira. Nos anais de 22 de Maio de 1947¹⁵⁰, as desarmonias locais foram expostas em um debate tenso na Assembleia Legislativa, quando Manuel de Castro acusa Franklin Chaves de, no período do Estado Novo, ter usufruído de *regalias do poder*, apropriando-se de dinheiro público, além de ceder benefícios a correligionários.

Dentre as formas de detratar, um acusava o outro de suas escolhas políticas, isto é, Franklin Chaves foi acusado por Manuel de Castro de ser integralista, já Manoel de Castro foi acusado por Franklin de ser um comunista mal decidido, que momentos afirmava ser comunista e em outros negava a adesão. Em meio a essas disputas, o estabelecimento de acordos políticos constitui-se um fator que demonstra o quão intenso era o desejo desses atores sociais de prosseguirem, ou seja, continuarem no poder. Assim, o desejo pelo poder pode ser compreendido como um mediador de convivências sociais, tanto afastando como aproximando, mesmo que superficialmente, os indivíduos, principalmente quando se trata da esfera do político.

Como já se afirmou no segundo capítulo, a elite política é uma categoria sedenta pelo o poder. Portanto, se não bastasse estar do lado do governo vigente, realizar-se-ia o que fosse preciso para estar “à frente”, isto é, ter o poder em mãos, liderando os cargos mais altos disponíveis dentro da conjuntura social da qual participavam. Pode-se afirmar que o poder,

¹⁵⁰ Ver Anais da Assembleia Legislativa. Ata da Sexagésima Oitava Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa, com Função Constituinte, do Estado do Ceará, de 22 de maio de 1947, p.11.

em suas mais variadas modalidades, cativa os atores sociais, mesmo aqueles que não constituem elites. Contudo, sobre o poder político não se deixa de recair alguns privilégios, muitas vezes não gozados por outras instâncias.

Passando por cima de todas as desavenças, já que todos queriam a permanência no poder, elite e oposição se uniram em elo cheio de desconfiança, como deixa transparecer, em alguns trechos de sua obra, Pergentino Nunes, mas também em uma relação perpassada por acordos, onde o “mando” era distribuído a cada etapa de renovação de diretório. No plano local, o primeiro presidente do partido foi Manuel de Castro. O fato de Franklin, na época, ser o presidente da Assembleia Legislativa pode ter contribuído para essa configuração. Contudo, quando se renovou a diretoria da ARENA, Judite Chaves tornou-se a presidente do partido, ratificando o quanto governos autoritários foram propícios para a conservação, dilatação ou, no caso, reconquistas das elites locais no cenário político.

A participação mais significativa da elite política contra o governo de João Goulart deu-se no plano local por, meio da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Não obstante, através de suas intervenções na Assembleia Legislativa, Franklin Chaves também expressou sua percepção e, pode-se afirmar, a de seu grupo sobre o governo de Jango:

Agora com o advento da Revolução, ao iniciar-se o novo governo, parece-me que é oportuno lembrar [...] a todos os assuntos [...] ligados ao desenvolvimento econômico. [...] não sei se a Revolução poderá atingir seus objetivos, se não se conseguir solução para a crise econômica que aflige nosso país. [...] Infelizmente a boa vontade propalada do Governo encontra dificuldades muito sérias para a execução desta política de ajuda financeira à produção agropecuária. Era miserável a política de massa do governo João Goulart, desviando o auxílio que devia chegar a agricultura para o agricultor. Interessava ao Sr. João Goulart não o desenvolvimento da agricultura, mas sim tornar-se simpático á pessoa do agricultor.¹⁵¹

O primeiro ponto sobre o qual se pode refletir é como o golpe foi percebido por seus adeptos. Percebe-se que Franklin não exigia da “Revolução” a solução para área de sua maior atuação na Assembleia, que era a economia, mas sim, ao contrário, os problemas econômicos precisavam ser controlados para que a “Revolução” desse certo. O governo de João Goulart foi completamente desqualificado pelo olhar parlamentar cearense. Isso se revela também em uma discussão na qual os parlamentares cearenses debatem a respeito da revogação do título de cidadão cearense concedido ao ex- presidente.¹⁵²

¹⁵¹ Ver Anais da Assembleia Legislativa. Ata da 37ª Sessão Ordinária da Segunda Sessão da 16ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. 20 de maio de 1964.

¹⁵² Ver Anais da Assembleia Legislativa. Ata da 117ª Sessão Ordinária da Segunda Sessão da 16ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. 1º de outubro de 1964.

A apologia ao Golpe e ao novo governo esteve presente nas intervenções parlamentares do representante da elite política no Estado. Nesse sentido, deve-se ressaltar que a elite política na figura de seu deputado do Estado percebeu o governo, basicamente pelo o recorte econômico, [...] *O governo [...] quer aumentar o desenvolvimento econômico, conter a inflação daqui para 66, assegurar oportunidades de empregos produtivos.*¹⁵³ Em outras palavras, Franklin Chaves estava ressaltando os esforços de Castelo Branco para lidar com a inflação desequilibrada do Governo Jango.

O que se quer ressaltar é que os atores sociais, especialmente os agentes da política e adeptos do governo, possuíam uma visão fragmentada do regime, pois cada um ficava com a área que lhe era atribuída, a exemplo de Franklin Chaves, que só discorria acerca do governo tendo como referência a economia. Desse modo, pode-se pensar que, observando um âmbito específico, os sujeitos perdiam a noção do todo. Portanto, percebe-se o quão bem aceito foi o golpe de 1964 nesta fase inicial pelos atores sociais parlamentares. Atualmente, com as revisões historiográficas, sabe-se, por exemplo, que não foi somente após 1968 que houve tortura e censura (FICO), contudo, os adeptos o percebiam ou queriam que os outros pensassem que eles o percebiam como realmente transformador e revolucionário.

Não obstante, no auge do poder da elite política, ou seja, em 1966, quando Franklin Chaves era Presidente da Assembleia, chegando até a assumir o governo do Estado do Ceará, as insatisfações com o partido do Governo, a ARENA, era o mote para as intervenções dos parlamentares cearenses da oposição, ou seja, do MDB, que desejavam comprová-las, como é o caso do oposicionista Dorian Sampaio:

O vespertino associado do Ceará, em sua edição de anteontem, publica matéria em editorial que, pela importância, pelo caráter interpretativo que deu a respeito das eleições da Mesa da nossa Assembleia merece ser transcrito em nossos Anais [...] [Lê] A Assembleia Estadual desde ontem, possui uma nova mesa diretoria de trabalhos. Pode-se dizer que tendo tudo, a seu favor, a Arena Cearense não conseguiu modificar até agora o jogo político do Estado [...] Não será preciso descer ao mérito do que se passou nos bastidores da Assembleia para saber que o resultado eleitoral de ontem funcionou mesmo o esquema da União pelo o Ceará [...] nada há- de se poder-se fazer contra essa realidade amarga que subsiste agora suficientemente comprovada no recente episódio eleitoral da nossa Assembleia. [...] A ARENA, [...] agiu com inteira liberdade [...] dispor os nomes, escolhê-los a vontade. [...] A ARENA, perdendo em todos os Estados que se processou já a renovação dos dirigentes do poder legislativo, como foi o caso do Rio e mais recentemente de o de S. Paulo, docilmente sofre no Ceará o seu golpe de misericórdia. [...] Os nomes sufragados sob sua bandeira [...] tem acobertado alguns dos mais desavergonhados intrujões. [...] Assim, mesmo na posição em que se situam esses nomes, numa pálida retaguarda, vão servir apenas de bioma para quase uma maioria de politiqueiros vezeiros em conseguir empregos para seus familiares

¹⁵³ Idem.

[...] O que se deplora é que a Revolução não tenha conseguido até agora realmente inspirar novos rumos da política cearense, que até nos lembra uma peça do Sr. [...] Rodrigues: Bonitinha, mas ... Sr. Presidente, a leitura desse editorial do Correio do Ceará, não significa absolutamente minha concordância integral como o que está escrito.¹⁵⁴

Segundo Adriana de Albuquerque Trindade (1999) em 24 de março de 1966, o Movimento Democrático Brasileiro, (MDB), formalmente teria nascido como partido. A autora esclarece que o MDB enfrentou diversos obstáculos para se fazer presente em um número relevante de municípios, tendo sido extenso e difícil seu processo de estruturação no Brasil, pois de *um lado, grupos ligados ao governo federal o viam como uma ameaça à "segurança nacional", por outro lado, a esquerda o criticava por considerá-lo um produto do regime militar*. Além disso, a própria Lei orgânica dos partidos regia que para um partido ser legalmente reconhecido era necessário possuir diretórios regionais na metade do país (TRINDADE, 1999, p. 09).

Portanto, é nesta conjuntura que o Deputado Dorian Sampaio tem a ousadia de ler o impresso *Correio do Ceará*, que tece a posição provocativa da oposição ao partido do governo. Percebe-se, pelo periódico, as disputas travadas no seio do Golpe e as próprias tensões dentro da Assembleia na gestão de Franklin Chaves como presidente. Aliás, é importante ressaltar que a ausência de Franklin Chaves ao assumir o governo do Estado, causou-lhe conflitos com outros deputados, que diziam que estar ocorrendo descasos com suas solicitações, causando desgaste entre estes atores sociais, tendo em vista, como já dito, Franklin Chaves, prezar inefavelmente sua imagem¹⁵⁵.

Ao ressaltar tais questões, Dorian Sampaio estava atingindo diretamente o deputado da elite política, mas não somente ele, haja vista Franklin Chaves ter recebido 47 votos, dois nulos e um em branco¹⁵⁶ para presidente. Portanto, o deputado Dorian Sampaio estava atingindo toda a Assembleia, que tinha sua maioria composta por indivíduos do partido ARENA.

A grande questão é que dentro do Estado do Ceará o partido do governo fortalecia-se devido às ligações políticas. Estas eram perpassadas por laços de confiança que datavam de vários anos da política. Enquanto Castelo Branco, cearense, Presidente da República, confiava

¹⁵⁴ Ver Anais da Assembleia Legislativa. Ata da Primeira Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura. Presidência do Sr. Deputado Franklin Chaves, secretariado pelos Srs. Deputados Manuel de Castro, Temístocles de Castro e Silva, Alceu Coutinho e Francisco Sales. 16 de março de 1966.

¹⁵⁵ Ver Anais da Assembleia Legislativa. Ata da Centésima Vigésima Oitava Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. 18 de outubro de 1966, p. 46–50.

¹⁵⁶ Ver Anais da Assembleia Legislativa. Primeira Sessão Preparatória. 13 de janeiro de 1966, p.14.

em Virgílio Távora, as famílias Távora e Chaves já tinham uma relação anterior à década de 1930. E se elas rivalizavam, ao mesmo tempo havia parentes, como Arsênio Ferreira Maia, tio de Franklin Chaves, que era tavorista e tinha amizade com o pai de Virgílio Távora.

Não poderia ser em outro momento a ascensão de Franklin Chaves como Presidente da Assembleia e consequente governador do Estado do Ceará. O fato de um presidente cearense e de um governador que era descendente de uma família que trilhava sua trajetória política há tanto tempo quanto a dele, foram fatores importantes para a ascensão do mesmo em sua carreira política.

Mas, qual o significado de ter sido Presidente da Assembleia Legislativa? Segundo a declaração do próprio Franklin Chaves ao NUDOC/ UFC, o poder do Presidente da Assembleia Legislativa *era absoluto. Não havia colegiado. A Mesa Diretora não funcionava como mesa, era só o Presidente [...]*¹⁵⁷. Secando os exageros da afirmação, o que se pode entender é que tal cargo, principalmente no período de Ditadura Militar, configurava-se como um espaço por excelência permeado de poderes e que só seria assumido por alguém muito bem relacionado dentro das relações políticas estaduais e de extrema confiança da ARENA, do governo.

Os Chaves definitivamente não eram qualquer família no quadro de relações políticas cearenses. Tolentino não teria recebido o cartório se fosse alheio aos espaços das elites políticas. Contudo, a família Chaves manteve-se como elite política devido às estratégias bem sucedidas que eles estabeleceram para a manutenção do poder. Pode-se dizer que o sucesso destas estratégias deu-se devido às instituições que eles detinham, no caso o cartório. De um privilégio, concedido pelo o governo, eles desfrutaram, possibilitando, inclusive, estabelecer relações de hegemonia e coerção, além da viabilização para ocupação de outros espaços, a exemplo, do político.

Franklin Gondim Chaves só trilhou carreira ascendente devido ao sobrenome que carregava, devido ao grupo que ele integrava, devido ter nascido em meio a esse grupo e, juntamente com este, ter conseguido prevalecer como elite política no cenário cearense. Assegurando apoio local a políticos que já tinham alcançado o patamar do “poder se candidatar a um cargo do Estado”, a família ampliou, a cada pleito, contatos e alianças que culminaram, mais uma vez, em um de seus membros não somente deputado, mas como governador.

¹⁵⁷ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 30/03/1984. Fita nº 03, p.12.

Franklin Chaves encerrou sua trajetória como deputado estadual na década de 1970, tendo sido eleito em 1971, seu último pleito. Com um discurso perpassado de contradições citou como motivo de seu desligamento a ocupação do Tribunal de Contas dos Municípios, cargo que, segundo ele, não poderia ser ocupado por políticos por ser um órgão de decisão de julgamento:

[...] eu deixei a política no governo César Cals para ir para o Conselho de Contas dos Municípios. O Conselho é um órgão de decisão de julgamento. Nele não há lugar para políticos partidários. O Conselho tem que oferecer sobre problemas levantados nas auditorias feitas nas Prefeituras e votar nos julgamentos de contas. Assim, deve ser imparcial.¹⁵⁸

Percebe-se que Franklin Chaves supostamente não quis continuar como deputado estadual, mas permaneceu ocupando um cargo de proeminência que inclusive facilitava as ações de sua família no âmbito local. Pode-se inferir que ocupar esse cargo nada mais foi do que uma das tantas negociações políticas da quais esse personagem da elite política, assim como o próprio grupo, participou.

¹⁵⁸ Entrevista de Franklin Chaves, realizada em 25/04/1984. Fita nº: 15, p.01.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica local possui suas próprias especificidades e seu próprio tempo histórico, permitindo novas releituras, interpretações e revisões historiográficas sobre os mais variados motes. Cada sociedade está circunscrita a uma delimitação espacial que está indissociavelmente interligada à dimensão social do tempo e é isso que possibilita uma análise fecunda e ímpar. Termos como nacional, local, regional são complexos demais e, por vezes, possuem uma noção fragmentária e separatista, produzindo compreensões incoerentes com as vivências dos atores sociais.

Nenhuma experiência sociocultural está reduzida e só pode ser explicada por sua esfera local. Pelo contrário, ela está inserida em múltiplos diálogos com outras conjunturas, não estando principalmente deslocada, no caso deste estudo, dos projetos pretendidos por aqueles que possuem o poder da federação. Mas, também é preciso considerar que cada localidade possui um tempo social que lhe é próprio, como dito.

Assim, é difícil afirmar que determinadas noções foram vivenciadas em um plano nacional, pois toda localidade, até as que compõem um próprio estado, possuem dinâmicas singulares de interpretar e produzir esses diálogos mais amplos dessa relação, micro e macro. Não obstante, o contato com essas vivências localizadas, permite ao historiador não somente uma compreensão restrita sobre o espaço que ele estuda, mas consente a este um entendimento muito mais vasto, sendo possível estabelecer conceitos dilatados que explicam, sim, outras realidades, seja do Estado estudado, ou de “realidades” tão mais amplas que se acaba constatando que tal noção foi uma experiência sociocultural vivenciada “nacionalmente”.

A cultura política foi entendida aqui como princípio elementar para apreender as relações desses atores sociais. Sem essa noção, os juízos de valores presentes na sociedade hodierna poderiam ter camuflado os sentidos estabelecidos por aqueles atores sociais no que concerne, principalmente, ao processo eleitoral. Quando Franklin Chaves afirmou que nunca comprou um voto, estava se referindo a nunca dar dinheiro para que alguém votasse nele.

Os favores prestados pela elite política em troca de votos não eram vistos, por aqueles atores sociais, tanto elite política, como correligionário e eleitor, como algo desonesto, ou como uma “uma grave fraude eleitoral.” Mas sim como uma forma de retribuição e de gratidão daqueles a quem eles tinham, na linguagem deles, ajudado, de também contribuir.

Contudo, a eleição a bico-de-pena, principalmente depois da instalação da Justiça Eleitoral, passou a ser compreendida pelos próprios sujeitos sociais como um ato ilegal e “desonesto”.

Judite Chaves, quando interrogada a respeito das mudanças políticas da década de 1930 para a época em que foi realizada a entrevista, a década de 1980, ressaltou:

Hoje, só vai vendo [...] Vendo o dinheiro [...] Dinheiro ou benfeitoria. Pedem para ajudar na construção da casa, cuidar do piso, comprar cimento. O povo hoje está viciado. O Político[...] foi culpado disso, para se eleger tomava a comprar votos. Os mais fracos se vendiam. Hoje é todo mundo. Só vai vendo. Nem sei quantos já vieram aqui saber se eu queria comprar os votos deles [...] Nesta última eleição [1986], um chegou aqui e disse: gosto muito da senhora, minha mãe é sua amiga, trabalhou com a senhora na política, mas eu queria saber quanto a senhora paga para eu trabalhar para a senhora na política? (PINHEIRO, 2006, p.59)

Judite Chaves expressou o seu choque cultural no que concerne às transformações das relações no processo de campanha eleitoral. Ainda nessa entrevista, quando interrogada a respeito da diferença entre o chefe que vive de comprar votos e o chefe político mesmo, Judite Chaves declarou que, *quando acaba a eleição não tem prestígio nenhum. Foi comprado, não pode exigir nada.* (PINHEIRO, 2006, p.59). As relações vivenciadas pelo grupo da elite política eram baseadas na estrutura familiar, em redes políticas regadas por uma cultura política em que os favores não eram propriamente investimentos envolvendo dinheiro.

A concepção era outra. Por mais que os favores materiais existissem, a exemplo de oportunizar o emprego, auxiliar nos momentos de doença, tais ações eram justificadas pela dimensão do imaterial, em que os eleitores também se satisfaziam com um tratamento privilegiado de autoridades, que a elite política dava acesso, ou mesmo, com um tratamento diferenciado por parte da própria elite política em relação a eles.

Havia, principalmente com alguns correligionários, uma relação afetiva. Como foi discutido aqui nesse estudo, Antonio Pergentino Nunes, correligionário do grupo da elite política, por exemplo, sentia-se filho político de Judite Chaves. Portanto, para Judite Chaves, a proposta daquele rapaz, filho de sua amiga na década de 1980, soava como “suja”, destoadada de sua experiência sociopolítica e de seu grupo que para, atingir o poder político e alcançar os cargos institucionais, utilizou várias estratégias, mas todas elas eram imbuídas por sentidos, pois esses indivíduos eram elite política, não somente por seu poder político institucional, mas também porque eles eram dotados de um pensamento elitista a partir do qual acreditavam, fielmente, ser o grupo deles o melhor para liderar a massa.

Nesse sentido, os eleitores eram vistos como a camada frágil da tessitura social que precisava ser cuidada e ninguém cuidaria melhor desta massa, senão eles próprios. Por isso a

colocação do rapaz soou muito forte para aquela líder política. Para Judite Chaves, o fato de a mãe desse rapaz ser amiga dela, como ele declarou, bem como os favores mútuos prestados, já seriam o suficiente para que esta família, ou pelos menos parte dela, ajudassem em uma campanha política.

Contudo, vale salientar que a elite política entendia o quanto os favores constituíam-se como importantes para os processos de reeleição e o quanto eram instrumentos relevantes na conquista de votos. A elite política desfrutava de vantagens nesse processo devido à quantidade de anos que detinham à frente das principais instituições municipais e, posteriormente, do próprio Estado do Ceará. Neste processo, ainda havia uma cultura política tão personalista que a instituição, ao que pareceu, muitas vezes era percebida pela população como algo sacro, como algo que era da elite política e só por intermédio dela é que teria o devido acesso.

A elite política também se manteve no poder por compartilhar pensamentos em relação à esfera política que conduziam suas ações e desencadeava o seu sucesso. Ao que parece havia todo um sentido para além da ambição do poder e de seus privilégios inerentes, para se investir na carreira política, pois o legado de Serafim Tolentino precisava ser dado prosseguimento; tanto que o mesmo investiu em Leonel, seu filho, para um âmbito político, e ainda “formou um padre”, algo que era motivo de orgulho para a família, mas que também possuía seu valor instrumental devido à noção do Padroado, que regia o Império.

Mas, seu outro filho, Sindulfo, também enveredou pela política e, na segunda metade da década de 1940, ante a ameaça da perda do poder político com o fim do Estado Novo, incentivou um de seus filhos, declarando ser o momento propício para este pleitear um cargo político no Estado. Esse filho teria que ser mesmo Franklin Chaves, pois José Chaves, irmão mais velho de Franklin, demonstrara, na década de 1930, não possuir aptidão para a carreira política. Sua outra filha era uma mulher, Judite Chaves. Assim, Franklin era o menino de ouro para continuar a trajetória ascendente da família e içar o cargo estadual, tendo em vista sua experiência como líder integralista.

Ao observar esse filho, representante desse grupo, nota-se que ele teve a tendência a escolher o partido do governo, a ficar a favor do governo, demonstrando o quanto as dimensões culturais dos primeiros anos de República impregnaram nos sujeitos sociais de tal forma, que eles orientaram suas decisões, baseados naquelas dimensões, sem ao menos perceber. Assim, havia uma cultura política muito forte atuando e, mesmo com variações, ainda se observou que as ações da elite política, a partir da década de 1930, em muito se espelhavam na de seus antepassados, que tiveram seu poder fincado na Primeira República.

Desse modo, a elite política tendeu a ser fiel aos representantes do Estado, assim como era na Primeira República.

Pode-se refletir que o aparato do Estado simbolizava segurança para essa elite política, por ele. Portanto, está demonstrando o seu apoio, a sua defesa aos que já atuavam no cenário. Ser da oposição, assim como a própria oposição, era, para esses sujeitos sociais, o “lugar” de indivíduos aguerridos, sem domínio próprio, de “espírito menor”, não servindo, dessa forma, para eles. Entretanto, é importante entender que os Chaves, como elite política, apoiaram-se no governo para nele se apoiar, parafraseando Victor Nunes Leal. Quando o pesquisador Fernando Limongi afirma que *O que há por explicar é porque o chefe político local, o “coronel”, que comanda “discrecionariamente um lote considerável de votos de cabresto” [...], se vê impelido a perfilar-se com o governo* (LIMONGI, 2012, p.47), deve-se pensar que a resposta a esta pergunta pode ser explicada, prioritariamente, pela cultura política, que possuía traços dos primeiros anos de República e, por isso, uniformizou o olhar sobre a oposição.

Nesse sentido, a ideia de que aqueles que já estavam no poder possuíam maior possibilidade de ali permanecer devido ao cabedal de recursos que a instituição e os cargos ofereciam, também se constituiu como elemento importante de explicação para responder esta questão posta por Limongi. Os sujeitos sociais da elite política “provaram” disso por décadas e sabiam que, na proporção que o seu poder aumentava, maior era a possibilidade de ampliá-lo, já que este possibilita novos contatos e espaços de atuação.

Essa família ainda se consolidou como elite política devido às conquistas de meios de poder basilares dentro da comunidade onde eles se socializavam. Se no Império, pelo fato deles já serem no mínimo sujeitos de confiança da elite política do Estado, eles obterem a concessão do Cartório, no pós-1930, a LEC, aliada ao Cartório, os tirou de uma instabilidade política trazida pela chamada “Revolução de 1930”. Na Primeira República, essa artimanha de se alocar a favor do governo vigente, bem como as boas relações com alguns atores que se encontravam na cena política no âmbito estadual, desde o Império, acarretou-lhes, também, a confiança do governo e contribuiu para a manutenção e consolidação deles como elite política. Ainda na Primeira República, não se pode deixar de considerar que os casamentos intra-elites forneceram também estabilizações e benefícios na esfera política.

Na década de 1940, a adesão ao PSD e depois à ARENA, devem ser compreendidos como a decisão política mais acertada da elite política para a continuidade no poder. O fato de não romper com os governos, frutificou em uma ascensão na carreira política. O ápice traduz-

se no período em que Franklin Chaves foi Governador do Estado do Ceará, mesmo que por um intervalo mínimo de tempo. Também dentro da cultura política que a elite vivenciava, seria surpreendente se ela optasse pela oposição.

A este respeito, entendido como um meio de poder, o partido, que no caso de Franklin Chaves era o PSD, constituiu-se como muito importante para pensar esta continuidade dos atores sociais no exercício do poder. Há que se considerar ainda o papel do outro candidato, colega de partido, como importante elemento para consolidações políticas. Ou seja, na primeira instância, esses outros são os indivíduos que fazem parte do partido. Compreende-se que estes vivem em constante processo de negociação de interesses e vão legitimando as candidaturas mutuamente, para que haja um fortalecimento do partido. Assim, é interessante pensar como um determinado candidato se construía dentro de um partido, chegando a conseguir apoio por parte de seus companheiros. Nesse sentido, deve-se atentar acerca da força política que ocorria entre os colegas, tendo Franklin Chaves a alcançado.

No caso da família Chaves, o poder político local nunca teve a intensão de ser somente localista, eles almejavam a carreira política, trilhar os passos de Serafim e Leonel. Eles queriam chamar a atenção para eles e, para isso, muito ambicionaram fazer de Limoeiro do Norte a grande cidade do Vale do Jaguaribe, do interior do Ceará. Ambicionaram projetar um Limoeiro do Norte que se tornasse a princesa do Vale, como até hoje o município é conhecido. Por isso também, ou seja, para além do forte sentimento religioso que a elite possuía, foi que eles lutaram veementemente para que Limoeiro se tornasse a sede da nova Diocese interiorana. Algo necessário para entender as elites políticas, o pensamento elitista é que eles amavam o status, o prestígio, os títulos, o poder que os cargos que eles ocupavam imprimia nas relações sociais.

Além disso, constitui-se relevante lembrar que, o fato dos Chaves terem um antepassado com poder no Império foi importante para a sua proeminência no plano político estadual. Assim, a ideia de pertencer aos primeiros, isto é, o mito fundador, se bem articulado, já que os Chaves não foram os primeiros daquela terra, nem a habitar a comunidade de Limoeiro do Norte, alimentou uma cadeia de poder, tanto do ponto de vista de como eles eram percebidos por seus contemporâneos, de como eles próprios se percebiam, bem como do ponto de vista das relações como do patrimônio conquistado e, em especial, do cargo conquistado de tabelionato. Pode-se pensar que a ideia de tradição familiar em muito serviu aos descendentes, no caso filhos e netos da elite política do pós 1930:

De inclinação política naturalmente herdada de seu genitor, Sindulfo Freire Chaves, ocupou lugar de destaque, consagrando-se como grande líder prestigiada em toda região jaguaribana. [...] Conquistou importantes vitórias, elegendo prefeitos e vereadores e participando de campanhas memoráveis. (CASTRO – Comentário – *apud* FREITAS; OLIVEIRA, 2006)

Tal comentário que procede acerca de Judite Chaves por pessoas que tinham convivência com a família, expressa essa noção de tradição familiar. Pode-se afirmar que tal comentário não foi fruto somente do pensamento das autoras, mas é integrante de uma memória familiar, em que os filhos e netos de Judite Chaves, por exemplo, a enxergam sob essa ótica. Mas, a grande questão é: será que eles se concebiam tendo como referência essa noção? Tudo leva a crer que sim, pois se deve considerar que os próprios descendentes de Judite e Franklin transmitem e ressignificam os ocorridos, não desvinculado de suas vivências como criança.

O que se observa é que, na tentativa de explicar, e principalmente legitimar as ações de Judite Chaves, construíram-se histórias mistificadoras que beiram o heroísmo, que trazem narrativas genealógicas, justificações “sanguíneas, consanguíneas” como forma de tornar válidos os atos de dominação. Lembrada pela memória afetiva de familiares, correligionários e amigos como líder carismática, de personalidade forte e como figura central de seu grupo, Judite Chaves possui maior projeção na memória familiar do que o próprio Franklin Chaves, que atingiu o ápice da carreira política como deputado e governador.

Isso se constata devido à atenção que foi dada pelo o núcleo familiar de Judite e Franklin Chaves, já que, para comemorar o centenário destes, produziram-se obras acerca da trajetória individual deles. Enquanto a obra que comemora o nascimento de Judite Chaves possui artigos bem estruturados, com participação de intelectuais, ou seja, de professores doutores, atestando como Judite Chaves foi a heroína de Limoeiro do Norte, a obra que retrata Franklin é bem mais singela, não possuindo uma editoração, parecendo ser uma empreitada somente de sua filha, não constando a produção de nenhum artigo por nenhum outro membro da família. Ou seja, diferentemente da obra sobre Judite, não houve qualquer organização familiar para produzir uma memória acerca de Franklin. Contudo, a família não queria, de forma alguma, que Judite Chaves e sua atuação fossem esquecidas.

Sobre o estudo das elites políticas, traduzido aqui pela atuação política da família Chaves, é necessário ter claro que o laço familiar foi um requisito forte na conquista de votos. Contudo, nem todo Chaves estava do lado dos Chaves em suas alianças político-partidárias,

nem todo Oliveira estava sob a égide dos Oliveiras, como lembra o depoente correligionário desses, Adauto Chaves.

As famílias Chaves e Oliveira: uma disputa local que foi levada aos bancos da Assembleia Legislativa. Como vislumbrar as vivências sociopolíticas de candidatos políticos se não se der voz a oposição. A interdependência¹⁵⁹, no dizer de Norbert Elias, entre eles, no caso elite política, Chaves e a oposição Oliveira, é quase inerentes ao processo político. Se o recorte deste trabalho fosse os Oliveiras, a oposição seria os Chaves, mas como o recorte aqui são os Chaves, os Oliveiras foram a oposição, termo que deve ser compreendido em sua relatividade, entendendo que, quando usado, este está sob a ótica ou de uma instância, como um partido, ou tendo como referência atores sociais específicos.

Assim, na maior parte dos anos, Chaves venceram Oliveiras. Em uma relação imbricada das noções de “hegemonia e coerção”, a elite conseguia seus votos onde a ideologia atuava como a ponte para que o pretendido por eles se concretizasse. Foi através dela que os indivíduos foram tomados e conduzidos pela crença a realizarem aquilo que alguém, que já os convenceu pelo o poder das ideias, disse que representaria o “melhor, que seria o melhor”. Assim, o que interessava à elite política era continuar no poder, demonstrando aos eleitores que eles eram a melhor opção.

Conclui-se, portanto, que uma plausível explicação para grupos que permaneceram por tantos anos, quase ininterruptos, no poder, deve-se à dimensão cultural que envolvia os múltiplos processos políticos. As referências comuns funcionavam como ponto de intersecção e conexão na produção de um mundo social em que os indivíduos identificavam-se com o portar-se dos candidatos, e tinham como pressuposto para sua votação, os laços pessoais e a herança familiar.

O estudo das elites políticas e o seu poder local permitiu a este trabalho compreender que a complexa tessitura sociocultural, dos processos políticos, foi dinamizada por uma rede política reafirmando a importância e o papel do município. Este se configurou como

¹⁵⁹ O entrelaçamento das dependências dos homens entre si, suas interdependências, é o que os liga uns aos outros. Elas são o núcleo do que é aqui designado como figuração dos homens dependentes uns em relação aos outros. Como os homens são – inicialmente por natureza, e então mediante o aprendizado social, mediante educação, mediante a socialização, mediante as necessidades despertadas socialmente – mais ou menos mutuamente dependentes entre si, então eles, se é que se pode falar assim, só existem enquanto pluralidades, apenas em figurações. Esta é a razão pela qual, como já foi dito, não ser muito proveitoso compreender como imagem dos homens a imagem dos homens singulares. É mais adequado quando se representa como imagem dos homens uma imagem de vários homens interdependentes que formam figurações entre si, portanto, grupos ou sociedades de tipo variado. A partir desse fundamento, desaparece a discrepância das imagens tradicionais de homens. [...] a sociedade é o próprio entrelaçamento das interdependências formadas pelos indivíduos. (ELIAS, 1994, pp. LXVII-LXVIII)

importante instância definidora dos rumos do Estado ao qual pertence e como um elemento basilar para toda a “estrutura democrática” brasileira.

A principal questão desse trabalho, desde o princípio, consistiu em entender quais foram as principais estratégias e os discursos que estes atores sociais articularam em prol de sua manutenção no poder, cena política. Que eles detiveram este poder já se sabia desde o início, mas como este poder se expressava e os meios pelos quais estes atores sociais se tornaram elite política, passou a ser a aspiração deste estudo.

Assim, durante todo este estudo, muitos caminhos inusitados foram trilhados. A cada leitura, fosse de predominância “teóricas, historiográfica ou de caráter mais interdisciplinar”, concomitante às fontes, inspirava compreensões, onde, a cada esforço de análise, fomentavam-se as múltiplas possibilidades de interpretação e conseguia-se tecer contribuições a questões de caráter bem mais amplo, vencendo-se, portanto, a armadilha de fazer um estudo ensimesmado.

Enfim, longe de esgotar-se, este estudo buscou tecer reflexões acerca das relações do poder local com o Estado Nacional, em seus infintos diálogos que, de várias formas, constituiu-se em processo ímpar e, por que não dizer, fascinante, integrando a pluralidade de vivências dos atores sociais envolvidos naquela atmosfera.

FONTES

Documentos Eclesiásticos

Encíclica Papal Rerum Novarum. (Papa Leão XIII). Disponível em <www.papalencyclicals.net/.../P11ARCAN.HTM>. Acessado em 28/04/2010.

Encíclica Papal Ubi Arcano Dei. (Papa Pio XI). Disponível em <www.papalencyclicals.net/.../P11ARCAN.HTM>. Acessado em 28/04/2010.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista.** Disponível em <<http://www.culturabrasil.org/manifestocomunista.htm>>. Acessado em 06/07/11.

MATOS, Dom Aureliano. *Primeira Carta Pastoral “Saudando os seus diocesanos” - 1940.* In: MALVEIRA, Antônio Nunes. **O Limoeiro de Dom Aureliano Matos.** Rio de Janeiro: [Sn], 1998. p. 152-172.

MATOS, Dom Aureliano – *Quarta Carta Pastoral “Comunicado aos seus Diocesanos a realização, de 4 a 8 de Dezembro de 1954, do primeiro Congresso Eucarístico Diocesano, Comemorando o Centenário do Dogma da Imaculada Conceição e em preparação ao Congresso Eucarístico Internacional de 1955.” 1954.* In: MALVEIRA, Antônio Nunes. **O Limoeiro de Dom Aureliano Matos.** Rio de Janeiro: [Sn], 1998. p. 205-212.

MATOS, Dom Aureliano – *Segunda Carta Pastoral “Pedindo aos seus Diocesanos auxílio para construção do Seminário” 1941.* In: MALVEIRA, Antônio Nunes. **O Limoeiro de Dom Aureliano Matos.** Rio de Janeiro: [Sn], 1998. p. 173-190.

Fontes Orais

Entrevista realizada com Antônio Pergentino Nunes, (correligionário), 81 anos, em 22/04/2011.

Entrevista realizada com padre Francisco de Assis Pitombeira, 82 anos. em 02/05/11.

Entrevista realizada com Elisiomar Chaves (sobrinha do casal Judite Chaves e Custódio Saraiva), 79 anos, em 17/03/11.

Entrevista realizada com José Aduino Chaves (adversário político dos Chaves), 86 anos, em 11/09/2013.

Entrevista realizada com Francisca Ita Alexandre (morou um ano na casa dos Chaves), 71 anos, em 09/09/2013.

Entrevista realizada com Maria Nilza Silva Chaves (correligionária dos Chaves), 83 anos. em 09/09/2013.

Entrevista realizada com Francisca Martins Lima (parente de Ita Alexandre, ex- vereadora do município de São João do Jaguaribe), 76 anos , em 09/09/2013

Acervo Oral

Entrevista do Sr. Franklin Gondim Chaves, produzida e pertencente ao acervo do Núcleo de Documentação Cultural - NUDOC/UFC.

Livros Memorialísticos

BRANCO, João Olímpio Castelo. **O Limoeiro da Igreja**. A história de Limoeiro a partir dos seus párocos. S.l: Minerva, 1997.

CASTRO; Maria Lenira Saraiva. Uma mãe Especial. In: FREITAS, Maria das Dores Vidal; OLIVEIRA, Maria Lenira (orgs.). **Judite: centenário de nascimento (1906–2006)**. Fortaleza: Premius, 2006.

CHAVES, Eunides Maria Maia. **Centenário do Nascimento de Franklin Gondim Chaves (10/02/1908 -10/ 02/2008)**. Fortaleza: do autor, 2008

Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense - Barão de Studart. Disponível em <<http://www.ceara.pro.br/cearenses/listapornomedetalhe.php?pid=34033>>. Acessado em 27/11/12, às 14:58 h.

FREITAS, Maria Das Dores Vidal; OLIVEIRA Maria Lenira de (orgs.). **Limoeiro em Fotos e Fatos**. Fortaleza: Edições do Autor, 1997.

FEIJÓ, Maria Lirete Saraiva. Em sua vida deu vida aos anos – Judite, 1906-1989. In: FREITAS, Maria das Dores Vidal; OLIVEIRA, Maria Lenira (orgs.). **Judite: centenário de nascimento (1906 – 2006)**. Fortaleza: Premius, 2006. p. 23-30.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: A. Almeida, 1997.

NUNES, Antonio Pergentino. **Minha Vida... Minha Luta...** Fortaleza: Premius, 1999.

_____. Atuação política de Dona Judite. In: FREITAS, Maria das Dores Vidal; OLIVEIRA, Maria Lenira (orgs.). **Judite: centenário de nascimento (1906 – 2006)**. Fortaleza: Premius, 2006. p. 39- 47.

SANTOS, Márcia Rita Araújo. **Os caminhos da missão: a diocese de Limoeiro do Norte e o discurso social de Dom Aureliano Matos, 1940-1967**. Monografia de Graduação em História. Limoeiro do Norte: FAFIDAM/UECE, 1997.

Memória Institucional

Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará de 1946 1974.

Arquivo da Justiça Eleitoral. Relatório do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará dos Resultados das Eleições de 1947.

Arquivo da Justiça Eleitoral. Relatório do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará dos Resultados das Eleições de 1954.

Ceará. Assembleia Legislativa do Estado. Memorial. Deputado Pontes Neto. Deputados Estaduais: 14ª legislatura 1955-1958/ Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. – 2. ed. – Fortaleza: INESP, 2006.

Ceará. Tribunal Regional Eleitoral. **Zonas Eleitorais do Estado do Ceará : aspectos históricos . 1932-2005**. Fortaleza: TRE/CE, 2005.

Eleições 1950: Resultado. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza, 2003.

Eleições 1958: Resultado. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza, 2001.

Eleições 1966: Resultado das Eleições Municipais e Estaduais. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza, 2001.

Eleições 1970: Resultado Oficial no Ceará. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza, 2002.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Violar Memórias e Gestar a História: Abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um “parto difícil”. In: _____ (org.). **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007. pp.199- 209.

_____. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 223- 249.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: Pinsk, C. **Fontes Históricas**. SP: Contexto, 2006. pp. 23-80.

BANN, Stephen. **As invenções da História: ensaios sobre as representações do passado**. Tradução de Flávia Villas-Boas. São Paulo: UNESP, 1994. (Biblioteca Básica).

BARBOSA, A. S. A propósito de um estatuto para a História Local e Regional: algumas reflexões. In: **Revista História & Perspectiva**. Uberlândia: UFU/COCHI, 1999. n° 20/21.

BARROS, José D. Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião Pública. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 185-211.

BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al.. **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 29-46.

_____. Os partidos. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BONAFÉ, Luigi. Um herói em dois tempos: apontamentos para uma história da memória sobre Joaquim Nabuco. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 239-248.

BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. **Notas sobre o conceito de elite para Brasil dos oitocentos**. Disponível em <<http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Luiz%20Adriano%20Gon%20E7alves%20Borges.pdf>>. Em 16/06/11.

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a Sociedade**. Tradução de Otávio Guilherme C. A. Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BURKE, Peter. Conceitos centrais. In: **História e teoria social**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora da Unesp, 2002. p. 67-143. [Primeira edição em inglês – 1992].

BUSINO, Giovanni. **Elites et élitism**, citado por HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CANDAU, Joël. O Jogo social da memória e da identidade (2): fundar, construir. In: _____. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>. Acessado em 04/07/11.

_____, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombra: a política imperial.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cidadania no Brasil. O longo caminho.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: 1994.

CHAVES, Cintya. **Ação Católica e Elite em Processos Consolidativos, no Município de Limoeiro do Norte, de 1930-1954.** Monografia de Graduação em História, Limoeiro do Norte, FAFIDAM/UECE. 2011.

COSTA, Jucélio Regis. **Momentos de grande entusiasmo cívico e patriótico: a marcha da família limoeirense com Deus pela liberdade - maio de 1964.** Monografia de Graduação em História. Limoeiro do Norte, FAFIDAM/UECE. 2010.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In: REMOND, René (orgs). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DE DECCA, Edgar. **O nascimento das fábricas.** Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30.** Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

FALCON, Francisco. "História e Poder". In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (et. al.). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1996.

FERREIRA, Jorge. **1946 – 1964: A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA NO BRASIL.** Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100001>. Acessado em 21/01/2014, às 10:05.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882004000100003&lng=pt&nrm=iso#nt01>. Acessado em 21/01/2014, às 11: 15.

GOMES, Angela de Castro. Jango e a República de 1945-1964: da República Populista à Terceira República In: SOIHET, Rachel Soihet et al. (orgs.). **Mitos, projetos e práticas políticas. Memória e historiografia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

GONDAR, Jô. Quatro Proposições sobre Memória Social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social**, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. In: *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n.41, Relume/Dumará, ANPOCS, 1996.

HALEVY, Eva Etzioni. **Manipulação Política e poder administrativo: um estudo comparativo**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Revisão Técnica: Celso Barroso Leite. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

KORNIS, Monica. Ação Católica Brasileira. In: ABREU, Alzira Alves de [et al.]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro Pós-1930**. Vol. I. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: Cultura Política e Antropologia Política. In: Revista Estudos Históricos: **Cultura Política**. N. 24, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 1-33.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 3. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

LIMONGI, Fernando. **Eleições e Democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a Transição de 1945**. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 55, no 1, 2012, pp. 37 a 69. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v55n1/a02v55n1.pdf>>. Em 13/11/ 2013, às 15:28.

MACHADO, José Wellington de Oliveira. Limoeiro do Norte: arquiteturas de uma “cidade princesa”. In: CHAVES, José Olivenor Souza (org.). **Vale do Jaguaribe: histórias e culturas** – Fortaleza: Luxprint, 2008. p 107-124.

MILLS, C.Wright. **A Elite do Poder**. Tradução de Waltenser Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MELO FRANCO, Afonso Arinos. (1980), **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega.

MILIBAND, R. Elites Econômicas e Classe Dominante. In: _____ **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio: Zahar, 1972. pp. 36-66.

MIRANDA, Júlia. **O poder e a fé: discurso e prática católicos**. Fortaleza: UFC, 1987.

MORIN, Edgar. Ideias Contemporâneas. In _____. **Entrevistas do Le Monde**. São Paulo: Ática, 1989.

MOSCA, G. A classe dirigente. In: SOUZA, Amaury de (org.). **Sociologia Política**. Rio: Zahar, 1966.

_____. A teoria da classe política dirigente. In: MOSCA, G. **História das Doutrinas Políticas - desde a antiguidade**, Rio: Zahar, 1968.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e Possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 13- 37.

PARETO, V. As elites e o uso da força na sociedade. In: SOUZA, Amaury de. **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989. Disponível em: <[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/ Memoria_esquecimento_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acessado em 20/ 07/12.

PORTELLI, Huges. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Juazeiro e Caldeirão: espaços de sagrado e profano. In: SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide (org.). **Uma Nova História do Ceará**. 3 ed. ver. e atual. Fortaleza: D. Rocha, 2004. p. 345-380.

REGIS, João Rameres. **“Galinhas Verdes”: memórias e História da Ação Integralista Brasileira em Limoeiro do Norte – Ceará (1934-1937)**. Dissertação de Mestrado em História Social. UFC – Orientadora: Prof a. Dra. Ivone Cordeiro Barbosa. Fortaleza, 2002.

_____. **Integralismo e Coronelismo: Interfaces Da Dinâmica Política no Interior do Ceará (1932-1937)**. Tese de Doutorado em História Social. UFRJ- Orientadora: Profa. Dra. Maria Paula do Nascimento Araújo. Rio de Janeiro, 2008.

REMOND, René. As eleições. In: _____ (orgs). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 37- 56.

_____. (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Francisco Moreira. **O PCB no Ceará: ascensão e declínio – 1922-1947**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Stylus, 1989.

RIUOX, Jean Pierre. *A Associação em política*. In: REMOND, René (orgs). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 185-211.

ROMANO , Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

SANI, Giacomo. Cultura Política. In: BOBBIO, Noberto; MATEEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco [et. al.]. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários no Ceará – “instruindo, educando, orientando, moralizando” - (1915-1963)**. Dissertação de Mestrado em História Social. UFC - Orientadora: Profa. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira.

SANTOS, Márcia Rita Araújo. **Os caminhos da missão: a diocese de Limoeiro do Norte e o discurso social de Dom Aureliano Matos, 1940-1967**. Monografia de Graduação em História. Limoeiro do Norte, FAFIDAM/UECE, 1997.

SILVA, Kalina; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Maria Virginia Tavares da. **Crise na Política dos Governadores: o Declínio de Accioly no Ceará (1912-1914)**. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo, 1982. Mimeo.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Prefácio à Segunda Edição. In: LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. S/l: s/d. Disponível em <http://www.4shared.com/office/p91dhiH6/leal_victor_nunes_coronelismo_.html>. Acessado em 04/07/11, às 10:00. p.13-14.

SOUZA, Simone. Da Revolução de 1930 ao Estado Novo. In:_____; GONÇALVES, Adelaide et al. **Uma nova história do Ceará**. 3. ed. Fortaleza: D. Rocha, 2004.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRINDADE, Adriana de Albuquerque. **O Estilo Político da Bica d’ Agua: O Chaguismo na Guanabara 1969-1974**. Texto CPDOC. Nº 37 (2000). Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6580/801.pdf?sequence=1>>. Acessado em 19/04/2014, às 16:37.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO; Lucília de Almeida (org.). **O Brasil Republicano: Da proclamação da República à Revolução de 1930**. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VENÂNCIO, Giselle Martins. A utopia do diálogo: os prefácios de Vianna e a construção de si na obra publicada. In. GOMES, Ângela de Castro e SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.) **Memórias e narrativas (auto) biográficas**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 173-188.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de Compadrio em vila Rica: um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 239- 261.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY; Yara Maria Aun. Os passos da pesquisa. In: _____. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1989. Pp. 29- 64.

WEBER, Max. Sociologia da Dominação. In: _____. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensível**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UnB, vol. II, 1999.

_____. Os tipos de dominação e Sociologia da Religião (tipos de relações comunitárias religiosas). In: _____. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensível**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UnB, vol. I, 2000. p. 139-198.